

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
Centro de Estudos Gerais  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
Departamento de História: Programa de Pós-Graduação em História

Paula Chaves Teixeira

**NEGÓCIOS ENTRE MINEIROS E CARIOCAS:  
família, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira  
Alvim (1850-1880)**

Niterói – RJ

Maio, 2009

PAULA CHAVES TEIXEIRA

**NEGÓCIOS ENTRE MINEIROS E CARIOCAS:  
família, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira  
Alvim (1850-1880)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: História Contemporânea I.

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sheila de Castro Faria

Niterói – RJ

Maio, 2009

PAULA CHAVES TEIXEIRA

**NEGÓCIOS ENTRE MINEIROS E CARIOCAS:  
família, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira  
Alvim (1850-1880)**

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Titular Dr.<sup>a</sup> Sheila de Castro Faria (orientadora)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Titular Dr. João Luís R. Fragoso  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Théó Lobarinhas Piñeiro (Suplente)  
Universidade Federal Fluminense

## AGRADECIMENTOS

*Terminar uma dissertação não é tarefa fácil. Quem viveu a experiência sabe como foi. A sensação de dever cumprido aliada a uma forte dose de adrenalina, em seguida uma forte onda de cansaço recaem sobre o autor do trabalho. No entanto, quem viveu a experiência também sabe que, embora o trabalho tenha apenas um autor, por trás dele há uma imensa “rede de amizade e solidariedade” que permitiram a sua concretização. Nada mais grave para com essa rede, que não se compra e tampouco está à venda, seria a ingratidão. Ingratidão por nos ter tolerado em nossas oscilações de humor, em nossa tensão, em nossas bagunças, em nosso interesse focado, etc. Esta rede também faz parte desta conquista e deve ser lembrada por isso. Mesmo incorrendo grande risco de esquecer de alguém, tentarei expor aqui os meus mais sinceros agradecimentos aos que de forma direta e indireta contribuíram nesta minha conquista.*

*Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha orientadora professora Sheila de Castro Faria. Agradeço a atenção, o estímulo e o apoio que manteve em todos os momentos, bem como suas sugestões e observações, sempre muito pertinentes e proveitosas. Em especial, agradeço o privilégio de ter podido contar com sua orientação. Obrigada, Sheila!*

*Agradeço aos professores que compuseram a banca, professor Carlos Gabriel Guimarães e professor João Fragoso. Além da preciosa leitura e avaliação do trabalho, cada qual tem uma participação especial. Ao professor Carlos Gabriel, sempre muito gentil e disposto a ajudar, agradeço as referências bibliográficas, a paciência e boa vontade que sempre teve para comigo, o incentivo e credibilidade. Ao professor João Fragoso agradeço as sugestões de leitura e as profícuas discussões em sala de aula.*

*Passando para o cotidiano familiar, agradeço aos meus pais, Jorge e Maria Lúcia, por tudo. Com certeza, sem o apoio material e imaterial que me proporcionaram esta pesquisa não seria executada. Além de terem sido a minha principal agência de fomento a pesquisa, sem os seus cuidados, a paciência, o carinho, credibilidade, atenção, confiança, amor, brincadeiras, apoio, etc., este trabalho também não seria aqui apresentado. Muito obrigada, meus pais! É para vocês que dedico esta dissertação.*

*À minha irmã, Ana Amélia, agradecimento especial. Junto com meus pais, teve grande importância no apoio emocional. Obrigada por todas as palavras de conforto que sempre ouvi de você. A dissertação está pronta e agora posso juntar os papéis e livros espalhados pela casa! Aqui também agradeço ao meu cunhado Hiroshi Adachi.*

*Ao meu irmão, Jorge Eduardo, que apesar dos muitos desacordos e diferenças de pontos de vista, quantas discussões... Você sabe, meu irmão, o quanto é importante para mim e que sem seu apoio nada disso seria possível. Estendo os agradecimentos à minha cunhada, Alcione, e minha sobrinha, que está crescendo, Maria Eduarda.*

*Ainda nas montanhas de Minas, agradeço especialmente a minha orientadora de graduação Silvia Jardim Brügger. Agradeço por todo carinho, apoio, atenção e amizade que estão além da vida acadêmica. Além dos meus agradecimentos a sua valiosa contribuição no exame de qualificação, com suas observações e sugestões muito bem-vindas. Muito obrigada! Aproveito para agradecer também ao Josemir todo o apoio dado nestes últimos anos.*

*Passando para a “Corte”. Agradecimento especial ao Roberto Guedes e Silvana Godoy. Agradeço a acolhida na época das provas de seleção e depois delas, o apoio, o carinho, a atenção com que sempre me assistiram. Obrigada por poder contar com vocês, isso foi e é muito importante para mim!*

*E aqui, agradecimento ao meu amigo e companheiro de seleção de mestrado Marcelo Crisafuli. Grande figura! Dois mineiros querendo conquistar a “Corte” e a UFF!*

*Agradeço às minhas amigas cariocas Jordana Conte, Mariana Lima e Natália Gomes. Meninas especiais, com as quais tive a oportunidade de dividir casa e com quem aprendi muito. Meninas eu agradeço a vocês todo o carinho, apoio, as boas risadas e a amizade construída no apto. 603. Muitas saudades de vocês. Aproveito para agradecer à Carla Pinagé por todo carinho, as hospedagens em Rio Bonito e por ter as portas de sua casa sempre abertas para mim.*

*Como a “Corte” é uma cidade que atrai muitas outras pessoas, não só os mineiros, deixo registrado o agradecimento especial aos meus amigos de diversas “províncias” que conheci, tanto na UFRJ, quanto na UFF, são eles: Lidiany Barbosa, Adriano Comissoli, Vitória Lima, Carlos Valência, Camila Batista e Gefferson Rodrigues.*

*Voltando a Minas, agradeço aos meus amigos Alex e Denílson. Obrigada pela amizade e pela certeza de que sempre seremos Malungos! Ao meu amigo Carlinhos Malaquias, agradeço a amizade, o apoio e boa vontade em ajudar uma mestranda em tempos finais de dissertação. Ao Welber Santos tenho muito a agradecer. Foram tantas coisas que se passaram, tantas transformações, mas os sentimentos de amizade, companheirismo e as solidariedades permanecem e permanecerão. Muito obrigada a todos!*

*À minha amiga Renata Kosucinski reafirmou aqui o agradecimento ao presente de aniversário: a parte da documentação particular de Gervásio Pereira Alvim, localizada no Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, em São João del Rei.*

*Agradeço a Rafael Baker Botelho algumas informações a respeito de Francisco Eugênio de Azevedo e os familiares de sua esposa. E a Cristiano Corte Restitutti as “informações complementares” sobre a minha rede de comércio. Muito obrigada!*

*Agradeço à minha prima Hérika que sempre disponibilizou sua casa, em diversos momentos, seja para participação em congresso, seja na “travessia” Minas-Rio. Muito obrigada!*

*Aos novos amigos que fiz em Mariana, Laurinha e Rafael pelas boas risadas! Aos meninos da “Lém Kasa” Pablo, Marcel, Marcelo e Renato pela acolhida sempre receada de muita descontração.*

*Agradeço aos meus amigos que fiz em Diamantina durante o seminário do CEDEPLAR as boas risadas, a descontração, a troca de bibliografias, as sessões de análises coletivas. E aos organizadores do Seminário sobre a Economia Mineira, CEDEPLAR, a oportunidade de participar do evento.*

*Deixo também registrado meu agradecimento às pessoas que com alguns gestos, atenção e/ou carinho não sabem o bem que me fizeram e a carga de ânimo que me injetaram em momentos difíceis, são elas: professora Andréa Lisly (História, UFOP), professora Cláudia Chaves (História, UFOP), professor Roberto Martins (Economia, UFMG) e professora Keila Deslandes (Educação, UFOP).*

*Agradeço ao Dênis Gualberto de Paula o acesso à documentação particular de Gervásio Pereira Alvim. Agradeço também aos funcionários do Arquivo Nacional, principalmente, Joyce, Dario, Cláudio, Paulo e Sátiro pela atenção com que sempre me*

*atenderam. E ao pessoal do Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, em São João del Rei.*

*Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.*

*E, finalmente, agradeço ao Instituto Cultural Amílcar Martins (ICAM) pela bolsa de estudos concedida no segundo semestre de 2008.*

*Paula Chaves Teixeira  
Belo Horizonte, maio de 2009.*

## **RESUMO:**

Esta investigação procurou estudar as relações mercantis entre a província de Minas Gerais e o Rio de Janeiro, dando ênfase para o processo de formação de uma rede de negócios que ligou a comarca do Rio das Mortes à capital do Império. Para tanto, recorreremos ao caso do fazendeiro mineiro Gervásio Pereira Alvim e seus contatos firmados na praça carioca e em outras praças da província de Minas Gerais, na segunda metade do século XIX. A partir da documentação privada do fazendeiro, composta, em sua maioria, por correspondência, foi possível analisar o universo de práticas sociais que interferiam na dinâmica da atividade comercial, bem como o papel da família como principal instrumento de inserção de sujeitos nas redes de negócios entre praças distantes. Assim, a dinâmica do funcionamento do comércio entre os mineiros e cariocas foi parcialmente reconstituída com o cruzamento das informações das fontes analisadas.

**Palavras-chave:** redes mercantis; estratégias familiares; comércio interprovincial; comércio intraprovincial.

## ABSTRACT

This investigation tried to study the mercantile relationships between the southern province of Minas Gerais and Rio de Janeiro. We gave emphasis for the process of formation of a business' net which linked the Rio das Mortes district to the capital of the Empire. To this work, we fell back upon the farmer's Gervásio Pereira Alvim case and his contacts at the carioca market and in other Minas Gerais markets, in the second half of the 19th century. Starting from the farmer's deprived documentation, in its majority composed by correspondences, it was possible to analyze the universe of social practices that interfered in the commercial activity dynamics, as well as the paper of the family as main instrument for the entrance in the nets of businesses between distant markets. Like this, the analyzed sources permitted us to partially reconstruct the business between "mineiros" and "cariocas".

**Keywords:** mercantile relationships; family strategies; interprovincial trade; intraprovincial trade.

## SUMÁRIO:

<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1: O cenário: o lugar e os sujeitos.....</b>	<b>21</b>
1.1 – A província de Minas Gerais no século XIX: economia, demografia e escravidão.....	21
1.2 – A comarca do Rio das Mortes: economia, demografia e escravidão.....	30
1.3 – O papel da família na sociedade Imperial brasileira.....	41
1.4 – Família e padrão de riqueza na comarca do Rio das Mortes: o caso da família de Gervásio Pereira Alvim.....	45
<b>Capítulo 2: A rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim.....</b>	<b>68</b>
2.1 – Quem eram?.....	68
2.2 – As teias que a família tece: à guisa de conclusão.....	124
<b>Capítulo 3: As trocas e a dinâmica mercantil.....</b>	<b>131</b>
3.1 – As cartas.....	131
3.2 – Os tratos mercantis: créditos, pedidos e pagamentos.....	138
3.3 – Dívidas e litígios na década de 1860.....	150
3.4 – O movimento das tropas.....	164
3.5 – Os negócios regionais.....	178
3.5.1 – O outro lado da moeda: as relações entre Gervásio Pereira Alvim e Manoel Ferreira Rodrigues.....	186
3.6 – Conclusão: a sociedade brasileira na segunda metade do oitocentos.....	191
<b>Conclusão.....</b>	<b>193</b>
<b>Fontes Primárias.....</b>	<b>196</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>199</b>

## DIAGRAMAS & QUADROS

Diagrama 1: Relações familiares: capitão mor Gervásio Pereira Alvim e tenente Francisco Machado de Azevedo (c.1791-1850).....	66
Diagrama 2: Relações familiares: capitão Gervásio Pereira do Carmo e tenente coronel Francisco de Assis Resende Alvim (c.1840-1890).....	67
Diagrama 3: Família e negócios: Francisco Eugênio de Azevedo (c.1840-1899).....	128
Diagrama 4: Família e negócios: Carlos Joaquim Máximo Pereira (c.1850-1870).....	129
Diagrama 5: Família e negócios: Sabino de Almeida Magalhães e Manoel Gomes de Castro (c.1840-1880).....	130
Quadro 1: Cartas e recibos de negociantes para Gervásio Pereira Alvim (1850-1880).....	134
Quadro 2: Carta e recibos de fazendeiros, comerciantes e advogados/curadores para Gervásio Pereira Alvim (1850-1880).....	136
Quadro 3: Conta de carroto das cargas de Gervásio Pereira Alvim compradas “Loureiro Botelho e Castro” (1854).....	167

*Para meus pais, Jorge e Maria Lúcia.*

## INTRODUÇÃO

A história desse estudo iniciou ainda no meu curso de graduação em História na Universidade Federal de São João del Rei, quando localizei a documentação privada do fazendeiro e comerciante Gervásio Pereira Alvim, composta de recibos, notas promissórias e cartas pessoais. Do contato com os papéis velhos, guardados no fundo de uma gaveta de fundo falso, surgiram as primeiras inquietações, pouco acadêmicas, é verdade, mas nem por isso menos importantes. Acho que não devem ser omitidas e/ou deixarem de fazer parte do processo de aprendizado, afinal elas foram ponto inicial da curiosidade que move um historiador: *como esses papéis permaneceram até os dias atuais, afinal, eram mais de 150 anos para o mais antigo que é de 1839? Como foram parar naquela escrivaninha de gaveta com fundo falso?* Perguntas ingênuas, sem dúvida, mas, afinal, o conhecimento é alimentado por questionamentos em vários graus, dependendo do nível de formação. Além de configurarem minhas primeiras curiosidades, e o primeiro contato com Gervásio Pereira Alvim, essas questões também fizeram parte de argüições que muitos me fizeram.

Porém, a resposta as essas perguntas parece simples: *alguém as guardou!* E no processo contínuo de perguntas e respostas, novas curiosidades: *quem? Porquê? Quando?* O melhor caminho, e por mim tomado, foi retomar o processo de localização desses papéis. Assim, teríamos, alguém e por algum motivo colocou, senão escondeu, essas cartas dentro daquela gaveta de fundo falso. Poderíamos facilmente pensar: *será que foi Gervásio quem as colocou lá, porque eram documentos importantes a respeito de seus negócios com a Corte e com a região? Ou seria outra pessoa, em outro tempo? Pois havia documentos de outros períodos juntos. Será que foi o avô de Dênis, o senhor João Gualberto de Resende, parente de Gervásio, quem as localizou e as quis guardar pondo-as dentro da gaveta?* O fato é que, Dênis, neto de João Gualberto, também movido por uma curiosidade, queria saber o que tanto o avô guardava naquela escrivaninha e não deixava ninguém se aproximar, “negociou” com o avô a abertura da gaveta e revelou as cartas que fazem parte do escopo documental dessa pesquisa.

Diante de todas estas inquietações e movimentos, as palavras de Marc Bloch, a respeito da sobrevivência dos arquivos, caem como uma luva: os documentos não surgem nos arquivos por acaso, ou por um misterioso decreto dos céus. A sobrevivência dos testemunhos do passado está diretamente relacionada com as ações humanas:

[os documentos] sua presença ou ausência em tais arquivos, em tais bibliotecas, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.<sup>1</sup>

Claro está que alguém ou quis preservar os papéis, como se observa hoje na preocupação de Dênis e de seu avô João Gualberto, com intuito de guardar uma lembrança de família; ou simplesmente guardou e esqueceu e sendo localizados se tornou um belo material de pesquisa.

Meu intuito ao tecer a história da permanência deste testemunho tem caráter metodológico já que, em minha pesquisa, os papéis deixados por Gervásio Pereira Alvim se transformaram em um eixo norteador. E também por não estar disponível ao público, uma vez que se encontra sob guarda particular.

A documentação privada de Gervásio Pereira Alvim está dividida em duas partes, a maior delas, está sob guarda pessoal de Dênis Gualberto de Paula, em Resende Costa, Minas Gerais e, portanto, de acesso restrito. A outra, alocada no Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN-II, em São João del Rei/MG. O acervo abrange o período de 1839 a 1936, sendo o período que refere ao nosso personagem o de 1847 a 1900. As do período posterior a 1902, referem-se a outros sujeitos, membros da família que, no entanto, não entram nesse estudo. O número total de documentos avulsos em posse particular é de 282, sendo que, para o período por mim abordado, que vai de 1847 ao final da década de 1890, o número é de 238 papéis, que são divididos entre cartas, recibos, acordos, créditos, contas; e há ainda 29 sem menção de datas, mas que se referem à Gervásio Pereira Alvim. Já no Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN-II, encontram-se 56 papéis, também divididos em cartas, recibos, acordos, contas que

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.83.

abarcam o período de 1847 a 1914. As que se referem à Gervásio totalizam 46, que vai de 1847 a 1900.

As informações contidas no acervo nos possibilitam a reconstrução da dinâmica dos tratos mercantis entre a província de Minas e a Corte do Império brasileiro na segunda metade do oitocentos. Também nos permitem visualizar o funcionamento das transações mercantis intraprovincial no mesmo período. As cartas, geralmente, versam a respeito dos negócios, tais como ordens de pagamento, andamento das finanças, retiradas, pagamentos a terceiros, créditos, informações sobre cotação dos produtos (tanto na Corte e mercados locais, como os mercados internacionais, como por exemplo, a cotação do café) e até mesmo conselhos de como se portar e de investimentos. Revelando, assim, a dinâmica das atividades mercantis, a movimentação de compras e acertos e de crédito. A maioria também traz e pede informações sobre familiares, buscando conhecimento da situação, como por exemplo, dos estados de saúde, as enfermidades, falecimentos, pêsames e a participação de casamentos e uniões, descortinando, dessa forma, a ação da família nos arranjos de negócios, sobretudo, entre praças distantes onde a referência e conhecimento dos envolvidos eram necessários para as atividades.

Já os recibos, as notas e letras, créditos e contas nos mostram a circulação do capital e dos pagamentos. Os recibos, geralmente, feito a “letra e punho” dos credores, revelam várias práticas de circulação do capital. Ou seja, os recibos, que compõe a documentação particular, podem ser divididos em três categorias devido a forma de pagamento: a primeira, seria o pagamento direto, no qual o credor recebe da mão do próprio Gervásio, dispensando intermediários; a segunda, seria o pagamento via ordem direta de Gervásio com o recurso a intermediários; o terceiro, seria pago por uma pessoa, seguindo ordem de um segundo indivíduo e em conta e saldo de Gervásio, ou seja, pago em sua conta por ordem de terceiro. Embora demonstrem o momento exato da quitação de uma dívida, esse grupo nos revela os caminhos, os contatos, vias do momento do saldo, sobretudo, se eles forem feitos por conta de Gervásio, ordem de um segundo e pagamento por um terceiro.

Os acordos, geralmente, são feitos entre vizinhos, ou seja, residentes no distrito da Lage ou com algum grau de parentesco ou ainda por partilhar de um bem comum. Tratam na sua maioria de compra de escravos, terras, capoeiras e chácaras. As contas e listas de compras mostram os materiais adquiridos. No geral, essas listas são do comércio local,

como por exemplo, as das casas de negócios de São João del Rei, São José, Mosquito, Lagoa Dourada e os produtos predominantes são pólvoras, espoletas, espingardas, chapéus, panos, cortes de tecidos, materiais de costura, fitas, fumo, especiarias (erva-doce, canela e cravo da Índia), cravos para ferrar, freios, pregos e arames.

Enfim, a análise da documentação particular do fazendeiro Gervásio revela sua ação no tempo e no espaço, isto é, tornar visível a sua comunicação com outros sujeitos. A redução da escala de análise, então, torna-se indispensável nesse estudo, pois, é a partir dela que podemos observar um indivíduo construindo as alianças, tecendo suas redes de sociabilidades, seus sucessos e fracassos. Essa estratégia de pesquisa nos permitirá construir uma história social atenta aos sujeitos, percebidos em relações com outros sujeitos<sup>2</sup>.

A documentação privada de Gervásio, aliada a outras fontes, descortina um dado momento da história do Brasil, sobretudo, em referência as atividades mercantis entre pontos geograficamente distantes. Revelam a participação do fazendeiro e de seus familiares no cotidiano oitocentista brasileiro, suas estratégias, alianças, sucessos e fracassos. O método da microanálise, segundo Jacques Revel, permite a melhor construção do social, uma vez que há o afastamento do modelo de macro-história que sempre optou, prioritariamente, pelas séries e números:

como se vê, a abordagem da micro-história se propõe a enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis<sup>3</sup>.

Assim, através da redução da escala de análise, os atores sociais seriam melhores visualizados. Acontecimentos e fatos significativos, que de outra forma seriam imperceptíveis, podem ser interpretados a partir de suas inserções no contexto, isto é, no fluxo do discurso social<sup>4</sup>. As estratégias sociais desenvolvidas, as diversidades de formas de ingressos na sociedade e os recursos empenhados para a concretização de projetos se tornam presentes quando se recorre a análise microscópica. Os sujeitos que participaram da construção do cotidiano, da história são mais evidenciados, a realidade mostra-se mais

---

<sup>2</sup> REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social" IN: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>3</sup> Idem, p.23.

<sup>4</sup> LEVI, Giovanni. "Sobre micro-história" IN: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

palpável e mais detalhada que a realidade abstrata derivada somente do estudo serial e quantitativo. Procura-se o movimento da sociedade no meio das séries que a petrificam e os homens por detrás dos números<sup>5</sup>.

O projeto é fazer aparecer, por trás da tendência geral mais visível, as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais, familiares, de grupo etc. (...) a participação de cada um na história geral, na formação e na modificação das estruturas de sustentação<sup>6</sup>.

Nesse sentido, o recurso à micro-análise nos favorecerá no conhecimento dos meandros das estratégias tecidas pelo fazendeiro e seus familiares, enriquecendo, dessa forma, a construção do conhecimento histórico da sociedade brasileira imperial. Através da redução da escala de análise, procuramos compreender a organização familiar no estabelecimento de contatos mercantis entre praças mineiras e a corte, sobretudo em se tratando de membros com pouco e/ou nenhuma representação nacional, como é o caso de nosso personagem Gervásio Pereira Alvim, e a partir daí, buscar compreender o processo de formação e a dinâmica mercantil inter e intra-provincial.

A busca pela ação do homem no tempo, fez com que o nome fosse nosso principal fio condutor<sup>7</sup>. O nome, o principal indício deixado por Gervásio Pereira Alvim, nos obrigou a percorrer as listas nominativas de 1831/1832 e de 1838/1840, para o distrito da Lage, em busca das origens de nosso personagem e as primeiras informações foram o grande número de “Gervásios” na família: todos os filhos do patriarca Gervásio Pereira Alvim, português, haviam homenageado o pai dando o seu nome a um de seus filhos<sup>8</sup>. O retorno a documentação privada e a notícia do casamento de Gervásio com a prima Maria Salomé, filha de seu tio Francisco de Assis Resende e dona Maria Vitória, descartou um dos possíveis pais de meu personagem. Mas, ainda restavam candidatos: Gervásio do Carmo, dona Mafalda Cândida e Antônio Cândido. O mistério ganha novas luzes quando na mesma documentação, localizei uma procuração que dona Ana Antônia Umbelina de

<sup>5</sup> FRAGOSO, João L. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica” IN: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, pp. 41-70.

<sup>6</sup> REVEL, 1998, Op. Cit., p. 22.

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo. “O nome e o como” IN: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1991.

<sup>8</sup> No entanto, no meio de tantos “Gervásios”, na documentação privada, havia apenas um homônimo do avô, os outros se diferenciavam por um Resende ou um Cândido, como se vê, por exemplo, o doutor Gervásio Cândido de Resende ou o Gervásio Pereira de Resende.

Paiva fez ao filho Gervásio Pereira Alvim. E solucionando o mistério da paternidade, o retorno as listas nos mostraram o que sempre esteve lá, faltando a pergunta exata, o vestígio, a migalha, o nome do marido da mãe do nosso personagem: Gervásio Pereira do Carmo. Assim, o passado tirano, que nos proíbe de “*conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhe fornece, conscientemente ou não*”<sup>9</sup> e dos indícios, os pormenores mais negligenciáveis, os resíduos marginais<sup>10</sup> revelaram a identidade de nosso personagem: Gervásio Pereira Alvim era filho do Capitão Gervásio Pereira do Carmo e de dona Ana Antônia Umbelina de Paiva. Contudo, ainda resta muito a ser revelado a partir do nome.

A partir do nome, percorremos arquivos em busca de informações de familiares e dos homens com os quais Gervásio mantinha tratos mercantis. Assim, a busca pelo máximo de informações desses sujeitos históricos foi empreendida. Os inventários e testamentos de alguns membros da família e de contatos mercantis de Gervásio Pereira Alvim foram localizados. Devido à natureza dessas fontes, elas apresentam informações pessoais valiosas sobre os testamenteiros, inventariados e inventariantes, tais como: lista de bens; dívidas ativas e passivas; partilhas; entre outras.

Na tentativa de reconstrução da família de Gervásio, recorreremos aos registros paroquiais, sobretudo os de casamentos. Alguns se encontram em Carrancas, Minas Gerais, sob guarda da Matriz da cidade. Outros se encontram sob guarda do Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em São João del Rei, Minas Gerais. Essas fontes permitem a reconstrução das relações familiares entre os envolvidos. Recorreremos também aos processos de banhos matrimoniais, uma vez que estes processos costumavam fazer uma investigação detalhada da vida dos noivos. Os processos de banhos encontram-se no Arquivo da Cúria da Arquidiocese, em Mariana, Minas Gerais.

Com relação às atividades mercantis, recorreremos à documentação da Junta do Comércio, Tribunal do Comércio e Junta Comercial do Rio de Janeiro na tentativa de mapear as atividades do fazendeiro Gervásio e de seus contatos mercantis na praça carioca. Essa documentação encontra-se no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Recorreremos também ao “Almanak Laemmert” (Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro), sobretudo as listas de negociantes e lojas para o

<sup>9</sup> BLOCH, 2001, Op. Cit., p. 75.

<sup>10</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

período de 1850 a 1880. Os almanaques estão alocados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro e disponível no sítio da internet: <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm> .

O “Almanak da Província de Minas Gerais”, ano 1870, nos trouxe informações a respeito das comarcas e distritos da província mineira. Nele há várias listas contendo os nomes dos juizes de paz e municipal, dos vereadores, da Guarda Nacional e dos párocos, além da listagem dos principais fazendeiros e comerciantes de cada distrito. Este almanaque está disponível para consulta no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Têm-se ainda as listas nominativas de 1831/1832 e 1838/40, o mapa de população de 1833/1835, sobretudo as que se referem à região do Distrito da Lage, da freguesia e curato de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, Passatempo, Prados e São José na comarca do Rio das Mortes, disponíveis também no Arquivo Público Mineiro. A consulta a estas listas foi feita na base digitalizada pela equipe de pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG. As informações contidas nas listas nos auxiliam no processo de reconstituição de padrões de riqueza e posse de escravos nas regiões acima mencionadas e dessa maneira situar economicamente as famílias estudadas.

Por fim, consultamos também na documentação da Intendência da Polícia do Rio de Janeiro os “despachos de escravos e passaportes”, os códices 411, 419, 421, 424, disponíveis no Arquivo Nacional. A pesquisa foi realizada através do banco de dados organizado pelos professores João Fragoso e Roberto Guedes Ferreira, do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social da UFRJ, com apoio do IPEA. Por meio destes dados podemos observar a atuação de membros da família de Gervásio no comércio de escravos entre a praça carioca e a comarca do Rio das Mortes.

Acreditamos que a busca nominal e o cruzamento das informações das diferentes fontes, permite a compreensão do contexto histórico no qual Gervásio Pereira Alvim estava inserido, como também contribui para o entendimento do processo de formação pontual da rede comercial entre Minas Gerais e Rio de Janeiro e sua dinâmica de funcionamento. Porém, cabe ressaltar que, por vários momentos, a falta de informações sobre os sujeitos em análise e a restrição do nosso universo a rede de mercantil de Gervásio Pereira Alvim destoam nosso estudo do modelo italiano, o transformando em um

estudo tapuia, feio como atentou João Fragoso,<sup>11</sup> sem, no entanto, corresponder falta de seriedade de nossa parte.

\* \* \* \* \*

Esta dissertação é composta por três capítulos. No capítulo primeiro, “O cenário: o lugar e os sujeitos” apresentamos a comarca do Rio das Mortes ao longo do oitocentos, perpassando pela província de Minas Gerais. Destacamos os aspectos demográficos, econômicos e sociais da região no intuito de pontuar o espaço de circulação social, econômica e política de Gervásio Pereira Alvim. Neste capítulo também procuramos apresentar a família de Gervásio Pereira Alvim, atentando para as estratégias e alianças traçadas por seus parentes (avós, tios e alguns primos) ao longo do século.

No capítulo segundo, “A rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim” identificamos o grupo de negociantes com os quais nosso personagem manteve contatos mercantis na Corte do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Neste esforço, procuramos apresentar, a partir de vestígios e pistas deixados por esses sujeitos, suas origens, suas relações sociais, atividades econômicas e o papel da família no processo de construção de alianças que facilitavam as transações mercantis entre praças geograficamente distantes. A identificação do corpo mercantil constitui o primeiro passo para compreender o processo de formação e dinâmica mercantil travada entre praças comerciais distantes numa economia com características pré-capitalista, onde as relações econômicas estavam imersas em relações sociais de parentesco, vizinhança e/ou clientelas e que o conhecimento dos envolvidos era fundamental nos tratos mercantis, como foi o caso do Brasil Império.

Neste sentido, no terceiro capítulo, “As trocas e a dinâmica mercantil” analisamos as trocas mercantis realizadas entre praças geograficamente distantes, dando destaque para a dinâmica das relações estabelecidas entre a província de Minas Gerais e a Corte, os negócios entre mineiros e cariocas, na segunda metade do século XIX. Para tanto, trabalhamos a correspondência do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim com negociantes situados no Rio de Janeiro e outros pontos na comarca do Rio das Mortes. Observamos também o comércio regional e o processo de construção da riqueza de Gervásio ao longo da segunda metade do oitocentos.

---

<sup>11</sup> FRAGOSO, 2002, Op. Cit., pp. 62-64.

## CAPÍTULO 1 – O CENÁRIO: O LUGAR E OS SUJEITOS

Este capítulo se propõe a apresentar a comarca do Rio das Mortes dentro da província mineira, destacando os aspectos demográficos, econômicos e sociais. Neste contexto, ganharam também destaque as relações escravistas, as práticas sociais e o papel da família na estruturação econômica.

### 1.1 A província de Minas Gerais no século XIX: economia, demografia e escravidão

A ocupação da região que abrangia a capitania das Minas Gerais ocorreu, sobretudo, devido à descoberta de extensas reservas de ouro nos anos finais do seiscentos e início do setecentos. A exploração da região por bandeiras, originárias de São Paulo, remonta ao século XVI e XVII, as quais não localizaram nenhuma pedra e/ou metal precioso. A ocupação definitiva ocorreu após a oficialização das descobertas de metais e pedras preciosas na região de Sabará, Ouro Preto e Mariana nos anos finais do século XVII.

A princípio, a região mineradora, juntamente com São Paulo, fazia parte da capitania do Rio de Janeiro, perfazendo a então chamada Repartição Sul, região pouquíssimo explorada e marcada pela indefinição geográfica. Essa união territorial teve fim no ano de 1709, quando o alvará tentou ordenar a exploração e ocupação das Minas. A partir desse alvará, Minas Gerais e São Paulo foram separados da capitania do Rio, criando, então, a capitania de São Paulo e Minas Gerais. No entanto, em 1720, um novo alvará separou as Minas de São Paulo, criando duas novas capitanias: a de Minas Gerais e a de São Paulo. Segundo Auguste de Saint-Hilaire, viajante francês que esteve no Brasil entre os anos de 1817 e 1820, a região mineradora recebeu o nome de Minas Gerais por se encontrar pedras e metais preciosos por todos os lados<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975, p. 45.

Para a administração, a capitania foi dividida inicialmente em três comarcas: Vila Rica, Vila Real do Sabará e Rio das Mortes. Em 1720, com a descoberta das minas de Serro do Frio, foi criada a quarta comarca (a comarca do Serro do Frio). Tal divisão judiciário-administrativa das Minas atravessou todo o século XVIII. A quinta comarca, a de Paracatu, foi criada somente em 1815, no dia 17 de maio<sup>13</sup>. Segundo Saint-Hilaire, Minas Gerais tinha como limites Pernambuco e Bahia ao norte, Espírito Santo ao oriente, Rio de Janeiro e São Paulo ao sul e Goiás ao poente. Ainda segundo a descrição feita pelo viajante:

o Rio Carinhanha, que se lança no S. Francisco, separa-a da Província de Pernambuco, e o Rio Verde da de Bahia. É a Ilha da Esperança, situada no Rio Doce, que forma o limite das províncias do Espírito Santo e Minas. Esta última, enfim, é separada da do Rio de Janeiro pelo Paraíba, o Rio Preto e Paraibuna, da Província de São Paulo pela Serra de Mogiguaçú e da Mantiqueira, e da Província de Goiás pelas montanhas chamadas Serras Parridas, dos Cristais e da Tabatinga.<sup>14</sup>

Com o avançar do século XIX, a capitania/província de Minas Gerais sofreu várias alterações jurídico-administrativas, embora o governo imperial tivesse mantido a divisão em comarcas. As constantes divisões e redefinições de limites das jurisdições aumentaram o número de comarcas, termos e distritos que promoveram o crescimento da malha administrativa imperial, através das emancipações que não se faziam isentas de disputas localizadas. Conforme a população aumentava, as mudanças periódicas na organização das comarcas sucediam-se aliadas a uma política do recente império brasileiro de reorganização administrativa<sup>15</sup>.

Na tentativa de proceder algumas mudanças na organização administrativa, a Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834 estabeleceram um novo código de regras burocráticas e novas funções administrativas as quais as províncias deveriam seguir e que, para tanto, no caso de Minas Gerais, era então preciso conhecer a sua rede de povoamento e sua população. Durante a década de 1830, nem mesmo as autoridades provinciais e

---

<sup>13</sup> CARVALHO, Theóphilo Feu de. **Comarcas e Termos: criações, supressões, incorporações de desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

<sup>14</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, Op. Cit., p. 46.

<sup>15</sup> BERGARD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p.155.

funcionários conheciam a realidade demográfica de Minas, tanto é que datam deste período os ofícios e portarias, oriundos da Presidência, exigindo mapas de população, listas nominativas, listas de eleitores, entre outras<sup>16</sup>. Embora houvesse a preocupação com o conhecimento da população de Minas em outros momentos, como por exemplo, o censo que abrangeu toda a capitania de Minas em 1776, seguido de outras contagens gerais da população em 1786 e 1808, além de alguns censos locais em anos variados<sup>17</sup>.

Para atender as exigências da Presidência da província, através do decreto de 17 de julho de 1832, nos anos de 1833 e 1835 os distritos foram obrigados a prestar informações a respeito de sua população. Segundo Maria do Carmo Salazar Martins, em 1835 Minas Gerais apresentava-se dividida em nove comarcas e vinte e seis termos, e estes haviam sido divididos pelas câmaras municipais em diversos distritos<sup>18</sup>. Apesar do esforço de alguns distritos, o presidente Antônio Paulino Limpo de Abreu, em seu relatório, reclamava da morosidade dos juízes de paz em cumprir as exigências e alegava não conhecer ao certo o número de distritos existentes em Minas<sup>19</sup>. Ainda que não soubesse ao certo o número de distritos, o presidente considerou algo em torno de 420 e de acordo com o número de mapas que foram devolvidos à Presidência e localizados no Arquivo Público Mineiro (APM) por Martins, a autora contabilizou 330 distritos. Porém, segundo a mesma pesquisadora, utilizando outras fontes de dados, foram revelados ainda outros 86 distritos, o que contabiliza 416 distritos em Minas Gerais entre os anos de 1833 e 1835. Desses dados, ela chama atenção para a proximidade dos números localizados e os mencionados por Antônio Paulino Limpo de Abreu<sup>20</sup>.

Maria do Carmo Salazar Martins, trabalhando com os 330 distritos que enviaram seus mapas à Presidência da província (ou seja, com 79,6% dos distritos existentes em Minas Gerais na década de 1830), apresentou dados sobre a demografia para algumas regiões. Segundo a autora, entre os anos de 1833-35, Minas Gerais apresentava, aproximadamente, uma população total de 624.617 almas e os escravos representavam 33,3% da população (208.302 almas). Os brancos eram minoria na população mineira atingindo um percentual de 29,2%, enquanto os pardos representavam 34,4% e os pretos

---

<sup>16</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar. "Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35". IN: **Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1990, pp.14-16.

<sup>17</sup> BERGARD, 2004, Op. Cit., p. 153.

<sup>18</sup> MARTINS, 1990, Op. Cit., p.16.

<sup>19</sup> Idem, pp.15-16.

<sup>20</sup> Idem, pp.15-17.

36,4%. Entre os livres, os pardos livres representavam 45,2% da população, ao passo que os brancos eram 43,8% da mesma e entre a população cativa, os pardos representavam 13%.

Aprofundando mais na análise dos mapas, Martins nos informa ainda que 27,7% da população eram casados, sendo que o número de casais livres era bem superior ao de cativos (32,3% e 18,5% respectivamente). A proporção de brancos casados figurava em 34,1% , de pretos livres em 31,2% e os pardos livres em 30,8%. No mundo da escravidão, os pretos casados representavam 18,9% e os pardos casados 16,4%. Em Minas, a população masculina era superior a feminina, porém com variações de acordo com o estatuto jurídico. Os homens representavam 52,4% da população total, no entanto, o número de mulheres livres era superior ao de homens livres (50,7% e 49,3%, respectivamente), acontecendo o inverso na população escrava (58,6% eram homens e 41,4% eram mulheres).

Enfim, Martins mostrou o quadro demográfico de uma sociedade escravista cujas atividades econômicas estavam voltadas para o abastecimento interno da própria província e de outras regiões fora dela, como por exemplo, o abastecimento da Corte do Rio de Janeiro. A partir dos dados apresentados pela autora podemos perceber o crescimento da população cativa da província mineira na primeira metade do século XIX. Em 1808, Minas possuía 148.772 cativos e esse número havia aumentado para 168.543, em 1819. Detalhe importante a destacar foi que em 1819 Minas era a região do Brasil com a maior população escrava, ela possuía 15,2% da população escrava do país, em seguida vinham Bahia e Maranhão<sup>21</sup>.

Em 12 de novembro de 1861, o Presidente da província solicitou aos vigários das paróquias mineiras que respondessem a um ofício onde ordenava que fossem fornecidas informações sobre a população e as indústrias de cada freguesia. Dessa tentativa de conhecer a população mineira do terceiro quartel do oitocentos resultaram 76 mapas de freguesias ou paróquias, distribuídas por 34 distritos mineiros. Ao analisar os dados dos mapas, Maria do Carmo Salazar Martins, Maurício Antônio de Castro Lima e Helenice Carvalho Cruz da Silva contaram com uma amostra de, aproximadamente, 20,5% do total das freguesias existentes na província na época e revelaram algumas características

---

<sup>21</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850**. Niterói: UFF, 1994, p.104 (Dissertação de Mestrado).

permanentes da composição social de Minas Gerais<sup>22</sup>. Os mapas foram preenchidos pelos vigários entre os anos de 1862-63, sendo que as paróquias e os municípios recenseados estão distribuídos por quase todo o território mineiro, exceto para a região do Triângulo, onde na época havia apenas dois municípios e para a região Norte/Nordeste com três municípios.

Segundo os autores, os dados revelaram que 74,9% da população mineira eram compostos por sujeitos livres e 25,1%, por escravos. Tais percentagens aproximam-se dos encontrados por Clotilde Andrade Paiva e Tarcísio Rodrigues Botelho que, ao analisarem a distribuição da população para o ano de 1855, observaram que 69,54% da população mineira eram constituídos por livres enquanto 30,46% eram cativos e para o ano de 1872, 81% da população eram livres e 19%, escravos.<sup>23</sup>.

Quanto à distribuição da população escrava pela província, Martins, Lima e Silva perceberam que alguns municípios apresentavam índices de mão-de-obra escrava maior que os da província. Barbacena e Leopoldina se destacaram por apresentar maior número de escravos que livres (54,6% e 53,5% respectivamente), ambos eram regiões de plantação de café. Já outros dezoito municípios tiveram percentagens de cativos superior aos 25,1%, entre eles estão os municípios de São João del Rei, São José, Campanha e Oliveira. Nos outros restantes, o percentual de escravos variava entre 13,0% e 20,0% da população total.

Quando se observa a distribuição da população escrava por freguesia, três freguesias apresentam percentuais acima de 50%, são elas: São José do Paraíba, Madre de Deus do Angu e Remédios, sendo que as freguesias de São José do Paraíba e Remédios estão localizadas entre as regiões Vertentes e Zona da Mata. Das 76 freguesias mapeadas, 36 apresentaram percentuais de população escrava variando entre 25% e 49%, sendo que, cinco freguesias estão na margem entre 40% e 49%; nove, entre 35% e 39%; dez, entre 30% e 34% e doze, entre 25% e 29%. As outras 37 freguesias estão na margem de 10% a 24%, sendo que 20 delas apresentaram percentuais da população cativa entre 20% e 24%; nove entre 15% e 19% e oito, entre 10% e 14%. A partir desses dados, os autores chamam

---

<sup>22</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro & SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. "População de Minas Gerais na segunda metade do séc. XIX: novas evidências". IN: **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2002.

<sup>23</sup> PAIVA, Clotilde Andrade & BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. "População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmica diferenciadas". IN: **Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1995, p. 98.

atenção para o fato das freguesias mapeadas estarem espalhadas pela província, revelando, assim, que a dispersão dos escravos foi bastante errática e mais, que há localidades dentro de uma mesma área onde a proporção de cativos é bastante superior à de freguesias que lhe são vizinhas<sup>24</sup>.

A partir dessa última observação, os autores optaram por dividir as freguesias pelas regiões geográficas de Minas: Centro, Centro-Oeste, Campo das Vertentes, Jequitinhonha/Rio Doce, Mata, Sul e Sudoeste; lembrando que as regiões do Triângulo e Norte/Nordeste não constam da amostra. Através dessa nova regionalização, os autores destacam que os escravos se concentravam nas regiões Vertentes e Mata<sup>25</sup>, nas quais a população cativa representava 38,2% e 30,7% da população total, respectivamente. Destacam, também, que a população escrava masculina se concentrava nas regiões Centro (27,2%), Sul (23,2%) e Vertentes (17,1%). Quanto à distribuição por sexo da população, observa-se que o número de mulheres livres foi sempre maior do que o número de homens livres em todas as regiões da província de Minas Gerais. A única exceção foi a região da Mata onde o número de homens, tanto de livres quanto de escravos, era superior. Vale ressaltar que foi nesta região que se formou a cafeicultura mineira.

Os dados apresentados têm por objetivo conhecer a estrutura de povoamento da província mineira incluindo aí as características da população em dois momentos distintos. Embora as amostras não cubram toda a província, elas fornecem, sem sombra de dúvidas, preciosas informações a respeito dos distritos (nomes e números), da população que os habitavam e das estruturas domiciliares de Minas Gerais no oitocentos. Permitem, também, um estudo analítico da dinâmica demográfica de Minas nos dois períodos, como por exemplo, os dados revelam que a escravidão continuou como eixo central da economia mineira.

---

<sup>24</sup> MARTINS, LIMA & SILVA, 2002, Op. Cit., p.09.

<sup>25</sup> Na geografia de Minas, a região do Campo das Vertentes cobre todos os município de São João del Rei, Tiradentes (São José del Rei), Conceição da Barra de Minas, Prados, Lagoa Dourada, Resende Costa (distrito da Lage), Coronel Xavier Chaves (quarteirão do Mosquito), São Tiago, Ritópolis (distrito de Santa Rita), Madre Deus de Minas, Piedade do Rio Grande, Santa Cruz de Minas, Dolores do Campo, Nazareno, Santana do Garambéu, Barbacena, Alfredo Vasconcelos, Barroso, Carandaí, Ressaquinha, Antônio Carlos, Capela Nova, Desterro de Melo, Santa Bárbara do Turgúrio, Carnaíba, Ibertioga, Senhora dos Remédios, Carrancas, Itumirim, Luminárias, Ijaci, Itutinga, Nepomuceno, Ingaí, Lavras e Ribeirão Vermelho. Já a Mata, está localizada na região sudeste de Minas Gerais, fronteira com o Rio de Janeiro, cobre os municípios de Mar de Espanha, Além Paraíba, Leopoldina, Juiz de Fora, Rio Novo, Rio Pomba, Cataguases, Muriaé, Ubá, Rio Branco, Viçosa, Carangola, Ponte Nova entre outras cidades. Ou seja, as duas regiões, faziam partes das comarcas do Rio das Mortes e do Paraibuna, em 1833-1835.

Segundo Roberto Borges Martins<sup>26</sup>, Minas Gerais no século XIX possuía o maior sistema escravista do Brasil, superando a de qualquer outra província brasileira. Em 1819, Minas possuía 170.000 escravos e esse número passou para 380.000 em 1873. Em cifras nacionais, o crescimento da população escrava de Minas passou de 15,2% do total de mão-de-obra brasileiro em 1819 para 24,7% em 1873. Esse crescimento, segundo Martins, foi a uma taxa de duas vezes e meia maior que a taxa nacional e em números absolutos só foi igualado pelo do Rio de Janeiro, no mesmo momento. As taxas das duas províncias eram quase três vezes maiores que a de qualquer outra província brasileira. É interessante ressaltar que no século XIX, entre os anos de 1819 e 1873, a população mineira como um todo cresceu a uma taxa média anual de 2,2%, superior à nacional, que foi de 1,9%, para o mesmo período<sup>27</sup>.

De acordo com Martins, nesse período:

Minas Gerais tinha mais escravos que as dez províncias situadas a cima da Bahia, mais as de Goiás, Mato Grosso e Paraná reunidas. Esse contingente servil era ainda maior que a população escrava de qualquer outra sociedade escravista do Novo Mundo em qualquer época, com exceção dos Estados Unidos, Cuba e Haiti nos seus pontos máximos<sup>28</sup>.

Para Roberto Martins, a grande escravaria de Minas não foi herança da economia mineradora do século XVIII, mas sim o resultado de importações recentes, não induzidas pela mineração que, ao longo do século XIX, ocupava apenas uma pequena parcela da mão-de-obra escrava. Segundo o autor, a agricultura era a atividade que mais empregava mão-de-obra escrava, seguida pela pecuária e várias outras atividades artesanais e manufatureiras (como por exemplo, a indústria têxtil e a siderurgia). Já a economia cafeeira tinha papel limitado, não ocupava mais do que quatro por cento da superfície da província e, portanto, para Martins, ela não podia explicar a sobrevivência e muito menos o crescimento da escravaria mineira. Conforme o autor, ao longo da primeira metade do oitocentos, Minas Gerais foi o maior importador de escravos do Brasil e, na América, foi superado apenas por Cuba.

---

<sup>26</sup> MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1982 (Texto para discussão N° 10).

<sup>27</sup> PAIVA & BOTELHO, 1995, Op. Cit., p. 88.

<sup>28</sup> MARTINS, 1982, Op. Cit., p. 01.

Segundo Martins, nem a economia mineradora e nem a cafeeira poderiam explicar o tamanho absoluto da escravaria de Minas, devido a seus papéis menores na vida econômica da província. A economia mineira ao longo do oitocentos era voltada para a produção de alimentos e criação de víveres voltada para o auto-consumo e o abastecimento interno à província, sem especialização para a produção mercantil e pouco determinada pela força de mercado. Assim, conforme o autor, a fazenda mineira foi caracterizada pela diversidade das atividades, algumas compreendendo amplas extensões de terras e de escravos, pela auto-suficiência e pelo baixo dinamismo em relação ao mercado externo e suas exportações.

Em contestação a esse caráter pouco dinâmico da economia mineira, Robert Slenes<sup>29</sup> defendeu que a capacidade de reprodução da economia escravista mineira estava na vinculação desta com os mercados tanto intra como interprovincial. Slenes, revendo os dados de Martins e questionando a forma do cálculo, uma vez que este cálculo tratava-se de uma variável dicotômica, na qual as regiões eram enquadradas como produtora ou não produtora de produtos para exportação (café, no caso), não sendo sensível à participação de outras economias vinculadas à exportação por via indireta, apresentou um quadro econômico mais dinâmico para a economia mineira. Segundo Robert Slenes, o número de escravos relacionados com a produção voltada para a exportação era maior que os apresentados por Martins, pois é preciso incluir no cômputo os envolvidos de forma indireta. Os dados apresentados por Martins, acerca do número de força de trabalho escravo abarcado na cafeicultura em 1872 (5,6% da mão-de-obra escrava) foram feitos de acordo com os dados coletados por Laërne. No entanto, uma diferença convém ser notada, este estudioso da indústria cafeeira calculou o número de envolvidos na produção de café dentro da fazenda, ou seja, somente os escravos envolvidos de forma direta com a produção. A partir disso, Slenes questionou:

Será que os escravos tropeiros, carpinteiros e cozinheiros nestas fazendas, pessoas que são incluídas nos cômputos de Laërne, deveriam ser considerados pelos Martins como escravos ‘no café’? Claro que sim. Mas o que dizer então dos escravos de fazendeiros e sitiantes vizinhos que não plantam o café, mas que criam porcos e cultivam milho e feijão para suprir as fazendas cafeeiras e os centros urbanos que atendem às necessidades destas? É evidente

---

<sup>29</sup> SLENES, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX.” IN: **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 18, Nº 3, IEP/USP, 1988, pp. 449-495.

que estes escravos também deveriam ser considerados como trabalhadores ‘no café’, pelo menos no contexto da discussão.<sup>30</sup>

Indo mais além, a partir das observações acima, Slenes questionou qual seria a economia mais dinâmica que determinaria, em grande parte, a demanda por bens e o emprego de escravos. Segundo o autor, o impacto da cafeicultura sobre a economia de Minas foi maior que as porcentagens apresentadas por Martins, já que havia uma demanda combinada das áreas cafeeiras do Rio, São Paulo e da província mineira. Como bem ressaltou o autor, as áreas de *plantation* importavam de Minas gado *vacum* e suíno, queijo, toucinho e outros mantimentos, bem como tecido para a produção de roupas para escravos e sacos para o transporte. Nesse sentido, havia uma resposta a cada demanda e as ligações entre as produções visavam o abastecimento das economias exportadoras e a economia exportadora, por sua vez, estimulava outros setores da economia de abastecimento, formando vários ciclos:

As exportações de pano de algodão eram responsáveis por uma parte significativa do emprego de trabalhadores na manufatura de têxteis, especialmente daqueles que produziam pano para o mercado. Este setor exportador, por sua vez, teve um impacto sobre a economia interna. As pessoas nele envolvidas precisavam comer e provavelmente compravam pelo menos uma parte de seus mantimentos. Além disso, o transporte de produtos de algodão para as regiões cafeeiras criava empregos para tropeiros, livres e escravos, que, por sua vez, estimulavam o mercado doméstico para milho, ferraduras, pregos – e também para pano de algodão. A produção de queijo, gado e toucinho para as áreas cafeeiras e seus centros urbanos também tinha ligações primárias e secundárias com a economia interna, aumentando a procura de mantimentos, ferragens e têxteis e estimulando o emprego de pessoas nesses setores e no transporte, o que por sua vez dava um incentivo ao mercado interno para produtos agrícolas e manufaturados. E havia ainda ligações terciárias: o abastecimento dos tropeiros e dos condutores de gado bovino e suíno no setor exportador e o suprimento dos fazendeiros e sitiantes<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Idem, p. 457.

<sup>31</sup> Idem, p. 460.

Segundo Slenes, atentando para o estudo de Alcir Lenharo<sup>32</sup>, os fluxos mineiros de abastecimento da Corte do Império ocorreram bem antes do surto cafeeiro, ainda na primeira metade do século XIX, sobretudo após a vinda da Corte portuguesa para o Brasil.

Enfim, a análise crítica de Robert Slenes sobre o grau de dinamismo da economia mineira no oitocentos revelou um quadro diferente de Martins. Slenes apresentou a economia mineira suficientemente dinamizada pelo setor exportador que influenciava bastante a produção voltada para o abastecimento interno. Com este debate e outras pesquisas posteriores, já se consolidou a percepção de que a economia de Minas Gerais, no século XIX, apresentava-se bem diversificada e dinâmica capaz de gerar recursos para a renovação, via tráfico de escravos, de sua força de trabalho. O perfil de província abastecedora de Minas, neste período, foi reforçado na medida em que ela estabeleceu vínculos comerciais estreitos com várias outras praças, especialmente com a Corte<sup>33</sup>. Esses laços comerciais, por sua vez, influenciaram no nível de desenvolvimento econômico diferenciado por regiões na província de Minas, segundo Clotilde Andrade Paiva<sup>34</sup>.

Para finalizar a seção, cabe ressaltar que, embora Minas possuísse a maior população escrava do país, grande parte dos fogos listados nas listas nominativas não contava com a presença de mão-de-obra escrava e um pequeno número de proprietários contava com a posse acima de 10 cativos. A maioria dos proprietários tinha entre 1 e 5 mancípios<sup>35</sup>. Exceto à região produtora de café onde se verificou uma maior concentração da mão-de-obra escrava.

## 1.2 A comarca do Rio das Mortes: economia, demografia e escravidão

Na seção anterior, fizemos uma breve caracterização da província de Minas Gerais no oitocentos, ressaltando os aspectos demográficos e econômicos, como forma

---

<sup>32</sup> Ver: LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)**. São Paulo: Símbolo, 1979.

<sup>33</sup> PAIVA & BOTELHO, 1995, Op. Cit., p. 91.

<sup>34</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: FFLCH-USP, 1996, pp. 108-127 (Tese de Doutorado).

<sup>35</sup> LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia doméstica: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 97-122.

introdutória para a análise da comarca do Rio das Mortes. Pensamos que essa breve apresentação da província nos auxilia na pontuação da comarca, ressaltando seus aspectos similares e suas especificidades em relação a outras regiões do território mineiro. Afinal, como já havia ressaltado Guimarães Rosa: “Minas são várias”.

A comarca do Rio das Mortes tem sua data de criação com o alvará de 1714, foi uma das três primeiras comarcas criadas na capitania de Minas Gerais e São Paulo. Ela compreendia um vasto território, todo o sul de Minas e grande parte da zona da Mata. Em 1819, o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire a descrevia como a mais meridional das cinco comarcas mineiras, tendo como centro administrativo-judiciário a vila de São João del Rei e se subdividindo em oito termos: “*os de São João del Rei, de Jacuí, Baependi, de vila da Campanha, da Barbacena, de Queluz, de São José e de Tamanduá*”<sup>36</sup>.

Na época colonial, a comarca foi palco de dois movimentos que, embora de naturezas e motivações diferentes, marcaram a história de Minas colonial: a Guerra dos Emboabas e a Inconfidência Mineira. O primeiro estava relacionado com a descoberta, ocupação e administração da região nos anos finais do XVII e princípio do XVIII. Os bandeirantes paulistas se achavam legítimos descobridores das minas e, portanto, os legítimos exploradores, na tentativa de estabelecer a ordem e um governo na região, entraram em conflito com o outro partido que se formou: os estrangeiros ou forasteiros, os quais foram apelidados de Emboabas. Houve um conflito armado entre os partidos próximo às margens do Rio das Mortes, os paulistas foram derrotados e os estrangeiros deram a seu chefe Manuel Nunes Viana o título de governador da região. Tal confronto ficou conhecido como a Guerra dos Emboabas.

Já o segundo movimento aconteceu no final do século XVIII, também relacionado à exploração aurífera (porém de caráter e natureza distintos do primeiro), e a cobrança de impostos pela coroa portuguesa. Os envolvidos com o movimento se aliaram por motivos pessoais diversos e eram membros da elite da capitania. O movimento foi deflagrado com a denúncia de Joaquim Silvério dos Reis, os líderes e outros aliados foram punidos com o degredo na África e com o seqüestro dos seus bens e Tiradentes foi executado na forca. Os dois episódios tratam-se de fatos marcantes da história de Minas colonial que servem aqui somente a título de ilustração para situar a região e, portanto, não serão plenamente desenvolvidos.

---

<sup>36</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, Op. Cit., p. 47.

Famosa na historiografia pelas relações comerciais com a cidade do Rio de Janeiro, sobretudo no setor de abastecimento, a região da comarca do Rio das Mortes se voltou para a produção de alimentos e a pecuária ainda na época colonial. Segundo Laird Bergard, antes mesmo da perda de fôlego da mineração, a região do Sul de Minas já havia invertido os fluxos de abastecimento entre Minas e o Rio de Janeiro e essa inversão foi intensificada com o decorrer do século XIX<sup>37</sup>.

A comarca do Rio das Mortes, com seu conjunto de atividades rurais de subsistência, aos poucos foi suprindo os antigos centros mineradores com seus produtos, tornando-se um dos seus principais abastecedores, substituindo, mais tarde, os fornecedores do Rio de Janeiro. Com o desenvolver do setecentos, a economia voltada para o abastecimento interno ganhou novos mercados, a descida das primeiras boiadas mineiras para São Paulo, em concorrência com os fornecedores dos campos do sul, Curitiba e Rio Grande, data de 1756 e para o Rio de Janeiro data de 1765<sup>38</sup>. Ainda no setecentos, além do gado a comarca do Rio das Mortes também iria abastecer a cidade do Rio de Janeiro com tabaco, queijo e carnes suína e bovina salgadas<sup>39</sup>.

Justamente essa amplitude da economia da comarca do Rio das Mortes que chamou a atenção de Caio Prado Júnior. Segundo o autor, a região da bacia do Rio Grande era a mais importante das três regiões que constituía a capitania mineira, levando-se em consideração a ocupação e o povoamento. A agricultura e a pecuária aí desenvolvidas foram instaladas com sucesso, tornando-se, juntamente com outros núcleos de produção para o abastecimento, fornecedores do mercado carioca.

De acordo com Prado Júnior, a vinda da Corte portuguesa para o Brasil teria beneficiado os mineiros, sobretudo os da região do Sul de Minas. A chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro favoreceu ainda mais o comércio de abastecimento entre as duas regiões. Minas Gerais, especialmente o Sul de Minas, intensificou suas relações comerciais com o Rio e para facilitar o acesso das tropas à nova Corte do Império português, d. João VI implementou uma série de medidas, entre as quais, a abertura de novas estradas e a melhoria das antigas que ligava as duas regiões<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> BERGARD, 2004, Op. Cit. 43-76.

<sup>38</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 57 e p.198.

<sup>39</sup> BERGARD, 2004, Op. Cit., p. 68.

<sup>40</sup> LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)**. São Paulo: Símbolo, 1979, pp.57-71.

É interessante ressaltar que embora Caio Prado Júnior estivesse preocupado com o sentido da colonização e com o exclusivismo metropolitano, sustentando que o traço comercial da colônia “*se deriva do próprio caráter da colonização, organizada como ela está na base de produção de gêneros tropicais e metais preciosos*” para o fornecimento do mercado internacional<sup>41</sup>, o próprio autor apresentou dados referentes à economia da comarca do Rio das Mortes que hoje a produção historiografia tem discutido e apontado. Assim, observa-se que mesmo preocupado com aspectos estruturais da colônia, Caio Prado Júnior forneceu os elementos para a revisão da economia colonial, destacando em seus estudos o vigor comercial e da agricultura de subsistência do Sul de Minas.

Nos anos iniciais do século XIX, a comarca do Rio das Mortes se destacou pelo impressionante crescimento demográfico em relação às outras quatro comarcas mineiras. Entre os anos de 1776 e 1821, a população da antiga zona de mineração transformada em região predominantemente agropastoril a partir da segunda metade do século XVIII, cresceu a um ritmo anual de 2% no período que vai de 1776 até 1808 e atingiu a cifra de 3,3% de crescimento anual entre os anos de 1808 e 1821. Segundo Bergard, “*este foi um aumento muito superior ao ocorrido em qualquer outra área da capitania*”<sup>42</sup>. A comarca do Rio das Mortes também aumentou sua parcela no total da população de Minas Gerais, passando de 24% em 1776 para aproximadamente 41% em 1821. Embora as áreas ao redor de São João del Rei e São José del Rei fossem vilas antigas da primeira metade do século XVIII, “*as regiões do sudeste e do distante oeste do Rio das Mortes eram verdadeiras áreas de fronteira no início do século XIX*”<sup>43</sup>.

Em 1833-35, a comarca do Rio das Mortes tinha sessenta e três distritos divididos em quatro termos: vila de São João del Rei, de São José, de Tamanduá e de Lavras. A população total da comarca era de, aproximadamente, 110.463 almas, sendo que a população livre somava 67.829 almas (61,40%) e a escrava, 42.634 (38,6%). Nestes anos, a comarca possuía 17,7% da população total da província mineira, os livres representavam 16,3% do total provincial e os escravos, 20,5%<sup>44</sup>. Cumpre ressaltar que neste período a comarca do Rio das Mortes já havia perdido parte de seu território devido

<sup>41</sup> PRADO JÚNIOR, 1981, Op. Cit., p. 113 e p.162, onde se destaca a agricultura de subsistência autônoma e apreciável nas Minas.

<sup>42</sup>BERGAD, 2004, Op. Cit., p. 168.

<sup>43</sup>Idem, pp. 157- 170.

<sup>44</sup> MARTINS, 1990, Op. Cit., p.23. Cabe ressaltar que os dados fornecidos pela autora são da lista nominativa de 1833-1835 que cobrem 79,6% dos distritos existentes em Minas Gerais naquele momento.

a significativos desmembramentos. Em 30 de junho de 1833 a Resolução do Conselho da Província criou a comarca do Paraibuna com os termos de Barbacena e Baependi e a comarca do Sapucaí com os termos de Campanha, Jacuí e Pouso Alegre. Foi a partir desta resolução também que o termo de Queluz foi separado da comarca do Rio das Mortes e incorporado à de Ouro Preto<sup>45</sup>. Para dimensionar a importância dessa divisão jurídico-administrativa, basta observar a queda da representatividade populacional da comarca do Rio das Mortes em 1833-35 no contexto provincial (de 41% em 1821 para 17,7% em 1833-35, aproximadamente) e o fato da mesma ter perdido de sua jurisdição termos bastante populosos. Ao todo somam-se 114 distritos a menos, divididos entre as comarcas do Rio Paraibuna, Sapucaí e o termo adicionado a de Ouro Preto<sup>46</sup>.

Ao destrincharmos a população por termos, temos um retrato demográfico da comarca do Rio das Mortes, visualizando melhor sua organização espacial e dinâmica interna na década de 1830. Acreditamos que assim nos aproximamos da realidade sócio-econômica e demográfica da comarca e do quadro específico de cada termo, possibilitando uma análise, embora breve, das atividades produtivas da região.

O termo da vila de São João del Rei contava com 17 distritos: São João del Rei, Santo Antônio do Rio das Mortes, São Miguel do Cajuru, São Francisco do Onça, Madre de Deus, Piedade do Rio Grande, Conceição da Barra, Nazareth, São Gonçalo do Ibituruna, Conceição de Carrancas, Espírito Santo de Carrancas, Campo Belo, Luminárias, São Tomé da Serra das Letras, Santo Antônio da Ponte Nova, Conceição do Porto e São Gonçalo do Brumado. A população total do termo era de 22.135 almas, sendo que a população livre representava 55,6% (12.299 almas) e a escrava representava 44,4% (9.836 almas). Cumpre notar que a população escrava do termo de São João era maior que o índice geral da comarca (38,6%) e da província (33,3%).

Outro dado que nos chamou à atenção no termo de São João foi a presença de distritos onde a população cativa superou a livre. Foram contabilizados cinco distritos onde os cativos representavam cifras superiores a 60% do total, são eles: Espírito Santo de Carrancas (72,4% da população era cativa), Conceição de Carrancas (65,1%), Conceição do Porto (64,7%), Campo Belo (64,4%) e São Gonçalo do Ibituruna (62,5%). Outros três distritos mostraram certo grau de equilíbrio entre o número de livres e mancipios: em

---

<sup>45</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002, pp. 31-35.

<sup>46</sup> MARTINS, 1990, Op. Cit., pp. 21-29.

Madre de Deus os escravos representavam 54,1% do total da população; em São Miguel do Cajuru, eles eram 51,3% e em Nazareth, 50,2%. Essas cifras são bastante interessantes e altas uma vez que a economia mineira, neste momento e nestas regiões, estava voltada para a produção agro-pastoril tanto para consumo interno à província quanto para exportação. Tais dados só vêm a corroborar a importância e a dinâmica dessa economia voltada para o abastecimento e a sua capacidade de reprodução da mão-de-obra escrava.

O termo da vila de São José foi formado por 21 distritos: São José, Prados, Ressaca, Lagoa Dourada, Lage, Passatempo, Santa Rita, São Tiago, Senhora de Oliveira, Bom Sucesso, Bom Jesus dos Perdões, Cana Verde, Cláudio, Japão, Santo Antônio do Amparo, Mata do Carmo, Olhos d'Água, Desterro, São João Batista, Padre Gaspar e Santana do Jacaré. A população total do termo era de 36.608 almas, os livres representavam 59,7% (21.862 almas) e os mancipios 40,3% (14.746 almas) do total. Neste termo também se observa que a porcentagem de cativos foi superior aos da comarca e da província.

Verifica-se ainda a presença de distritos com percentuais de população cativa superior ao de livres. O distrito da Lage apareceu com o maior índice de população escrava do termo de São José, os escravos compunham 58,4% da população total. Em segundo veio Japão com 54,9%; depois, Ressaca com 54,4%; São Tiago com 52,9% e Passatempo com 51,4%. Embora existam poucos estudos sobre tais distritos, sabe-se que suas atividades produtivas estavam ligadas a produção de alimentos e suas ocupações, de modo geral, datam de meados do século XVIII, no início do processo de reorganização econômica da região após o declínio das lavras de ouro<sup>47</sup>.

O termo de Tamanduá contava com 14 distritos: Campo Belo, primeiro e segundo distritos, Pium-í ou Santo Antônio da Capitinga, Pium-í (segundo distrito), Candeias, São Francisco de Paula, Desterro, Tamanduá, Cristais, Santo Antônio do Monte, Formiga, Padre do Indaiá, Aterrado e Bambuí. Dentre estes distritos, não possuímos informações para dois: Tamanduá e Cristais. Portanto, as estimativas populacionais para este termo não os incluíram. A população total era de 28.956 sujeitos, divididos em 20.072 livres (69,3%) e 8.884 escravos (30,7%). É interessante observar que

---

<sup>47</sup> Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira demonstra que os primeiros pedidos de sesmarias para a região do distrito da Lage, feitos nas décadas de 1740, estavam relacionados com o desenvolvimento de atividades agrícolas e pastoris na região. Ver: TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume, 2006.

embora este termo fosse o segundo maior em população da comarca do Rio das Mortes, o percentual de mancípios fora o menor da comarca.

O termo de Lavras era composto por 11 distritos: Lavras, Boa Vista, São João Nepomuceno, Ingaí, Carmo do Campo Grande, Rosário, Dolores, Três Pontas, Espírito Santo dos Coqueiros, Espírito Santo do Varginho e São Francisco do Aguapé. A população era composta por 22.764 almas, os livres representavam 59,7% (13.596 almas) e os cativos, 40,3% (9.168 almas). Mais uma vez, observamos que o termo possuía índices de mão-de-obra escrava superiores aos da comarca e da província. No entanto, não foi identificado nenhum distrito com população cativa superior a livre.

A partir dessa apresentação demográfica da comarca do Rio das Mortes, podemos observar que embora ela tenha sofrido significativos desmembramentos, continuava como uma região com alto percentual de mancípios. A proximidade e os vínculos comerciais com a Corte do Rio de Janeiro favoreceram no desenvolvimento econômico da região que, segundo as análises de Clotilde Paiva, era um dos mais altos da província ao longo do XIX. A comarca possuía vigorosa atividade comercial, sobretudo no abastecimento do Rio de Janeiro. Exportava vários tipos de produtos, sendo os mais importantes os agropecuários, tais como toucinho, bovinos, suínos, tabaco e queijos e a vila de São João del Rei, cabeça da comarca, foi um importante entreposto comercial<sup>48</sup>.

Após a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, as ligações econômicas com o Rio se acentuaram. Segundo Alexandre Mendes Cunha, o impacto econômico foi inédito acarretando transformações significativas na economia da capitania:

Em 1802, passaram pelo registro fiscal da Mantiqueira (saída quase exclusiva para esse comércio) 716 porcos rumo à capital. Três anos depois da transferência da Corte, em 1811, foram 1.632 cabeças. E entre 1818 e 1819, os porcos exportados já eram 30 mil<sup>49</sup>.

Segundo as análises de Cunha, a vinda da Corte “*veio em boa hora para a economia mineira*”, que além dos porcos, enviava ainda aguardente de cana, rapadura, café, milho, arroz, feijão, farinhas diversas, outros tipos de animais (galinha, carneiros, perdizes e patos), além do gado, doces, azeite de mamona, cera da terra, sabão, selas,

---

<sup>48</sup> PAIVA, 1996, Op. Cit., p. 108-127.

<sup>49</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. “Tropa em marcha, mesa farta”. IN: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Ano 3, Nº 28, Janeiro de 2008, p. 64.

chicotes entre outros<sup>50</sup>. Para a comarca do Rio das Mortes, a vinda da Corte dinamizou bastante a economia. Nas décadas de 1810 e 1820 a região do Sul de Minas estava em plena expansão e adquiriu importância crescente ao produzir víveres para o abastecimento dos centros urbanos, sobretudo para o Rio de Janeiro. E a Zona da Mata, nestas mesmas décadas, acentuava sua ocupação com as fazendas, que mais tarde formaria o complexo cafeeiro de Minas. Cumpre lembrar que nestes anos, ambas as regiões faziam parte da comarca e as disputas pela emancipação das vilas são do final do século XVIII e pelas criações das comarcas do Rio Sapucaí e do Rio Paraibuna iniciaram a partir da segunda década do XIX. Um caso interessante foi o processo de emancipação da vila de Campanha da Princesa e o processo da criação da nova comarca sob jurisdição da mesma vila. Segundo Marcos Ferreira de Andrade, as disputas pela emancipação iniciaram em 1795, quando alguns moradores do arraial decidiram reivindicar a criação da vila da Campanha da Princesa alegando o crescimento demográfico e econômico da região e a distância de 35 léguas da vila de São João del Rei. As disputas se estenderam durante três anos, cessando com elevação do arraial de Campanha à vila e termo. Anos mais tarde, em 1815, o juiz de fora e os vereadores da vila solicitaram a criação de uma nova comarca sob a jurisdição da vila da Campanha da Princesa. O processo só foi concluído em 1833, quando houve a divisão da região sul da comarca do Rio das Mortes e formação da comarca do Sapucaí<sup>51</sup>.

O que se pretende mostrar com o exemplo supra é o dinamismo econômico e demográfico da região da comarca do Rio das Mortes, sobretudo após a vinda da Corte portuguesa para o Brasil. Em poucos anos após a emancipação da vila de Campanha da Princesa, a câmara e o juiz de fora de Campanha já solicitavam o desmembramento da comarca do Rio das Mortes e a criação de uma nova comarca sob sua jurisdição. Já o caso da vila de Barbacena tem-se poucas referências sobre as disputas de emancipação. Sabe-se que a vila foi criada em 1791 e seu termo era composto por cinco freguesias: Barbacena, Simão Pereira, Engenho do Mato, Rio Pomba e parte da freguesia de Prados<sup>52</sup> e em 1833,

---

<sup>50</sup> Idem, pp.64-65.

<sup>51</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, pp. 28-32.

<sup>52</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. **Vila de Barbacena: povoamento, distribuição da riqueza e nobres na transição do século XVIII para o XIX (1791-1822)**. São João del Rei: UFSJ, 2005 (Monografia de Pós-Graduação em História de Minas Gerais *Latu-Sensu*); OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

a vila já não fazia mais parte da comarca do Rio das Mortes. Barbacena junto com os municípios de Baependi e Pomba formaram a comarca do Rio Paraibuna.

Na segunda metade do século XIX a comarca já havia perdido grande parte do território que a compunha inicialmente. Entre os anos de 1855 e 1870, a província de Minas Gerais passou por constantes reordenamentos jurídico-administrativos que afetaram a composição espacial da comarca do Rio das Mortes. Em 1855, Minas estava dividida em 18 comarcas e em 1870, o número de comarcas aumentou para 24. A comarca, nestes anos, era composta pelos termos de São João del Rei, São José del Rei e Oliveira, atentando para o fato das constantes idas e vindas dos termos das vilas de Lavras e Oliveira<sup>53</sup>. Percebe-se uma queda nos dados demográficos da comarca do Rio das Mortes, a perda de território, de termos e distritos. No entanto, a região ainda mantinha seu dinamismo econômico e apego a escravidão. Para os fins da minha pesquisa, a descrição da comarca do Rio das Mortes tem como objetivo situar a região onde as relações comerciais foram estabelecidas. Muito embora houvesse constantes redimensionamentos jurídico-administrativos, as relações econômico-sociais construídas na primeira metade do século eram mantidas para além das divisões efetuadas. Obviamente que as redes sociais e comerciais tecidas não se restringem às divisões administrativas que, em última instância, são elementos para melhor controle do Estado.

Embora o censo Imperial de 1872 tenha coberto todo o território da província de Minas, num esforço de se conhecer toda a população que compunha o país, as informações nele contidas apresentam-se em números globais por distritos, não revelando a composição por fogos, limitando, nesse sentido, o esforço aqui empreendido de caracterização demográfica e econômica da comarca do Rio das Mortes na segunda metade do oitocentos. Nesse sentido, a falta de fontes que abordem todo o território da comarca com tais informações sobre a composição dos fogos (a exemplo das listas nominativas e mapas de população da década de 1830, que apresentam informações a nível individual e por fogos/domicílios), fez com que a caracterização da região ficasse restrita a poucos distritos que a compunha.

Clotilde Paiva e Tarcísio Botelho<sup>54</sup> ao tentar captar as variáveis e a dinâmica demográfica da população mineira dentro do espaço provincial, levando em consideração a movimentação interna dos sujeitos, procederam a uma análise comparada da

---

<sup>53</sup> CARVALHO, 1917, Op. Cit, pp. 138-155.

<sup>54</sup> PAIVA & BOTELHO, 1995, Op. Cit.

composição dos distritos em três momentos distintos do século XIX. Para tanto, os autores recorreram às estimativas populacionais disponíveis para as décadas de 1830, 1850 e 1870. Todavia, devido às características e limitações das informações sobre a população mineira em 1855<sup>55</sup> e para atender aos objetivos do estudo empreendido a amostra ficou reduzida a 20% do total populacional estimado, uma vez que, havia a necessidade de se proceder à comparação das áreas ocupadas.

Os dados apresentados pelos autores para a população da comarca do Rio das Mortes não são representativos para toda sua extensão. Assim, dentre as regiões comparadas nos três momentos, a comarca foi representada pelos municípios: Oliveira, São José e São João del Rei. Esses três municípios apresentaram comportamento demográfico bastante distinto. Os autores chamam atenção para o crescimento acelerado da população livre em Oliveira na segunda metade do século, porém, observam também que o ritmo de crescimento da população cativa no mesmo município se intensificou entre 1855 e 1872. Já em São João del Rei e São José, os autores atentaram para a perda de contingente populacional entre os anos de 1833 e 1855 e a inversão desta situação após 1855.

Entre os anos de 1833 e 1855, a população livre de Oliveira cresceu na média anual de 1,75%, enquanto São João a média foi de 2,69% e São José, 0,67%. Já o crescimento anual da população escrava para o mesmo período foi de: Oliveira, 0,57%; São João, 3,95; e São José, -0,90%. Porém, os números se alteram um pouco no segundo momento de comparação. Entre os anos de 1855 e 1872, a média de crescimento anual dos livres para Oliveira foi de 2,81%, São João, -1,13% e São José, 6,29%. Para a população cativa as médias foram: Oliveira foi de 2,97%, São João, -7,64% e São José, -3,65%. Esses números revelam, sobretudo, o impacto do fim do tráfico de escravos para as regiões de São João e São José, sendo que antes da efetiva proibição, as taxas de crescimento da população escrava em São José já eram negativas. Porém, cabe ressaltar aqui que na amostra para o município de São José, contou somente três freguesias, das sete freguesias e oito distritos que o compunha, alterando, deste modo, os dados sobre o termo.

---

<sup>55</sup> Sobre as informações sobre a população em 1855, segundo Paiva e Botelho elas foram extraídas de uma série de questões sobre a economia municipal enviadas pelo Governo Provincial aos presidentes de câmaras, juízes municipais, delegados de polícia e párocos de diversas vilas e paróquias mineiras. Ver: PAIVA & BOTELHO, 1995, Op. Cit.

Para finalizar a exposição, em 1862-1863, algumas freguesias da comarca do Rio das Mortes apresentaram distribuição percentual da população escrava bastante interessante. As freguesias de São Tiago e Madre de Deus possuíam o percentual de mão-de-obra escrava variando entre 40% e 49% do total populacional; enquanto em Bom Sucesso o percentual girava em torno de 35% a 39%; São Miguel do Cajuru, estava entre 30% e 34%; e as freguesias de Lagoa Dourada e Conceição da Barra estavam em torno de 25% e 29%<sup>56</sup>.

Enfim, nesta seção tentamos mapear a comarca do Rio das Mortes atentando para os aspectos demográficos e econômicos ao longo do século XIX. Embora a comarca tenha passado por vários redimensionamentos de suas fronteiras jurídico-administrativas, que resultaram em perda de territórios, de termos, distritos e com isso, perda de rendas tributáveis, ela ainda apresentava intenso dinamismo econômico, sobretudo por suas ligações com o mercado de abastecimento intra e interprovinciais. Segundo a regionalização de Minas Gerais para o século XIX proposta por Marcelo Magalhães Godoy, a comarca do Rio das Mortes estava inserida entre as regiões Mineradora Central, Sudeste, Sul Central e Sudoeste e neste miolo, os índices de desenvolvimento eram altos e médios<sup>57</sup>.

Durante, pelo menos até o final do terceiro quartel do oitocentos, a comarca do Rio das Mortes mantinha fortes vínculos comerciais com o mercado carioca e São João del Rei, ainda cabeça da comarca, vivia o processo de prosperidade econômica. De acordo com Afonso de Alencastro Graça Filho, há descrições sobre a vivacidade do comércio sanjoanense com a Corte ainda em fins da década de 1870. Segundo o autor, os efeitos da “crise do escravismo brasileiro”, iniciada em 1850 após o fim do tráfico atlântico de escravos, pressionaram a elite a diversificar os seus ativos em novos investimentos, no entanto, os investimentos na escravidão só declinaram acentuadamente entre anos de 1881 e 1885. Assim, as últimas décadas do século, não foram pessimistas ou desabonadoras da prosperidade da praça de São João del Rei <sup>58</sup>. Ora, as primeiras discussões sobre a

---

<sup>56</sup> MARTINS, LIMA & SILVA, 2002, Op. Cit., p.08.

<sup>57</sup> GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1996 (Texto para discussão Nº 109); CUNHA, Alexandre Mendes & GODOY, Marcelo Magalhães. “O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX.” IN: **Anais do V Congresso brasileiro de História Econômica e VI Conferência internacional de História das Empresas**. Caxambu, Minas Gerais, 2003.

<sup>58</sup> GRAÇA FILHO, 2002, Op. Cit., pp. 143-149

implantação da estrada de ferro e das fábricas têxteis de São João del Rei datam-se da segunda metade do século.

Enquanto em São José, entre os anos de 1815 e 1860, sua riqueza real cresceu em taxas substanciais. Zephyr Frank<sup>59</sup>, ao analisar o padrão de riquezas do sudeste brasileiro, comparou as taxas de crescimento do Rio de Janeiro, São João del Rei e São José, percebeu que os índices de crescimento das três cidades não apresentavam grande disparidade em relação aos índices americanos. De acordo com o autor, *“todas estas três localidades experimentaram aumentos substanciais de riqueza ao longo das quatro primeiras décadas do Império”*.

### **1.3 O papel da família na sociedade Imperial brasileira**

Para o estudo das relações comerciais entre a província de Minas e a Corte, é preciso identificar os sujeitos envolvidos, analisar sua parentela, suas atividades produtivas, seu cotidiano, a construção de sociabilidades e enquadrá-los dentro de um espaço geográfico limitado. Assim, para que possamos entender o processo de formação e a dinâmica empreendida nas relações comerciais entre praças geograficamente distantes em uma economia pré-industrial, é preciso identificar os grupos atuantes, sua parentela e seu espaço de ação principal.

O reconhecimento da comarca do Rio das Mortes é justificado pelo fato de as relações estabelecidas por Gervásio Pereira Alvim, e sua família transcenderem o distrito da Lage e o termo da vila de São José. Porém, elas também não se restringiram à comarca: a família de Gervásio e o próprio estabeleceram relações sociais e comerciais, que acabavam se misturando, para além das fronteiras jurídico-administrativas. Noutras palavras, a comarca, o viver na comarca, o ser conhecido na comarca foi o que facilitou a construção dos laços que permitiram a Gervásio um contato direto com a praça mercantil do Rio de Janeiro. Desta maneira, é preciso aprofundar no estudo do processo da construção dos laços que permitiram os contatos. Nesse sentido, a família teve fundamental importância, ela foi o principal elemento organizador da vida e cotidiano social.

---

<sup>59</sup> FRANK, Zephyr. “Padrões de Riqueza no sudeste do Brasil, 1815-1860.” IN: **História Econômica e História das Empresas**. Vol. IX, Nº. 2. ABPHE/FAPESP/UNESP/FCLAr, Jul/Dez. 2006, pp.5-48.

No cotidiano social do Brasil Imperial a família constituía a principal base de sustento dos sujeitos históricos. “*Foi pela e para a família, não necessariamente a consangüínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, originam-se ou convergem.*”<sup>60</sup> Nesse sentido, a família foi o principal instrumento de inserção social, mantendo estratégias que visavam a ascensão, a manutenção do status social e econômico, a reprodução da riqueza, enfim garantindo a mobilidade na hierarquia. A família pode ser entendida, para o período abordado, como uma associação de dois tipos de solidariedade: a de sangue e nome e a do “pão compartilhado”, envolvendo os sujeitos numa trama rígida, complicada, difícil e muito perigosa de se escapar<sup>61</sup>. Além disso, ela também interferia na mobilidade social, uma vez que ela, fosse ascendente, fosse descendente, não se restringia a um indivíduo isolado. A mobilidade refletia de forma vantajosa ou desvantajosa sobre o conjunto que compunha a família<sup>62</sup>. Nesse sentido, os projetos de um indivíduo eram concretizados a partir da participação da família, ou seja, o sucesso ou insucesso, a sobrevivência ou desaparecimento dele, o indivíduo, dependiam de articulações que fossem tecidas pelo grupo familiar<sup>63</sup>.

As políticas matrimoniais também faziam parte das articulações familiares. O casamento se apresentou como uma das principais vias de inserção social e a escolha dos cônjuges demandava certo cuidado, afinal, a mobilidade e a possibilidade de êxito dependiam do arranjo de várias estratégias que, dentre elas, constava a escolha correta de genros e noras<sup>64</sup>.

O arranjo matrimonial incluía uma escolha baseada no princípio de igualdade, no que tange à idade, condição, fortuna e saúde<sup>65</sup>. A racionalidade do enlace também era um dos pontos que orientava as escolhas, sendo a paixão e/ou atração física elementos à margem do processo. Conforme as orientações de moralistas eruditos e da cultura popular, citados por Maria Beatriz Nizza da Silva, a paixão amorosa era algo “*irracional,*

---

<sup>60</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.21.

<sup>61</sup> BERTRAND, Michel. “De la familia a la red de sociabilidad” IN: **Revista mexicana de Sociologia**. Nº 2, Vol. 61. Abril/Junho 1999, pp. 107-135.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>64</sup> FARIA, Sheila de Castro. “Fortuna e família em Bananal no século XIX”. IN: CASTRO, Hebe Maria Mattos de & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

<sup>65</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, 1984, pp-65-82.

*perturbador não só da racionalidade que devia presidir à escolha matrimonial, mas também da supremacia do macho em relação à fêmea.*”<sup>66</sup> Durante o processo de escolha, prezava-se muito o modo de vida e a solidez do estabelecimento dos nubentes. O casamento, portanto, não era fruto de projetos pessoais, mas, sim, parte de projetos familiares e:

a obediência aos pais não implicava, no mais das vezes, na anulação ou contrariedade dos desejos dos filhos [...], não se tratava de vontades pessoais de pais e filhos, mas sim de objetivos familiares, para os quais todos os membros da unidade deveriam contribuir a seu modo.<sup>67</sup>

O sentimento de pertencer a uma família ia para além dos laços consangüíneos e do parentesco ritual. Ser membro de uma família era participar de suas escolhas, era percebê-la como o principal meio de atuação social, política e econômica. Dessa maneira, a preocupação com os vínculos familiares era fundamental para a manutenção dos elos fortes e seu rompimento acarretava na destruição de toda uma teia de proteção, solidariedade e identificação do sujeito. Os laços familiares eram as bases de sustentação e identificação dos indivíduos e sua importância no mundo mercantil reverberavam na capacidade de favorecer a criação de redes de clientela e/ou amizades. Portanto, em sociedades como a do Brasil oitocentista, a família teve papel de organizador das relações sociais, econômicas e políticas. A família e a casa eram orientadores das relações sociais entre os indivíduos e fomentadores da formação das redes de clientela. Segundo Richard Graham, a família patriarcal mesclou em seu interior a força e a benevolência, e a obediência e a lealdade compravam favores<sup>68</sup>.

A formação de uma sociedade de Antigo Regime adaptada aos trópicos resultou da combinação de elementos do Antigo Regime português, como, por exemplo, a organização social, o comportamento, os valores e estilos de vida, com a realidade colonial marcada pela escravidão e grande lavoura. Nesta sociedade, a família foi o principal meio de inserção e mobilidade social, detentora de função essencial na produção das hierarquias.

---

<sup>66</sup> Idem, p. 70.

<sup>67</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007, p. 219.

<sup>68</sup> GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, pp. 32-42.

A hierarquia se pautava pelas distinções jurídicas e políticas, nas quais nem todos os homens livres teriam acesso ao prestígio social<sup>69</sup>. A vida política, entre outras atividades, foi, portanto, uma prática muito excludente e desigual, na qual a formação de alianças sociais e/ou redes de clientela, vizinhança, parentesco foram os caminhos para a inserção, concentração de fortunas e reprodução dentro da mesma sociedade. No entanto, o processo de ascensão social demandava tempo e estratégias para ser alcançado. Muitos comerciantes, quando trocaram as atividades mercantis, tornando-se fazendeiros, proprietários de terras e escravos, viram na geração de seus filhos e netos o prestígio e reconhecimento social que buscaram. Segundo o dito popular: “avô rico, pai nobre e filho pobre”.

Nesse sentido, pensar as escolhas matrimoniais da família de Gervásio Pereira Alvim, nos auxilia no entendimento do processo de formação das alianças sociais necessárias para as relações mercantis. A partir da reconstrução das origens do fazendeiro, que não fora um homem de expressão nacional, pelo contrário, fazia parte de uma elite agrária regional e que teve fortes vínculos comerciais com o Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, tentamos perceber como as escolhas matrimoniais interferiram nas relações cotidianas, no desenvolvimento de estratégias que facilitassem a formação de alianças sociais, políticas e econômicas, visando a reprodução da riqueza e a manutenção do *status* da família ao longo do oitocentos. O estudo da família de Gervásio, a partir da segunda geração também nos auxilia no entendimento do papel da família nos contatos de negócios entre praças distantes, em uma economia pré-capitalista como a do Brasil na segunda metade do século XIX. Como exemplo disso, observamos o fato de Francisco Eugênio de Azevedo, tio materno de Gervásio, ter sido o principal intermediário e representante comercial do fazendeiro mineiro na praça do Rio de Janeiro. Ou seja, a sua família foi transformada em uma rede de exercício social e comercial e o estudo das escolhas matrimoniais nos deixam pistas de como essas redes de negócios foram construídas.

---

<sup>69</sup> FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquização na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

#### **1.4 Família e padrão de riqueza na comarca do Rio das Mortes: o caso da família de Gervásio Pereira Alvim**

Em três de março de 1791, na capela da Lage, o capelão João José de Carvalho celebrou o casamento de Gervásio Pereira Alvim com dona Francisca Cândida de Resende<sup>70</sup>, avós paternos do, também, Gervásio Pereira Alvim. O noivo era português, natural e batizado na freguesia de Santa Maria do Salto, comarca de Chaves, Arcebispado de Braga, filho legítimo de Tomé Afonso e Senhorinha Gomes Pereira. A noiva era natural e batizada na capela da Lage e filha legítima do capitão José de Resende Costa e dona Ana Alves Preto. Esse enlace matrimonial representou a inserção do português Gervásio Pereira Alvim, tanto no distrito da Lage quanto no seio de uma família que formava a elite agrária regional.

Infelizmente, ainda não sabemos ao certo os motivos que levaram o português Gervásio Pereira Alvim a migrar para o Brasil, como também, não sabemos o ano de sua chegada e nem atividades desenvolvidas por ele antes do casamento com dona Francisca Cândida<sup>71</sup>. Mas podemos supor que, como outros de seu tempo, o português Gervásio Pereira Alvim migrou em busca de oportunidades e muito provavelmente, as encontrou na atividade mercantil<sup>72</sup>. Este registro de casamento é nossa primeira referência sobre ele. Embora não tenhamos mais referências sobre a sua vida de solteiro, acreditamos que ele não era apenas mais um homem no distrito ou um homem pobre, afinal ele se casou com um membro da elite agrária regional. Atribuímos a ele certas “qualidades”, seja de ordem social, seja de ordem econômica, seja de ordem política que facilitaram o enlace, uma vez que o casamento era uma via de concretização de projetos familiares e, como já dissemos, não simplesmente opções e/ou escolhas individuais<sup>73</sup>.

Na lógica social do Brasil colonial e, podemos dizer, também na do Império, a família, não somente a consanguínea, foi o principal eixo organizador das relações sociais, econômicas e políticas. O casamento seria uma troca entre os envolvidos, fosse de riquezas, de prestígio social, de acesso às redes de poder ou de outras possibilidades de

---

<sup>70</sup> Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, casamento, livro 24, São José (1784-1803), folha 51 verso.

<sup>71</sup> Infelizmente, o processo de Banho Matrimonial do sargento-mor Gervásio Pereira Alvim e dona Francisca Cândida de Resende não foi localizado nem no Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei e nem no Arquivo da Cúria da Arquidiocese de Mariana, MG.

<sup>72</sup> FARIA, 1998, Op. Cit., pp. 108-114 e pp. 163-166.

<sup>73</sup> BRÜGGER, 2007, Op. Cit..

troca. Ser economicamente poderoso não significava ser reconhecido socialmente. A ascensão social dependia, entre outras coisas, da escolha certa de genros e noras<sup>74</sup>. Sendo assim, Gervásio Pereira Alvim tinha algum atrativo que facilitou tal arranjo matrimonial.

Dona Francisca Cândida de Resende era filha do capitão José de Resende Costa e de dona Ana Alves Preto. Natural e batizada na capela da Lage, seus pais eram moradores na fazenda dos Campos Gerais, arraial da Lage, termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes. Em 1795, no rol dos Confessados da vila de São José, o fogo de dona Ana Alves Preto esteve listado como o maior domicílio em número de pessoas, acima de 7 anos, na região do distrito, segundo a descrição de Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira:

o fogo contava com 50 pessoas e o marido ausente. Ana Alves Preto encabeçava a posse de 29 escravos, que certamente a ela pertenciam. A seguir vinha um feitor livre solteiro e branco, possuindo um escravo. Logo após estavam listados dois casais de pardos forros como agregados, sendo que um desses casais de pardos forros possuía um escravo. Subsequentemente vinha outro pardo forro, porém solteiro. Após os pardos forros, vinham descritos como agregados o genro Gervásio Pereira de Alvim e sua mulher Francisca Cândida de Resende com posse de 9 escravos. Encerrava a lista das pessoas no fogo um branco livre agregado.<sup>75</sup>

O casal, capitão José de Resende Costa e dona Ana Alves Preto, tinha apenas dois filhos: dona Francisca Cândida e José de Resende Costa, homônimo do pai. Com a delação do movimento da Inconfidência Mineira, o capitão José de Resende Costa e seu filho foram presos por conjurarem contra a Metrópole, enviados para a cadeia no Rio de Janeiro e punidos com degredo em Angola.

Nos autos de perguntas feitas ao capitão José de Resende Costa<sup>76</sup>, realizado no Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1791, ele disse que embora soubesse do movimento, negou a participação. Ao confessar o conhecimento do movimento, o capitão foi inquirido das circunstâncias que o levaram a saber e se concorreu de alguma forma com o mesmo. Segundo seu relato, ele pretendia enviar seu filho a Portugal para cursar a faculdade de Direito de Coimbra, para isso pediu ao vigário da vila de São José, Carlos Correia de Toledo, que estava de viagem marcada para o reino, para que levasse seu filho em sua

---

<sup>74</sup> FARIA, 1995, Op. Cit.; FARIA, 1998, Op. Cit.; BRÜGGER, 2007, Op. Cit.

<sup>75</sup> TEIXEIRA, 2006, Op. Cit., p. 51.

<sup>76</sup> Arquivo Nacional, Inconfidência em Minas Gerais – Levante de Tiradentes: Seqüestros, cópias de dados relativos aos Inconfidentes desterrados para Angola. Microfilme: 021.1-74, volume 6, Nº 22.

companhia. A princípio, estava tudo acertado com o vigário e quando o mesmo capitão estava arrumando os preparativos da viagem de José de Resende Costa filho, o vigário mandou um recado avisando-lhe da desistência da viagem. Daí, passando uns dias, o capitão José de Resende Costa encontrando-se com o irmão do vigário Carlos Correia de Toledo, o sargento-mor Luís Vaz de Toledo, este lhe disse que seu irmão havia desistido da viagem por causa da sublevação e levante que estavam armando na capitania de Minas e que ele, o capitão, não precisaria mais enviar seu filho para estudar em Portugal, porque eles, os conjurados, pretendiam estabelecer uma universidade na capitania semelhante à de Coimbra.

Tentando evitar contradições entre os fatos narrados e as pretensões dos inconfidentes, o capitão disse que não enviou seu filho para Portugal, pois feitas as contas, vira que não possuía meios suficientes para mantê-lo estudando em Coimbra e sua decisão não tinha nada a ver com a crença no sucesso do movimento e a conseguinte criação da universidade em Minas. O discurso do inconfidente José de Resende Costa não convenceu as autoridades responsáveis pelo caso. Ele tentou poupar o filho dizendo que não havia lhe contado sobre o levante. Porém, José de Resende Costa filho também foi preso e inquirido a respeito do movimento<sup>77</sup>. E ainda foi feita a acareação entre os dois, pai e filho. Ambos foram punidos com o degredo para Angola e os bens do capitão José de Resende Costa foram entregues em mãos e poder de Gervásio Pereira Alvim, seu real depositário<sup>78</sup>, sendo a data de seqüestro dos bens e depósito 23 de maio de 1791.

Talvez a participação no movimento da Conjuração Mineira por parte do sogro do Gervásio Pereira Alvim tenha facilitado a aproximação deste com a família. O patriarca da família e seu único filho estavam presos no Rio de Janeiro deixando esposa e filha “desprotegidas”, sem a presença de um homem na fazenda, por mais de dois anos e com um problema muito sério, o crime de conjuração. E, ainda, o enlace matrimonial celebrado entre o Gervásio Pereira Alvim e dona Francisca foi feito sem a presença do pai dela e, possivelmente, arranjado pela mãe. Assim, levando em consideração a data em que foi realizado o casamento entre eles e a data em que o noivo se apresentou como real depositário dos bens do capitão José de Resende Costa, em torno de um mês e meio

---

<sup>77</sup> Arquivo Nacional, Inconfidência em Minas Gerais – Levante de Tiradentes: Seqüestros, cópias de dados relativos aos Inconfidentes desterrados para Angola. Microfilme: 021.1-74, volume 6, Nº 23.

<sup>78</sup> Arquivo Nacional, Inconfidência em Minas Gerais – Levante de Tiradentes: Seqüestros, cópias de dados relativos aos Inconfidentes desterrados para Angola. Microfilme: 021.1-74, volume 7, Auto de seqüestro feito em bens de José de Resende Costa.

depois do casamento, acreditamos que esse arranjo foi uma estratégia por parte dos familiares da noiva para assegurar os bens seqüestrados no seio da família. Ainda mais que, como já foi ressaltado, o casamento era pensado como um projeto familiar e não como escolha individual. Esta aliança, talvez fosse o que permitiu a família do capitão José de Resende Costa, encabeçada por sua esposa dona Ana Alves Preto reaver, ou pelos menos, usufruir dos seus bens durante o processo de devassa e exílio do patriarca, como apareceu no rol de Confessados de 1795. É bem provável que dona Ana Alves Preto continuou a exploração dos bens do casal, porque além do real depositário ter se tornado seu genro, ele passou a morar no mesmo fogo. Já pelo lado do português Gervásio Pereira Alvim, o casamento possibilitou o seu enraizamento na região e a entrada para uma família da elite agrária regional.

Explorando mais um pouco as origens de dona Francisca Cândida de Resende é possível observar seus vínculos de parentesco com grandes titulares do Império. O capitão José de Resende Costa, seu pai, era irmão de dona Josefa Maria de Resende. E esta última era mãe do Marquês de Valença, Estevão Ribeiro de Resende. E seu irmão, José de Resende Costa, retornou do exílio em Angola e assumiu altos cargos no Império do Brasil, como o de conselheiro imperial. Porém, não abordaremos essas representações aqui. Por hora, essas informações nos ajudam a situar melhor essa família e suas representações sociais, políticas e econômicas, pois essa é a origem de Gervásio Pereira Alvim, homônimo do seu avô. Não resta dúvida que tratava-se de uma família pertencente a elite agrária regional. A família de Gervásio Pereira Alvim foi uma das primeiras a ocupar a região do distrito e suas posses, tanto de terras quanto de escravos, foram bem representativas no final do século XVIII e nas primeiras três décadas do século seguinte. Nesse período, eles se situavam como uma das famílias mais ricas do distrito<sup>79</sup>.

A ocupação do distrito da Lage foi feita por fazendeiros bem situados e relacionados. Eram detentores de terras e escravos na região e José de Resende Costa foi um dos primeiros a receber carta de sesmaria para a região denominada “sítio da Boa Vista nos Campos Gerais, termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes”, a qual recebeu em 12 de junho de 1759<sup>80</sup>. O distrito agregou em seu interior um grande número de cativos, chamando a atenção para o alto percentual de mão-de-obra escrava se comparada com a livre. Em 1835, segundo Maria Lúcia Chaves Teixeira, a população do

---

<sup>79</sup> TEIXEIRA, 2006, Op. Cit.

<sup>80</sup> Idem, p.50.

distrito estava distribuída da seguinte maneira: 58,4% da população eram cativos enquanto os livres representavam 41,6%. Este forte apego à escravidão também foi observado em 1795, no rol dos confessados da vila de São José, no qual a autora observou que 57,85% da população eram escravos e em 1838, na lista nominativa, a cifra foi de 53,48% da população em cativeiro<sup>81</sup>. Dados bastante interessantes uma vez que a região era de fazendas, onde se desenvolviam atividades agrícolas e pastoris, e de ocupação recente, a partir da segunda metade do século XVIII. Os fazendeiros da região participaram ativamente do pequeno comércio intra-regional de animais e víveres e contribuiu para a agregação de produtos realizada no entreposto regional de São João del Rei, bem como dele se beneficiou<sup>82</sup>.

O português Gervásio Pereira Alvim, depois de enraizado na região, ele foi ascendendo socialmente. Gervásio, durante sua vida, teve a patente de tenente (1804-1810), foi guarda-mor (1804-1809), sargento-mor (1813-1828) e capitão-mor (1828-1837)<sup>83</sup>, cargos não eram remunerados, mas que representavam poder local e prestígio<sup>84</sup>. Ele também foi vereador da câmara da vila de São José nos tempos da colônia e, depois, no Império do Brasil.

Em 1831, Gervásio Pereira Alvim apareceu na lista nominativa daquele ano do distrito da Lage. Nesta lista, seu fogo era 68, embora o seu nome esteja grafado de forma errônea, Gervásio Pereira de Almeida, o identificamos pelo nome da esposa. Ele apareceu como agricultor, criador e engenheiro e com a idade de 70 anos e sua esposa, dona Francisca Cândida, com 62. O domicílio contava com a posse de 52 escravos. Ali, também moravam os filhos padre, Joaquim Carlos de Resende Alvim (32 anos), o qual tinha a posse de dois escravos e o recém casado, Francisco de Assis Resende Alvim (25 anos) com sua esposa, Maria Vitória (19 anos), e mais cinco escravos pertencentes a este casal. O fogo foi o terceiro maior do distrito da Lage em número de escravos, de acordo com a lista<sup>85</sup>.

---

<sup>81</sup> Idem, pp.37-38.

<sup>82</sup> Idem, pp. 40-41.

<sup>83</sup> Essas datas foram retiradas dos registros de casamentos da vila de São José del Rei para o período de 1784 até 1866, por isso algumas lacunas temporais.

<sup>84</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social nas Minas colonial (1750-1822)**. Niterói: UFF, 2001, pp. 258-259. (Tese de doutorado)

<sup>85</sup> Lista Nominativa de 1831, distrito da Lage, termo da vila de São José.

Gervásio Pereira Alvim morreu em 1837, como capitão-mor. Sua esposa foi a inventariante e o monte mor de seu inventário foi 58:472\$040 réis<sup>86</sup>. Sobre seus bens, ele possuía duas fazendas, a dos Campos Gerais, provavelmente herdada do casal capitão José de Resende Costa e dona Ana Alves Preto<sup>87</sup>, e a fazenda Rio dos Bois no curato de Passatempo. Possuía 63 escravos na primeira fazenda e dois na última, assim, ao considerarmos a faixa de posse de escravos em Minas Gerais no século XIX<sup>88</sup> e, circunscrevendo mais, o padrão de posse de cativos para o distrito da Lage<sup>89</sup>, verificamos que o capitão-mor Gervásio Pereira Alvim foi um dos maiores proprietários de escravos e terras na Lage, pois possuía mais de 50 escravos. Formavam ainda os bens do casal uma morada de casas no arraial da Lage, casas de vivenda, engenhos de cana e pilões, ranchos de tropa, moinhos, plantações de cana e milho, gados vacum e cavalares e considerável número de animais que serviam para o transporte de cargas, tais como jumentos, burros e bestas. Deixou ainda 5:998\$460 réis em dívidas ativas que deviam os netos, filhos do capitão Gervásio Pereira do Carmo e de dívidas passivas, 1:675\$710 que devia ao seu filho, o reverendo Joaquim Carlos de Resende Alvim, e 558\$300, a Manoel Pereira<sup>90</sup>.

Gervásio Pereira Alvim e dona Francisca Cândida de Resende tiveram seis filhos: Gervásio Pereira do Carmo, Manoel Pereira de Resende Alvim, Joaquim Carlos de Resende Alvim, Antônio Cândido de Resende Alvim, Mafalda Cândida de Resende e Francisco de Assis Resende Alvim. Não sabemos da existência de filhos naturais por nenhuma das partes.

Bem posicionado na hierarquia social da região, o casal Gervásio Pereira Alvim e Francisca Cândida de Resende formaram alianças, via matrimônio de seus filhos, com pessoas do mesmo grupo social. Os casamentos dos filhos foram realizados com descendentes de outros fazendeiros da região, bem situados, com posses de terras e significativo número de escravos. As escolhas matrimoniais foram endogâmicas por

---

<sup>86</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Inventário *post-mortem* do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, 1837, caixa 11, São José.

<sup>87</sup> Apesar de dona Ana Alves Preto ter usufruído dos bens de seu casal, como aparenta na listagem do rol de Confessados da vila de São José para o ano de 1795, não localizamos o seu inventário e tampouco testamento.

<sup>88</sup> LIBBY, 1988, Op. Cit.

<sup>89</sup> TEIXEIRA, 2006, Op. Cit.

<sup>90</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Inventário *post-mortem* do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, 1837, caixa 11, São José.

estrato social<sup>91</sup>, levando ao máximo o dito popular: “se queres bem casar, case-se com um igual”.

Em 19 de Fevereiro de 1821, na Ermida do sargento-mor Gervásio Pereira Alvim, aplicação da Lage, a filha do sargento-mor e dona Francisca Cândida de Resende, dona Mafalda Cândida de Resende, casou-se com o alferes Antônio Pinto de Lara<sup>92</sup>.

O alferes Antônio Pinto de Lara era filho legítimo do capitão Joaquim Pinto de Góis e Lara e dona Ana Almeida e Silva. Moradores na região do distrito da Lage, a família do noivo também pertencia à elite agrária regional. Em 1830, ano do falecimento da mãe do alferes, dona Ana Almeida e Silva, o inventário do casal apresentou um total de riqueza de 102:020\$109 réis, sendo que a maior parte deste monte era composta pela posse de escravos e terras<sup>93</sup>: *a terça parte da riqueza foi constituída de propriedades de terras e sua quinta parte foi representada por noventa e dois escravos*<sup>94</sup>.

No ano seguinte, na lista nominativa de 1831<sup>95</sup>, dez anos após o casamento, dona Mafalda Cândida e o alferes apareceram listados no fogo do sogro. Nesta lista, o capitão Joaquim Pinto de Góis e Lara (75 anos) apareceu como agricultor, criador e engenheiro e no estado de viuvez. Este fogo era o 101 e contava com a posse de 72 escravos e mais três homens livres, constituindo assim maior domicílio em número de escravos listado no distrito da Lage. Moravam no mesmo fogo ainda mais dois filhos solteiros do capitão: José Pinto de Lara (48 anos), administrador e Maria Felizarda (31 anos) administradora da casa. Nessa época, o casal dona Mafalda Cândida (28 anos) e o alferes Antônio Pinto Lara (42 anos) tinha seis filhos: Joaquim (9 anos), Ana (7 anos), Gervásio (5 anos), Antônio (4 anos), Maria (2 anos) e Francisco (1 ano).

Com a morte do capitão Joaquim Pinto de Góis e Lara, em 1835, foi aberto novo inventário de bens. O monte mor somou 74:449\$425 réis. O espólio foi composto pela posse das fazendas do Ribeirão, com suas benfeitorias, da Ponte Alta e a meação da fazenda do Rio do Peixe, com engenho e mais benfeitorias, no termo da vila de Queluz. Mais, a posse de algumas sesmarias e as moradas de casas na vila de São José e na Lage.

---

<sup>91</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia, século XIX: uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

<sup>92</sup> Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, casamento, livro 26, São José (1784-1803), folha 61.

<sup>93</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Inventário *post-mortem* de dona Ana de Almeida e Silva, 1830, caixa 313, São José.

<sup>94</sup> TEIXEIRA, 2006, Op. Cit., p. 90.

<sup>95</sup> Lista Nominativa de 1831, distrito da Lage, termo da Vila de São José.

Além da posse de vários animais vacum, cavalar, suínos e 58 escravos. Constava ainda no inventário objetos de uso na fazenda, como ferramentas, mais móveis da casa<sup>96</sup>. Considerando que cinco anos antes, o capitão Joaquim Pinto de Góis e Lara foi obrigado a mear seu patrimônio, devido à morte da esposa, é bastante sugestivo a capacidade de acumulação na região. Em cinco anos, o mesmo capitão conseguiu reproduzir quase cinquenta por cento da sua riqueza.

O casamento de dona Mafalda Cândida com o alferes Antônio Pinto representou uma aliança entre iguais, um enlace endogâmico por estrato social realizado dentro do distrito da Lage. Embora os pais do noivo fossem muito mais afortunados que os pais da noiva o casamento sinalizou a união de duas famílias, via laços de parentesco, que estiveram presentes no momento da ocupação da região. Em 1831, segundo a lista nominativa, o capitão-mor Gervásio Pereira Alvim possuía 52 escravos, sendo a população cativa do distrito naquele momento somada em 660, assim, ele possuía em seu poder 7,88% da mão-de-obra cativa do distrito, enquanto o sogro de sua filha, o capitão Joaquim Pinto de Góis e Lara, com a posse de 72 escravos, possuía 10,91% da escravaria local. As duas famílias juntas tinham em seu poder 18,79% da mão-de-obra escrava do distrito. Esses dados mostram que eram pessoas com posses significativas na região.

Embora, no mesmo momento, em outras regiões do Império brasileiro houvesse riquezas muito maiores, como, por exemplo, os homens de grosso trato da praça mercantil do Rio de Janeiro envolvidos com o tráfico internacional de escravos, os quais as dívidas chegavam a cifras superiores a 50 contos de réis<sup>97</sup>, ou ainda, os grandes senhores de engenhos da Bahia, no princípio do XIX<sup>98</sup>, que era a classe mais aspirada, imagem mais próxima do ideal de nobreza, fortuna e poder, cuja posse de escravos não estava tão concentrada quanto a época das fazendas de café, não podemos desconsiderar os padrões de riqueza que a família de Gervásio possuía nas primeiras décadas do século. Se comparado com esses homens, a riqueza não se destaca, porém quando comparados com os homens da mesma região, verificamos que foram riquezas bastante consideráveis. A concentração da mão-de-obra escrava por eles é bastante significativa, a do capitão-mor

---

<sup>96</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Inventário *post-mortem*: capitão Joaquim Pinto de Góis e Lara, 1835, caixa 596, Ribeirão de Santo Antônio, distrito da Lage, São José.

<sup>97</sup> FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 167-219.

<sup>98</sup> SHCWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835).** São Paulo: Cia das Letras, 1988.

Gervásio Pereira Alvim, durante a década de 1830, girou em torno de 7,88%, em 1831, e em torno de 6,57% a 6,15% entre 1835 e 1837. Enfim, o que tentamos demonstrar é que esta família fazia parte da elite agrária regional e tinha vínculos com a praça mercantil carioca durante esses primeiros anos do século XIX – o capitão-mor participou do comércio de abastecimento da Corte. Assim sendo, trabalhamos com a idéia de escalas de elites, de padrões de riqueza conforme a região. A partir disso, pensamos o casamento de dona Mafalda Cândida com o alferes como parte de um projeto de união e aproximação dos dois homens mais ricos e influentes no distrito.

Quanto aos filhos homens do capitão-mor, os enlaces matrimoniais foram realizados fora dos limites do distrito da Lage. Três filhos de Gervásio Pereira Alvim casaram-se na freguesia de Carrancas, termo da vila de São João del Rei. Sendo o mais interessante e instigante que os três irmãos, Gervásio Pereira do Carmo, Antônio Cândido de Resende Alvim e Francisco de Assis Resende Alvim casaram-se com três irmãs, Ana Antônia Umbelina de Paiva, Francisca de Paula e Maria Vitória do Nascimento, respectivamente, todas elas filhas do tenente Francisco Machado de Azevedo e dona Pudenciana Umbelina de Paiva.

Embora não tenhamos os banhos matrimoniais de todos os filhos do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim com as filhas do tenente Francisco Machado<sup>99</sup>, temos os registros do casamento de Gervásio Pereira do Carmo com Ana Antônia Umbelina de Paiva e de Antônio Cândido de Resende e Francisca de Paula. Infelizmente, de Francisco de Assis e Maria Vitória do Nascimento não foi localizado.

Aos 13 de abril de 1818, na Ermida do padre Joaquim Leonel de Paiva, os noivos tenente Gervásio Pereira do Carmo e dona Ana Antônia Umbelina de Paiva celebraram as cerimônias do sacramento do matrimônio realizado pelo padre Joaquim Leonel, em virtude da provisão do reverendo vigário da vara Antônio Ribeiro de Resende. O noivo era natural e batizado na freguesia da vila de São José, filho legítimo do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim e dona Francisca Cândida e a noiva, batizada na freguesia de Carrancas, filha legítima do tenente Francisco Machado de Azevedo e dona Pudenciana

---

<sup>99</sup> Infelizmente, não localizamos os banhos matrimoniais dos nubentes, as informações que recebemos do Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em São João del Rei é que todos os banhos matrimoniais da vila de São João del Rei, para o século XIX se encontram em Mariana no Arquivo da Cúria da Arquidiocese. No entanto, quando fui procurar esses banhos na Cúria, eles não foram localizados.

Umbelina de Paiva. Na época, os noivos tinham, aproximadamente, 23 e 15 anos. Este foi o primeiro dos três matrimônios que uniram as duas famílias.

Em 1831, o casal apareceu na lista como moradores do distrito da Lage e seu fogo era o 72. Na época, Gervásio Pereira do Carmo tinha 36 anos e foi descrito como possuidor de “chácara e venda”, já sua esposa, tinha 28 anos e era costureira e fazia serviços de fiação. Seu fogo contava com 21 escravos, sendo eles divididos nos serviços relacionados com agricultura (9 escravos), costura (3 escravos), fiação (2 escravos), sapateiro (1 escravo), alfaiate (1 escravo) e cinco sem menção específica de atividades desenvolvidas (todos eles crianças, sendo dois menores de um ano, um de dois anos, outro de sete e outro de 10). Nesse fogo foram listados os seguintes filhos do casal: Maria (12 anos) rendeira, Francisca (10 anos) rendeira, Pudenciana (8 anos), Senhorinha (6 anos), Ana (3 anos), Gervásio (4 anos) e Camila (menor de um ano). Segundo consta do inventário dos bens do casal Francisco Machado de Azevedo e dona Pudenciana Umbelina de Paiva, feito em 1835, quando dona Pudenciana faleceu, o dote recebido pelo casal foi de 1:600\$000 réis<sup>100</sup>. Estes (o casal) são os pais de Gervásio Pereira Alvim.

Outra referência a respeito de Gervásio do Carmo foi sua participação no comércio de escravos entre o Rio de Janeiro e Minas durante a década de 1820. Entre os anos de 1822 e 1830, o capitão Gervásio do Carmo fez 14 remessas, no total de 165 escravos, para a comarca do Rio das Mortes<sup>101</sup>. Segundo Roberto Martins, ele fora um dos mais importantes atravessadores de escravos da região de São João e São José no período abordado<sup>102</sup>.

Em seguida, veio o casamento de Antônio Cândido de Resende e dona Francisca de Paula. As cerimônias matrimoniais do casal foram realizadas no dia 17 de maio de 1824 na Ermida do tenente Francisco Machado de Azevedo, sendo Joaquim Carlos o administrador do sacramento. A idade dos nubentes era, aproximadamente, 24 e 19 anos para o noivo e noiva respectivamente.

<sup>100</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Inventário *post-mortem* dona Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447, Carrancas – São João del Rei.

<sup>101</sup> Arquivo Nacional, Intendência da Polícia da Corte: Despacho de escravos e passaportes, códices 411, 419, 421, 424 (CD-ROM – IPEA/FRAGOSO/FERREIRA).

<sup>102</sup> MARTINS, Roberto Borges. **A controvérsia sobre a população escrava de Minas Gerais no século XIX**. Conferência realizada na VI Semana de História da Universidade Federal de São João del Rei, MG, em 24 de novembro de 2006. Para saber mais a respeito da circulação de produtos e escravos entre o Sul de Minas e o Rio de Janeiro nos primeiros trinta anos do século XIX, ver: RESTITUTTI, Cristiano Corte. “A circulação entre Rio de Janeiro e o Sul de Minas, c. 1800-1830”. IN: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: 2008.

Mais tarde, eles apareceram como moradores no distrito da Lage, segundo a lista nominativa de 1831. Seu fogo era o 74 e contava com a posse de 13 escravos, sendo distribuídos nos serviços de agricultura (6 escravos), fiação e costura (3 escravas) e quatro escravos sem atividades especificadas (sendo um de 14 anos, uma de dois anos e dois menores de um ano). Na época da listagem, Antônio Cândido tinha 31 anos e foi listado como roceiro e criador e sua esposa, Francisca de Paula, tinha 26 anos e apareceu como tecedeira, fiandeira e ainda fazia serviços de cozer. No seu fogo, apareceram listados os quatro filhos: Maria (6 anos), Francisco (4 anos), Antônio (3 anos) e Joaquim (1 ano). O casal a época do casamento recebeu de dote a quantia de 1:600\$000 réis dos pais da noiva.

E por último, temos o casal Francisco de Assis Resende Alvim e dona Maria Vitória Nascimento. O casal apareceu como morador no distrito da Lage no fogo do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim. Na época da listagem, eles apareceram com a posse de cinco escravos e não possuíam filhos. É interessante pensar que o casamento deles foi realizado durante a feitura da lista nominativa de 1831, uma vez que a noiva apareceu listada em dois fogos na mesma lista. Ela apareceu no domicílio de seu pai, o tenente Francisco Machado de Azevedo, na freguesia de Carrancas, bem como no de seu sogro no distrito da Lage. Na época da listagem, Francisco de Assis Resende Alvim tinha 25 anos e Maria Vitória, 19 anos. Francisco de Assis apareceu como administrador no fogo de seu pai e sua esposa como costureira e fazia atividades de fiação. O dote do casal foi de 1:800\$000 réis. E eles foram padrinhos e sogros de Gervásio Pereira Alvim.

As noras do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim e de dona Francisca Cândida de Resende, como já foi dito anteriormente, eram filhas do tenente Francisco Machado de Azevedo e dona Pudenciana Umbelina de Paiva, moradores na fazenda do Engenho, situada na freguesia e curato de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, termo da vila de São João del Rei, comarca do Rio das Mortes<sup>103</sup>. Em 1831, segundo a lista nominativa da freguesia de Carrancas, termo da vila de São João del Rei<sup>104</sup>, o casal, Francisco Machado de Azevedo e dona Pudenciana Umbelina de Paiva, apareceu listado no fogo 95 e com a posse de 72 escravos, porém, a lista não trouxe muitas informações a respeito das ocupações dos escravos. O número de escravos no domicílio do tenente Francisco

---

<sup>103</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447, Carrancas – São João del Rei, p. 3.

<sup>104</sup> Lista Nominativa de 1831, distrito da Paróquia da Conceição das Carrancas, termo da vila de São João del Rei.

Machado de Azevedo era bastante significativo e suficiente para enquadrá-lo como grande proprietário de escravos na faixa de posses para a província mineira da primeira metade do oitocentos. Segundo as faixas de posses de escravos constatadas por Douglas Libby, as posses ficam assim divididas: pequenos proprietários possuíam de 1 a 4 cativos; os médios, de 4 a 10; os grandes de 10 a 49; e os muito grandes, seriam aqueles que possuíam mais de 50 cativos<sup>105</sup>.

Na época de feitura da listagem, o tenente Francisco Machado de Azevedo estava com 64 anos e sua esposa, 48. Moravam no fogo os filhos: Francisco Machado de Azevedo Júnior (25 anos), solteiro; Joaquim Leonel de Paiva (22 anos), solteiro; Maria Vitória<sup>106</sup> (18 anos), solteira; José Procópio (17 anos) solteiro; Francisco Antônio de Azevedo<sup>107</sup> (14 anos), solteiro; Rita (12 anos), solteira; Pudenciana (11 anos), solteira; e Pedro Machado (9 anos) solteiro.

Com o falecimento de dona Pudenciana Umbelina de Paiva, em 1835, o tenente Francisco Machado de Azevedo foi obrigado a fazer inventário dos bens do casal. O monte mor foi avaliado em 65:613\$190 réis. Entre os bens, o casal possuía 80 escravos, a fazenda denominada o Engenho, com fazendas de culturas e criação de animais, casas de vivenda com engenho de moer cana, morada de casas no arraial de Carrancas, terras na fazenda Cachoeirinha, plantação de roças em geral, benfeitorias na fazenda, gados vacum e cavalaes, e um considerável número de animais que serviam para o transporte de cargas como bestas de cargas, jumentos, burros e outros animais<sup>108</sup>. Além dos bens, o inventariante também declarou os dotes pagos às suas filhas e filhos. Segundo consta, dona Ana Antônia Umbelina de Paiva, mãe de Gervásio, e a irmã Francisca Paula receberam de dotes 1:600\$000 réis, já dona Maria Vitória do Nascimento, recebeu 1:800\$000 réis e os filhos, Domingos Teodoro de Azevedo e Paiva, Francisco Machado de Azevedo, Antônio Machado de Azevedo e Joaquim Leonel de Azevedo, receberam cada um a quantia de 1:200\$000 réis. De acordo com o inventariante, esses valores deveriam ser abatidos em suas heranças. Cumpre ressaltar que os dotes eram bastante

---

<sup>105</sup> LIBBY, 1988, Op. Cit.

<sup>106</sup> Como já foi alertado anteriormente no texto, Maria Vitória do Nascimento apareceu listada duas vezes na lista nominativa de 1831.

<sup>107</sup> O nome está grafado de forma errônea. Na verdade o nome é Francisco Eugênio de Azevedo, como aparece nos inventários de sua mãe, dona Pudenciana Umbelina de Paiva e no de seu pai, o tenente Francisco Machado de Azevedo.

<sup>108</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447, Carrancas – São João del Rei.

significativos. Com a partilha dos bens, coube ao inventariante e viúvo, a meação no valor de 32:775\$000 réis.

Em 1841, seis anos após o falecimento da esposa, o tenente Francisco Machado de Azevedo faleceu. No seu inventário, os bens foram avaliados no total de 43:417\$780 réis. Considerando que em 1835, quando o tenente teve seus bens avaliados e partilhados, devido ao falecimento de sua esposa, seus bens meados formavam o total superior a 32 contos e, seis anos depois, na abertura do seu inventário, ele apresentou um aumento de 10:642\$780 réis em sua fortuna, achamos bastante sugestivo a capacidade de reprodução desta família. Entre os bens listados, temos a permanência das atividades agrárias<sup>109</sup>.

A união das famílias do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim com a do tenente Francisco Machado de Azevedo, por meio dos casamentos, representou a união entre iguais, dentro do mesmo grupo social. Os filhos do capitão-mor procuraram criar alianças matrimoniais endogâmicas por estrato social<sup>110</sup>. Embora o tenente tivesse mais escravos que o capitão-mor, ambas as famílias apresentavam padrões de riqueza aproximados.

A respeito da região de Carrancas, cabe ressaltar que o distrito de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas foi um dos grandes distritos que compunha o termo da vila de São João del Rei, na primeira metade do século XIX. A freguesia foi formada pelos distritos de Espírito Santo, Luminárias, Santo Inácio das Lavrinhas, Saco do Rio Grande, São Tomé e Campo Belo e situava-se a sudoeste da vila de São João del Rei, próximo ao Rio Capivari<sup>111</sup>.

A região de Carrancas se destacou pela alta concentração de mão-de-obra escrava em seu interior: *“dos 4.053 habitantes da Freguesia, 62,5% (2.494) da população compunha-se de escravos e 38,5% (1.559), de livres.”*<sup>112</sup> Sendo os distritos com maior concentração os de Espírito Santo de Carrancas e Campo Belo, que apresentaram percentuais de 72,4% e 65,2% de cativos, respectivamente. Estes dois distritos detinham 64,4% dos escravos da freguesia.

O que se observa é que as regiões de Carrancas, assim como a da Lage detinham grande número de escravos e estava ligado com a produção voltada para o mercado

<sup>109</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: tenente Francisco Machado de Azevedo, 1841, caixa 24, Carrancas – São João del Rei.

<sup>110</sup> MATTOSO, 1992, Op. Cit.

<sup>111</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)**. Belo Horizonte: FaFICH/UFMG, 1996 (Dissertação de Mestrado).

<sup>112</sup> Idem, 135.

interno abastecedor. Os dois chefes das famílias aqui trabalhadas, o capitão-mor Gervásio Pereira Alvim e o tenente Francisco Machado de Azevedo foram dois grandes fazendeiros com posses bastante altas para os padrões da província e comarca. Como já foi dito, o capitão-mor Gervásio Pereira Alvim detinha 7,88% da mão-de-obra escrava do distrito da Lage em 1831, já o tenente Francisco Machado de Azevedo tinha 7,77% dos escravos do distrito de Conceição de Carrancas. Tais dados só vêm corroborar o que vinha sendo dito anteriormente, que a união dessas duas famílias representou o estabelecimento de laços entre iguais.

No entanto, o fato das famílias terem se fechado em torno de si, nos inquieta. Nos séculos XVIII e XIX, o casamento foi uma das vias de preservação e ampliação de fortunas e não representava escolhas individuais, mas sim, um projeto familiar, cuidadosamente estudado e analisado. A partir dele, uma família poderia ascender na hierarquia ou cair em desgraça social. A movimentação social dependia muito da escolha certa de genros e noras. No processo de escolha dos noivos, os elementos como o princípio de igualdade e a racionalidade eram os guias das escolhas, enquanto a paixão e/ou atração física ficavam a margem do processo<sup>113</sup>.

Segundo Sheila de Castro Faria, ser economicamente poderoso não significava que seria reconhecido enquanto gente da família principal. Enfim, o casamento era uma troca entre os envolvidos, na qual estava em jogo o futuro das famílias envolvidas<sup>114</sup>. Como bem mostrou Carla Almeida, os homens ricos das comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes no século XVIII realizaram casamentos endogâmicos por estrato social visando à preservação e ampliação de suas fortunas<sup>115</sup>. As alianças matrimoniais também eram um meio de criação de redes de parentela e/ou clientelas. Assim, o que nos instiga a pensar/imaginar quais projetos essas famílias estavam tentando concretizar que demandou o fechamento em torno delas. Por que estabeleceram três casamentos entre eles, impossibilitando, dessa forma, de se unirem a pelo menos mais duas famílias da elite agrária local cada uma? Que vínculos estavam tecendo que precisavam de três casamentos?

Ora, pensar que se tratavam das melhores opções de casamento nos parece muito simplista e pouco provável. Não acreditamos também na falta de cônjuges com as

---

<sup>113</sup> SILVA, 1984, Op. Cit.

<sup>114</sup> FÁRIA, 1995, Op. Cit.; FÁRIA, 1998, Op. Cit.; BRÜGGER, 2007, Op. Cit.

<sup>115</sup> ALMEIDA, 2001, Op. Cit.

“qualidades ideais” para ambos os lados. Por hora, não conseguimos ainda entender as motivações que levaram a esse comportamento. Cabe ressaltar, que os casamentos entre os três irmãos com as três irmãs não fugiram ao ditado popular: “se queres bem casar, case-se com um igual”. E, além disso, foram escolhas feitas dentro da mesma região, não diferenciando do padrão encontrado por Silvia Brügger para São João del Rei, no qual predominaram os casamentos endogâmicos por estrato social e por região<sup>116</sup>.

Quanto aos dois outros filhos do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, sabemos que Joaquim Carlos de Resende Alvim foi ordenado padre e segundo Waldemar Barbosa, ele foi o primeiro vigário colado da Freguesia de Nossa Senhora da Penha de França do arraial da Lage, a partir de 3 de abril de 1840<sup>117</sup>. E, ainda, que o vigário, juntamente com o irmão, o tenente coronel Francisco de Assis, foram os que mais herdaram prestígio social, político e econômico do patriarcal da família, apesar do sistema de herança não ter sido de filiação diferenciada, na qual era escolhido um único herdeiro para administrar os bens da família<sup>118</sup>. Tanto o vigário quanto o tenente coronel, não apresentaram um quadro de riqueza compatível com a de seu pai, porém, nos respectivos inventários, os dois exibiram fortunas consideráveis. Por exemplo, em 1879, ano de abertura do inventário *post-mortem* do vigário Joaquim Carlos, seus bens foram avaliados em 37:728\$740 réis, sendo instituídos como herdeiros o tenente coronel Francisco de Assis e a dona Ana Antônia Umbelina de Paiva<sup>119</sup>, sogro e mãe de Gervásio, respectivamente.

O vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim também foi vereador na vila de São José no final da década de 1830 e apareceu listado como terceiro juiz de paz do distrito da Lage no ano de 1834<sup>120</sup>. Na década de 1870, ele também apareceu listado como um dos fazendeiros mais importantes do distrito da Lage.

Já sobre Manoel Pereira de Resende Alvim possuímos poucas informações. Sabemos que ele foi morar na fazenda do Rio dos Bois no distrito de Passatempo e lá se estabeleceu. Segundo a lista nominativa de 1831, seu fogo era o segundo que formava o

<sup>116</sup> BRÜGGER, 2007, Op. Cit.

<sup>117</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Saterb Ltda, 1971.

<sup>118</sup> CAMPS, Joan Bestard. “La estrechez del lugar. Reflexiones en torno a las estrategias matrimoniais cercanas.” IN: JIMÉNEZ, Francisco Chacon & FRANCO, Juan Hernández (eds.) **Poder, familia y consanguinidad em la Espana del Antiguo Régimen**. Barcelona: Antropos, 1992.

<sup>119</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: padre Joaquim Carlos de Resende Alvim, 1879-82-88, caixa 357, São José.

<sup>120</sup> Arquivo Público Mineiro, Fundo: Presidência da Província, Série: Correspondência Recebida – Câmaras Municipais, São José, 1824-1838.

quarteirão sete do distrito de Passatempo, termo da vila de São José. Nesta época, Manoel Pereira de Resende Alvim tinha 34 anos e era casado com Agostinha Carolina, que tinha 24 anos. Infelizmente, não sabemos as origens de sua esposa.

Ao que tudo indica, ele possuía quatro filhos legítimos: Manoel (4 anos), Francisco (3 anos), Maria (2 anos) e Inês (1 ano), todos listados como brancos e dependentes do chefe do fogo. Não obstante, na mesma lista, aparecem ainda listadas Maira (5 anos) e Sebastiana (1 ano), a primeira crioula e a segunda sem menção a cor, como dependentes de Manoel Pereira de Resende Alvim. Talvez se trate de filhos naturais do chefe do fogo que vive debaixo da proteção paterna, porém não sabemos com exatidão as origens dessas crianças, uma vez que não foram localizados nem inventário e nem testamento do dito Manoel, tampouco os registros de batismo dessas crianças.

Seu domicílio contava com a posse de 28 escravos, cujas ocupações não possuímos referências. No entanto, possivelmente, a maioria deles estava ligada à produção agropastoril, uma vez que Manoel Pereira de Resende Alvim apareceu listado como agricultor. Já Agostinha Carolina, sua esposa, não teve ocupação discriminada. No ano de 1837, Manoel Pereira de Resende Alvim apareceu listado como quarto juiz de paz do distrito de Passatempo, termo da vila de São José e possuía a patente de tenente<sup>121</sup>.

O passar dos anos não foi promissor para este tio de Gervásio. Em carta enviada à Gervásio Pereira Alvim, nosso personagem, em 16 de fevereiro de 1850, Manoel Pereira de Resende Alvim narrou que estava passando por dificuldades financeiras e de incômodos de saúde<sup>122</sup>. Noticiava também que nunca pensou passar por tão grandes necessidades e que precisava vender umas terras para tentar ajeitar a vida, que parecia estar bastante desorganizada. Mesmo com essas informações, sabemos muito pouco sobre suas atividades sociais, políticas e econômicas ao longo da vida que pudessem lançar luzes para esclarecimento desses problemas vivenciados.

Ainda em relação a essa segunda geração, observamos que todas as três irmãs, dona Ana Antônia, dona Francisca de Paula e dona Maria Vitória, apresentaram suas ocupações, segundo a lista nominativa de 1831, em atividades ligadas à produção têxtil. Diversamente de dona Mafalda Cândida que teve sua ocupação citada como administradora do lar.

---

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim, carta enviada por Manoel Pereira de Resende Alvim, em 16 de fevereiro de 1850, Fazenda do Rio dos Bois.

Segundo Silvia Brügger, foi freqüente a referência de mulheres listadas como fiandeiras e que tal fato indicava a importância do trabalho feminino para a economia doméstica<sup>123</sup>. E ainda que essas atividades fossem desempenhadas por mulheres de diversas condições, não era, portanto, uma atividade exercida por pobres. Em suas palavras, “*a disseminação destas atividades entre as mulheres dos diferentes grupos sociais parece confirmar a importância do trabalho feminino para a manutenção das unidades domésticas.*”<sup>124</sup>

Assim, no caso de dona Ana Antônia, dona Francisca de Paula e dona Maria Vitória, que apresentaram uma condição sócio-econômica considerável, as atividades têxteis por elas desempenhadas estariam relacionadas com as demais atribuições feminina dentro do lar, além de cuidar e criar dos filhos e os afazeres domésticos<sup>125</sup>.

Passamos agora à terceira geração da família do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim.

Gervásio Pereira Alvim, nosso personagem, optou por estabelecer sua aliança marital dentro do mesmo grupo social, mas, também, dentro de sua própria família. Ele casou-se com sua prima-irmã Maria Salomé de Resende, filha de seu tio e padrinho Francisco de Assis Resende Alvim e dona Maria Vitória do Nascimento<sup>126</sup>.

A partir da terceira geração, podemos observar uma mudança nas escolhas matrimoniais. O casamento continuou como um projeto familiar, de grande importância social e econômica para os membros, porém agora as opções pelos casamentos endogâmicos por estrato social e dentro da mesma parentela passaram a ser uma realidade. Além de Gervásio Pereira Alvim e Maria Salomé, houve ainda outros dois casamentos que reforçaram as relações de parentesco entre os irmãos capitão Gervásio Pereira do Carmo e o tenente coronel Francisco de Assis Resende. Francisco Machado de Resende casou com sua prima-irmã dona Francisca de Resende e Domingos Teodoro de Resende com sua prima-irmã dona Mafalda Umbelina de Assis<sup>127</sup>. Eles eram irmãos de Gervásio Pereira Alvim, filhos do capitão Gervásio Pereira do Carmo e dona Ana Antônia

---

<sup>123</sup> BRÜGGER, 2007, Op. Cit.

<sup>124</sup> Idem, p. 262.

<sup>125</sup> Idem, pp. 261-263.

<sup>126</sup> Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim, acerto de dote, 1854; Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventários *post-mortem*: Ana Antônia Umbelina de Paiva, 1885, caixa 185, São José; tenente coronel Francisco de Assis Resende Alvim, 1888, caixa 543, São José.

<sup>127</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventários *post-mortem*: Ana Antônia Umbelina de Paiva, 1885, caixa 185; tenente coronel Francisco de Assis Resende Alvim, 1888, caixa 543, São José.

Umbelina de Paiva. As esposas eram filhas do tenente coronel Francisco de Assis Resende e dona Maria Vitória do Nascimento, pais também de dona Maria Salomé.

Houve também outro casamento na família do capitão Gervásio Pereira do Carmo onde ocorreu aliança dentro da própria parentela. Este foi o casamento de dona Ana Umbelina de Paiva e o doutor Gervásio Pinto Cândido. Não sabemos de quem o doutor Gervásio Pinto Cândido era filho, porém, através de consulta à lista nominativa de 1831, obtivemos a informação de que, na época da listagem, ele tinha 13 anos, que era neto do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim e dona Francisca Cândida de Resende e morava com os avós.

Não temos certeza se houve a predominância de casamentos endogâmicos por estrato social e familiar na terceira geração, pois estamos trabalhando apenas com duas descendências do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim: a do capitão Gervásio Pereira do Carmo e a do tenente coronel Francisco de Assis Resende. Temos confirmados três alianças matrimoniais entre os dois irmãos.

Contudo, mesmo não podendo afirmar se esse comportamento seria predominante na família, devemos levantar questões sobre as escolhas dentro da mesma parentela, ainda mais que há uma carta, datada de 25 de junho de 1850, bastante sugestiva sobre um contrato de casamento endogâmico familiar pelo lado materno de Gervásio Pereira Alvim.

Primo, amigo e senhor Pereira Alvim (...) desejo-lhe muito boa saúde e a prima. Dou-lhe parte que estou contratando para tomar um estado com uma filha do nosso tio Francisco Machado, e está marcado para o dia 22 de julho próximo futuro a celebração do mesmo contrato. Vou por esta convidar-lhe e a prima para nesse dia honrarem-me com suas pessoas, de que teremos muito gosto, e conto certo com suas pessoas, queira aceitar saudades de meus pais e manos, e eu em particular visito a sua pessoa e a prima. Conheça que sou seu primo, amigo, obrigado. Francisco Machado de Assis.<sup>128</sup>

O capitão Gervásio Pereira do Carmo em 1838, quando foi o inventariante no seu próprio inventário<sup>129</sup>, apresentou seu patrimônio avaliado em 10:160\$000 réis. Os bens

<sup>128</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim, carta enviada por Francisco Machado de Assis, em de 25 de junho de 1850.

<sup>129</sup> O capitão Gervásio Pereira do Carmo faliu em 1835 e seus bens foram levados a pregões em hasta pública na vila de São José del Rei. Acreditamos que, em virtude de sua falência, seus irmãos formaram uma sociedade para arrematar parte de seus bens no leilão, pelo menos, eles arremataram os escravos. Essa

partilhados corresponderam somente escravos, os quais foram arrematados em hasta pública pelo seu irmão o reverendo Joaquim Carlos de Resende, quantificando 24 escravos. Em comparação ao patrimônio de seu pai o capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, que no ano anterior teve aberto seu inventário, seu cabedal foi bem inferior e até aquele momento não havia conseguido reproduzir a riqueza igual a de seus pais. E, por informação do testamento de sua esposa, dona Ana Antônia Umbelina de Paiva, em 1880, ele nunca conseguiu. O capitão Gervásio do Carmo faliu no mundo dos negócios.

A partir desse fato e do casamento ter sido um momento em que se teciam alianças sociais e, também, momento de busca pela preservação, ampliação e unificação de fortunas, pensamos que uma das hipóteses para o significativo número de matrimônios entre primos de primeiro grau na terceira geração da família, sobretudo os filhos do capitão Gervásio Pereira do Carmo, refletiu a não reprodução financeira de sucesso desse ramo da família. Assim, sugerimos que o grande número de herdeiros que esse casal possuía, fez com que os casamentos, dentro de parentelas, fossem uma oportunidade para evitar a dissolução do patrimônio da família. A título de exemplo, no ano de 1885 foi aberto o inventário de dona Ana Antônia Umbelina de Paiva. No inventário, o monte líquido a ser partilhado foi de 5:695\$710 réis entre os 13 filhos e três netos. A cada um foi legado a quantia de 271\$224 réis<sup>130</sup>. Portanto, com o crescimento da família, por meio do número de netos do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, o casamento endogâmico por grupo social e familiar se apresentou como um mecanismo para evitar as constantes divisões do patrimônio, o que poderia acarretar no desaparecimento da fortuna.

Parece que a estratégia de casamento entre primos e/ou outros familiares por parte da terceira geração, aliada a outras estratégias econômicas, como por exemplo, a migração para outras regiões em processo de expansão, possibilitou a manutenção do *status* social e econômico na região. A carta de Maria Salomé ao coletor estadual de Tiradentes em 1902 nos informa da necessidade de abrir o inventário do seu marido, Gervásio Pereira Alvim, uma vez que o mesmo faleceu deixando bens no distrito da Lage, onde moravam, e na

---

“sociedade familiar” tinha como propósito o amparo dos filhos do capitão Gervásio do Carmo. Assim, o mesmo ficou responsável pela administração desses bens e seus filhos possuíam uma dívida com vários tios. Com o casamento de duas filhas do capitão Gervásio do Carmo, ele foi obrigado a abrir inventário dos bens e promover a partilha. No entanto, ele permaneceu com grande parte dos bens, uma vez que se apresentou como tutor dos filhos menores. Ver: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário: capitão Gervásio Pereira do Carmo, 1838, caixa 44, São José.

<sup>130</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, inventário *post-mortem*: Ana Antônia Umbelina de Paiva, 1885, caixa 185, São José.

comarca do distrito de Entre Rios<sup>131</sup>. E ainda, as cartas e acordos da década de 1890, mostram Gervásio Pereira Alvim como um fazendeiro, lavrador e comerciante bem sucedido nos seus negócios. Parece que ele conseguiu se recuperar dos transtornos econômicos de décadas anteriores.

Gervásio Pereira Alvim além de fazendeiro e negociante, também ocupou cargo político na câmara da vila de São José. No triênio 1877-1880, Gervásio Pereira Alvim foi eleito como vereador sendo o terceiro mais votado. E ainda, a partir de 1870, ele apareceu assinando alguns livros de notas num cartório no distrito da Lage como tabelião.

A família de Gervásio, embora não tivesse conseguido total reprodução de sua riqueza, ainda, na segunda metade do século, era tida como uma das famílias mais importante do distrito. Alguns de seus tios e primos apareceram listados como “fazendeiros importantes” do distrito da Lage no Almanak da Província de Minas Gerais para o ano de 1870 e o tio e sogro, o tenente-coronel Francisco de Assis Resende Alvim foi o primeiro comandante do 46º Batalhão da Guarda Nacional de São José<sup>132</sup>.

\* \* \* \* \*

Neste capítulo, apresentamos o cenário da pesquisa: o lugar e os sujeitos históricos. Procuramos apresentar a comarca do Rio das Mortes através de seus dados demográficos e econômicos no sentido delimitar o espaço de atuação e vivência dos personagens que aqui se apresentaram e apresentarão. Embora o objeto central da pesquisa sejam as relações comerciais entre a província mineira e a Corte do Rio de Janeiro, ao longo deste estudo, a comarca se evidenciará como o berço destas relações. Os contatos de Gervásio Pereira Alvim na Corte, ao que tudo indica, são comerciantes mineiros, com fortes vínculos com a comarca do Rio das Mortes, que foram para o Rio de Janeiro ainda na primeira metade do oitocentos. Nesse sentido, a apresentação da comarca do Rio das Mortes, além de pontuar o espaço de vivência de Gervásio Pereira Alvim é importante porque foi neste espaço que os sujeitos se tornaram conhecidos e puderam estabelecer contatos mercantis.

---

<sup>131</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim, carta enviada por Maria Salomé de Resende ao coletor estadual de Tiradentes, em 18 de novembro de 1902, Lage.

<sup>132</sup> MARTINS, Antônio de Assis. **Almanak da Província de Minas Gerais, 1870**. Typografia do diário do Rio de Janeiro, 1870. Este exemplar encontra-se no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

Assim, sendo a família a organizadora da vida em sociedade, procuramos apresentar as estratégias familiares de reprodução e de manutenção da riqueza ao longo do oitocentos, via casamento. Observamos que os enlaces matrimoniais foram feitos dentro do mesmo grupo social, com padrões de riqueza próximos e com atividades sociais e econômicas bem parecidos entre as famílias aliadas. Atentando para o fato da formação de alianças dentro do distrito e a busca por uma união bem fortalecida, por meio de três casamentos, com uma família moradora em outro termo.

Destarte, ao reconstruir a família de Gervásio, procuramos enquadrá-lo dentro da lógica da sociedade brasileira oitocentista, observando a formação das alianças sociais não só no distrito da Lage, bem como na freguesia de Carrancas, comarca do Rio das Mortes. Podemos observar, também, o padrão de riqueza e o movimento de ampliação e perda econômica da família ao longo do século XIX.

DIAGRAMA 1: RELAÇÕES FAMILIARES: CAP. MOR GERVÁSIO PEREIRA ALVIM E TEN. FRANCISCO MACHADO DE AZEVEDO (c.1791-1850)

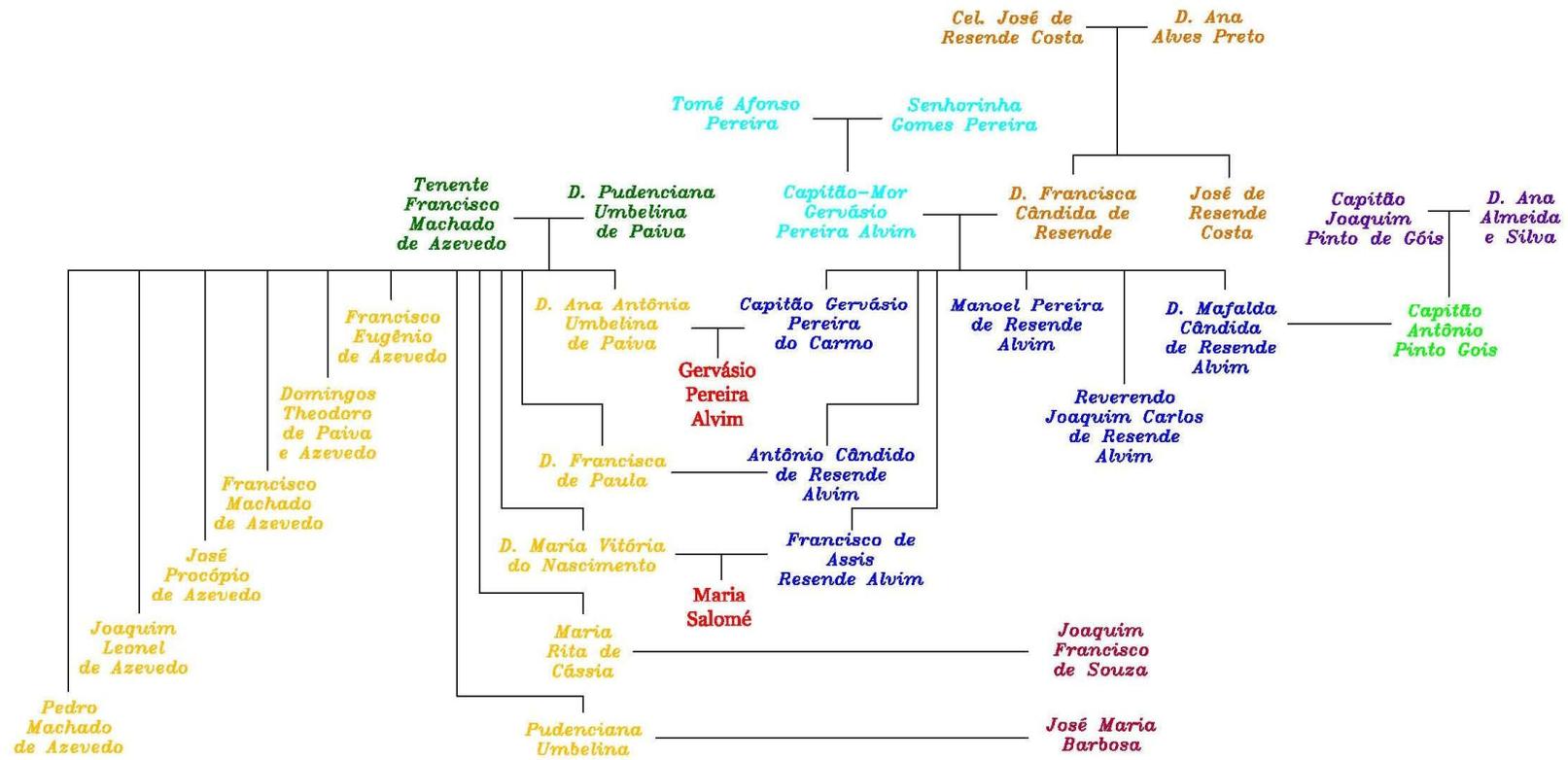
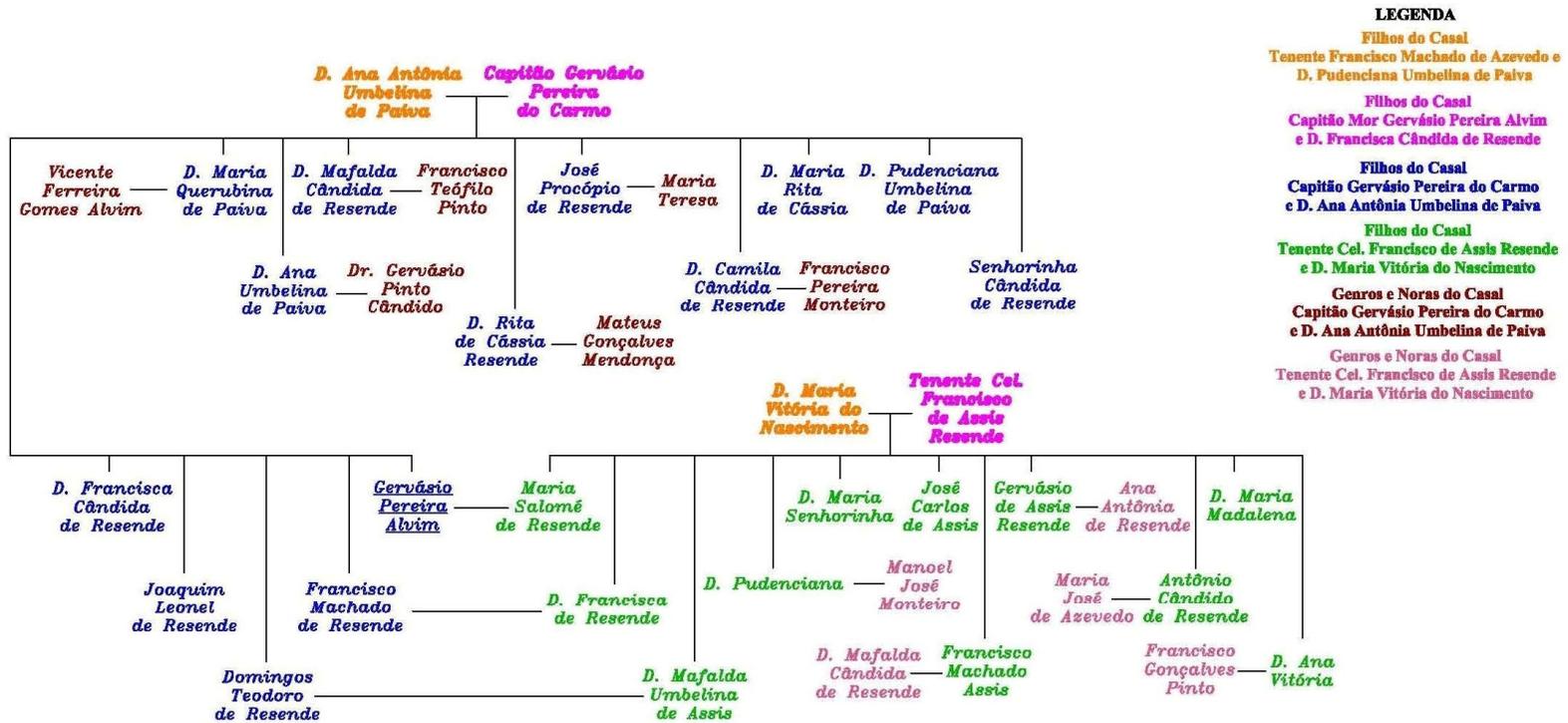


DIAGRAMA 2: RELAÇÕES FAMILIARES: CAP. GERVÁSIO PEREIRA DO CARMO E TEN. CEL. FRANCISCO DE ASSIS RESENDE (c.1840-1890)



## **CAPÍTULO 2 – A REDE MERCANTIL DE GERVÁSIO PEREIRA ALVIM**

Este capítulo propõe a identificação do grupo de negociantes com os quais Gervásio Pereira Alvim manteve contatos mercantis na Corte do Rio de Janeiro e São João del Rei na segunda metade do século XIX. Para tanto, procuramos apresentar, a partir de vestígios e pistas deixados por esses atores históricos, suas origens, suas relações sociais, atividades econômicas e o papel da família no processo de construção de alianças que facilitavam as transações mercantis entre praças geograficamente distantes.

### **2.1 Quem eram?**

No ano de 1860, na Rua Direita, número 147, Corte e cidade do Rio de Janeiro, funcionava a casa mercantil “Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho”. Tal casa pertenceu a Francisco Eugênio de Azevedo e a um de seus sobrinhos, que até o momento, ignoramos a identidade. Este mesmo endereço também abrigou outras casas mercantis de Francisco Eugênio durante, pelo menos, os últimos trinta anos que antecederam ao final da escravidão. Ali funcionou várias de suas sociedades mercantis, sobretudo as que comercializavam secos e molhados com produtos de importação e exportação, como, por exemplo, o café.

Francisco Eugênio foi um dos comerciantes da rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim na Corte. Ele era mineiro, da comarca do Rio das Mortes e, na segunda metade do XIX, tornou-se um grande comerciante na praça carioca. Suas casas mercantis apareceram listadas no Almanak Laermmert durante os anos de 1854 até a década de 1880, em várias seções e com diversas razões sociais. O ano de 1854 assinalou sua primeira aparição no referido almanaque: a casa mercantil “Francisco Eugênio de Azevedo e Cia.” apareceu na seção de “Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação”,

com comissões e situada à Rua Direita, número 147<sup>133</sup>. Já no ano de 1856, a referência à casa de Francisco Eugênio apareceu na mesma seção, porém com um adendo: o armazém de molhados na Praia Pequena, número 2<sup>134</sup>. Entre os anos de 1857 e 1859, além das comissões e enfardamentos, ele ainda mantinha os dois estabelecimentos sob a mesma razão social<sup>135</sup>. Nestes mesmos anos, Francisco Eugênio já era matriculado, provavelmente no Tribunal do Comércio. Embora não tenhamos, até o momento, localizado o registro de sua matrícula na Junta do Comércio e tampouco no Tribunal do Comércio<sup>136</sup>, a referência a ela apareceu na seção de “Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação”<sup>137</sup> do Almanak Laemmert.

A matrícula de negociantes na Real Junta do Comércio e, depois de 1850, no tribunal era muito importante para as transações internacionais. Segundo Jorge Caldeira, os negociantes somente podiam utilizar o título de negociante de grosso trato e realizar o comércio à longa distância, após a efetivação da matrícula na Junta do Comércio. Para isso, as exigências a serem cumpridas eram, por exemplo, comprovar reserva de capital para circulação, conhecer a escrituração mercantil e ter boa reputação na praça<sup>138</sup>.

Em 1850, com a promulgação do Código Comercial, o Estado imperial brasileiro conseguiu instituir uma legislação mercantil própria para o país, substituindo, assim, as regulamentações das Ordenações Filipinas na Real Junta do Comércio, órgão criado por D. João VI, encarregado de fiscalizar e legislar as atividades comerciais no Brasil. A partir

<sup>133</sup> Almanak Laemmert, 1854: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 418 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1854/00000422.html>, capturado em 13/10/08, às 15h41.

<sup>134</sup> Almanak Laemmert, 1856: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 490 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000498.html>, capturado em 10/12/08, às 15h24.

<sup>135</sup> Almanak Laemmert, 1857: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 525 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1857/00000527.html>, capturado em 19/12/2008, às 11h; Idem, 1858: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 532 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1858/00000536.html>, capturado em 19/12/2008, às 11h02; Idem, 1859: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 565 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1859/00000569.html>, capturado em 19/12/2008, às 11h04.

<sup>136</sup> Arquivo Nacional, séries: Junta do Comércio: Matrícula de negociantes; Indústria e Comércio – Comércio: Junta e Tribunal: Registros de matrículas, cias. e sociedades comerciais.

<sup>137</sup> Almanak Laemmert, 1857: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 510 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1857/00000512.html>, capturado em 19/12/08, às 12h27; Idem, 1858: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 516 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1858/00000520.html>, capturado em 19/12/08, às 13h27; Idem, 1859: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 548 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1859/00000552.html>, capturado em 19/12/08, às 13h41.

<sup>138</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 70.

de 1850, com o Código Comercial, as atividades mercantis passariam a ser reguladas pelos tribunais comerciais criados no mesmo ano<sup>139</sup>. O Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro criado em 1850, sucedeu ao Tribunal da Real Junta do Comércio, extinto no mesmo ano, e atuou até 1875. Ainda que o Tribunal guardasse funções administrativas e judiciárias, julgava causas mercantis<sup>140</sup>, durante sua vigência cuidou de registrar as provisões dos comerciantes matriculados na Junta do Comércio, como também fez o registro das companhias e sociedades comerciais, dos negociantes, corretores, trapicheiros, agentes de leilões, administradores de armazéns de depósitos, entre outros<sup>141</sup>.

Destarte, a matrícula em um destes órgãos garantia ao comerciante o direito de participar do comércio de importação e exportação, de utilizar o título de comerciante de grosso trato e institucionalizar sua ação e, ainda, se incorporar no seletivo grupo mercantil. Enfim, a matrícula era uma das qualidades necessárias para ser considerado um comerciante<sup>142</sup>.

No ano de 1860, Francisco Eugênio apareceu no Almanak Laemmert, na seção de “Negociantes Nacionais”, com outra sociedade mercantil: “Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho” situada no mesmo endereço da casa anterior<sup>143</sup>. Neste ano, a nova casa mercantil apareceu ainda na seção: “Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação” oferecendo comissões e enfardamento, com armazém em Belém, estação da Estrada de Ferro de D. Pedro II<sup>144</sup>.

Como já dissemos acima, não identificamos quem era esse sobrinho sócio de Francisco Eugênio, porém, não descartamos a hipótese de que fosse Gervásio Pereira Alvim, pois o último era sobrinho materno do primeiro. Tal hipótese sustenta-se na lembrança de que a família se apresentou como principal eixo organizador das relações

<sup>139</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, economia e poder no segundo reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, McGregor & Companhia (1854-1866)**. São Paulo: USP, 1997. (Tese de doutorado).

<sup>140</sup> NEVES, Edson Alvisi. **Magistrados e negociantes na corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio da corte no Brasil Império (1850-1875)**. Niterói: UFF, 2007. (Tese de doutorado).

<sup>141</sup> Arquivo Nacional, série: Indústria e Comércio – Comércio: Junta e Tribunal: IC<sup>3</sup>23: Tribunal do Comércio: Registro das provisões dos comerciantes matriculados na Junta do Comércio – ano de 1851; IC<sup>3</sup>57: Tribunal do Comércio: Matrícula dos comerciantes, corretores, agentes de leilões, trapicheiros, administradores de armazéns de depósitos – ano de 1851-1855; IC<sup>3</sup>11: Matrícula de negociantes a varejo – ano 1809; IC<sup>3</sup>18: Tribunal do Comércio da capital do Império: Registro das cias. e sociedades comerciais – ano de 1862.

<sup>142</sup> GUIMARÃES, 1997, Op. Cit., em especial capítulo 1.

<sup>143</sup> Almanak Laemmert, 1860: Negociantes Nacionais, p. 546 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000542.html>, capturado em 27/08/2007, às 9h37.

<sup>144</sup> Almanak Laemmert, 1860: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 575 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000571.html>, capturado em 28/08/07, às 12h42.

sociais, econômicas e políticas ao longo do século XIX. A presença de familiares e amigos era elemento fundamental nas transações mercantis tanto pelo caráter das relações econômicas estarem imersas em relações de vizinhança, clientela e familiares<sup>145</sup>, como pelo fato dos tratos comerciais dependerem de referências que se faziam a partir dos contatos sociais.

Nesse sentido, na articulação das redes de comércio, a participação da família e dos amigos tornou-se indispensável para a inserção de novos membros. A parentela facilitava as relações entre os sujeitos, sobretudo nos negócios entre praças geograficamente distantes. Conforme atentou Alcir Lenharo, os laços de parentesco eram um dos recursos utilizados pelos comerciantes do Sul de Minas na estruturação de suas redes de negócios:

via de regra, o parentesco servia como ponto de apoio para se firmar na praça comercial; pode-se encontrar uma diversidade de casos em que o parente constituía-se na fonte fornecedora dos gêneros de abastecimento<sup>146</sup>.

Assim pensamos a relação de Gervásio Pereira Alvim e sua família. Os vínculos familiares eram incrementados com as relações comerciais. Embora saibamos com grande probabilidade que Gervásio não foi o único sócio de Francisco Eugênio, é importante observar que ele participou de alguns negócios com o tio, atuando, principalmente, no abastecimento. No entanto, tal assunto será melhor explicitado no terceiro capítulo desta dissertação, no qual abordaremos os tratos mercantis de Gervásio Pereira Alvim e a dinâmica comercial empreendidas nos seus negócios.

Voltamos, então, à sociedade “Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho”. Tal sociedade apareceu listada no Almanak Laemmert durante os anos de 1860 a 1863. Apareceu nas seções “Negociantes Nacionais”, nos anos de 1860 e 1861 e nas seções “Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros Importação e Exportação”<sup>147</sup>, de 1860

---

<sup>145</sup> POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2ª ed., 2000; LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>146</sup> LENHARO, 1979, Op. Cit., p.47.

<sup>147</sup> Almanak Laemmert, 1860: Negociantes Nacionais, p. 546 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000542.html>, capturado em 20/07/08, às 19h26; Idem, 1861: Idem, 1861: Negociantes Nacionais, p. 474 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00000478.html>, capturado em 20/07/08, às 19h33; Idem, 1860: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros Importação e Exportação, p. 575 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000571.html>, capturado em 28/08/07, às 12h42; Idem, 1861: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros Importação e Exportação, p. 501 – homepage:

a 1863. Os negócios continuaram se expandido, a partir de 1861, a casa mantinha um novo armazém em Macacos, na estação da Estrada de Ferro D. Pedro II e, em 1863, o armazém em Belém não mais fazia parte dos negócios dos comerciantes.

No ano de 1864, Francisco Eugênio manteve outra razão social: “Francisco Eugênio de Azevedo”. Também situada à Rua Direita, número 147, a casa oferecia comissões e enfiamentos com armazéns em Macacos e Barra do Pirahy<sup>148</sup>. Ambos armazéns próximos às regiões que cultivavam o café no Vale do Paraíba fluminense. Interessante também foi que no mesmo ano de 1864 o Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais listou a casa mercantil de Francisco Eugênio como uma das seis casas de comissões mineiras funcionado na Corte do Rio de Janeiro<sup>149</sup>. Ela atuaria até o ano de 1873, restringindo sua ação a Corte a partir de 1871, quando passou a oferecer apenas comissões para gêneros do país e não mais mantinha os armazéns fora da cidade<sup>150</sup>.

Em 1874, na antiga Rua Direita, que, por volta de 1870, passou a se chamar Rua Primeiro de Março, Francisco Eugênio estabeleceu sua nova sociedade: “Azevedo, Bernardes e Oliveira”. Listados no Almanak Laemmert, os negócios de Francisco Eugênio

---

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00000505.html>, capturado em 21/12/08, às 18h21; Idem, 1862: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros Importação e Exportação, p. 516 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1862/00000522.html>, capturado em 21/12/08, às 18h34; Idem, 1863: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros Importação e Exportação, p. 517 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1863/00000529.html>, capturado em 21/12/08, às 18h10.

<sup>148</sup> Almanak Laemmert, 1864: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 533 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000541.html>, capturado em 21/12/08, às 17h59.

<sup>149</sup> *Apud*, LENHARO, 1979, Op. Cit., p. 137.

<sup>150</sup> Almanak Laemmert, 1865: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 515 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1865/00000521.html>, capturado em 21/12/08, às 20h53; Idem, 1866: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 495 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1866/00000499.html>, capturado em 21/12/08, às 21h08; Idem, 1867: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 495 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1867/00000501.html>, capturado em 21/12/08, às 21h39; Idem, 1868: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 515 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1868/00000523.html>, capturado em 21/12/08, às 21h57; Idem, 1869: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 538 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1869/00000547.html>, capturado em 21/12/08, às 22h16; Idem, 1871: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 511 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1871/00000519.html>, capturado em 21/12/08, às 22h57; Idem, 1872: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 557 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1872/00000568.html>, capturado em 21/12/08, às 22h54; Idem, 1873: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 589 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1873/00000594.html>, capturado em 21/12/08, às 23h.

continuavam sendo as comissões, sobretudo de gêneros do país<sup>151</sup>. Ignoramos quem eram esses sócios e tal sociedade findou no prazo da próxima publicação do almanaque.

Em 1875, Francisco Eugênio de Azevedo tinha novos sócios, Francisco Ribeiro de Noronha, Pedro José Bernardes e José Augusto de Melo, sociedade que vingou por mais de cinco anos. Foram listados no Almanak Laemmert em várias seções, tais como: “Negociantes Nacionais de Importação e Exportação”, “Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação de Exportação” e “Armazéns e Depósito de Sal, por atacado”. A casa mercantil se chamava “Azevedo, Bernardes e Ribeiro”, situava-se à Rua Primeiro de Março, número 129 e com depósito na Rua da Saúde, número 128<sup>152</sup>. Talvez a casa tenha sido uma variação da anterior, com alguns membros pertencentes à antiga sociedade. Tal fato foi muito comum.

Mesmo com mudanças constantes nas sociedades e na razão social, Francisco Eugênio mantinha como principal endereço a Rua Direita, número 147, após 1870, Rua Primeiro de Março, número 147 e 129. O endereço fixo e a manutenção no mesmo ramo de negócios, as comissões e enfardamentos, eram instrumentos para a conservação da sua freguesia. Sempre que os fregueses fossem a Rua Direita ou a Primeiro de Março encontrariam a casa de comissões do comerciante mineiro Francisco Eugênio. Outro dado que o endereço pode revelar é que o local onde funcionavam os negócios era próprio do comerciante mineiro, o que demonstra estabelecimento e estabilidade na praça carioca.

Francisco Eugênio formou ainda uma sociedade com a razão social “Bastos Siqueira e Azevedo”, na qual foi sócio comanditário, junto com Francisco Antônio de Araújo Bastos, José Joaquim Siqueira e José Eugênio de Azevedo, seu filho primogênito. Esta funcionava à Rua do Rosário, número 81<sup>153</sup>. Os negócios da casa eram a comercialização de fazendas secas, por atacado e varejo, a prazo ou a dinheiro. No Almanak Laemmert, a casa apareceu listada em 1870, na seção de “Lojas de fazendas

---

<sup>151</sup> Almanak Laemmert, 1874: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 658 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1874/00000667.html>, capturado em 21/12/08, às 23h01.

<sup>152</sup> Almanak Laemmert, 1875: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 719 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1875/00000725.html>, capturado em 23/12/08, às 11h13.

<sup>153</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Francisco Antônio de Araújo e Bastos; Procedência: Juízo dos Órfãos; Notação: 1274; Caixa 4134; Ano: 1870.

secas de todas as qualidades de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs”<sup>154</sup>. O fundo da sociedade era de 250 contos de réis, para o qual Francisco Eugênio contribuiu com 80 contos de réis<sup>155</sup>. A sociedade deveria vigorar por quatro anos, de 1869 a 1873, no entanto, o falecimento do sócio Francisco Antônio de Araújo Bastos, em maio de 1870, com testamento, os obrigaram a liquidar a casa mercantil, durando apenas 11 meses<sup>156</sup>.

Doenças graves e/ou falecimentos podiam alterar os prazos de vigência de uma sociedade e, na maioria das vezes, estavam explicitamente previstos no contrato firmado entre os sócios. Segundo Kátia M. Queirós Mattoso, na praça comercial de Salvador as sociedades entre comerciantes foram as principais formas de associação comercial. Bastava a existência de dois sujeitos com capital, tanto em dinheiro ou títulos comerciais ou outros bens, quanto na forma de trabalho ou exercício de alguma atividade para que se formasse uma sociedade comercial. No entanto, mesmo contando com a solidariedade dos envolvidos, que obrigavam seus bens pessoais para quitação de eventuais dívidas da sociedade, elas se mostraram bastante efêmeras:

As constantes mudanças de razão social mostram que as sociedades costumavam a ser efêmeras: os sócios se separavam por mútuo consentimento, pela saída de algum, que era substituído, ou quando, após a morte de um deles, os herdeiros optavam por se retirar<sup>157</sup>.

De fato, com a morte de um dos sócios e a conseqüente abertura de seu testamento, a sociedade “Bastos, Siqueira e Azevedo” entrou em liquidação. Francisco Antônio de Araújo Bastos solicitou ao testamenteiro e aos sócios que, após seu falecimento, procedessem a liquidação da referida casa mercantil, que atuassem de acordo com os estatutos do contrato social e com os devidos direitos que tinham suas herdeiras. Em particular ao testamenteiro, o testador solicitou que com o capital resultante da dissolução da firma, o revestisse em títulos e apólices da dívida pública. Francisco Eugênio foi

---

<sup>154</sup> Almanak Laemmert, 1870: Lojas de fazendas secas de todas as qualidades de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs, p. 582 – homepage:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1870/00000592.html>, capturado em 26/12/08, às 17h34.

<sup>155</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Francisco Antônio de Araújo e Bastos; Procedência: Juízo dos Órfãos; Notação: 1274; Caixa 4134; Ano: 1870; fls. 19-22: Traslado do contrato da sociedade mercantil “Bastos, Siqueira e Azevedo”.

<sup>156</sup> Idem, fls. 17-23: Petição dos sócios para proceder à liquidação da casa mercantil, atestado de óbito de Francisco Antônio de Araújo e Bastos e traslado do contrato da sociedade mercantil “Bastos, Siqueira e Azevedo”.

<sup>157</sup> MATTOSO, 1992, Op. Cit., p. 495.

instituído pelo finado como primeiro testamenteiro, inventariante e tutor de suas filhas menores, Laura e Eugênia<sup>158</sup>.

Após liquidação da casa “Bastos, Siqueira e Azevedo”, os sócios se reuniram em outra sociedade sob a razão social “Siqueira, Azevedo e Cia.”<sup>159</sup>. Esta nova sociedade apareceu no Almanak Laemmert durante os anos de 1871 e 1874, na mesma seção da sociedade anterior: “Lojas de fazendas secas de todas as qualidades de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs”<sup>160</sup>. E, permaneceu até 1873 na Rua do Rosário, número 81. Em 1874, ela foi transferida para a Rua Primeiro de Março, número 95. É interessante observar que nos dois últimos anos de funcionamento desta casa, ela dividiu o mesmo prédio (inclusive quando se mudou para a Rua Primeiro de Março), com a firma comercial “Eugênio de Azevedo e Cia.”<sup>161</sup>. Como já tínhamos referido acima, talvez a manutenção do endereço e do mesmo ramo mercantil favorecesse a fixação da freguesia conquistada.

Francisco Eugênio atuou em outras sociedades como sócio comanditário, principalmente naquelas que seu filho, José Eugênio de Azevedo, estava como sócio solidário. A firma mercantil “Eugênio de Azevedo e Cia.”<sup>162</sup> resultou da união de pai e filho após a dissolução da “Siqueira, Azevedo e Cia.”. Tal sociedade esteve em vigor de

---

<sup>158</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Francisco Antônio de Araújo e Bastos; Procedência: Juízo dos Órfãos; Notação: 1274; Caixa 4134; Ano: 1870; fls. 03-06: Traslado do testamento de Francisco Antônio de Araújo e Bastos.

<sup>159</sup> Idem, fl. 48, fl. 55, fl. 61, fl. 69: Recibos das prestações da liquidação da firma “Bastos, Siqueira e Azevedo” pela sociedade “Siqueira, Azevedo e Cia.”.

<sup>160</sup> Almanak Laemmert, 1871: Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs, p. 576 – homepage:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1871/00000584.html>, capturado em 26/12/08, às 17h54; Idem, 1872:

Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs, p. 637 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1872/00000648.html>, capturado em 26/12/08, às 17h55; Idem, 1873: Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs, p. 658 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1873/00000663.html>,

capturado em 26/12/08, às 17h58; Idem, 1874: Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs, p. 740 – homepage:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1874/00000749.html>, capturado em 26/12/08, às 18h.

<sup>161</sup> Almanak Laemmert, 1873: Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs, p. 655 – homepage:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1873/00000660.html>, capturado em 26/12/08, às 17h57; Idem, 1874: Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs, p. 738 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1874/00000747.html>, capturado em 26/12/08, às 17h59.

<sup>162</sup> Arquivo Nacional, Fundo Junta Comercial do Rio de Janeiro, Registro de Sociedades Comerciais: Livro 649, Registro 11587, Galeria 6: Registro do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Cia., estabelecidos à Rua do Rosário, número 81.

1873 até 1879, quando entrou em liquidação. Em 1885, Francisco Eugênio fez uma escritura de renúncia e quitação de direitos a favor de José Eugênio, na qual:

E pelo outorgante [Francisco Eugênio de Azevedo] na qualidade de sócio comanditário da extinta firma comercial Eugênio de Azevedo e Companhia, em liquidação desde primeiro de janeiro de mil oitocentos e setenta nove renuncia a favor de seu único sócio e liquidante da mesma firma seu filho José Eugênio de Azevedo como remuneração de seus serviços prestados a essa mesma liquidação e saldo demonstrado no balanço respectivo fechado em 31 de dezembro de 1884; ficando assim pertencendo exclusivamente tudo quanto passar produzir daquela data em diante a referida liquidação ao dito seu filho o abaixo assinado (...) sem direito da sua parte [o outorgante] ou de seus herdeiros qualquer reclamação; assim como em ratificação da declaração que passou ao mesmo seu filho em primeiro de janeiro de 1879, declara o abaixo assinado que digo declara o outorgante que tendo então recebido as massas que pertenciam as extintas firmas em liquidação de Bastos, Siqueira e Azevedo e Siqueira, Azevedo e Companhia nada lhe resta reclamar do outorgado que ficou (isento) de toda e qualquer responsabilidade que lhe cabia como sócio solidário das referidas firmas por ter o outorgante recebido em pagamento as ditas massas.<sup>163</sup>

Sustentados nas afirmações de Alcir Lenharo que defendeu a presença de laços de parentesco na estruturação dos negócios, sobretudo como ponto de apoio para se firmar na praça comercial, percebemos as relações entre Francisco Eugênio e seu filho, José Eugênio. Como bem afirmou Lenharo, foi comum a existência de famílias inteiras dedicadas ao comércio, construindo uma organização mercantil que visava benefícios mútuos. José Eugênio estava se afirmando na praça mercantil carioca e, para tanto, precisava do apoio, na forma de capital econômico e/ou na forma de capital social, para se estabelecer. A inserção de novos membros dependia de contatos e arranjos que muitas vezes se firmavam pelos laços de parentesco. De acordo com Jorge Miguel Viana Pedreira, até mesmo aqueles que nasciam no mundo dos negócios necessitavam do suporte que a família dava, via formação de redes sociais, para iniciar nas atividades da mercancia<sup>164</sup>. Segundo Pedreira,

---

<sup>163</sup> Arquivo Nacional, Livro de Notas: Ofício 7; Livro 47; Folha 50; Data: 30 de junho de 1885; Microfilme: 010.009-77.

<sup>164</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995, (Tese de doutorado), pp. 242-253.

As sociedades mercantis de base familiar, ao mesmo tempo que constituíam um instrumento de organização do negócio, podiam igualmente funcionar como um meio de auxiliar o estabelecimento dos parentes mais jovens, familiarizando-os com os mecanismos do grosso trato, acreditando-os na praça, ministrando-lhes alguns fundos iniciais. Por conseguinte, não é de estranhar que se formassem companhias semelhantes entre pais e filhos.<sup>165</sup>

Além de José Eugênio, o inveterado comerciante Francisco Eugênio teve também como sócio um de seus genros, Francisco Ribeiro de Noronha, sócio da casa mercantil “Azevedo, Bernardes e Ribeiro”. Francisco Ribeiro era casado com Ambrozina Augusta de Azevedo Ribeiro. Mais uma vez, salientamos o casamento como arranjo social e econômico dificultando a afirmação de preeminência de um sobre o outro. A união matrimonial entre Ambrozina Augusta e Francisco Ribeiro ilustra a complexidade da vida mercantil que englobava patrimônio familiar e capital para os negócios<sup>166</sup>.

Outra casa mercantil que acreditamos ter tido laços de parentesco com Francisco Eugênio de Azevedo e compõe a rede de contatos de Gervásio Pereira Alvim na Corte, foi a de “José Esteves e Botelho Sobrinho”. Tal casa situava-se à Rua Direita, número 143<sup>167</sup>, ou seja, vizinha de Francisco Eugênio. Em 1860, a casa de José Esteves comercializava diversas miudezas e quinquilharias. Entre os anos de 1865 e 1869, José Esteves mudou sua razão social para “José Esteves de Andrade Botelho”<sup>168</sup>, porém continuou com o mesmo endereço. Embora não possuamos o inventário de José Esteves, temos fortes indícios para associá-lo ao tio paterno de dona Maria Emerenciana de Andrade Azevedo<sup>169</sup>, esposa de Francisco Eugênio.

---

<sup>165</sup> Idem, p.246.

<sup>166</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>167</sup> Almanak Laemmert, 1860: Armarinhos e lojas de diversas miudezas, quinquilharias e etc., p. 654 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000650.html>, capturado em 21/12/08, às 16h02.

<sup>168</sup> Almanak Laemmert, 1865: Negociantes Nacionais, p. 493 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1865/00000499.html>, capturado em 21/12/08, às 20h44; Idem, 1866: Negociantes Nacionais, p. 475 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1866/00000479.html>, capturado em 21/12/08, às 21h03; Idem, 1867: Negociantes Nacionais, p. 474 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1867/00000480.html>, capturado em 21/12/08, às 21h26; Idem, 1868: Negociantes Nacionais, p. 492 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1868/00000500.html>, capturado em 21/12/08, às 21h51; Idem, 1869: Negociantes Nacionais, p. 515 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1869/00000524.html>, capturado em 21/12/08, às 22h07.

<sup>169</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Livros de Testamentos, Nº 32: Thomé Ignácio Botelho (testador), fls. 68, 68v, 69.

Em primeiro lugar, como já vínhamos observando, foram muito comuns as constantes alterações nas razões sociais com a permanência dos endereços. Pensamos que tal fato esteja relacionado com o estabelecimento na praça e a manutenção da freguesia. Em segundo lugar, nas referências a este comerciante no Almanak Laemmert observou-se a nota que informava sua residência em Minas. Ora, tanto Francisco Eugênio de Azevedo quanto sua esposa eram mineiros e do sul de Minas. E as relações comerciais entre sul de Minas e a Corte do Rio de Janeiro são há muito tempo narradas pela historiografia<sup>170</sup>.

Infelizmente, não possuímos o inventário nem testamento de José Esteves para sabermos com mais exatidão se se trata de um homônimo ou se trata mesmo do tio paterno de dona Maria Emerenciana. Porém, não podemos ignorar esse indício de laço do parentesco, uma vez que a historiografia também corrobora a idéia da existência de famílias inteiras ligadas às atividades mercantis. Segundo Alcir Lenharo,

Também são constantes os casos de família inteiras dedicadas ao comércio, o que lhes permitia uma associação de esforços e divisão de tarefas que beneficiava conjuntamente. Apesar de serem casas independentes entre si, consignavam gêneros de uma só vez, unificando a obtenção das mercadorias na fonte, quando não fossem também parentes os próprios fornecedores. Há casos ainda singulares, como o de comerciantes que também eram os próprios proprietários e que através de suas embarcações organizavam o auto-suprimento.<sup>171</sup>

Francisco Eugênio de Azevedo era mineiro, natural e batizado na freguesia e curato de Nossa Senhora de Carrancas, termo da vila de São João del Rei, comarca do Rio das Mortes. Seus pais, o tenente Francisco Machado de Azevedo e dona Pudenciana Umbelina de Paiva, foram grandes escravistas do distrito mineiro contando com a posse de 72 escravos, o que representava 7,77% da mão-de-obra escrava do distrito, no ano de 1831<sup>172</sup>. O casal morava na fazenda, denominada Engenho, situada em Carrancas.

Em 1835, essa fazenda contava com a posse de 80 escravos, entre africanos e crioulos, velhos, adultos e crianças, homens e mulheres. A grande maioria era composta por escravos adultos do sexo masculino e em bom estado. Eles trabalhavam na lavoura de

---

<sup>170</sup> PRADO JÚNIOR, 1981, Op. Cit.; LENHARO, 1979, Op.Cit., destaque para os pioneiros desta corrente.

<sup>171</sup> LENHARO, 1979, Op.Cit., pp. 47-48.

<sup>172</sup> Lista Nominativa de 1831, distrito da Paróquia da Conceição de Carrancas, termo da vila de São João del Rei.

cana-de-açúcar, na produção de açúcar, mascavo e branco, e de aguardente, bem como nas plantações voltadas para o abastecimento interno, como feijão e milho, na criação de gado vacum e cavalariço e na manufatura têxtil, realizada principalmente por mulheres. Dentro da fazenda havia a casa de vivenda, que era “*sobradada pela frente, com ermida e todos seus pertences, com pequeno oratório introduzido na parede*”, com algumas imagens. Entre as benfeitorias, a fazenda tinha engenho de moer cana, paiol, moinhos, monjolo, ranchos e casas cobertas, umas de palha e outras de telhas, quintal e curral cercados de paredes de pedra e barro e, ainda, nas mediações da fazenda havia um córrego de água<sup>173</sup>.

No primeiro inventário deste casal, aberto em 1835, observou-se que os escravos representavam 40,57% do monte mor<sup>174</sup>; a fazenda do Engenho, 29,71% (quando somados a morada de casas no arraial de Carrancas e as terras na fazenda Cachoeirinha, o valor percentual destes bens frente ao monte mor foi 30,23%); o gado vacum e cavalariço, 10,03%; o dinheiro em notas de banco e em moedas de cobre, 10,51%; o canavial mais as plantações de feijão e milho, 2,63% (contando com os derivados da cana de açúcar – os barris de açúcar mascavo, redondo e branco e os de aguardente – o valor sobe para 3,09%). O restante representava os bens de uso (pratos, talheres, tachos, bandejas, aparelho de café, colchas de sedas, chitas e algodão e outros mais), ornamentação da casa (bancos, armários, estrados, catres, mesas, entre outros), e os instrumentos de trabalho, como teares, ferramentas de carpinteiros, enxadas, foices, foicinhas de cortar cana velha, tenda de ferreiro, serra braçal. Enfim, o modo de vida do casal representa o de um típico fazendeiro escravista, cuja riqueza era composta, basicamente, da posse de terras e de escravos e com produção voltada para o comércio interno.

O casal teve doze filhos: Domingos Teodoro de Paiva e Azevedo, Ana Antônia Umbelina de Paiva (casada com capitão Gervásio Pereira do Carmo), Francisca de Paula (casada com Antônio Cândido de Resende Alvim), Francisco Machado de Azevedo, Joaquim Leonel de Azevedo, Maria Vitória do Nascimento (casada com Francisco de Assis Resende), José Procópio de Azevedo, Francisco Eugênio de Azevedo, Maria Rita de

<sup>173</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447, Carrancas – São João del Rei.

<sup>174</sup> O monte mor do casal era de 65:613\$190 réis. Neste valor, não foi computado o valor dos dotes dados aos filhos, homens e mulheres, à época dos casamentos. Somando o valor dos dotes aos bens do casal, o monte mor passa a ser 75:413\$190 réis. Para o cálculo dos percentuais, o valor do monte mor considerado foi o de 65:613\$190 réis, uma vez que a partilha se procedeu em cima deste mesmo valor. Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447, Carrancas – São João del Rei.

Cássia (casada com Joaquim Francisco de Souza), Pudenciana Umbelina (casada com José Maria Barbosa) e Pedro Machado.

Nesta época, 1835, Francisco Eugênio tinha 18 anos e estava solteiro. A ele coube de herança materna a quantia de dois contos duzentos e vinte nove mil sessenta e seis réis (2:229\$166), e, mais, setecentos e dezessete mil oitocentos e dezoito réis (717\$818) de terça materna<sup>175</sup>.

Entre 1835 e 1841, Francisco Eugênio de Azevedo contraiu matrimônio com dona Maria Emerenciana de Andrade, recebendo de seu pai seiscentos mil réis (600\$000), como dote<sup>176</sup>. Sua esposa era natural de Carrancas, filha do tenente Francisco Inácio Botelho e dona Maria Esméria de Andrade.

Em 1831, segundo a lista nominativa da freguesia de Carrancas, o casal, tenente Francisco Inácio Botelho e dona Maria Esméria de Andrade, que apareceu listado no fogo 2 e com a posse de 43 escravos. Embora uma posse menor que a do pai de Francisco Eugênio, o número de escravos era bastante significativo e nos permite enquadrá-lo como um grande proprietário de escravo. Nesta época, ele estava com 30 anos e foi listado como negociante, já sua esposa estava com 22 anos e não foi mencionada sua ocupação. Moravam no domicílio os filhos menores Maria Emerenciana (6 anos), Ana (3 anos), Antônio (2 anos) e Tomás<sup>177</sup> (1 ano).

Francisco Inácio Botelho faleceu em 16 de maio de 1879. Nesta época, era morador no distrito da “Alagoa” (Lagoa), termo da cidade de Aiuruoca e tinha como principal atividade econômica as relacionadas com o mundo do comércio: era sócio da casa mercantil “Andrade Botelho e Cia.” na praça carioca. Entre seus bens, o que mais chamou a atenção foi a quantidade de dívidas ativas, apólices da Dívida Pública e ações, a posse de uma chácara na travessa Campo Alegre, número 8 e um prédio na rua da Conceição, número 24 na Corte do Império do Brasil. As dívidas ativas, apólices da Dívida Pública e as ações representaram 44,04% do monte mor, que totalizou a quantia de trezentos e vinte e oito contos, quatrocentos e vinte e quatro mil, oitenta e cinco réis (328:424\$085), ou seja, elas importaram em cento e quarenta quatro contos seiscentos e

<sup>175</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447 Carrancas – São João del Rei, fls. 37, 37v, 38

<sup>176</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: tenente Francisco Machado de Azevedo, 1841, caixa 24, Carrancas – São João del Rei.

<sup>177</sup> Na lista nominativa, o nome deste filho de Francisco Inácio Botelho, apareceu grafado como Tomás, já no inventário de Francisco Inácio, o nome apareceu grafado como Tomé. Como, no inventário e na lista Tomás/Tomé foi o primogênito masculino do casal, acreditamos tratar-se da mesma pessoa.

sessenta dois mil réis (144:662\$000). Cabe destacar as 10 ações do English Bank of Rio de Janeiro, totalizando três contos de réis (3:000\$000), as 56 apólices a 6%, total de cinquenta e sete contos seiscentos e oitenta mil réis (57:680\$000), as 8 apólices a 6%, quatro contos cento e vinte mil réis (4:120\$000) e os juros das Apólices da Dívida Pública do corrente ano, que lhe rendeu um conto oitocentos mil réis (1:800\$000)<sup>178</sup>.

Sem dúvida, o casamento de Francisco Eugênio e Maria Emerenciana tratou-se de uma união entre dois grandes proprietários de escravos, mesmo com o perfil de posses mostrando-se diferente. Provavelmente o núcleo familiar de Francisco Inácio, negociante, pai de Maria Emerenciana, que estava se formando em 1831, apresentou-se como uma boa opção para o estabelecimento de laços familiares afins. Já o núcleo de Francisco Machado, fazendeiro, pai de Francisco Eugênio, já estruturado, era uma das melhores opções na região naquele momento. Como já foi ressaltado no capítulo anterior, o casamento era um arranjo familiar que visava, pelo menos, a consolidação da posição social. Ele era cuidadosamente estudado e analisado como um projeto que envolvia toda a família, pois era por meio dele que se criavam ou mesmo reforçavam as redes sociais de vizinhança, parentesco e/ou clientela.

Em 1841, Francisco Eugênio receberia mais uma herança. Com o falecimento de seu pai, o tenente Francisco Machado, ele recebeu o total de quatro contos cento e doze mil novecentos e sessenta quatro réis (4:112\$964), sendo três contos e noventa mil setecentos e vinte três réis (3:090\$723) de legítima paterna e um conto vinte e dois mil duzentos e quarenta um réis (1:022\$241) de outro legado. Francisco Eugênio já estava casado<sup>179</sup>.

Francisco Eugênio de Azevedo e dona Maria Emerenciana de Andrade Azevedo tiveram oito filhos: Blandina Leopoldina Ferreira, José Eugênio de Azevedo, Ambrosina Augusta Ribeiro, Ernesto Eugênio de Azevedo, Pudenciana Umbelina de Azevedo, Azarias Eugênio de Azevedo, Francisco Eugênio de Azevedo Júnior, Maria Emerenciana de Azevedo<sup>180</sup>. Alguns nascidos e batizados em Carrancas, outros na Corte do Império do Brasil, para onde se mudaram.

<sup>178</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: tenente coronel Francisco Inácio Botelho, 1879, caixa 41, termo da cidade de Aiuruoca (inventários de Aiuruoca).

<sup>179</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: tenente Francisco Machado de Azevedo, 1841, caixa 24, Carrancas – São João del Rei, fls. 35v, 36, 36v.

<sup>180</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: tenente coronel Francisco Inácio Botelho, 1879, caixa 41, termo da cidade de Aiuruoca (inventários de Aiuruoca).

No Rio de Janeiro, Francisco Eugênio se tornou um grande comerciante, como já foi dito e visto acima. Não sabemos ao certo a data de sua chegada e nem o processo de sua inserção. Porém, a partir do cruzamento de informações das cartas de Francisco Eugênio para Gervásio Pereira Alvim e com o Almanak Laemmert, sabemos que no princípio da década de 1850 ele já estava estabelecido com casa de comércio na Rua Direita, número 147, atuando no ramo de consignação e comissões de gêneros de importação e exportação na Corte do Brasil. E mais, podemos também especular que processo de inserção se deu através dos laços construídos através do seu casamento. Seu sogro foi negociante, seus dois cunhados, Francisco José de Andrade Botelho e Tomé Inácio Botelho, também eram negociantes na Corte, um concunhado – Aureliano Inácio Botelho – foi outro negociante na Corte<sup>181</sup> e, ainda, um tio materno de sua esposa, José Esteves de Andrade Botelho, tinha um estabelecimento comercial na Corte, embora residisse em Minas<sup>182</sup>. Desta maneira, conforme detectou Jorge Pedreira para a praça comercial de Lisboa e em diálogo com o comportamento em outras praças na Inglaterra e França, verificamos que a família atuou como núcleo base que assegurava condições favoráveis aos que vinham de meios geográficos e sociais exteriores à praça mercantil. Foi a partir dos laços de parentesco que os novos comerciantes conseguiam se inserir nas redes de comércio: tio, primos, pais atuavam de diversas formas no sentido de familiarizar os novos comerciantes com os mecanismos mercantis e, também, de apresentá-los e creditá-los na praça<sup>183</sup>.

Os filhos de Francisco Eugênio, José Eugênio, Ernesto Eugênio, Azarias Eugênio e Francisco Eugênio Júnior se tornaram negociantes na praça carioca. José Eugênio era matriculado no Tribunal do Comércio, haja vista ter sido o primeiro dos filhos a ingressar na vida mercantil. Em 1879, José Eugênio e Ernesto Eugênio formaram uma firma comercial, sob a razão “Eugênio de Azevedo e Irmão”, estabelecidos à Rua de São Pedro, número 57. Esta casa contava com o apoio de Francisco Eugênio como sócio comanditário e mercava fazendas e roupas feitas por atacado. O contrato social foi registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro, que entrou em vigor a partir de 1875, em

---

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> Ver notas 167 e 168 deste capítulo, p. 77.

<sup>183</sup> PEDREIRA, 1997, Op. Cit., pp. 242-249.

24 de janeiro de 1879<sup>184</sup>. Algumas outras sociedades de José Eugênio também foram registradas na Junta Comercial, tais como “Eugênio de Azevedo e Rodolfo” e “Eugênio de Azevedo e Cia.”<sup>185</sup>.

Os dois últimos filhos, Azarias Eugênio e Francisco Eugênio Júnior, estavam matriculados na Junta Comercial do Rio de Janeiro como comerciantes de fazendas e roupas feitas<sup>186</sup>. Azarias e Francisco começaram a atuar na praça mercantil por volta da década de 1880 juntos em sociedade e com o apoio do pai, Francisco Eugênio de Azevedo, como sócio comanditário. Seus negócios também trataram de lojas de fazendas e roupas feitas<sup>187</sup>. Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho, a partir da década de 1880, houve um incremento no setor têxtil no Rio de Janeiro, muito favorecido pela concorrência da praça mercantil de Santos, devido a maiores investimentos de setores ligados a exportação e importação na Corte<sup>188</sup>.

---

<sup>184</sup> Arquivo Nacional, Fundo: Junta Comercial do Rio de Janeiro, Registro de Sociedades Comerciais: Livro 91, Registro 20029, Galeria 6: Registro do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Irmão, estabelecidos à Rua de São Pedro, número 57.

<sup>185</sup> Arquivo Nacional, Fundo: Junta Comercial do Rio de Janeiro, Registro de Sociedades Comerciais: Livro 191, Registro 30035, Galeria 3: Registro do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Rodolfo, estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 90, em 5 de janeiro de 1887; Livro 229, Registro 33884, Galeria 3: Registro de Prorrogação do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Rodolfo, estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 90, em 30 de dezembro de 1889; Livro 244, Registro 35347, Galeria 5: Registro do “Distrato Social” da firma Eugênio de Azevedo e Rodolfo, estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 90, em 2 de janeiro de 1891; Livro 285, Registro 39483, Galeria 5: Registro de Prorrogação do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Cia., estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 66, em 5 de janeiro de 1894; Livro 299, Registro 40806, Galeria 5: Registro de Prorrogação do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Cia., estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 66, em 20 de dezembro de 1894; Livro 370, Registro 47959, Galeria 2: Registro de Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Cia., estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 66, em 15 de julho de 1899.

<sup>186</sup> Arquivo Nacional, série: Indústria e Comércio – Comércio: Junta e Tribunal: IC<sup>3</sup>58: Junta Comercial da Capital do Império: Registro das cartas de matrícula dos comerciantes – ano de 1886-1887: fls. 86: registro de matrícula de Azarias Eugênio de Azevedo, 14 de setembro de 1886, nº do registro 16516; fls. 87: registro de matrícula de Francisco Eugênio de Azevedo Júnior, 14 de setembro de 1886, nº do registro 16517.

<sup>187</sup> Arquivo Nacional, Fundo: Junta Comercial do Rio de Janeiro, Registro de Sociedades Comerciais: Livro 186, Registro 29578, Galeria 3: Registro do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo, Irmão e Cia., estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 101, em 22 de julho de 1886; Livro 191, Registro 30052, Galeria 3: Registro das alterações realizadas no Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo, Irmão e Cia., estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 101, em 7 de janeiro de 1887; Livro 217, Registro 32606, Galeria 3: Registro de Prorrogação do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo, Irmão e Cia., estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 101, em 3 de janeiro de 1889; Livro 244, Registro 35383, Galeria 5: Registro do “Distrato Social” da firma Eugênio de Azevedo, Irmão e Cia., em 1 de janeiro de 1891.

<sup>188</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1992 (Dissertação de Mestrado).

Sobre Ernesto Eugênio de Azevedo, Pudenciana Umbelina de Paiva e Maria Emerenciana possuímos pouquíssimas referências. Em 1879, eles eram solteiros e moradores na Corte, provavelmente na companhia do pai, pois sua mãe havia falecido. Nesta época, Ernesto estava com 25 anos, Pudenciana com 22 e Maria com 13 anos<sup>189</sup>. Em 1899, nem Ernesto, nem Maria foram apresentados como filhos de Francisco Eugênio no atestado de óbito do pai, possivelmente haviam falecido<sup>190</sup>. Enquanto as outras filhas, Blandina Leopoldina Ferreira casou-se com Augusto Gomes Ferreira, do qual não possuímos mais informações além do nome. E Ambrosina Augusta Ribeiro casou-se com um dos sócios de seu pai, Francisco Ribeiro de Noronha. Ele era negociante, morador na Corte e, de acordo com a procuração anexa no inventário do avô materno da esposa, em 1879, estava matriculado na Junta de Comércio da praça do Rio de Janeiro<sup>191</sup>.

Francisco Eugênio faleceu em 23 de julho de 1899, aos 81 anos de idade, de hemorragia cerebral. Segundo o atestado de óbito, Francisco Eugênio não tinha testamento<sup>192</sup>. Infelizmente, ainda não localizamos seu inventário, no entanto, não podemos deixar de supor que o mesmo havia deixado um legado significativo para os filhos. Ele havia recebido uma comenda. Foi sepultado no cemitério da Ordem Terceira do Monte do Carmo<sup>193</sup>.

Próximo da casa de Francisco Eugênio, havia outra casa mercantil mineira denominada “Carlos Joaquim Máximo Pereira e Cia”, à Rua Direita, número 123. Vizinhos, velhos conhecidos ainda dos tempos de morada em Minas, Carlos Joaquim foi amigo de Francisco Machado de Azevedo e de Domingos Teodoro de Azevedo e Paiva, irmãos de Francisco Eugênio<sup>194</sup>.

<sup>189</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: tenente coronel Francisco Inácio Botelho, 1879, caixa 41, termo da cidade de Aiuruoca (inventários de Aiuruoca).

<sup>190</sup> Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). Registro Civil. Quinta Circunscrição (Main Author), Registros civis, 1889-2006, Familysearch Record Search Pilot Site. <http://pilot.familysearch.org/recordsearch>, Livro de óbito 1899 Jun - 1900 Jan, v. 22, fls. 49 verso e 50, termo 764.

<sup>191</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: tenente coronel Francisco Inácio Botelho, 1879, caixa 41, termo da cidade de Aiuruoca (inventários de Aiuruoca).

<sup>192</sup> Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). Registro Civil. Quinta Circunscrição (Main Author), Registros civis, 1889-2006, Familysearch Record Search Pilot Site. <http://pilot.familysearch.org/recordsearch>, Livro de óbito 1899 Jun - 1900 Jan, v. 22, fls. 49 verso e 50, termo 764.

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: tenente Francisco Machado de Azevedo, 1841, caixa 24, Carrancas – São João del Rei, fls. 19: Procuração que fez Francisco Machado de Azevedo intitulado Carlos Joaquim Máximo Pereira como seu procurador. E também: Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Carlos Joaquim Máximo Pereira (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 1ª Vara; Notação: 830; Caixa: 4066; Ano: 1869; fls. 19: A viúva e inventariante de Carlos Joaquim, Maria José indicou como tutor *ad hoc* dos filhos menores no inventário e

A casa comercial de “Carlos Joaquim Máximo Pereira e Cia.” também faz parte da rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim. Ele comercializava fazendas secas de importação por atacado e de todas as qualidades de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs. Sua casa apareceu listada no Almanak Laemmert de 1849 até 1868, quando Carlos Joaquim Máximo Pereira faleceu, nas seções “Negociantes Nacionais”, “Armazéns e Lojas de fazendas secas por atacado”, “Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades, de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs”<sup>195</sup>. A partir de 1862, a casa de Carlos Joaquim também atendia com o endereço da Rua São Clemente, número 80F.

---

partilha dos bens Domingos Teodoro de Azevedo e Paiva “*cidadão altamente recomendável pela sua probidade e virtudes*”.

<sup>195</sup> Almanak Laemmert, 1849: Negociantes Nacionais, p.277 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1849/00000279.html>, capturado em 10/10/08, às 18h54; Idem, 1850: Negociantes Nacionais, p. 309 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1850/00000314.html>, capturado em 10/10/08, às 20h55; Idem, 1851: Negociantes Nacionais, p. 314 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1851/00000316.html>, capturado em 10/10/08, às 21h22; Idem, 1852: Negociantes Nacionais, p. 378 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1852/00000381.html>, capturado em 13/07/08, às 02h04; Idem, 1853: Negociantes Nacionais, p. 392 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1853/00000394.html>, capturado em 13/07/08, às 02h08; Idem, 1854: Negociantes Nacionais, p. 395 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1854/00000399.html>, capturado em 13/07/08, às 02h12; Idem, 1855: Negociantes Nacionais, p. 438 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000446.html>, capturado em 13/07/08, às 02h18; Idem, 1856: Negociantes Nacionais, p. 466 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000474.html>, capturado em 13/07/08, às 02h22; Idem, 1856: Armazéns de Fazendas Secas, por atacado, p. 502 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000510.html>, capturado em 10/12/08, às 15h32; Idem, 1856: Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades de sedas, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs, p. 546 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000554.html>, capturado em 10/12/08, às 15h51; Idem, 1857: Negociantes Nacionais, p. 498 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1857/00000500.html>, capturado em 20/07/08, às 19h07; Idem, 1858: Negociantes Nacionais, p. 503 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1858/00000507.html>, capturado em 20/julho/2008, às 19h15; Idem, 1859: Negociantes Nacionais, p. 534 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1859/00000538.html>, capturado em 20/07/08, às 19h20; Idem, 1860: Negociantes Nacionais, p. 545 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000541.html>, capturado em 20/julho/2008, às 19h26; Idem, 1860: Armazéns de Fazendas Secas, por atacado, p. 589 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000585.html>, capturado em 27/08/07, às 17h04; Idem, 1860: Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades de sedas, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs, p. 631 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000627.html>, capturado em 27/08/07, às 17h12; Idem, 1861: Negociantes Nacionais, p. 472 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00000476.html>, capturado em 20/07/08, às 19h33; Idem, 1862: Negociantes Nacionais, p. 487 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1862/00000493.html>, capturado em 20/07/08, às 19h46; Idem, 1863: Negociantes Nacionais, p. 490 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1863/00000502.html>, capturado em 20/07/08, às 19h58; Idem, 1864: Negociantes Nacionais, p. 505 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000513.html>, capturado em 21/12/08, às 16h12; Idem, 1865: Negociantes Nacionais, p. 489 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1865/00000495.html>, capturado em 21/12/08, às 20h39; Idem, 1866: Negociantes Nacionais, p. 471 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1866/00000475.html>, capturado em 21/12/08, às 20h58; Idem, 1867: Negociantes Nacionais, p. 470 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1867/00000476.html>, capturado em 21/12/08, às 21h14; Idem, 1868: Negociantes Nacionais, p. 489 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1868/00000497.html>, capturado em 21/12/08, às 21h49.

Carlos Joaquim Máximo Pereira era mineiro, da vila de São José del Rei, comarca do Rio das Mortes, filho do alferes Manoel Pereira Lopes e dona Delfina Francisca de Paula. Ele se mudou para o Rio de Janeiro na década de 1840 e o fez, provavelmente, com o apoio de José Bernardino Teixeira, outro comerciante que manteve tratos mercantis com Gervásio Pereira Alvim.

José Bernardino Teixeira estava na Corte desde 1847, quando apareceu listado no Almanak Laemmert nas seções “Negociantes Nacionais” e “Armazéns de Fazendas Secas por atacado”<sup>196</sup>. A princípio, sua casa mercantil situava-se à Rua Direita, número 105, passando depois para o número 123 e, em 1856, mudou-se para a Rua Nova do Conde, número 167. Durante os anos de 1847 até 1870, a casa “José Bernardino Teixeira e Cia.” foi publicada no Almanak Laemmert em várias seções: “Negociantes Nacionais”, “Armazéns de Fazendas Secas” e “Armazém de Fazendas Secas de importação por atacado”<sup>197</sup>.

<sup>196</sup> Almanak Laemmert, 1847: Armazéns de Fazendas Secas, por atacado, p. 333 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1847/00000337.html>, capturado em 10/10/08, às 18h18.

<sup>197</sup> Almanak Laemmert, 1847: Armazéns de Fazendas Secas, por atacado, p. 303 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1847/00000337.html>, capturado em 10/10/08, às 18h18; Idem, 1848: Negociantes Nacionais, p. 347 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1848/00000353.html>, capturado em 10/10/08, às 18h30; Idem, 1848: Armazéns de Fazendas por atacado, p. 364 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1848/00000370.html>, capturado em 10/10/08, às 18h39; Idem, 1849: Negociantes Nacionais, p. 279 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1849/00000281.html>, capturado em 10/10/08, às 18h56; Idem, 1849: Armazéns de Fazendas por atacado, p. 293 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1849/00000295.html>, capturado em 10/10/08, às 19h03; Idem, 1850: Negociantes Nacionais, p. 312 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1850/00000317.html>, capturado em 10/10/08, às 20h58; Idem, 1850: Armazéns de Fazendas Secas por atacado, p. 327 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1850/00000332.html>, capturado em 10/10/08, às 21h07; Idem, 1851: Negociantes Nacionais, p. 318 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1851/00000320.html>, capturado em 10/10/08, às 21h26; Idem, 1851: Armazéns de Fazendas Secas por atacado, p. 337 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1851/00000339.html>, capturado em 10/10/08, às 21h38; Idem, 1852: Negociantes Nacionais, p. 384 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1852/00000387.html>, capturado em 12/10/08, às 18h23; Idem, 1852: Armazéns de Fazendas Secas de importação por atacado, p. 411 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1852/00000414.html>, capturado em 12/10/08, às 18h41; Idem, 1853: Negociantes Nacionais, p. 398 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1853/00000400.html>, capturado em 12/10/08, às 19h14; Idem, 1854: Negociantes Nacionais, p. 400 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1854/00000404.html>, capturado em 12/08/08, às 15h02; Idem, 1855: Negociantes Nacionais, p. 442 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000450.html>, capturado em 13/10/08, às 16h35; Idem, 1856: Negociantes Nacionais, p. 470 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000478.html>, capturado em 10/12/08, às 12h52; Idem, 1857: Negociantes Nacionais, p. 502 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1857/00000504.html>, capturado em 19/12/08, às 12h16; Idem, 1858: Negociantes Nacionais, p. 508 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1858/00000512.html>, capturado em 19/12/08, às 14h56; Idem, 1864: Negociantes Nacionais, p. 509 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000517.html>, capturado em 21/12/08, às 17h07; Idem, 1865: Negociantes Nacionais, p. 493 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1865/00000499.html>, capturado em 21/12/08, às 20h44; Idem, 1866: Negociantes Nacionais, p. 475 – homepage:

Nos anos de 1852 e 1853 o negociante fez parte da diretoria do terceiro Banco do Brasil, criado por Mauá<sup>198</sup>. Segundo Carlos Gabriel Guimarães, a diretoria do banco foi composta por comerciantes, matriculados ou não no Tribunal do Comércio e suas atividades iniciaram em agosto de 1851. Devido à crise de 1853 e a reforma bancária do mesmo ano, o Banco do Brasil fundiu-se com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, formando o quarto Banco do Brasil<sup>199</sup>.

Em 1852, José Bernardino já estava matriculado no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro. A partir de 1853, ele e Carlos Joaquim Máximo Pereira formaram a sociedade mercantil “José Bernardino e Máximo Pereira”, que atuava no endereço da Rua Direita, número 123, com o comércio de fazendas secas de importação por atacado<sup>200</sup>. Esta casa também estava no circuito mercantil de Gervásio na Corte.

As relações entre José Bernardino e Carlos Joaquim estavam pautadas em laços de amizade, talvez de parentesco, solidamente construídos ainda na província de Minas Gerais. Alcir Lenharo já havia atentado para as articulações a nível regional das elites mineiras abastecedoras da Corte para se projetar politicamente a nível nacional, via práticas mercantis na praça carioca. De acordo com suas palavras:

(...) o modo como este setor da classe proprietária do Centro-Sul articulou-se politicamente em nível regional e se projetou no espaço da Corte. Tal movimento tomou impulso a partir da Independência, quando novos setores sociais perceberam alargadas as possibilidades de participação. No caso dos representantes políticos do setor abastecedor, tiveram facilitada sua caminhada rumo à Corte através da própria prática mercantil. A sua projeção política deu-se progressivamente como acompanhando o desdobrar dos seus negócios rumo ao mercado consumidor.<sup>201</sup>

---

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1866/00000479.html>, capturado em 21/12/08, às 21h03; Idem, 1867: *Negociantes Nacionais*, p. 474 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1867/00000480.html>, capturado em 21/12/08, às 21h25; Idem, 1868: *Negociantes Nacionais*, p. 492 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1868/00000500.html>, capturado em 21/12/08, às 21h51; Idem, 1869: *Negociantes Nacionais*, p. 514 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1869/00000523.html>, capturado em 21/12/08, às 22h06; Idem, 1870: *Negociantes Nacionais*, p. 499 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1870/00000509.html>, capturado em 21/12/08, às 22h39.

<sup>198</sup> Diretoria do Banco do Brasil (1851-1853) IN: GUIMARÃES, 1997, Op. Cit., p. 130.

<sup>199</sup> GUIMARÃES, 1997, Op. Cit., pp. 110-135.

<sup>200</sup> Idem, 1853: *Armazéns de Fazendas Secas de importação por atacado*, p. 427 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1853/00000429.html>, capturado em 12/10/08, às 19h28; Idem, 1854: *Armazéns de Fazendas Secas de importação por atacado*, p. 430 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1854/00000434.html>, capturado em 13/10/08, às 15h52; Idem, 1855: *Armazéns de Fazendas Secas de importação por atacado*, p. 474 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000482.html>, capturado em 20/12/08, às 11h52.

<sup>201</sup> LENHARO, 1979, Op. Cit., 24.

Tanto Carlos Joaquim, como José Bernardino se tornaram grandes comerciantes na praça mercantil do Rio de Janeiro e seus estabelecimentos ali ocorreram no contexto de ascensão política dos Saquaremas e descenso político dos liberais, os últimos ligados ao setor abastecedor. Tal fato, no entanto, não promoveu o enfraquecimento do desempenho econômico dos liberais no abastecimento da Corte como também não inviabilizou o acesso dos mineiros ao mercado carioca<sup>202</sup>.

Carlos Joaquim Máximo Pereira também se matriculou no Tribunal do Comércio, o que lhe garantia algumas vantagens no trato mercantil. Além disso, em primeiro de maio de 1867, ele recebeu o Hábito da Ordem da Rosa<sup>203</sup>. No ano seguinte, em retribuição ao auxílio dado para a criação do Asilo de Inválidos da Pátria, Carlos Joaquim recebeu, por decreto de 08 de julho de 1868, o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa<sup>204</sup>. Ele recebeu também a comenda da Ordem da Rosa, talvez no mesmo ano do título de Cavaleiro, tornando-se comendador Carlos Joaquim Máximo Pereira. Entre seus bens inventariados em 1869, constava uma insígnia de comendador da Ordem da Rosa no valor de cinquenta mil réis<sup>205</sup>. Com esses títulos, o negociante mineiro ganhou certo grau de distinção social. De acordo com João Fragoso, foi comum o fato de comerciantes, estabelecidos na praça carioca, investirem em ramos que garantiam distinção social. Para o autor, esse comportamento evidencia que a lógica da sociedade imperial brasileira não estava pautada apenas no puro enriquecimento<sup>206</sup>. A fortuna, o enriquecimento não era garantia de *status* social, era preciso articular outras estratégias<sup>207</sup>.

Retomando as origens do comerciante Carlos Joaquim, seus pais, Manoel Pereira Lopes, alferes, e de dona Delfina Francisca de Paula, eram mineiros, moradores em São

---

<sup>202</sup> Idem, pp. 133-139; MATTOS, Ilmar R. de. **O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: HICITEC, 2004.

<sup>203</sup> Arquivo Nacional, Ordens Honoríficas, Código 69: Pereira, Carlos Joaquim Máximo. Hábito da Ordem da Rosa. Palácio do Rio de Janeiro, 01/05/1867, Caixa 792, Pacote 3, Documento 80.

<sup>204</sup> Arquivo Nacional, Ordens Honoríficas, Código 69: Pereira, Carlos Joaquim Máximo. Cavaleiro da Ordem da Rosa. Palácio do Rio de Janeiro, 08/07/1868, Caixa 793, Pacote 1, Documento 73.

<sup>205</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Carlos Joaquim Máximo Pereira (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 1ª Vara; Notação: 830; Caixa 4066; Ano: 1869; fls. 34.

<sup>206</sup> FRAGOSO, 1998, Op. Cit., 15-54.

<sup>207</sup> FARIA, Sheila de Castro. “Sinhas Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII-XIX)”. IN: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria & FRAGOSO, João (orgs.) **Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001; \_\_\_\_\_. “Fortuna e família em Bananal no século XIX”. IN: CASTRO, Hebe Maria Mattos de & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

José, comarca do Rio das Mortes. Em 1831, o casal apareceu na lista nominativa da vila de São José no fogo 297 com a posse de 11 escravos, tratando-se, portanto, de um médio proprietário de escravos<sup>208</sup>. O alferes Manoel estava com 53 anos e sua esposa, dona Delfina, com 43 anos. A lista não nos deu informação sobre a ocupação do chefe da família, embora a esposa fosse listada como costureira. No domicílio, moravam as filhas do casal Ana (13 anos), Elizia (9 anos), Maria (7 anos), Gertrudes (4 anos) e Micaela Maria Lopes, mãe do alferes, com 88 anos. Todas foram listadas como dependentes do chefe<sup>209</sup>. Carlos Joaquim não apareceu listado como morador do fogo de seu pai. Talvez, ele já estivesse morando na vila de São João del Rei, pois no testamento de seu pai, redigido em 1853, o testador agradecia ao filho o préstimo de ter cuidado de um escravo, que fora encaminhado para São João del Rei, para a sua casa, com o objetivo de aprender o ofício de alfaiataria, porém vítima de constantes enfermidades, o escravo faleceu e Joaquim Carlos nunca lhe cobrou as despesas e custos<sup>210</sup>.

Manoel Pereira Lopes foi um pequeno comerciante na vila de São José. Em seu testamento, o alferes listou os seus credores. Entre eles, os genros apareceram listados e o testador deixou ordens expressas para que não se lhes perdoasse dívida alguma. Com relação aos bens do casal, em 1855, ano da abertura do inventário, destacaram-se as dívidas ativas e apólices da Dívida Pública. Os bens foram avaliados em doze contos seiscentos e cinqüenta sete mil quatrocentos e sessenta dois réis (12:657\$462). Abatendo as despesas, foram partilhados onze contos novecentos e quarenta seis mil cento e quatorze réis (11:946\$114). As dívidas ativas e apólices da Dívida Pública representaram 39,32% do monte mor. Os nove escravos, a maioria adultos (quatro homens, quatro mulheres e uma menina de 3 anos) representaram 48,02% do monte mor. Ou seja, sua riqueza estava concentrada na posse de escravos, nos créditos e nas apólices da Dívida Pública. Tratou-se, então, de um casal urbano, com atividades voltadas para o mundo dos negócios. Os créditos distribuídos pela vila de São José eram de baixo valor, exceto o do genro Antônio Moreira da Silva que era de trezentos e oitenta um mil quinhentos e oitenta réis (381\$580), referente a dois créditos. O outro genro, Francisco Barbosa Silva lhe era devedor da quantia de setenta e um mil réis (71\$000), referente a um crédito de vinte e um

---

<sup>208</sup> LIBBY, 1988, Op. Cit.

<sup>209</sup> Lista Nominativa de 1831, vila de São José del Rei.

<sup>210</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Testamento: Manoel Pereira Lopes, 1853, caixa 75, São José.

mil réis (21\$000) e uma conta de cinquenta mil réis (50\$000). Havia também outros três sujeitos devedores de quantias inferiores ao alferes<sup>211</sup>.

Com relação ao genro Francisco Barbosa da Silva, o alferes Manoel Pereira Lopes revelou grande aversão. Em seu testamento, Manoel pedia encarecidamente à testamenteira que fizesse todo esforço e sacrifício para se tornar tutora de sua neta, Maria, órfã de dona Elizia com Francisco Barbosa da Silva. Conforme as orientações do alferes:

Muito me recomendo a minha mulher primeira testamenteira que apesar de todo qualquer sacrifício procure ser tutora de nossa neta Maria, filha de Francisco Barbosa e **não contendo mais que sua herança seja entregue a um tal pai pois que além da prodigalidade e pouco conceito no público se acha onerado com prejuízo e dívidas** e por tais motivos de salvar a (?) inocente menina e pelo seu estado de desgraça como sempre (?) foi esta sua intenção desde o momento que procurou casar-se com nossa finada filha.<sup>212</sup>

O alferes Manoel Pereira Lopes teve alguns contratemplos com os genros, os casamentos das filhas não representaram uma aliança benéfica para seu núcleo, de acordo com seu ponto de vista. Devido a isto, deixava ordens para que a testamenteira não deixasse de cobrar aos genros as dívidas e créditos, principal e prêmio, pois ele testador não lhes devia e não queria lhes beneficiar. O casamento, neste caso, não fora tão bem calculado. Os genros, principalmente, Francisco Barbosa, se tornara um problema para os sogros. O comportamento desonrado e o descontrole econômico de Francisco ameaçavam o futuro de sua filha, Maria, herdeira do avô. Lembrando que Maria era órfã, na ausência de uma família estável, a mãe havia falecido e o pai um descontrolado, as obrigações de cuidar e educar a menina recaíram sobre os avós.

Muito embora o casamento das filhas tenha, de certa forma, trazido alguns prejuízos para o núcleo familiar do alferes Manoel, o casamento de Carlos Joaquim Máximo Pereira com dona Maria José foi uma aliança para cima<sup>213</sup>. A nora, Maria José, era filha do comendador Antônio Francisco Teixeira Coelho e de dona Claudina Celestina da Natividade.

---

<sup>211</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: alferes Manoel Pereira Lopes, 1855, caixa 508, São José, fls. 5-8v.

<sup>212</sup> *Idem*.

<sup>213</sup> BRUGGER, 2007, Op. Cit.

O comendador Antônio Francisco Teixeira Coelho, em 1831, deve ter sido o homem mais rico da região da vila de São José. Seu fogo, número 1, na lista nominativa de Prados, tinha a posse de 142 escravos. Posse imensa para os padrões da época e para a região. A título de comparação, o português Gervásio Pereira Alvim (avô paterno de Gervásio) na mesma época tinha a posse de 52 escravos e foi um dos homens mais rico do distrito da Lage. O capitão Joaquim Pinto de Góis e Lara, o mais rico da Lage<sup>214</sup>, detinha a posse de 72 escravos. Em comparação com os Junqueira, importante família do Sul de Minas que se consolidou ainda na primeira metade do século XIX, na mesma década, o filho do casal fundador, Gabriel Francisco Junqueira (o futuro barão de Alfenas e importante líder político da comarca do Rio das Mortes), contava com a posse de 103 cativos. Enquanto, seu sobrinho João Pedro Diniz Junqueira, filho de Gabriel de Sousa Diniz, contou em 1831 com 80 escravos e oito anos depois, em 1839, com 163. Segundo Marcos Ferreira de Andrade, a família Junqueira se destacou pelo grande número de escravos que possuíam<sup>215</sup>. Enfim, o número de escravos do comendador foi realmente muito alto para o contexto mineiro, tratando-se de um muito grande proprietário de escravos.

Nesta época, moravam no domicílio do comendador a esposa, dona Claudina Celestina da Natividade e os filhos: Antônio (6 anos), Hipólita (5 anos), Maria (4 anos), Francisco (3 anos) e Maria (2 anos). Morava também Maria Amália da Silveira, solteira, 45 anos, dependente do chefe do fogo. O comendador Antônio Francisco estava com 47 anos e foi listado como agricultor e sua esposa, para quem não teve menção da ocupação, estava com 27 anos.

Em 1852, o casal contava com 122 escravos, além dos 20 que foram doados a alguns filhos, seja para compor os dotes, seja por doações testamentárias. Eles eram proprietários de três fazendas na região do termo da vila de São José, moradas de casas no arraial de Prados, no arraial da Lage, na vila de São José e na Corte do Rio de Janeiro, além dos vários animais, objetos de prata e mobílias. O monte mor chegou a cifra de cento e cinquenta contos sessenta mil e novecentos réis (150:060\$900)<sup>216</sup>. Os bens de raiz, composto pelas fazendas com benfeitorias, casas de vivenda e as moradas de casas nos

---

<sup>214</sup> TEIXEIRA, 2006, Op. Cit.

<sup>215</sup> ANDRADE, 2008, Op. Cit., pp. 205-272.

<sup>216</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, Inventário *post-mortem*: comendador Antônio Francisco Teixeira Coelho, 1852, caixa 58, São José.

arraiais, vila e na Corte, representaram 53,33% do monte-mor. Enquanto os escravos figuravam 30,99%.

Entre os bens de raiz, ganha destaque a fazenda da freguesia da Lage, com trezentos alqueires de terras de cultura e matos virgens mais cento e vinte sete de capoeiras e campos e mais quinhentos e dezessete de campos de criar avaliados em trinta e cinco contos de réis (35:000\$000), fora a morada de casa de vivenda desta fazenda, com paiol, dois ranchos, chiqueiros, estrebarias, senzalas tudo de pedra mais moinho, monjolo, casas de queijos e despejo cobertos de telhas e curral e quintal cercados de pedra calculados em dois contos de réis (2:000\$000). A sede era mobiliada com dois armários, um catre, três bancos lisos, uma marquesa, uma mesa grande, uma cômoda e um caixão grande. Embora fosse a mais bem avaliada das fazendas, o comendador e a família moravam na fazenda Ponta do Morro, no distrito de Prados.

A Ponta do Morro foi descrita como contendo cento e quarenta quatro alqueires de terras de culturas e matos virgens avaliados em seis contos quatrocentos e oitenta mil réis (6:480\$000), mais as casas de sobrado, com engenho de cana movido a força animal (movido a bois), moinho, senzalas, capela, quintal com muitos arvoredos, tudo coberto de telha e cercado por pedras e valo no valor de cinco contos de réis (5:000\$000). Nesta fazenda, encontravam-se todos os demais objetos de uso da família, muitos objetos de prata, tais como jarros, castiçais, bandejas, tigelas, paliteiros, bules, açucareiros, facas, colheres, copos, tinteiros entre outros. A sede da fazenda era mobiliada com bancos, sofás, cadeiras de palhinhas, marquesas, mesas, armários, catres, tamboretas de palhinha e ornamentada com vários relógios, lustres de vidro, lampiões, colchas de cetim e damasco, cortinas de damasco, vários quadros e espelhos, vasos e jarras, castiçais, piano. Enfim, a casa e sua decoração ao que tudo indica ostentavam a posição socioeconômica do comendador na região. A simplicidade e rusticidade das fazendas mineiras da primeira metade do XIX, não se encontravam na morada do comendador Antônio Francisco. Assim como a elite da vila de Campanha estava transformando seus hábitos e costumes, no sentido de combinar o ideal aristocrático com o progresso e modernidade, preservando, no entanto, a estrutura escravista<sup>217</sup>, o requinte nos objetos de uso pessoal e doméstico também estava presente na fazenda de Antônio Francisco, no termo da vila de São José.

---

<sup>217</sup> ANDRADE, 2008, Op. Cit., pp.122-143.

Além de sede da família, onde era ostentada a riqueza acumulada, podemos perceber que a maior parte da produção era aí realizada. O engenho, listado entre as benfeitorias que compunha a fazenda, movido a força animal produzia açúcar e seus derivados. Havia grande quantidade de formas para açúcar (36) e caixões para guardá-lo, além de cento vinte e seis arrobas do produto em forma, duzentos barris de cachaça e dois canaviais novos. Contavam ainda com uma tenda de ferreiro aparelhada.

Entre os animais, possuíam cinquenta bois de carro, vinte e cinco vacas com bezerros, vinte e três com crias novas, doze bois de três a quatro anos, dez garrotes de dois a três anos e dois touros, um novo e outro velho. Tinham também algumas bestas e cavalos. Os porcos estavam divididos em: treze porcas paridas, dezessete leitões de um ano, quinze leitões desmamadas e um cachaço.

O comendador Antônio Francisco Teixeira Coelho foi um fazendeiro muito rico e da análise de seus bens inventariados no princípio da década de 1850, observou-se que sua fortuna concentrava-se na posse de escravos, terras, casas nos arraiais da Lage e Prados, na vila de São José e na Corte. Como um homem muito rico, os dotes das filhas também ganham destaque pelo alto valor. Uma filha natural de nome Maria Antônia recebeu, à época de seu casamento com Bernardo José Gonçalves Montes, como dote duas sesmarias e cinco escravos, os quais foram dados sem avaliação. Já nos dotes das filhas legítimas tudo foi avaliado e devidamente anotado pelo comendador. Maria do Carmo quando se casou com Joaquim Tomás da Costa Gonçalves levou de dote treze escravos no total de seis contos quatrocentos mil réis (6:400\$000), mais um conto e setecentos mil réis (1:700\$000) em dinheiro de moeda corrente, totalizando, em oito contos e cem mil réis (8:100\$000), valor alto para a época e região. Dona Hipólita Celestina, casada com José Gonçalves de Azevedo, recebeu a quantia de dez contos de réis (10:000\$000), e dona Maria Umbelina Celestina, casada com o capitão João Luiz de Campos, a quantia de nove contos de réis (9:000\$000), dos quais não foram mencionados como foram recebidos, se em escravos, dinheiro, terras, entre outros<sup>218</sup>.

Como fazendeiro muito rico e com produção bastante significativa, o comendador Antônio Francisco também tinha dívidas passivas bem expressivas. Elas somaram em 16,20% do monte mor, ou seja, vinte quatro contos trezentos doze mil novecentos dez réis

---

<sup>218</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, Inventário *post-mortem*: comendador Antônio Francisco Teixeira Coelho, 1852, caixa 58, São José, fls. 9-23.

(24:312\$900), dos quais dez contos oitocentos trinta e três mil oitocentos e seis réis (10:833\$806) eram devidos ao genro, o capitão João Luiz de Campos.

A prole extensa, ele teve quatorze filhos legítimos, fez com que toda a fortuna fosse bastante dividida. Mesmo com a renúncia de alguns herdeiros aos direitos de legítima paterna, em função dos valores já adiantados a época dos casamentos, a herança foi dividida por onze filhos, entre eles Maria José. Coube a cada um a quantia de quatro contos duzentos cinquenta e quatro mil novecentos e nove réis (4:254\$909)<sup>219</sup>, valor relativamente baixo se comparado com o acumulado pelo comendador Antônio Francisco durante sua vida.

Sem dúvida alguma, o casamento entre Carlos Joaquim e Maria José representou uma boa aliança. O alferes Manoel Pereira Lopes teve fortuna muito inferior ao do comendador. Embora o casamento tenha ocorrido após o falecimento do pai da noiva, entre 1852 e 1853, ele não deixou constituir-se em uma estratégia familiar muito bem analisada pelos membros. O comendador Antônio Francisco tinha grandes preocupações com as alianças realizadas via casamento e as manifestou em testamento ao se referir ao comportamento de seu primogênito Antônio:

Declaro que o dito meu filho Antônio estando em Prados estudando com o vigário, se quis casar até com pessoa muito desigual, tanto em nascimento como em costumes, e por essa causa lhe fiz um casamento com uma senhora de família e fortuna (...) <sup>220</sup>

O comendador Antônio Francisco não permitiu um casamento “desigual” entre o filho e arranjou um matrimônio que considerava a sua altura. Assim, acreditamos que pensava o mesmo para as filhas, inclusive para Maria José. O noivo e sua família deveriam ter “qualidades” que justificassem a união<sup>221</sup>. Como num negócio, o cálculo empreendido em tais alianças esperava obter lucros, ao invés de prejuízos<sup>222</sup>. Carlos Joaquim Máximo Pereira estava na Corte, atuando como negociante de grosso trato na época do arranjo matrimonial. Talvez neste meio tempo já houvesse se tornado um

---

<sup>219</sup> Idem, fls. 199-213.

<sup>220</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, Testamento: comendador Antônio Francisco Teixeira Coelho, 1852, caixa 26, São José.

<sup>221</sup> BRUGGER 2007, Op. Cit.

<sup>222</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. “Divórcio e casamento no oitocentos”. IN: **Revista Nossa História**. Ano 2, Nº 22, Agosto de 2005, pp. 68-71.

“partido a altura” de dona Maria José, talvez já tivesse constituído boa fortuna e estava com boas perspectivas socioeconômicas.

Enquanto seu pai, Manoel Pereira Lopes, conquistava distinção social participando de várias irmandades em São José. Ele foi irmão do Santíssimo Sacramento, Passos e Senhor de Jesus bem como foi eleito mesário por várias vezes nestas irmandades. Numa sociedade em que o simples enriquecimento não significava *status* social, a participação em irmandades e doações para caridade eram mecanismos para obtenção de prestígio<sup>223</sup>. E Manoel Pereira Lopes tanto sabia que em seu testamento afirmou que ter comportamento indigno com as irmandades, pois havia deixado de cumprir com suas obrigações e pedia à testamenteira que cumprisse com elas sem que houvesse contendas judiciais. Participar de irmandades, das mesas e outros cargos e fazer doações eram meios de distinção social, de *status*, como também espaços de sociabilidades<sup>224</sup>.

Essa participação provavelmente ajudou a aproximação do pai do noivo com o pai da noiva. O comendador Antônio Francisco participou da irmandade dos Passos em São José, do Santíssimo em São José, em Prados e na freguesia da Lage e da Alma em Prados. Nas irmandades do Santíssimo na Lage e dos Passos em São José, o comendador afirmou ter servido em todos os cargos<sup>225</sup>. Talvez aí residisse a aproximação entre os núcleos familiares de Carlos Joaquim e Maria José que, embora morassem no mesmo termo, a diferença de riquezas entre os pais foi muito significativa.

De certo, a união matrimonial entre o comerciante Carlos Joaquim e Maria José foi pautada em “qualidades” para além da fortuna. Segundo Mariana Muaze, o casamento dividia a vida dos nubentes em duas etapas distintas e o acontecimento social, que este marcava, fundava na continuidade social e familiar de todos os envolvidos. Assim:

Essa união era intencionalmente calculada no sentido de proporcionar a **manutenção dessas famílias como parte de um grupo seletivo e privilegiado**. Contudo, era preciso ir além e **gerar novos elementos de poder e prestígio que as distinguisse e**

<sup>223</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito**. São Paulo: Cia das Letras, 2003; FARIA, 2001, Op. Cit.; FARIA, 1995, Op. Cit.; FRAGOSO, 1998, Op. Cit.

<sup>224</sup> CARDOSO, Maria Tereza P. et al. **Sociabilidades e Identidades: Negros, Afro-descendentes e Mestiços em São João del Rei - Séculos XVIII e XIX**. São João del Rei: UFSJ, 2004 (Projeto de Iniciação Científica).

<sup>225</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, Testamento: comendador Antônio Francisco Teixeira Coelho, 1852, caixa 26, São José, fls. 07.

**elevasse socialmente**, atualizando as disputas sociais intra e extragrupo<sup>226</sup>. (grifos meus)

Após o casamento, Maria José se mudou para o Rio de Janeiro para viver em companhia de seu marido. Na época, ela tinha entre dezessete e dezoito anos e Carlos Joaquim entre 37 e 38 anos. Como se percebe, o casamento para Carlos Joaquim fora tardio, fato comum entre os negociantes<sup>227</sup>. Maria José passou a assinar o sobrenome do marido, tornando-se Maria José Máximo Pereira.

Em 1861, o casal se mudou para a “casa e chácara” situada a Rua São Clemente, número 80F, em Botafogo, comprada do conselheiro Francisco Sales Torres Homem. A morada parece ter sido muito confortável. A chácara tinha de vinte braças de frente e cento e doze braças de fundo e sete palmos em planície, cercada por um muro de pedra e cal com gradil de ferro. Ao final da planície, havia três tanques, um para banho, os outros dois para lavar roupa, cobertos com madeira e zinco, ao lado, um pasto cercado com espaço para guardar animais, coberto de telhado meia-água. Mais ao fundo, havia um depósito para água e espaços para plantação. Aproximando-se da casa, havia um jardim com várias árvores frutíferas nacionais e estrangeiras, uma horta e um pátio aberto e coberto que era utilizado para guardar galinhas.

A casa, construída de pedra e cal, tijolo e estuque, era assobradada com oitenta e um palmos de frente e cento e setenta dois de fundo, rodeada por “*jardim gramado com repuxo de mármore e bacia de cimento guarnecida de azulejo e conchas, mais diversas pilastras com vasos de um e outro lado da casa*”. Era dividida em sala, sala de espera, de jantar, de costura, três gabinetes, sete quartos, um quarto de banho com banheira de mármore, latrinas, caixa de água, dispensa e cozinha, toda coberta por forros. As lojas do sobrado eram compostas por diversas acomodações. De um lado, era dividida em três quartos e uma cocheira e de outro, duas cocheiras e dois quartos, tudo assoalhado e forrado<sup>228</sup>.

---

<sup>226</sup> Muaze, Mariana. **As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 54.

<sup>227</sup> SILVA, 1998, Op. Cit., embora a autora trabalhe com famílias de negociantes para o século XVIII, observamos que a idade de casamento do comerciante oitocentista Carlos Joaquim foi tardia.

<sup>228</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Carlos Joaquim Máximo Pereira (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 1ª Vara; Notação: 830; Caixa 4066; Ano: 1869; fls. 23-25v.

Quanto à decoração da casa<sup>229</sup>, a sala de entrada era ornamentada com dois consoles de mogno, quatro jarros de mármore, dois pares de enfeites de jaspe, dois quadros pintados a óleo e outros estampados e seis cadeiras de madeira pintadas de preto. Já a sala de espera continha um sofá, doze cadeiras de charão, uma cadeira de balanço estofada, nove quadros pequenos a óleo e outros sete estampados, duas escarradeiras e uma mesa de jogo.

O salão de visitas, muito grande, possuía uma decoração rica. Nele continham dois sofás, uma conversadeira, dois consoles, um grande e outro pequeno, seis cadeiras de chavão embutidas de pérola, três espelhos com molduras douradas, oito quadros pintados a óleo e um outro com moldura dourada, dois jarros de porcelana grandes, duas serpentinas e uma mesa de relógio. O outro salão, um pouco menor, era decorado com oito cadeiras de “*medalhas de mogno*”, uma mesa de centro de mogno, uma serpentina de mesa com flores, uma cesta de porcelana grande, quatro jarras de porcelana, um relógio, três quadros a óleo e dois de relevo dourado e duas escarradeiras. Na saleta, que ficava ao lado dos salões, encontrava-se o piano, dez cadeiras de charão, dois consoles, quatro quadros estampados, duas escarradeiras, um relógio de mesa, uma cesta de flores, uma poltrona e um porta cartões de visita. Na sala de trabalho tinha dezesseis cadeiras e um sofá de mogno.

Havia ainda a sala de jantar. Esta era decorada com uma mesa, dois aparadores grandes e outros três pequenos, vinte e quatro cadeiras de mogno e um divã. E na copa, havia dois guarda-louças, com louças fina e de uso, duas bandejas de chavão e dois ditos de “*electro-plate*”.

Os quartos e o restante da casa não foram tão bem descritos. Sabe-se que havia uma cama de casal, um guarda-roupa com espelho e outros quatro sem espelho, três lavatórios de mármore, um toucador, dois cabides, duas marquesas, uma mesa de cabeceira, seis camas de crianças e três cômodas pequenas. O sobrado guardava ainda um sofá estofado, duas cadeiras de braços, dois consoles, duas serpentinas de bronze, três jarros de mármore, uma marquesa de palhinha, um berço, dez cadeiras e um sofá de jacarandá, mais dois consoles e três bacias de arame de diversos tamanhos.

Entre os objetos de uso doméstico, o casal possuía uma porção de louças e cristais, dois faqueiros de prata, um de vinte e quatro talheres, o outro de doze, bandejas, aparelhos

---

<sup>229</sup> Idem, fls. 06-08v.

de jantar, manteigueira, saleiros e paliteiros também de prata, além de bandejas, compoteiras, licoreiras, pratos, galheteiro, cestas para frutas e peças para conservas de “electro-plate”.

Sem dúvida, Carlos Joaquim e Maria José desfrutavam de uma boa casa, com vários ambientes, ricamente decorados com objetos de madeira de lei (jacarandá e mogno), de prata e importados. As transformações vividas ainda na primeira metade do século XIX, com a chegada da Corte portuguesa no Brasil, foram aos poucos introduzindo novos hábitos e costumes, inclusive no modo de decorar as residências. Com o advento do Império do Brasil, no Rio de Janeiro, Corte do novo Império e a mais importante praça mercantil do país, a influência européia, principalmente a francesa pairava no ar. Assim, cada vez mais, a simplicidade das moradas de séculos anteriores desapareceria do cotidiano e a casa, a morada, ganhava mais requinte e conforto, tornando-se um “*locus*” de distinção social<sup>230</sup>.

O casal teve sete filhos: Claudina Máximo Pereira, Maria da Glória Máximo Pereira, Luiza Máximo Pereira, Carlos Máximo Pereira, Joaquim Máximo Pereira, Máximo e Antônia.

No final de 1868, em 22 de dezembro, na Corte do Rio de Janeiro, Carlos Joaquim Máximo Pereira faleceu, sem testamento, casado<sup>231</sup> e com, aproximadamente, 53 anos. Sua esposa, dona Maria José Máximo Pereira, foi a inventariante e tutora dos filhos menores até 1870, quando se casou em segundas núpcias com outro mineiro morador na Corte, João Batista Ferreira da Costa.

No inventário aberto em 23 de janeiro de 1869 foram listados os bens do casal. O monte mor foi avaliado em oitocentos e doze contos cento e dezenove mil duzentos e noventa e três réis (812:119\$293). A casa e chácara na Rua São Clemente, número 80F e o terreno na Rua São Joaquim em Botafogo foram avaliados em noventa e um contos trezentos mil réis (91:300\$000), os escravos, no total de 13, somaram doze contos e cem mil réis (12:100\$000), os móveis e mais objetos, em sete contos e noventa e cinco mil réis (7:095\$000), as jóias de brilhantes, pérolas, ouro e toda prataria em nove contos setecentos e cinquenta mil novecentos e sessenta réis (9:750\$960).

---

<sup>230</sup> MUAZE, 2008, Op. Cit., pp. 98-113.

<sup>231</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Carlos Joaquim Máximo Pereira (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 1ª Vara; Notação: 830; Caixa 4066; Ano: 1869.

O restante, foi formado pelas cem apólices da Dívida Pública do valor nominal de um conto de réis (1:000\$000) cada uma e juros de 6% no total de oitenta e quatro contos de réis (84:000\$000), pelas letras do Tesouro Nacional avaliadas em cento e vinte nove contos de réis (129:000\$000). Mais o dinheiro da liquidação de uma antiga sociedade com José Joaquim Teixeira de Valença, sob razão social “Carlos Joaquim Máximo Pereira e Cia.”, em processo de liquidação desde 1º de janeiro de 1867, no valor de oitenta e dois contos novecentos e setenta e sete mil e sessenta e seis réis (82:977\$066). Ainda, o dinheiro da outra sociedade com o mesmo José Joaquim e com Carlos de Almeida Magalhães, sob a mesma razão social, em vigor desde a liquidação da primeira (01/01/1867), a quantia de trezentos e cinqüenta e cinco contos trezentos e sete mil e cinco réis (355:307\$005). Deste dinheiro, foi entregue a inventariante uma parcela no valor de sessenta e cinco contos setecentos e quarenta e oito mil trezentos e sessenta e dois réis (65:748\$362) em moeda corrente, mais dezenove contos quinhentos e cinqüenta e oito mil seiscentos e quarenta e três mil (19:558\$643) da conta particular do inventariado e duzentos e setenta contos de réis (270:000\$000) em 36 letras de sete contos e quinhentos mil réis cada uma. Destas letras, todas aceitas pela casa mercantil “Valença e Magalhães, 18 seriam sacadas e endossadas por Sabino de Almeida Magalhães e as outras 18, por José Bento Ferreira Leite Guimarães. As letras venceriam duas em 1º de cada mês a partir de 1º de setembro corrente, completando o pagamento no dia 1º de janeiro de 1871.

Ainda fazia parte dos bens inventariados de Carlos Joaquim uma dívida ativa antiga de Mateus João de Bitencourt no valor de nove contos cinqüenta e sete mil oitocentos e trinta e três réis (9:057\$833). Vinte e sete apólices do Novo Empréstimo Nacional no valor nominal de um conto de réis (1:000\$000), mais outras dezoito do mesmo empréstimo do valor nominal de quinhentos mil réis (500\$000), com rendimentos de sessenta e seis mil réis cada uma, totalizando trinta e oito contos novecentos e setenta mil réis (38:970\$000). Mais o dinheiro em conta do inventariado nos bancos Mauá, um conto sessenta e cinco mil sessenta réis (1:065\$060) e, Rural, cento e trinta e sete mil trezentos e setenta e dois réis (137\$372). E também o dinheiro em poder da inventariante resultante dos dividendos das apólices da Dívida Pública, do Novo Empréstimo Nacional, do aluguel de uma escrava, da venda de quatro bestas, das letras do Tesouro e dinheiro

encontrado por falecimento do inventariado que somaram em dez contos novecentos e dezessete mil seiscentos e quarenta réis (10:917\$640)<sup>232</sup>.

Em resumo, a riqueza do comendador Carlos Joaquim estava concentrada na sociedade comercial “Carlos Joaquim Máximo Pereira e Cia.” (51,6%), nas apólices da Dívida Pública, do Tesouro, do Novo Empréstimo Nacional (31%) e seus bens de raiz, a casa e chácara na Rua São Clemente e o terreno na Rua São Joaquim, ambos em Botafogo, que figuraram 11,2% do espólio<sup>233</sup>. Os escravos representaram apenas 1,5% do valor do monte mor. Consoante às transformações da segunda metade do XIX, o fim do tráfico atlântico de africanos, o recrudescimento do tráfico interno, o aumento do preço dos cativos e sua maior concentração nas fazendas cafeicultoras, instaurando-se, assim, o período da “crise do escravismo brasileiro”, percebe-se a queda dos investimentos em mancípios.

Os últimos anos da escravidão no Brasil foram acompanhados de uma mudança no quadro das riquezas na Corte. Segundo João Fragoso e Maria Fernanda Martins, na praça carioca houve um incremento no padrão de investimentos, porém permaneceu a alta concentração de riqueza. Numa clara evidência de descrédito na escravidão, comerciantes, fazendeiros e proprietários de escravos passaram a investir mais em ações e apólices da Dívida Pública e na participação em diferentes instituições financeiras captadoras da poupança nacional. Diante disso, esses homens passaram a controlar não só a liquidez da praça do Rio de Janeiro, como a do país, em um momento significativo de transformação da economia, da elite e sociedade brasileiras<sup>234</sup>. A “crise do escravismo brasileiro”, com o fim do tráfico negreiro, aliado à promulgação do Código Comercial, ambos em 1850, incentivaram alguns negociantes a diversificarem seus negócios<sup>235</sup>. Junto a isso, o

<sup>232</sup> Idem, fls. 43-44v: Últimas declarações da inventariante para que se possa proceder à partilha dos bens do casal; fls. 61-64v: Auto de Partilha dos bens do casal.

<sup>233</sup> Os bens foram classificados conforme: bens de raiz, casa e chácara na Rua São Clemente e o terreno na Rua São Joaquim; escravos; móveis e mais objetos de casa; jóias de brilhante, pérola, ouro e a prataria; apólices da Dívida Pública, do Tesouro e do Novo Empréstimo Nacional; dívida ativa; sociedade comercial a que se liquidou em 1867 e a outra que se liquidou por falecimento de Carlos Joaquim Máximo Pereira; dinheiro em poder da inventariante e nos bancos Mauá e Rural, aqui também se encontram os rendimentos das apólices. Sendo assim, consideramos tal classificação para efetuarmos os cálculos das porcentagens. Ver: Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Carlos Joaquim Máximo Pereira (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 1ª Vara; Notação: 830; Caixa 4066; Ano: 1869; fls. 61-64v.

<sup>234</sup> FRAGOSO, João L. & MARTINS, Maria Fernanda. “Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão (1850-1880)”. IN: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. **Ensaio sobre a escravidão (I)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

<sup>235</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “Mauá por trás do mito”. IN: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Ano 1, Nº. 4, Outubro de 2005, pp. 70-75.

crescimento das instituições financeiras e das S.A. incentivou famílias ligadas ao comércio e às atividades agrárias, como o café, a “‘trocar’ a escravidão por aplicações nas finanças, ou seja, apostaram na liquidez do país”<sup>236</sup>.

Carlos Joaquim Máximo Pereira não estava no topo da hierarquia mercantil, sua fortuna não era comparável com a do barão de Mauá, por exemplo. Mauá fora um dos homens mais ricos do Império e, segundo Jorge Caldeira, ele evitava expor seus ativos para, entre outros motivos, evitar intrigas e desgastes. Porém, quando o fez, um ano antes do falecimento do comerciante mineiro, em 1867, a soma chegou a 115 mil contos de réis<sup>237</sup>. Valor astronômico para a economia do Brasil imperial e para fortuna amealhada por Carlos Joaquim. Mesmo assim, o comendador Carlos Joaquim conquistou uma riqueza nada desprezível e, ainda, se mostrou bastante perspicaz quando ao futuro da escravidão e as melhores opções de investimentos. Não foi por acaso o grande número de ações e títulos da Dívida Pública, do Tesouro Nacional e do Novo Empréstimo Nacional no monte mor, 31% era composto por elas. Estas ações e títulos se tornaram ótimas opções de investimento com retornos bastante lucrativos naqueles anos. Caso tão notório que sua esposa, inventariante e tutora dos filhos menores, requereu a separação de suas ações das do falecido marido e também a transformação das legítimas paterna em ações e títulos da Dívida Pública:

Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Juiz dos Órfãos:

Diz d. Maria José Máximo Pereira inventariante dos bens do seu casal, por falecimento de seu marido o comendador Carlos Joaquim Máximo Pereira, que **ela suplicante julga ficarem muito mais bem (?) os interesses dos órfãos seus filhos, se suas legítimas forem constituídas só e unicamente em títulos da dívida pública**, vem por isso requerer a V. Exa. que sejam imputados em meação todos os bens de raiz, móveis, semoventes, **dando-se para pagamento das legítimas de seus filhos 49 das Apólices de um conto de réis descritos (7 a cada um); 14 das do novo empréstimo de trinta mil contos, de um conto de réis, cada uma; 7 das mesmas de quinhentos mil réis para cada um; os 127:500\$000 em letras aceitas por Valença e Magalhães inteirando-se o mais em letras do Tesouro de mais (?) vencimento e as frações se o dinheiro existente.**<sup>238</sup> (grifos meus)

<sup>236</sup> FRAGOSO & MARTINS, 2003, Op. Cit., 143.

<sup>237</sup> CALDEIRA, 2004, Op. Cit., pp.16-17.

<sup>238</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Carlos Joaquim Máximo Pereira (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 1ª Vara; Notação: 830; Caixa 4066; Ano: 1869; fl. 59; Petição de d. Maria José Máximo Pereira.

A filha mais velha do casal, Claudina Máximo Pereira casou-se com Carlos de Almeida Magalhães, ex-sócio e filho de um velho conhecido de Carlos Joaquim, quiçá vizinhos em tempos de morada em São João del Rei<sup>239</sup>, o coronel Sabino de Almeida Magalhães. Porém, antes dessa união entre os filhos, Carlos Joaquim já havia estabelecido um parentesco ritual com Sabino de Almeida Magalhães. Ele e sua esposa, dona Delfina Leocádia de Magalhães, foram padrinhos de Antônia, filha de Carlos Joaquim e dona Maria José, nascida no Rio de Janeiro.

O casamento entre Carlos de Almeida e Claudina Máximo Pereira aconteceu após o falecimento de Carlos Joaquim. Muito provavelmente este arranjo matrimonial já estivesse contratado antes de seu falecimento, mas de qualquer modo é importante lembrar que a morte do comerciante foi prematura. O enlace foi testemunhado com o apadrinhamento de outro velho conhecido e amigo da família, José Bernardino Teixeira, ex-sócio e indicado para tutor dos filhos menores do finado, e pelo irmão do noivo, Francisco de Almeida Magalhães. O matrimônio foi realizado no dia 18 de maio de 1872 na capela da Imaculada Conceição em Botafogo<sup>240</sup>.

Como a noiva era menor e sua herança estava depositada no Juízo dos Órfãos da 1ª Vara, o matrimônio foi realizado mediante um contrato antenupcial. Neste contrato ficou estabelecido que sua legítima paterna – e alguma outra que, por ventura, acumulasse durante a constância do matrimônio –, entraria para o consórcio na forma de dote. Porém, havia algumas disposições a respeito do direito de herança destes bens dotais. No caso falecimento da noiva antes do marido e sem filhos, os seus herdeiros teriam direito apenas ao valor do dote, que foi estipulado no valor de sessenta e cinco contos oitocentos e vinte e três mil duzentos e noventa e três réis (65:823\$293), ficando o marido com a posse de todos os seus bens e dos valores adquiridos após o casamento. Já com filhos, eles se tornariam os herdeiros e teriam direito aos bens dotais, bem como a metade dos valores adquiridos depois do enlace. Quanto aos bens do esposo, até mesmo os adquiridos após o matrimônio eram de sua exclusiva propriedade. Apesar de todas as disposições, havia ainda a cláusula que permitia aos cônjuges dispor de sua terça, em testamento, em favor

---

<sup>239</sup> O pai de Carlos Joaquim Máximo Pereira, Manoel Pereira Lopes em seu inventário listou entre os bens dois terços de uma casa em São João del Rei, na rua do Rosário que fazia divisa com a casa de Sabino de Almeida Magalhães.

<sup>240</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Carlos Joaquim Máximo Pereira (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 1ª Vara; Notação: 830; Caixa 4066; Ano: 1869; fls. 109 e 110: Petição de Carlos de Almeida Magalhães e certidão de casamento entre Carlos de Almeida Magalhães e dona Claudina Máximo Pereira.

do outro<sup>241</sup>. Uma aliança bem arquitetada com garantias para a noiva usufruir de sua herança paterna. E para o noivo a garantia de não meação de seu capital por falecimento da esposa, fato que não acarretaria, assim, prejuízos na circulação dos seus negócios<sup>242</sup>.

Carlos de Almeida Magalhães era mineiro e tinha se estabelecido no Rio de Janeiro como negociante matriculado no Tribunal do Comércio<sup>243</sup>. Após o falecimento de Carlos Joaquim, Carlos de Almeida e José Joaquim Teixeira de Valença ficaram devendo ao inventário do primeiro uma quantia superior a 350 contos de réis, devido à liquidação da sociedade “Carlos Joaquim Máximo Pereira e Cia.”. Para efetuar o pagamento de 270 contos, os devedores recorreram aos parentes para se apoiarem, Sabino de Almeida Magalhães e José Bento Ferreira Leite Guimarães, endossantes das letras passadas pela casa mercantil “Valença e Magalhães”, eram pai e cunhado, respectivamente, de Carlos de Almeida Magalhães. Após o falecimento do sogro, Carlos de Almeida junto com José Joaquim e João de Deus Freitas formaram a sociedade “Valença e Magalhães”, que funcionava na Rua Direita, número 123, depois Primeiro de Março, número 105. Ali comercializavam fazendas secas de importação por atacado<sup>244</sup>.

A união matrimonial entre Carlos de Almeida e dona Claudina Máximo durou um pouco mais de cinco anos. No dia 21 de setembro de 1877, dona Claudina faleceu sem testamento, deixando três filhos menores: Carlos (4 anos), Alzira (3 anos) e Lindolfo (1 mês). Ignoramos o motivo de sua morte, mas, podemos supor que foi algo relacionado com o parto do terceiro filho que, na época, ficou órfão com apenas 1 mês.

No inventário aberto em 1877, os bens de dona Claudina foram convertidos em dinheiro para a aquisição da casa onde moravam a Rua Dona Mariana, número 3, em Botafogo, em parte da Fábrica S. Pedro de Alcântara, em Petrópolis, e na compra de duas escravas para uso doméstico. O inventariante, Carlos de Almeida Magalhães, declarou

---

<sup>241</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Claudina Máximo Pereira (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 2ª Vara; Notação: 1449; Caixa 4232 – Galeria A; Ano: 1877; fls. 09-10v.

<sup>242</sup> SILVA, 1998, Op. Cit., pp.107-136.

<sup>243</sup> Almanak Laemmert, 1870: Negociantes Nacionais, p. 495 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1870/00000505.html>, capturado em 21/12/08, às 22h34; Idem, 1877: Negociantes Portugueses e de Outras Nacionalidades de Importação e Exportação, p. 766 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1877/00000774.html>, capturado em 24/12/08, às 13h55; Idem, 1877: Armazéns de Fazendas Secas por Importação por atacado, p. 794 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1877/00000802.html>, capturado em 24/12/08, às 14h30.

<sup>244</sup> Almanak Laemmert, 1877: Negociantes Portugueses e de Outras Nacionalidades de Importação e Exportação, p. 766 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1877/00000774.html>, capturado em 24/12/08, às 13h55; Idem, 1877: Armazéns de Fazendas Secas por Importação, atacado, p. 794 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1877/00000802.html>, capturado em 24/12/08, às 14h30.

também que os cônjuges não adquiriram outros bens e que os lucros da fábrica e da sociedade comercial “Valença e Magalhães” eram utilizados nos encargos do matrimônio. O monte mor dos bens de dona Claudina foi avaliado em sessenta e sete contos setecentos e setenta e cinco mil duzentos e noventa e três réis (67:775\$293), valor um pouco acima do dote com que entrou para o consórcio. Abatidas as despesas com inventário, o espólio foi partilhado entre os três filhos do casal<sup>245</sup>. Porém, como eram menores, Carlos continuou com a posse dos bens.

Em 1885, Carlos de Almeida Magalhães foi inventariante de sua segunda esposa, dona Elvira Carolina de Almeida Magalhães. O segundo casamento também foi regido por uma escritura antenupcial: separação total de bens. Pelo contrato, dona Elvira Carolina e Carlos de Almeida optaram pela separação total de todos os bens: para os que possuíam a época do matrimônio e os que haveriam depois dele. No entanto, se Carlos de Almeida viesse a falecer primeiro, dona Elvira Carolina herdaria metade dos bens, como se o contrato fosse de comunhão universal<sup>246</sup>.

Não possuímos informações a respeito de dona Elvira Carolina, sabemos apenas que seu irmão, Eduardo José de Almeida e Silva, foi negociante na praça carioca e morava na Rua dos Ourives, número 52<sup>247</sup>. E, que em 31 de março de 1885 dona Elvira Carolina faleceu deixando uma filha recém nascida, Elvira. Na data do termo de juramento e das declarações de falecimento e de herdeiros, 18 de maio de 1885, a menina tinha apenas um mês e meio<sup>248</sup>. Muito provavelmente, a segunda esposa de Carlos de Almeida finou-se de alguma complicação no parto ou consequência dele.

Devido à existência do contrato pré-nupcial e de se ter apenas uma herdeira, os bens de dona Elvira Carolina foram todos transmitidos à pequena Elvira, sob os cuidados de seu tutor, o pai da menina. A legítima materna foi muito modesta, principalmente, em comparação com a deixada pela primeira esposa de Carlos de Almeida a seus filhos. Porém, é bastante interessante a composição dos bens da finada Elvira Carolina, o espólio era formado por nove ações da “Rio Gás Company” e cinco ações do Banco do Brasil,

---

<sup>245</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Claudina Máximo Pereira (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 2ª Vara; Notação: 1449; Caixa 4232 – Galeria A; Ano: 1877; fls. 24-28v.

<sup>246</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Elvira Carolina de Almeida Magalhães (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 2ª Vara; Notação: 2869; Caixa: 4262; Ano: 1885; fls. 3-4v.

<sup>247</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Carlos de Almeida Magalhães (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 2ª Vara; Notação: 3890; Caixa: 4263; Ano: 1888; fls. 13.

<sup>248</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Elvira Carolina de Almeida Magalhães (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 2ª Vara; Notação: 2869; Caixa: 4262; Ano: 1885; fl. 06.

totalizando três contos trezentos e sessenta mil réis (3:360\$000)<sup>249</sup>. Herança bastante modesta, contudo, de acordo com os novos padrões de investimentos do momento: ações em companhias, bancos, apólices da Dívida Pública, Tesouro entre outros. Investimentos mais seguros que, mesmo no insucesso, garantiam o retorno do capital empreendido. Em 1887, a “Rio de Janeiro Gás Company” liquidou e Carlos de Almeida, tutor de sua filha Elvira, pedia autorização ao Juízo dos Órfãos da 2ª Vara para receber a restituição do capital da companhia e qualquer bonificação que ela viesse a distribuir<sup>250</sup>.

Carlos de Almeida Magalhães faleceu no dia 5 de abril de 1888, em Barra Mansa, sem testamento e com os três filhos menores: Carlos com quinze anos, Alzira com treze anos e Elvira com três anos. Sendo que, Lindolfo, a criança órfã do primeiro casamento, não vingara: morreu com cinco meses, em janeiro de 1878.

O inventário de Carlos de Almeida Magalhães foi aberto em 9 de abril de 1888 e o inventariante foi seu irmão Sabino de Almeida Magalhães, também negociante no Rio de Janeiro, morador na Rua Visconde de Inhaúma, número 6<sup>251</sup>. O monte dos bens particulares de Carlos de Almeida foi avaliado em noventa e nove contos quatrocentos e noventa e quatro mil quinhentos e noventa e quatro réis (99:494\$594). Tal valor era composto pelo prédio e chácara na Rua Dona Mariana, número 3, em Botafogo, jóias e pratas, 130 ações da Companhia Fiação e Tecelagem Carioca, 100 ações da Companhia Carris Urbanos, 25 ações da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) – primeira série, 20 ações da Companhia Geral de Seguros, 20 ações do Banco do Comércio – primeira série, 100 ações da Companhia Prosperidade, 25 ações da Companhia Engenho

---

<sup>249</sup> Idem, fl. 08.

<sup>250</sup> Idem, fl. 22

<sup>251</sup> Almanak Laemmert, 1869: Negociantes Nacionais, p. 517 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1869/00000526.html>, capturado em 21/12/08, às 22h09; Idem, 1870: Negociantes Nacionais, p. 502 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1870/00000512.html>, capturado em 21/12/08, às 22h44; Idem, 1870: Negociantes Nacionais, p. 501 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1870/00000511.html>, capturado em 21/12/08, às 22h43; Idem, 1875: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 727 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1875/00000733.html>, capturado em 23/12/08, às 11h28, Idem, 1876: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 784 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1876/00000791.html>, capturado em 24/12/08, às 12h06, Idem, 1877: Negociantes Brasileiros de Importação e Exportação, p. 741 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1877/00000749.html>, capturado em 24/12/08, às 12h30; Idem, 1877: Negociantes de Vinhos, p. 808 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1877/00000816.html>, capturado em 24/12/08, às 14h40; Idem, 1880: Negociantes Brasileiros de Importação e Exportação, p. 734 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1880/00000741.html>, capturado em 12/10/08, às 19h52.

Central de Lorena, além do capital da liquidação da firma comercial “Magalhães, Freitas e Cia.”<sup>252</sup>.

Sem dúvida, Carlos de Almeida buscou diversificar seus negócios. Investiu bastante de seu capital na indústria têxtil, vinte e seis contos de réis (26:000\$000), num momento que estava em expansão na praça carioca<sup>253</sup>.

A Companhia Carris Urbanos e a EFOM<sup>254</sup> também detiveram bastante de seu capital, a primeira vinte e três contos e quinhentos mil réis (23:500\$000), enquanto a outra dois contos e quinhentos mil réis (2:500\$000). Ambas representavam a busca da modernidade no transportes e, de acordo com o barão de Mauá, a ferrovia “*leva a abundância e a barateza por toda parte*”<sup>255</sup>. Enquanto a sociedade comercial representava metade de seus bens, ali estavam investidos quarenta e um contos quatrocentos e quarenta e seis mil quatrocentos e noventa e quatro réis (41:446\$494).

De certo, a diversificação nos negócios era um dos caminhos para o enriquecimento. Segundo Fernand Braudel, em economia pré-capitalista a diversificação das atividades mercantis era essencial para a conquista e manutenção da riqueza. A especialização ocorreu somente na base da pirâmide mercantil. De acordo com as palavras de Braudel: “*tornar-se e sobretudo ser negociante é ter, não o direito, mas a obrigação de lidar, quando não com tudo, pelo menos com muitas coisas*”<sup>256</sup> (grifos meus).

No entanto, era preciso estar atento com os investimentos a serem feitos. Carlos de Almeida Magalhães possuía várias ações em companhias de seguros, ferro carris, estrada

<sup>252</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Carlos de Almeida Magalhães (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 2ª Vara; Notação: 3890; Caixa: 4263; Ano: 1888; fls. 26-27 e 84-87: Declarações do inventariante e Auto de Partilha.

<sup>253</sup> GRAÇA FILHO, 1992, Op. Cit., pp.193-194.

<sup>254</sup> A EFOM, Estrada de Ferro Oeste de Minas, foi uma companhia de iniciativa privada, criada em 1877, em São João del Rei com o objetivo de ligar a cidade e o oeste de Minas à Estrada de Ferro Pedro II, seguindo pelo leito do Rio das Mortes até Bom Sucesso, onde a linha tronco rumava em direção ao São Francisco e um ramal ia de encontro ao Rio Grande no ponto navegável em Ribeirão Vermelho. Os investidores da ferrovia, em Minas, foram os negociantes de grosso trato de São João del Rei e fazendeiros escravistas da região. Nos primeiros anos, a ferrovia contava com o apoio do Estado através da subvenção quilométrica e depois das garantias de juros. No entanto, a ferrovia faliu em 1897, passando ao controle do governo federal. Atualmente, uma pequena parte desse trajeto consiste no passeio turístico entre as cidades de São João del Rei e Tiradentes. A respeito da companhia nos anos iniciais de implantação, ver: SANTOS, Welber L. **A Estrada de Ferro Oeste de Minas: São João del Rei (1877-1897)**. Mariana: ICHS/UFOP, curso de Pós-Graduação em História, nível Mestrado (material de qualificação); CAMPOS, Bruno Nascimento. **Marcas de uma ferrovia: a Estrada de Ferro Oeste de Minas em São João del Rei (1877-1915)**. São João del Rei: UFSJ/DECIS, 2005. Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, curso de Graduação em História da Universidade Federal de São João del Rei.

<sup>255</sup> *Apud* GUIMARÃES, 1997, Op. Cit., p. 113.

<sup>256</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII: Os Jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 334.

de ferro, bancos que não evitaram o desgaste de seu espólio. A petição de seu inventariante Sabino de Almeida Magalhães, na qual ele pedia autorização para vender “dez ações da 4ª série do Banco do Comércio com 20% de entradas realizadas e sobre as quais fez a diretoria deste estabelecimento uma nova chamada de capitais, 10%”, uma vez que o espólio não tinha dinheiro em caixa para quitar a chamada e também porque “*não convém do mesmo (espólio) a conservação para os órfãos de bens sujeitos a oscilação de valores*”<sup>257</sup>. Tal petição mostra-nos os limites e o cuidado que devia se tomar com a diversificação, que, neste caso, talvez esteja atrelada ao falecimento do negociante mineiro.

A morte de Carlos de Almeida pode ter ocorrido no momento em que ele ampliava seu raio de aplicação de dinheiro, como indica a presença de ações da primeira série da EFOM, criada em 1877. Com isso, seu falecimento “precoce”, ou diversificação tardia, ou a combinação de ambos precipitou a dissipação de seus bens no pagamento das dívidas contraídas em vida. Os filhos de Carlos de Almeida Magalhães receberam apenas suas legítimas maternas. O que sobrou dos bens foi insuficiente para saldar as dívidas, sendo, então, partilhado entre os credores.

Trajatória parecida com a de Carlos de Almeida Magalhães, morte em fase de expansão dos negócios, foi observado por Sheila de Castro Faria. Embora a autora trabalhe com a região de Campos, no século XVIII, a história do fazendeiro Manoel Antônio Sobreira lembra um pouco a do negociante mineiro, nas devidas proporções. Segundo a autora, Manoel Antônio Sobreira, português, foi para a região de Campos em busca do enriquecimento. Ali, ele e sua família foram morar num sítio arrendado e iniciaram suas atividades agrárias. Na tentativa de ampliar a unidade produtora e aumentar os lucros, investiu na expansão de suas atividades, por meio do endividamento. Na crença de que o resultado da produção cobriria os investimentos, Manoel recorreu a vários credores. Porém, o português faleceu e seus credores foram cobrar as dívidas contraídas. As dívidas de Manoel chegaram a 77,91% de seus bens. A morte, de acordo com Faria, pôs fim ao sonho de Manoel em ser senhor de escravos, e, talvez, de engenho e a família não conseguiu se recuperar<sup>258</sup>.

---

<sup>257</sup> Arquivo Nacional, Inventário *post-mortem*: Carlos de Almeida Magalhães (inventariado); Procedência: Juízo dos Órfãos, 2ª Vara; Notação: 3890; Caixa: 4263; Ano: 1888; fl. 15.

<sup>258</sup> FARIA, 1998, Op. Cit., pp. 223-288, em especial “Triste fim de Manoel Antônio Sobreira”.

Talvez, Carlos tenha recorrido a vários créditos, em valores altos, na busca de se tornar um capitalista<sup>259</sup> de sucesso e rico. Porém, a morte pôs fim a este sonho. Também não podemos ignorar que, talvez, a motivação para a diversificação, como foi feita, tenha sido, em parte, influenciada pelo sucesso do tio paterno, Custódio de Almeida Magalhães, em São João del Rei, no mesmo período.

O comendador Custódio de Almeida Magalhães foi um dos homens mais ricos de São João del Rei, nos anos finais da escravidão, Império do Brasil e início da república. De 1857 a 1891, ele conseguiu multiplicar sua fortuna em mais de oito vezes, acentuando ainda mais seu perfil capitalista. No primeiro inventário do casal, aberto em 1857, o monte mor somou oitenta e um contos setecentos e sessenta e quatro mil oitenta e sete réis (81:764\$087), no qual a maior parte dos bens estava alocada em créditos, dívidas ativas e mercadorias para a comercialização<sup>260</sup>. Já no segundo inventário, trinta e quatro anos depois, datado de 1891, aberto em função do falecimento de Custódio, a sua fortuna alcançou a cifra de seiscentos e noventa contos quatrocentos e noventa e sete mil quatrocentos e trinta e nove réis (690:497\$439). Valor altíssimo para a praça de São João del Rei. Neste inventário observou-se a maior incidência em títulos de companhias, 35,08% do espólio. Havia também outros investimentos, tais como, as aplicações no Fundo Público corresponderam a 50,22% do monte mor, as Dívidas Ativas representaram 7,54% e dinheiro em poder do inventariante, 4,98%<sup>261</sup>. O restante do espólio foi formado por bens de raiz, ouro, prata, móveis e louças.

Segundo Afonso de Alencastro Garça Filho, o comendador Custódio foi um dos grandes capitalistas de São João del Rei. Ele era filho do comendador Francisco de Paula Almeida Magalhães, importante fazendeiro e negociante do termo de São João.

Custódio atuou em vários cargos da justiça e da administração, tais como, de juiz de paz, subdelegado e delegado da polícia, vereador e presidente da câmara por várias vezes<sup>262</sup>. No processo de criação e implantação da EFOM, o comendador foi uma das figuras mais atuantes no esforço de modernização dos meios de transporte entre São João del Rei e a Corte. Ele também participou da fundação da primeira companhia têxtil de São

---

<sup>259</sup> Entendemos como capitalistas os homens que investiram parte considerável de suas fortunas em ações, apólices e empréstimos. BRAUDEL, 1998, Op.Cit.

<sup>260</sup> GRAÇA FILHO, 2002, Op. Cit., pp. 55-91.

<sup>261</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: comendador Custódio de Almeida Magalhães, 1891, caixa 326, São João del Rei.

<sup>262</sup> GRAÇA FILHO, 2002, Op. Cit., pp.66-67.

João, a Companhia Industrial São Joanense, acompanhando suas experiências de investimentos nesse ramo, tais como nas Cia. Brazil Industrial e Cia. Fiação e Tecelagem Mineira<sup>263</sup>.

Os investimentos do comendador Custódio foram muito parecidos com os do sobrinho Carlos, porém, o primeiro não desprezou a segurança dos títulos “tradicionais” como das ações e apólices públicas que compuseram quase metade de seu espólio<sup>264</sup>. Apostar em investimentos mais seguros foi o que assegurou o sucesso de Custódio e, ao contrário, o fracasso de Carlos.

O comendador Custódio foi o fundador do “Banco Almeida Magalhães”, atuava no comércio, era negociante matriculado no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro, e ainda intermediava papéis colocados no mercado bolsista da Corte<sup>265</sup>. A sua casa bancária e seu comércio estavam no círculo mercantil de Gervásio Pereira Alvim.

Custódio foi um dos intermediários, em São João del Rei, da casa mercantil “Eugênio de Azevedo e Cia.”. No dia primeiro de abril de 1879, Custódio acusou o recebimento de dois contos trezentos e setenta e seis mil réis (2:376\$000) de Joaquim Leonel de Resende para entregar a “Eugênio de Azevedo e Cia.”, que lhe ficou creditado em conta<sup>266</sup>.

Provavelmente, o banco e a casa de Custódio tenham intermediado os negócios de outras casas mineiras situadas na Corte, sobretudo porque o comércio era realizado a prazo. Raros eram os casos em que compradores quitavam as dívidas no ato da compra. Primeiro, porque, de acordo com Cláudia Chaves<sup>267</sup>, comprar a crédito era uma estratégia de construção de confiança, daí o dito popular: “ter crédito na praça é ter fé”. Segundo, era para evitar a paralisação do capital em investimentos. “*Era regra geral do comércio comprar e vender na primeiro mão e no tempo certo. Por isso é ‘muito mais útil tomar dinheiro a juro para comprar a seu tempo, do que comprar fora dele nas lojas e tendas com próprio dinheiro’*”<sup>268</sup>.

Era, enfim, saber comprar no tempo certo:

<sup>263</sup> Idem, pp. 89-95.

<sup>264</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: comendador Custódio de Almeida Magalhães, 1891, caixa 326, São João del Rei.

<sup>265</sup> GRAÇA FILHO, 2002, Op. Cit., pp. 91.

<sup>266</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo de Custódio de Almeida Magalhães, em primeiro de abril de 1879, São João del Rei.

<sup>267</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)**. Niterói: UFF, 2001. (Tese de doutorado).

<sup>268</sup> Idem.

Fazer crédito é vender a crédito, é sofrer aquele que deve, ou aquele que a que se vende, haja algum tempo a pagar. Haver crédito é poder comprar muitas mercadorias sem ser obrigado de as pagar, ou poder tirar muitas letras de câmbio, sem que a pessoa se recuse de as tomar. Haver crédito de alguém é haver muita confiança.<sup>269</sup>

Por isso, muitas vezes, era preciso que o comerciante estabelecesse vários intermediários, em lugares diferentes, para facilitar os arranjos e acertos de negócios.

Custódio era irmão, por parte de pai, de Sabino de Almeida Magalhães outro grande negociante de grosso trato de São João del Rei<sup>270</sup>. A casa mercantil de Sabino também estava no círculo comercial de Gervásio Pereira Alvim.

Sabino era filho natural do comendador Francisco de Paula Almeida Magalhães. Como já foi dito, o comendador foi um grande fazendeiro e negociante do termo da vila de São João. Sabino fora criado em sua companhia e, talvez, aí tenha aprendido a arte do comércio, junto com seu irmão Custódio.

Assim como Custódio, Sabino atuava no negócio grossista sanjoanense, participava do comércio Minas-Rio e ainda atuava como intermediário de algumas casas mercantis carioca em São João del Rei, tais como, “Loureiro, Botelho e Castro” e “Serzedello e Machado”. Ambas comercializavam com Gervásio Pereira Alvim.

A casa mercantil “Loureiro, Botelho e Castro” situava-se a princípio na Rua dos Pescadores, número 30, depois passou para o número 28. Infelizmente, desconhecemos os sócios que formaram a sociedade. Porém, sabemos que a mesma vigorou durante os anos de 1854 e 1865, quando findou sua liquidação. A casa foi listada no Almanak Laemmert em várias seções: “Negociantes Nacionais”, “Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação”, “Armazéns de Fazendas Secas de Importação, atacado” e “Lojas de Ferragens e mais gêneros pertencentes a este negócio”<sup>271</sup>. Quanto ao último ramo, a loja

---

<sup>269</sup> Dicionário de termos que são mais em uso do comércio *Apud* CHAVES, 2001, Op. Cit.

<sup>270</sup> GRAÇA FILHO, 2002, Op. Cit., pp.81-84.

<sup>271</sup> Almanak Laemmert, 1854: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 411 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1854/00000415.html>, capturado em 13/10/08, às 15h29; Idem, 1854: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 430 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1854/00000434.html>, capturado em 13/10/08, às 15h52; Idem, 1855: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 454 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000462.html>, capturado em 13/10/08, às 16h42; Idem, 1855: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 474 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000482.html>, capturado em 20/12/08, às 11h52; Idem, 1855:

mantinha além do estabelecimento à Rua dos Pescadores, um outro à Rua das Violas, número 26, mantido entre os anos de 1855 e 1856. A casa comercializava fazendas secas. Interessante observar que a partir de 1861, quando já estava em liquidação, a sociedade passou a dividir o endereço com “Loureiro e Andrade”<sup>272</sup>.

Em 10 de julho de 1859, Sabino de Almeida Magalhães enviou uma carta a Gervásio afirmando ser instituído pela casa carioca “Loureiro, Botelho e Castro” a receber a quantia de que era devedor, segundo a carta:

Amigo e senhor, da carta inclusa que lhe dirigem Loureiro, Botelho e Castro, do Rio de Janeiro, verá Vossa Senhoria que estou autorizado pelos mesmos para receber o que Vossa Senhoria lhes deve na importância de réis 5:300\$474, e como tenho de cumprir na ordem que sacaram contra mim até fins do mês de agosto próximo futuro, por isso desejo que Vossa Senhoria me responda se posso contar com a efetividade desse pagamento.<sup>273</sup>

Já a casa “Serzedello e Machado” mercava louças, cristais, objetos de porcelana, bronze e também chá de todas as qualidades. Ela situava-se a Rua de São Pedro, número 18. Apareceu no Almanak Laemmert de 1855 até 1863, nas seções de “Negociantes Nacionais”, “Armazéns e Lojas de Louças, Porcelanas, Vidros, Cristais, Bandejas e Bronze”, “Armazém e Lojas de Chá de todas as qualidades”, “Lojas de Quinquilharias,

Lojas de Ferragens e mais gêneros pertencentes a este negócio, p. 523 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000531.html>, capturado em 20/12/08, às 12h19; Idem, 1856: Negociantes Nacionais, p. 471 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000479.html>, capturado em 10/12/08, às 15h08; Idem, 1856: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 501 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000511.html>, capturado em 10/12/08, às 15h34; Idem, 1856: Lojas de Ferragens e mais gêneros pertencentes a este negócio, p. 558 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000566.html>, capturado em 10/12/08, às 15h57; Idem, 1857: Negociantes Nacionais, p. 504 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1857/00000506.html>, capturado em 19/12/08, às 12h18; Idem, 1858: Negociantes Nacionais, p. 509 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1858/00000513.html>, capturado em 19/12/08, às 14h58; Idem, 1860: Negociantes Nacionais, p. 551 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000547.html>, capturado em 03/09/07, às 11h30; Idem, 1861: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 515 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00000519.html>, capturado em 25/12/08, às 12h27; Idem, 1865: Negociantes Nacionais, p. 494 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1865/00000500.html>, capturado em 21/12/08, às 20h47.

<sup>272</sup> Almanak Laemmert, 1861: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 515 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00000519.html>, capturado em 25/12/08, às 12h27; Idem, 1862: Negociantes Nacionais, p. 529 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1862/00000535.html>, capturado em 25/12/08, às 21h59; Idem, 1864: Negociantes Nacionais, p. 510 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000518.html>, capturado em 26/12/08, às 11h02.

<sup>273</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Sabino de Almeida Magalhães, 10 de julho de 1859, São João del Rei.

Casquinhas, Bandejas, Bronzes, Lustros, Lampiões, Cristais, Cutelarias, Bolas para Bilhar, Brinquedos, etc.”<sup>274</sup>.

Em uma remessa de quatro caixas com louças para Gervásio Pereira Alvim, a casa “Serzedello e Machado” mandou junto com o portador a ordem, na margem do recibo, para entregá-las a Sabino de Almeida Magalhães em São João del Rei<sup>275</sup>.

Provavelmente Sabino foi intermediário de mais casas carioca na região de São João. Ainda mais que, nos anos de 1852 e 1854, ele apareceu no Almanak Laemmert na seção de “Negociantes Nacionais”<sup>276</sup>. O almanaque era uma publicação anual feita pela Corte Real durante os anos de 1844 e 1889, cujo objetivo era trazer informações sobre os oficiais e os ministérios da província do Rio de Janeiro e nele também continha propaganda do comércio na praça carioca. Aí se encontram nomes de grandes comerciantes da praça e do Império com suas casas mercantis em diversos setores do comércio. Dessa forma, a propaganda da casa mercantil de Sabino no almanaque, provavelmente, lhe conferiu algum prestígio e reconhecimento.

No dia 28 de novembro de 1835, no oratório particular da fazenda de seu pai, o comendador Francisco de Paula de Almeida Magalhães, Sabino casou-se, com dispensa

---

<sup>274</sup> Almanak Laemmert, 1855: Armazém e Lojas de Chá de todas as qualidades, p. 506 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000514.html>, capturado em 20/12/08, às 12h12; Idem, 1855: Armazéns e Lojas de Louças, Porcelanas, Vidros, Cristais e Bandejas, p. 534 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000542.html>, capturado em 20/12/08, às 12h21; Idem, 1855: Lojas de Quinquilharias, Casquinhas, Bandejas, Bronzes, Lustros, Lampiões, Cristais, Cutelarias, Bolas para Bilhar, Brinquedos, etc., p. 540 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000548.html>, capturado em 20/12/08, às 12h24; Idem, 1856: Armazém e Lojas de Chá de todas as qualidades, p. 540 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000548.html>, capturado em 10/12/08, às 15h48; Idem, 1856: Armazéns e Lojas de Louças, Porcelanas, Vidros, Cristais, Bandejas e Bronze, p. 570 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000578.html>, capturado em 10/12/08, às 16h07; Idem, 1856: Lojas de Quinquilharias, Casquinhas, Bandejas, Bronzes, Lustros, Lampiões, Cristais, Cutelarias, Bolas para Bilhar, Brinquedos, etc., p. 577 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000585.html>, capturado em 10/12/08, às 16h11; Idem, 1860: Armazéns e Lojas de Louças, Porcelanas, Vidros, Cristais, Bandejas e Bronze, p. 645 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000641.html>, capturado em 27/08/07, às 15h54; Idem, 1861: Negociantes Nacionais, p. 481 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00000485.html>, capturado em 25/12/08, às 11h51; Idem, 1862: Negociantes Nacionais, p. 495 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1862/00000501.html>, capturado em 25/12/08, às 21h26; Idem, 1863: Negociantes Nacionais, p. 498 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1863/00000510.html>, capturado em 26/12/08, às 00h22.

<sup>275</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo de Carlos Almondes Faria, em 18 de outubro de 1854, Rio de Janeiro.

<sup>276</sup> Almanak Laemmert, 1852: Negociantes Nacionais, p. 389 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1852/00000392.html>, capturado em 03/09/07, às 11h51; Idem, 1854: Negociantes Nacionais, p. 403 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1854/00000407.html>, capturado em 13/07/08, às 02h16.

de consangüinidade, com dona Delfina Leocádia de Magalhães<sup>277</sup>. O casal teve vários filhos. Em especial, cabe destacar Francisco de Almeida Magalhães, Sabino de Almeida Magalhães Júnior, Carlos de Almeida Magalhães e Augusto de Almeida Magalhães, todos negociantes matriculados no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro e residentes na Corte. Também não podemos deixar de mencionar dona Constança Augusta de Almeida Guimarães que foi casada com o major José Bento Ferreira Leite Guimarães, negociante matriculado no Tribunal do Comércio da Corte e residentes no Rio de Janeiro<sup>278</sup>.

De acordo com Graça Filho, a ida dos filhos de Sabino para a Corte foi para facilitar as relações comerciais entre as duas regiões, evitar o atravessador carioca e dar mais confiança no andamento dos negócios. Sabino de Almeida Magalhães junto com os filhos Augusto e Sabino Júnior formaram uma sociedade comercial que funcionava a Rua do Rosário, comercializando gêneros estrangeiros e do país<sup>279</sup>.

Francisco de Almeida Magalhães estava estabelecido a Rua dos Pescadores, número 13, depois, número 6, onde ficou até 1877. Apareceu no Almanak Laemmert durante os anos de 1864 a 1866, com a razão social “Francisco de Almeida Magalhães”, na seção de “Negociantes Nacionais”. Já no ano de 1865, apareceu também com a firma “Azevedo Júnior e Magalhães”, no mesmo endereço. Em 1870, formou a sociedade “Magalhães e Irmão”, listado na seção “Negociantes Nacionais” e “Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação”, oferecendo comissões. Em 1877, mudou-se para a Rua de São Pedro, número 46 com a razão “Francisco de Almeida Magalhães” listado na seção “Negociantes Brasileiros de Importação e Exportação”. Porém, o comerciante mineiro manteve no endereço da antiga Rua dos Pescadores, que em 1870 havia se tornado Visconde de Inhaúma, a casa “Magalhães e Irmão” listada nas seções “Negociantes Brasileiros de Importação e Exportação” e “Negociantes de Vinho”<sup>280</sup>. O seu sócio nesta firma foi seu irmão Sabino Júnior.

<sup>277</sup> Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, São João del Rei: Registros de Casamentos de São João del Rei, Livro 12, Ano 1868-1886, fls. 10v.

<sup>278</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Sabino de Almeida Magalhães, 1877, caixa 148, São João del Rei, fls. 11, 14-16, 19.

<sup>279</sup> GRAÇA FILHO, 2002, Op. Cit., pp. 81-83.

<sup>280</sup> Almanak Laemmert, 1864: Negociantes Nacionais, p. 506 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000514.html>, capturado em 21/12/08, às 16h15; Idem, 1865: Negociantes Nacionais, p. 489 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1865/00000495.html>, capturado em 21/12/08, às 20h39 – casa “Azevedo Júnior e Magalhães”; Idem, 1865: Negociantes Nacionais, p. 490 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1865/00000496.html>, capturado em 21/12/08, às 20h42; Idem, 1866: Negociantes Nacionais, p. 472 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1866/00000476.html>, capturado em 21/12/08, às 21h. Idem, 1866:

Sabino de Almeida Magalhães faleceu no início do ano de 1877 com testamento e com doze filhos vivos. O inventariante foi a viúva dona Delfina Leocádia de Magalhães.

Em seu testamento, lavrado em 3 de agosto de 1873, Sabino contou muito pouco de sua vida, sequer citou o nome dos filhos. Deixou apenas algumas recomendações. Quanto ao seu funeral deixou expresso: *“O meu enterro será feito a vontade do meu testamenteiro, sem pompa, e serei sepultado nas catacumbas do Monte do Carmo, Confraria de Nossa Senhora do Carmo desta cidade”* (grifos meus). Além das recomendações de se rezar missas por sua alma, por almas de parentes e escravos, de quitar as dívidas com as irmandades das quais fazia parte mediante certidões, a alforria de um escravo chamado Paulo, sobre os abatimentos na sua terça de gastos com a educação superior de alguns filhos e legados a alguns afilhados<sup>281</sup>.

Sabino foi bem econômico com as palavras e esperava a mesma economia por parte da testamentaria ao dar início aos acertos de contas com os seus devedores. De acordo com o testador, todos os seus devedores estavam listados no livro caixa e era para ignorar a cobrança *“daqueles que tiverem nota de falidos, ou se reputarem assim, evitando-se despesas com sua cobrança”*<sup>282</sup> (grifos meus).

---

Negociantes Nacionais, p. 470 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1866/00000474.html>, capturado em 21/12/08, às 21h01 – casa “Azevedo Júnior e Magalhães”; Idem, 1867: Negociantes Nacionais, p. 469 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1867/00000475.html>, capturado em 21/12/08, às 21h13 – casa “Azevedo Júnior e Magalhães”; Idem, 1867: Negociantes Nacionais, p. 471 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1867/00000477.html>, capturado em 21/12/08, às 21h16; Idem, 1868: Negociantes Nacionais, p. 488 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1868/00000496.html>, capturado em 21/12/08, às 21h44 – casa “Azevedo Júnior e Magalhães”; Idem, 1869: Negociantes Nacionais, p. 512 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1869/00000521.html>, capturado em 21/12/08, às 22h03; Idem, 1870: Negociantes Nacionais, p. 496 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1870/00000506.html>, capturado em 21/12/08, às 22h35; Idem, 1870: Negociantes Nacionais, p. 501 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1870/00000511.html>, capturado em 21/12/08, às 22h43 – casa “Magalhães e Irmão”; Idem, 1875: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 727 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1875/00000733.html>, capturado em 23/12/08, às 11h28 – casa “Magalhães e Irmão”; Idem, 1876: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 784 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1876/00000791.html>, capturado em 24/12/08, às 12h06 – casa “Magalhães e Irmão”; Idem, 1877: Negociantes Brasileiros de Importação e Exportação, p. 734 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1877/00000742.html>, capturado em 24/12/08, às 12h20 – “Francisco de Almeida Magalhães”; Idem, 1877: Negociantes Brasileiros de Importação e Exportação, p. 741 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1877/00000749.html>, capturado em 24/12/08, às 12h30 – casa “Magalhães e Irmão”; Idem, 1877: Negociantes de vinhos, p. 808 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1877/00000816.html>, capturado em 24/12/08, às 14h40 – casa “Magalhães e Irmão”.

<sup>281</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Testamento: Sabino de Almeida Magalhães, 1878/1876, caixa 78, São João del Rei.

<sup>282</sup> Idem.

Os bens de Sabino somaram o total de duzentos e setenta e seis contos setecentos e oitenta e cinco mil duzentos e trinta e dois réis (276:785\$232)<sup>283</sup>, uma das maiores fortunas de São João del Rei na segunda metade do século XIX<sup>284</sup>. A maior parte de seu capital, 83,35%, eram dívidas ativas, ou seja, o negociante tinha sua fortuna pulverizada em créditos. Os duzentos e trinta contos seiscentos e noventa e dois mil seiscentos e vinte e seis réis (230:692\$626) estavam nas mãos de vinte e um credores. O restante estava dividido na posse de escravos, 3,13%, em apólices da Dívida Pública, 5,12%, em bens de raiz, 7,34%, e em ouro, prata, móveis e semoventes<sup>285</sup>.

A composição dos bens de Sabino muito foi semelhante à de outros negociantes do mesmo período: baixo investimento em escravos, presença de títulos e apólices públicas e dívidas ativas. Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho, foi recorrente o alto valor das dívidas ativas nos inventários dos grandes negociantes sanjoanenses até os anos finais do Império. Para o autor, tal característica transmutava a praça de São João del Rei em importante centro financeiro de uma ampla região de Minas<sup>286</sup>. Consoante às transformações do período, Sabino apostou numa riqueza mais mercantil e capitalista<sup>287</sup>.

Além de Custódio e Sabino, Gervásio Pereira Alvim também teve tratos mercantis com Manoel Gomes de Castro, português, que se estabeleceu em São João del Rei.

Manoel foi outro negociante grossista da praça sanjoanense. Ele era natural de Portugal, do Arcebispado de Braga<sup>288</sup>. Infelizmente, não sabemos o ano certo de sua chegada a São João, tampouco seu caminho antes de estabelecer na cidade. Podemos apenas conjecturar, a partir da idade do filho mais velho e do contrato de sociedade firmado com Domingos da Silva Alves, que no início da década de 1840 Manoel já estava na cidade.

Bem como Custódio e Sabino, Manoel também participou do comércio com a Corte e serviu de intermediário de algumas casas comerciais cariocas, tais como a casa “Francisco Carlos Machado e Cia.” e de “Antônio Gomes de Castro e Irmão”, além de ter o seu próprio estabelecimento em São João.

<sup>283</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Sabino de Almeida Magalhães, 1877, caixa 148, São João del Rei, fls. 40-47v.: Partilha dos bens do inventariado.

<sup>284</sup> Graça Filho, 2002, Op. Cit., pp. 86-88.

<sup>285</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Sabino de Almeida Magalhães, 1877, caixa 148, São João del Rei, fls. 40-47v.: Partilha dos bens do inventariado.

<sup>286</sup> Graça Filho, 2002, Op. Cit., pp.71-73.

<sup>287</sup> FRAGOSO & MARTINS, 2003, Op. Cit.

<sup>288</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Testamento: Manoel Gomes de Castro, 1865, caixa 24, São João del Rei.

Francisco Carlos Machado foi um dos negociantes situados na Corte com o qual Gervásio mantinha tratos. Sua casa situava-se à Rua da Candelária, número 43 e mercava fazendas secas de importação. A sua firma, “Francisco Carlos Machado e Cia.”, apareceu no Almanak Laemmert durante os anos de 1855 e 1860, quando entrou em liquidação, nas seções “Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação” e “Armazém de Fazendas Secas de Importação, por atacado”<sup>289</sup>.

Em 7 de outubro de 1859, Francisco Carlos de Machado enviou uma carta a Gervásio Pereira Alvim solicitando que saldasse o seu débito, pois já estava vencido. Para facilitar o acerto, a autor da missiva dizia que se o fazendeiro devedor não encontrasse portador, ele poderia entregar qualquer quantia a Manoel Gomes de Castro, em São João del Rei<sup>290</sup>.

A casa “Antônio Gomes de Castro e Irmão” foi uma sociedade entre o comerciante Manoel Gomes de Castro e seu irmão Antônio Gomes de Castro, estabelecida na Corte<sup>291</sup>. Ela situava-se à Rua da Quitanda, número 81, e no ano de 1866, mudou-se para a Rua dos Pescadores, número 33. Esta casa mercava ferragens e miudezas e apareceu no Almanak Laemmert, entre os anos de 1861 e 1866, nas seções: “Armarinhos e Lojas de Miudezas e

---

<sup>289</sup> Almanak Laemmert, 1855: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 449 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000457.html>, capturado em 13/10/08, às 16h38; Idem, 1855: Armazém de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 474 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000482.html>, capturado em 20/12/08, às 11h52; Idem, 1856: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 478 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000486.html>, capturado em 10/12/08, às 15h12; Idem, 1856: Armazém de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 503 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000511.html>, capturado em 10/12/08, às 15h34; Idem, 1857: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 510 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1857/00000512.html>, capturado em 19/12/08, às 12h27; Idem, 1858: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 516 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1858/00000520.html>, capturado em 19/12/08, às 13h27; Idem, 1859: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 548 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1859/00000552.html>, capturado em 19/12/08, às 13h41; Idem, 1860: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 559 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000555.html>, capturado em 21/12/08, às 12h31; Idem, 1860: Armazém de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 590 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000586.html>, capturado em 27/08/07, às 20h40.

<sup>290</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Carlos Machado, em 7 de outubro de 1859, Rio de Janeiro.

<sup>291</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Manoel Gomes de Castro, 1865, caixa 54, São João del Rei; Idem, Testamento: Manoel Gomes de Castro, 1865, caixa 24, São João del Rei.

Quinquilharias” e “Lojas de Ferragens, Drogas, Tintas e Miudezas e mais gêneros pertencentes a este ramo”<sup>292</sup>.

O fundo da sociedade era de 120 contos de réis, sendo Manoel Gomes de Castro sócio majoritário com o depósito de setenta e dois contos cento e sessenta mil quatrocentos e setenta réis (72:160\$470), e seu irmão, Antônio, entrou com quarenta e sete contos oitocentos e trinta e nove mil quinhentos e trinta réis (47:839\$530). O contrato social, no formato de um abaixo assinado, previa que a sociedade mercaria todos os tipos de bens lícitos comerciáveis, porém, com especialidade nas ferragens e objetos de armarinhos e, já estando em funcionamento à época do acordo (7 de setembro de 1861), duraria até 31 de dezembro de 1864. Estabelecia que Antônio Gomes de Castro ficaria a cargo de toda a administração da loja, com obrigações de compra, venda, recebimento, pagamentos, prestação de contas, etc.<sup>293</sup>.

O contrato também previa condições diferentes em caso de falecimento de um dos sócios para o futuro da sociedade: se Antônio viesse a falecer durante a vigência da sociedade, Manoel Gomes de Castro procederia imediatamente a liquidação da casa; e o inverso, a mesma permaneceria até o final do contrato, quando Antônio deveria fazer a liquidação da sociedade. Nesta cláusula percebemos a importância de Antônio dentro da sociedade. Como ele estava estabelecido no Rio e seu sócio em Minas, toda a parte administrativa ficou a seu cargo e o seu falecimento impossibilitaria a continuidade dos negócios. Talvez, devido a seu serviço na administração da casa, a sociedade entre Antônio e Manoel foi pautada no princípio de divisão igual dos lucros<sup>294</sup>.

Gervásio Pereira Alvim também comercializava com esta casa na Corte.

---

<sup>292</sup> Almanak Laemmert, 1861: Armarinhos e Lojas de Miudezas e Quinquilharias, p. 576 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00000580.html>, capturado em 25/12/08, às 13h13; Idem, 1862: Lojas de Ferragens, Drogas, Tintas e Miudezas e mais gêneros pertencentes a este ramo, p. 579 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1862/00000585.html>, capturado em 25/12/08, às 22h22; Idem, 1863: Armarinhos e Lojas de Miudezas e Quinquilharias, p. 594 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1863/00000606.html>, capturado em 26/12/08, às 01h12; Idem, 1864: Armarinhos e Lojas de Miudezas e Quinquilharias, p. 610 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000618.html>, capturado em 26/12/08, às 11h46; Idem, 1865: Lojas de Ferragens, Drogas, Tintas e Miudezas e mais gêneros pertencentes a este ramo, p. 579 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1865/00000585.html>, capturado em 03/01/09, às 23h28; Idem, 1866: Lojas de Ferragens, Drogas, Tintas e Miudezas e mais gêneros pertencentes a este ramo, p. 559 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1866/00000563.html>, capturado em 04/01/09, às 12h56.

<sup>293</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Manoel Gomes de Castro, 1865, caixa 54, São João del Rei, fls. 23-25.

<sup>294</sup> Idem.

A respeito de suas atividades mercantis em São João, Manoel firmou uma sociedade mercantil com seu cunhado Domingos da Silva Alves, sob a razão “Manoel Gomes de Castro e Cia.”. Essa sociedade vigorou por vinte anos, de 1845 até 1865, quando entrou em liquidação e apresentou suas contas. O fundo era de setenta e quatro contos quatrocentos e vinte e três mil oitocentos e trinta e um réis (74:423\$831), distribuídos em fazendas, dívidas ativas e dinheiro. As dívidas passivas tiveram valor baixo em relação ao montante da casa, elas somaram o total de duzentos e oitenta e cinco mil novecentos e dez réis (285\$910). A maior credora da casa, no momento da liquidação, foi Rita Petronilha (213\$020 réis de principal e prêmio), seguido pelo serviço de carro geral da Rua Direita à “praia”<sup>295</sup> (30\$000 réis).

Manoel se casou em São João del Rei com dona Maria José da Glória, filha de José Moreira da Rocha. O casal teve vários filhos. Entre eles, as filhas Maria Isabel de Castro e Amélia de Castro se casaram com filhos de Sabino de Almeida Magalhães, Francisco de Almeida Magalhães e Sabino de Almeida Magalhães Júnior, respectivamente<sup>296</sup>.

Em dias de dezembro de 1864, Manoel Gomes de Castro faleceu em São João del Rei. Em três de dezembro do mesmo ano, se achando gravemente doente, o negociante fez seu testamento. O texto foi breve. Suas “*últimas e verdadeiras vontades*” foram bem sucintas: instituiu os seus testamenteiros e os tutores para seus filhos, nomeando para isso seus filhos Custódio de Castro Moreira e Matilde Moreira de Castro; pediu que se rezassem cento e trinta e quatro missas por sua alma e mais membros da família, sua esposa, sogro, bem como para os negociantes com quem teve trato e para seus escravos vivos e falecidos e fez uma doação de cento e cinquenta mil réis (150\$000) à Santa Casa da Misericórdia da cidade. Manoel finalizou o testamento relatando que possuía uma sociedade comercial com seu cunhado, cujas disposições estavam no contrato passado entre eles, e outra com seu irmão, a sociedade “Antônio Gomes de Castro e Irmão”, que funcionava na Corte e constava de Escritura Pública<sup>297</sup>.

---

<sup>295</sup> Em São João del Rei, o Córrego do Lenheiro, que corta o centro da cidade, é conhecido pelo apelido “praia”. Assim, quando o documento faz referência a “praia” quer dizer é que uma das ruas nas margens do córrego.

<sup>296</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Manoel Gomes de Castro, 1865, caixa, 54; Sabino de Almeida Magalhães, 1877, caixa 148.

<sup>297</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Testamento: Manoel Gomes de Castro, 1865, caixa 24, São João del Rei.

No ano seguinte ao seu falecimento, foi aberto o inventário. Seus bens foram avaliados em cento e cinquenta e quatro contos setecentos e noventa e seis mil quatrocentos e noventa e quatro réis (154:796\$494). Sendo que a maior parte, 67,83%, estava investida no comércio<sup>298</sup>.

Voltando para a Corte: próximo aos comerciantes mineiros situados na cidade do Rio de Janeiro, encontramos a casa mercantil de Francisco Carlos de Magalhães, a Rua da Candelária, número 35 e 47 era o seu endereço. Ali, o fazendeiro de Minas, Gervásio Pereira Alvim, fazia suas compras de fazendas secas de importação, por atacado.

Francisco Carlos, outro negociante da rede de Gervásio, estava estabelecido no endereço desde, pelo menos, 1844. Naquela rua, manteve seu estabelecimento sob a razão social “Francisco Carlos de Magalhães” em duas lojas. Entre os anos de 1844 até por volta de 1859, ele estava nos números 35 e 47, depois desta data, passou para os números 43 e 47. É interessante ressaltar, que o endereço da Rua da Candelária, número 43 pertenceu à sociedade comercial de Francisco Carlos Machado. Ao que tudo indica, Francisco Carlos de Magalhães assumiu o ponto e passou a receber os débitos da firma de Francisco Carlos Machado, conforme o recibo passado a Gervásio Pereira Alvim no dia 12 de março de 1862:

Francisco Carlos de Magalhães: Nº 2071 – Rs. 90\$000  
 Recebi do Sr. Antônio Candido de Resende a quantia de noventa mil réis que tenho creditado ao Sr. Gervásio Pereira Alvim em c/ com a extinta firma de Francisco Carlos Machado e Cia.  
 Para constar, passo o presente duplicado com um só efeito.  
 Rio de Janeiro, 12 de março de 1862.  
 Pelo liquid. Francisco Carlos de Magalhães.<sup>299</sup>

Se a casa foi adquirida por compra ou por dívida até o momento ignoramos. Fato foi que Francisco Carlos de Magalhães passou a usar o endereço para fins de seus negócios e ainda recebia as contas da extinta firma.

---

<sup>298</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Manoel Gomes de Castro, 1865, caixa, 54.

<sup>299</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo de Francisco Carlos de Magalhães, em 12 de março de 1862, Rio de Janeiro.

No início da década de 1850, Francisco Carlos teve, enfim, o registro de sua Provisão de negociante de grosso trato da praça do Rio de Janeiro. O registro foi realizado em 31 de janeiro de 1851, pelo Tribunal do Comércio da cidade. Segundo o registro:

Dom Pedro Segundo pela Graça de Deus unânime aclamação dos povos Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Império do Brasil. Faço saber aos que esta Provisão virem, que atendendo ao que me representou **Francisco Carlos de Magalhães para ser matriculado Negociante de grosso trato desta Praça**, e constando me pela justificação que produziu perante o Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Império do Brasil, que é cidadão brasileiro, e **se acha estabelecido com crédito e fundos proporcionados para o giro do seu negócio, tendo além disso instrução suficiente do Comércio e da escrituração mercantil, e os mais requisitos necessários**. Fui servido de mandar matricular na forma pedida, de que se lavrou o competente termo a folhas cento e sessenta e duas verso do livro segundo das respectivas matrículas. **E nesta conformidade hei por bem que possa gozar de todas as honras, graças, isenções e privilégios que se acham concedidos pela carta da lei de trinta de agosto de mil setecentos e setenta**. E mando a todas as justiças e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer a cumpram e guardem como nele se contem e declara.<sup>300</sup> (grifos meus)

A matrícula tanto na Junta, extinta em 1850, quanto no Tribunal do Comércio era importante para o tipo de negócios que Francisco Carlos estava envolvido, a comercialização de fazendas secas de importação. Como se pode perceber pela carta supra, era preciso além de conhecer a escrituração mercantil, ter capital de giro condizente com o ramo mercantil, uma vez que ambos os órgãos foram criados com o objetivo de fiscalizar e legislar as atividades comerciais. A matrícula institucionalizava a ação do comerciante, como também lhe cedia “honra, graças, isenções e privilégios”.

No dia primeiro de abril de 1860, entrava em vigor a sociedade comercial de Francisco Carlos junto com o filho primogênito, Francisco Carlos de Magalhães Júnior, e Antônio José Pereira de Santiago “Francisco Carlos de Magalhães, Filho e Cia.”, que atendia na Rua da Candelária, número 43. Entre os anos de 1862 e 1865 a casa, que mercava fazendas secas por importação, foi listada no Almanak Laemmert, na seção de

---

<sup>300</sup> Arquivo Nacional, Série: Indústria e Comércio – Comércio: Junta e Tribunal, IC<sup>3</sup>23 Tribunal do Comércio: Registro das Provisões dos comerciantes matriculados na Junta do Comércio – Ano 1851, pp. 38v-39v.

“Armazéns de Fazendas Secas de Importação por atacado”<sup>301</sup>. Tal sociedade funcionou até 31 de outubro de 1865, quando se viu “*embaraçada em seus negócios*” e teve, em acordo com seus credores, de se liquidar<sup>302</sup>.

No ano de 1864, Francisco Carlos expandiu seus negócios, abriu uma loja filial, “Francisco Carlos de Magalhães e Cia.” em Andaraí Pequeno, número 47. Sempre mercando fazendas secas de importação. Durante todos os anos, desde 1844, a sua casa apareceu listada no Almanak Laemmert, nas seções “Negociantes Nacionais” e “Armazém de Fazendas Secas de Importação, por atacado”<sup>303</sup>.

---

<sup>301</sup> Almanak Laemmert, 1862: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 528 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1862/00000534.html>, capturado em 25/12/08, às 21h55; Idem, 1864: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 545 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000553.html>, capturado em 26/12/08, às 11h24; Idem, 1865: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 527 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1865/00000533.html>, capturado em 03/01/09, às 23h08.

<sup>302</sup> Arquivo Nacional, Fundo: Junta Comercial do Rio de Janeiro: Livro 637: Registro 8998; Galeria 6; Folhas: 198-199 – Registro de Dissolução de Sociedade.

<sup>303</sup> Almanak Laemmert, 1844: Negociantes Nacionais, p. 217 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1844/00000163.html>, capturado em 10/10/2008, às 16h51; Idem, 1845: Negociantes Nacionais, p. 232 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1845/00000237.html>, capturado em 10/10/08, às 17h34; Idem, 1847: Negociantes Nacionais, p. 299 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1847/00000303.html>, capturado em 10/10/08, às 18h05; Idem, 1848: Negociantes Nacionais, p. 345 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1848/00000351.html>, capturado em 10/10/08, às 18h30; Idem, 1848: Armazéns de Fazendas por atacado, p. 363 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1848/00000369.html>, capturado em 10/10/08, às 18h40; Idem, 1849: Negociantes Nacionais, p. 277 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1849/00000279.html>, capturado em 10/10/08, às 18h54; Idem, 1849: Armazéns de Fazendas por atacado, p. 293 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1849/00000295.html>, capturado em 10/10/08, às 19h03; Idem, 1850: Negociantes Nacionais, p. 309 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1850/00000314.html>, capturado em 10/10/08, às 20h56; Idem, 1850: Armazéns de Fazendas por atacado, p. 327 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1850/00000332.html>, capturado em 10/10/08, às 21h07; Idem, 1851: Negociantes Nacionais, p. 314 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1851/00000316.html>, capturado em 10/10/08, às 21h22; Idem, 1851: Armazéns de Fazendas por atacado, p. 337 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1851/00000339.html>, capturado em 10/10/08, às 21h38; Idem, 1852: Negociantes Nacionais, p. 380 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1852/00000383.html>, capturado em 12/10/08, às 18h22; Idem, 1852: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 411 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1852/00000414.html>, capturado em 12/10/08, às 18h41; Idem, 1853: Negociantes Nacionais, p. 393 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1853/00000395.html>, capturado em 12/10/08, às 19h12; Idem, 1853: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 426 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1853/00000428.html>, capturado em 12/10/08, às 19h25; Idem, 1854: Negociantes Nacionais, p. 396 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1854/00000400.html>, capturado em 13/10/08, às 14h56; Idem, 1854: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 430 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1854/00000434.html>, capturado em 13/10/08, às 15h52; Idem, 1855: Negociantes Nacionais, p. 438 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000446.html>, capturado em 13/10/08, às 16h22; Idem, 1856: Negociantes Nacionais, p. 467 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000475.html>, capturado em 10/12/08, às 12h50; Idem, 1857: Negociantes Nacionais, p. 499 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1857/00000501.html>, capturado em 19/12/08, às 11h20; Idem, 1858: Negociantes Nacionais, p. 504 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1858/00000508.html>,

O filho de Francisco Carlos, Francisco Carlos de Magalhães Júnior tornou-se também um negociante na praça carioca. No início da carreira, por volta de 1860, já aparecia listado no Almanak Laemmert na seção “Negociantes Nacionais”<sup>304</sup>, atendendo no mesmo endereço do pai, Rua da Candelária, número 43.

Em 23 de setembro de 1874, foi aprovada a concessão feita a Francisco Carlos Júnior para construir nas ruas e arredores da cidade de São João del Rei um serviço regular de passageiros e cargas em carros puxados por animais em trilhos. A Companhia Ferro Carril de São João del Rei, como foi denominada a sociedade anônima de Francisco Carlos Júnior, recebeu o privilégio da construção e da prestação do serviço por cinquenta anos e o fundo da sociedade era de 300 contos divididos em 1500 ações de duzentos mil réis (200\$000). A sede da companhia estava na Corte, mas havia em São João del Rei um escritório para comandar e verificar os serviços<sup>305</sup>. Para o melhor desenvolvimento do projeto, um mês e pouco antes da confirmada da concessão pelo parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho do Estado, em 12 de agosto de 1874, Francisco Carlos Júnior cedeu os “privilégios da construção de uma linha de carris de ferro” à Diretoria da companhia<sup>306</sup>. A participação neste projeto por parte de Francisco Carlos Júnior releva aproximação dele, bem como de seu pai, com a cidade de São João del Rei e com a

---

capturado em 19/12/08, às 14h55; Idem, 1861: Negociantes Nacionais, p. 474 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00000478.html>, capturado em 25/12/08, às 11h36; Idem, 1861: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 514 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00000518.html>, capturado em 25/12/08, às 12h21; Idem, 1862: Negociantes Nacionais, p. 488 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1862/00000494.html>, capturado em 25/12/08, às 21h10; Idem, 1863: Negociantes Nacionais, p. 491 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1863/00000503.html>, capturado em 26/12/08, às 00h11; Idem, 1863: Armazéns de Fazendas Secas de Importação, por atacado, p. 530 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1863/00000542.html>, capturado em 26/12/08, às 00h43; Idem, 1864: Negociantes Nacionais, p. 506 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000514.html>, capturado em 21/12/08, às 16h15.

<sup>304</sup> Almanak Laemmert, 1861: Negociantes Nacionais, p. 474 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00000478.html>, capturado em 25/12/08, às 11h36; Idem, 1862: Negociantes Nacionais, p. 488 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1862/00000494.html>, capturado em 25/12/08, às 21h10; Idem, 1863: Negociantes Nacionais, p. 491 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1863/00000503.html>, capturado em 26/12/08, às 00h11; Idem, 1864: Negociantes Nacionais, p. 506 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000514.html>, capturado em 26/12/08, às 10h53; Idem, 1865: Negociantes Nacionais, p. 490 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1865/00000496.html>, capturado em 03/01/09, às 22h36; Idem, 1866: Negociantes Nacionais, p. 472 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1866/00000476.html>, capturado em 04/01/09, às 12h20.

<sup>305</sup> Arquivo Nacional, Fundo: Junta Comercial do Rio de Janeiro, Registro de Sociedades Comerciais: Livro 12, Registro 219, Galeria 6: Companhia Ferro Carril de São João del Rei.

<sup>306</sup> Arquivo Nacional, Livro de Notas, 8º Ofício, folhas 82 e 82v, data 12 de agosto de 1874, microfilme: 009.007-77.

comarca do Rio das Mortes, para além das relações comerciais com Gervásio Pereira Alvim.

Francisco Carlos, pai, faleceu em 1881. O seu inventário, que na verdade fora uma partilha amigável realizada pelos filhos e herdeiros, não trouxe nenhuma informação a respeito de suas atividades. Os bens que aparecem listados foram somente os móveis da casa, escravos, jóias, louças e objetos de “electro-plate”. O monte partível somou cinco contos quinhentos e vinte mil e seiscentos réis (5:520\$600), dividido entre os filhos, em comum acordo<sup>307</sup>.

Gervásio Pereira Alvim teve ainda contato com outras casas mercantis estabelecidas na Corte. Porém, não possuímos muitas informações a respeito delas. Como exemplo, podemos citar a casa mercantil “Salles e Machado”, negociantes estrangeiros de importação e exportação. Entre os anos de 1860 e 1863, eles estavam estabelecidos à Rua dos Pescadores, número 25 e, em 1864, mudaram-se para a Rua de São Pedro, número 34. Nos anos iniciais da década de 1860, a casa já se encontrava em liquidação<sup>308</sup>.

Outra casa que podemos citar nas mesmas circunstâncias foi a de “Vicente Ferreira de Paiva e Cia.”, com endereço à Rua Bragança, número 6. Foi listada, no ano de 1860, no Almanak Laemmert na seção de “Armazéns de Vinhos e gêneros pertencentes ao comércio de molhados (por atacado)”<sup>309</sup>. No ano de 1861, a casa entrou em liquidação<sup>310</sup>.

Outros comerciantes, tais como “José Francisco Alves” e “Joaquim Manoel Alves de Araújo” no Rio de Janeiro, “Chaves de Miranda e Irmão”, “Vicente de Paula Teixeira”, “Antônio Gonçalves de Assis” na comarca do Rio das Mortes: em São João del Rei, no

<sup>307</sup> Arquivo Nacional, Inventário: Francisco Carlos de Magalhães (inventariado); Procedência: Vara Cível do Rio de Janeiro, 1CG; Notação: 6505; Maço: 457; Ano: 1881.

<sup>308</sup> Almanak Laemmert, 1860: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 469 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000565.html>, capturado em 21/12/08, às 12h43; Idem, 1861: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 497 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00000501.html>, capturado em 25/12/08, às 11h51; Idem, 1863: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 513 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1863/00000525.html>, capturado em 26/12/08, às 00h27; Idem, 1864: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 529 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000537.html>, capturado em 26/12/08, às 11h04; Idem, 1864: Armazéns de Fazendas Secas, por atacado, p. 546 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1864/00000554.html>, capturado em 26/12/08, às 11h26. Idem, 1865: Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação, p. 511 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1865/00000517.html>, capturado em 03/01/09, às 22h49.

<sup>309</sup> Almanak Laemmert, 1860: Armazéns de Vinhos e gêneros pertencentes ao comércio de molhados (por atacado), p. 600 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000596.html>, capturado em 21/12/08, às 15h40.

<sup>310</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo de Vicente Ferreira de Paiva e Cia., em 9 de fevereiro de 1861, Rio de Janeiro.

quarteirão do Mosquito, em Lagoa Dourada e Oliveira por exemplo, sabemos apenas dos conteúdos das cartas. Embora a pouca, ou mesmo a falta, de informação seja corriqueira no processo investigativo, ela sempre nos deixa um doce amargo: temos um nome, mas sabemos muito pouco a seu respeito. E assim, as palavras de Marc Bloch ressoam no pensamento: o passado é tirano e só nos deixa conhecer aquilo que ele mesmo nos fornece<sup>311</sup>.

## 2.2 As teias que a família tece: à guisa de conclusão

A chegada da Corte portuguesa no Brasil, em 1808, trouxe consigo uma série de transformações sociais, políticas e econômicas para a nova sede do Império Ultramarino português. O Rio de Janeiro se viu invadido de uma multidão de pessoas em consequência da rápida transposição do aparelho burocrático e administrativo do Estado. Entre os anos de 1808 e 1821, a população desta cidade dobrou com o impacto da migração, tanto a curto prazo com a vinda da comitiva real, quanto a médio prazo em função das mudanças implementadas na nova Corte imperial, criando um fluxo constante de estrangeiros, portugueses e brasileiros para a cidade.

O impacto foi tamanho, que entre outras medidas, a questão do abastecimento estava na pauta das providências políticas a serem tomadas a curto e médio prazo. De início, remessas voluntárias e gratuitas foram feitas à cidade, pelos súditos de D. João VI, na tentativa de aproximação com a Família Real e atrair graças honoríficas. Alcir Lenharo narrou o episódio da rica proprietária de Pitangui, dona Joaquina de Pompeu, que enviou para a corte 200 reses a época da chegada de D. João VI<sup>312</sup>.

De imediato, as doações dos súditos de El-Rei deram conta do abastecimento da cidade, porém o passar dos anos, acompanhado do crescimento demográfico, novas medidas foram se tornando necessárias<sup>313</sup>.

A capitania de Minas atendeu de imediato as solicitações vindas do Rio de Janeiro. O comércio entre as regiões, que desde o final do XVIII já havia mudado os fluxos, foi

---

<sup>311</sup> BLOCH, 2001, Op. Cit.

<sup>312</sup> LENHARO, 1979, Op. Cit., p. 43.

<sup>313</sup> MARTINS, Roberto Borges. "A transferência da Corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais". IN: **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2008.

intensificado com a chegada da Corte portuguesa. A partir daquele momento, tornaram-se mais freqüentes as descidas das tropas mineiras, rumo ao Rio, carregadas de mantimentos, tais como, café, milho, arroz, feijão, toucinho, porcos, gados, galinhas, carneiros, patos, doces, azeites de mamona etc. E, quando retornavam, subiam a serra com produtos importados, manufaturas e escravos<sup>314</sup>.

Com o passar dos anos, o comércio Minas-Rio ganhava mais vulto e os tropeiros mineiros, que maioria das vezes também eram fazendeiros<sup>315</sup>, acumulavam riquezas. Várias famílias, sobretudo do Sul de Minas, se enriqueceram na esteira do abastecimento da Corte. Segundo Alexandre Cunha, a vinda da Família Real ocorreu num bom momento para a economia mineira, principalmente para a comarca do Rio das Mortes, que teve sua economia bastante dinamizada<sup>316</sup>.

A presteza da atuação dos mineiros em socorrer a cidade carioca com produtos alimentícios pode ser percebida pelas melhorias implementadas, por ordem de D. João VI, nos acessos que ligavam a capitania mineira ao Rio de Janeiro, bem como, pelas cessões de sesmarias a fazendeiros de Minas na região do Vale do Paraíba<sup>317</sup>.

Mesmo após o retorno de D. João VI para Portugal em 1821, o comércio de abastecimento da Corte continuou bastante lucrativo para os mineiros. O Rio de Janeiro, que, desde os finais do século XVII, já se transformava na principal praça de comércio do Brasil<sup>318</sup>, tornava-se ainda mais atraente e cosmopolita pela intensificação do comércio internacional e presença de vários comerciantes estrangeiros<sup>319</sup>. E, assim, a cidade não parava de crescer.

Acontecimentos políticos importantes, como a Independência do Brasil, a formação do Império do Brasil, o I Reinado, a abdicação de D. Pedro e a Regência, foram acompanhados da ascensão econômica e política de tropeiros, fazendeiros e pecuaristas mineiros, em especial, da comarca do Rio das Mortes, no cenário nacional<sup>320</sup>. E, ainda, de

<sup>314</sup> LENHARO, 1979, Op.Cit., pp. 41-55, 58-59; CUNHA, 2008, Op. Cit., pp. 64.

<sup>315</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.

<sup>316</sup> CUNHA, 2008, Op. Cit., pp. 64-65.

<sup>317</sup> LENHARO, 1979, Op. Cit., pp.57-71.

<sup>318</sup> FRAGOSO & FLORENTINO, 2001, Op. Cit.; FRAGOSO, 1998, Op. Cit.; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. "Família e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos" IN: FRAGOSO, João Luís Ribeiro, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Carlos Antônio Jucá de. **Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 225-264.

<sup>319</sup> MARTINS, 2008, Op. Cit.

<sup>320</sup> LENHARO, 1979, Op. Cit.

acordo com Richard Graham, as atividades agrícolas e de criação definiam zonas distintas com laços políticos, e o primeiro passo para uma interpretação da vida política brasileira é identificar os vínculos regionais<sup>321</sup>. Portanto, a prontidão dos mineiros em prover a cidade carioca com produtos alimentícios deve ser interpretada como um momento fundante em que este grupo consegue romper as barreiras de uma zona distinta da sua, rearticulando-se na sua região para a penetração na Corte.

No meio das disputas políticas, culminadas com a Revolução Liberal de 1842, o comércio entre as regiões continuava intenso. Nem mesmo o fracasso dos liberais de 1842 inviabilizou a entrada e estabelecimento de comerciantes mineiros na praça do Rio de Janeiro.

Foi neste contexto que a rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim se formou. A entrada dos comerciantes mineiros da comarca do Rio das Mortes na Corte teve fortes ligações com o setor abastecedor. Os contatos de Gervásio tinham suas origens ligadas aos fazendeiros, tropeiros e pecuaristas que abasteceram a cidade do Rio de Janeiro no tempo de D. João VI. O próprio avô e o pai, além dos tios de Gervásio participaram ativamente desse comércio. O avô de Gervásio, o português e capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, um dos homens mais ricos do distrito da Lage, em 1831, ampliou a fortuna herdada de seu sogro, coronel José de Resende Costa, no abastecimento da Corte. Enquanto seu pai, o capitão Gervásio do Carmo, fora um dos mais importantes atravessadores de escravos da região<sup>322</sup>.

A reconstituição histórica do grupo mercantil que acabamos de apresentar revela suas origens nas fazendas mineiras da comarca do Rio das Mortes. Os laços que os uniam estavam aquém dos construídos na segunda metade do século XIX. Antes mesmos de se mudarem para a Corte, suas famílias já eram velhas conhecidas, faziam parte do mesmo grupo social, compunham a elite regional da comarca do Rio das Mortes. Exemplo disso é a carta de dona Claudina, sogra de Carlos Joaquim Máximo Pereira, para o doutor Gervásio Candido, primo de Gervásio. Gervásio Candido, médico, havia acabado de chegar de viagem e dona Claudina já lhe mandava uma carta pedindo o favor de cuidar da sua escrava que reclamava de dores no peito e tosse. Dona Claudina escrevia na consciência de que Gervásio Candido não lhe negaria o favor e aproveitou a oportunidade

---

<sup>321</sup> GRAHAM, 1997, Op. Cit., p. 28.

<sup>322</sup> MARTINS, 2006, Op. Cit.

para enviar um recado a Gervásio sobre o arrendamento dos campos contratados<sup>323</sup>. O fato de saber que o favor não seria negado demonstra a aproximação das relações sociais entre as famílias e da participação do mesmo ambiente<sup>324</sup>.

A comarca, sobretudo o eixo São José – São João – Carrancas, foi o elo destes comerciantes. As famílias se conheciam, mantinham contatos e dividiam o mesmo espaço. A inserção desse grupo mercantil na Corte, a intensa relação comercial com a região mineira e a proximidade geográfica deles na praça carioca deixam pistas sobre as articulações e esforços familiares para se introduzirem nas redes de comércio e obterem os benefícios, leia-se riquezas, que a atividade produzia.

Os negociantes mineiros, uma vez estabelecidos na Corte, trataram de reforçar os laços com outros comerciantes mineiros. O filho do comerciante sanjoanense Sabino de Almeida Magalhães, Carlos, casou-se com a filha do antigo vizinho, amigo e compadre Carlos Joaquim Máximo Pereira. O mesmo Sabino também tratou o casamento de outros dois filhos, Francisco e Sabino Júnior, que estavam estabelecidos na Corte, com as filhas do comerciante Manoel Gomes de Castro. Este, além de ter uma casa comercial em São João, foi sócio majoritário de seu irmão na firma “Antônio Gomes de Castro e Irmão” sediada na praça carioca e também foi o intermediário de casas mercantis estabelecidas no Rio de Janeiro. Já José Bernardino, no mínimo, amigo de Carlos Joaquim, estabeleceu com ele uma sociedade mercantil e, na época do falecimento do último, foi indicado como tutor dos filhos menores do finado, por sua probidade e honradez, porém devido a “idade avançada e incômodos de saúde” não pôde aceitar. E ainda, Francisco Eugênio foi vizinho de Carlos Joaquim, tio de Gervásio Pereira Alvim, parente por afinidade da casa “José Esteves e Botelho Sobrinho” e seus irmãos eram amigos pessoais de Carlos Joaquim.

Vários contatos e muitas redes tecidas pelas relações familiares. Assim, observamos o papel fundamental da família na inserção dos comerciantes nas redes e nas praças distantes de suas origens geográficas. A partir dos laços de parentesco e amizade os novos membros eram apresentados e creditados aos antigos, familiarizados com todos os mecanismos mercantis. Enfim, os contatos e o ato da mercancia eram também parte das tantas teias que a família tecia.

---

<sup>323</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Claudina Celestina da Natividade, 31 de julho de 1853, Morro (Fazenda Ponta do Morro).

<sup>324</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, pp. 167-252.

DIAGRAMA 3: FAMÍLIA E NEGÓCIOS: FRANCISCO EUGÊNIO DE AZEVEDO  
(c.1840-1899)

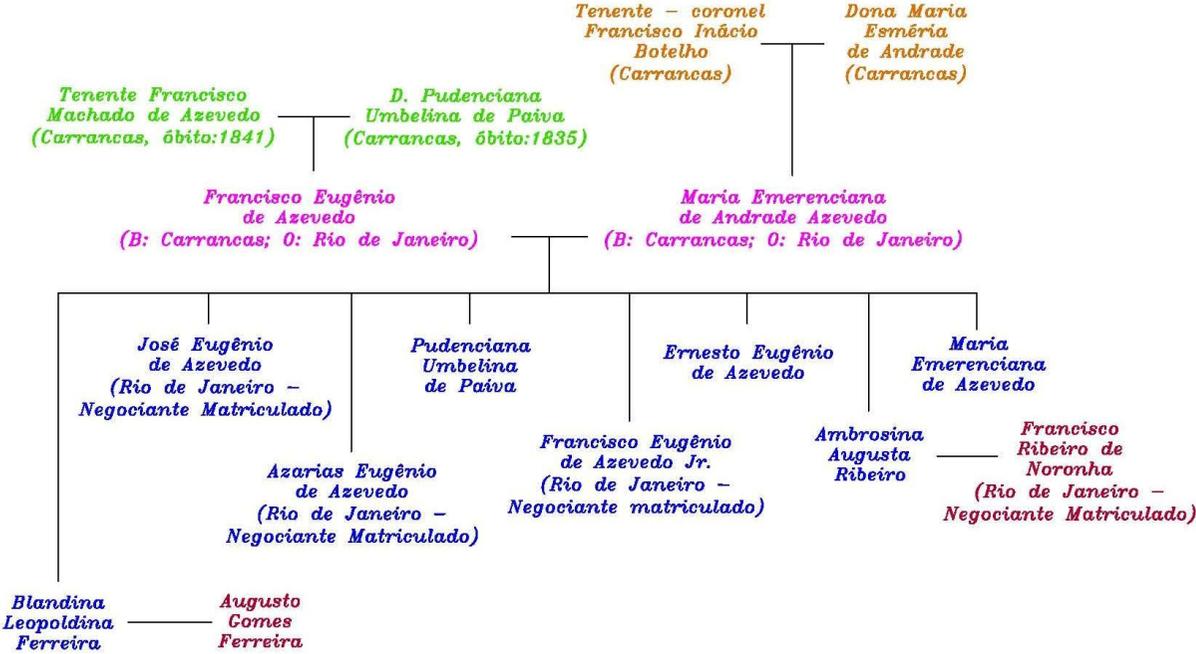


DIAGRAMA 4: FAMÍLIA E NEGÓCIOS: CARLOS JOAQUIM MÁXIMO PEREIRA  
(c.1850-1870)

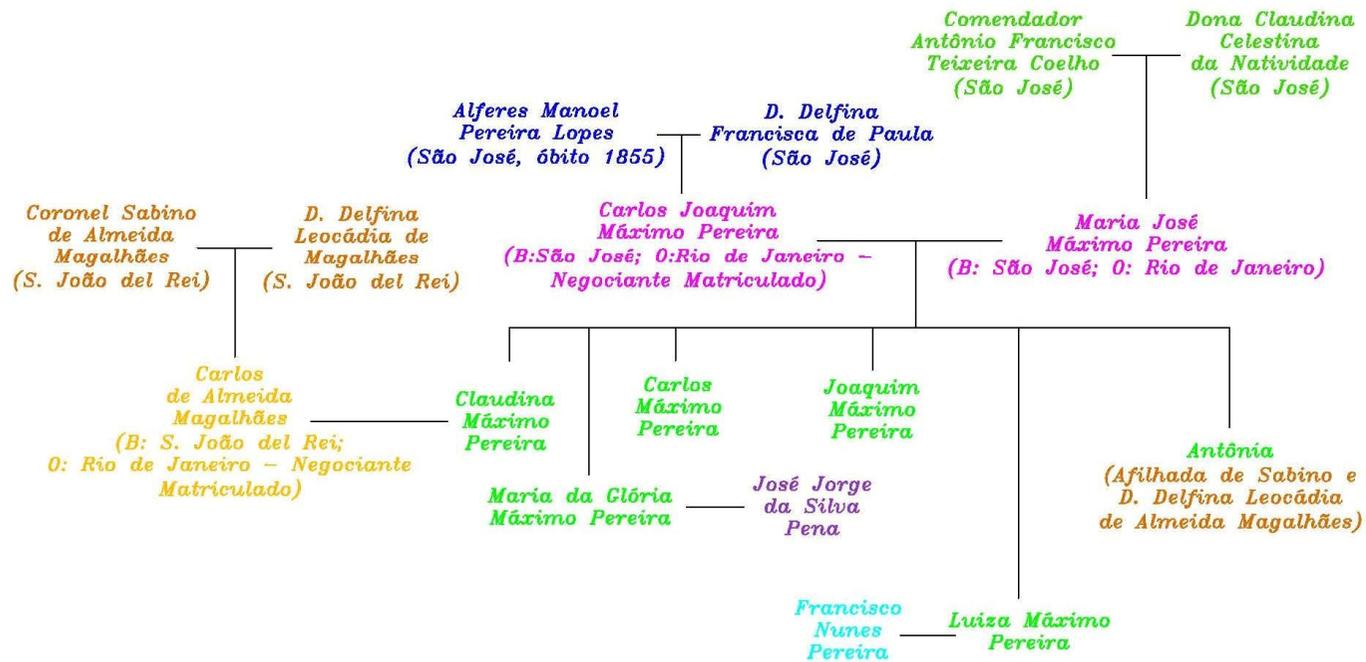
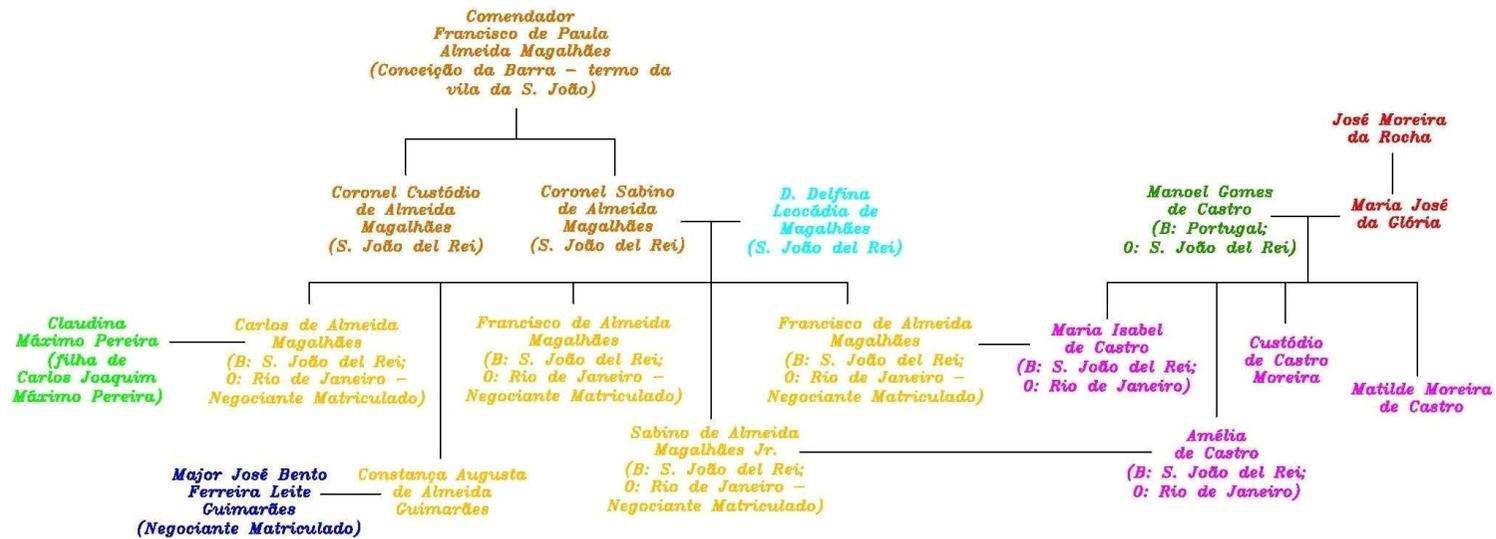


DIAGRAMA 5: FAMÍLIA E NEGÓCIOS: SABINO DE ALMEIDA MAGALHÃES E MANOEL GOMES DE CASTRO (c.1840-1880)



## CAPÍTULO 3 – AS TROCAS E A DINÂMICA MERCANTIL

Este capítulo pretende analisar as trocas mercantis realizadas entre praças geograficamente distantes, dando ênfase para a dinâmica das relações estabelecidas entre a província de Minas e a Corte, os negócios entre mineiros e cariocas, na segunda metade do século XIX. Para tanto, serão trabalhadas as correspondências do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim com negociantes situados no Rio de Janeiro e outros pontos na comarca do Rio das Mortes, sobretudo no eixo São João del Rei – São José – Lage – Carrancas.

### 3.1 As cartas

Ainda nos últimos anos da escravidão, a praça mercantil do Rio de Janeiro continuava como principal centro do comércio de exportação e importação do país. Ali, além do centro político, onde estavam em pauta discussões efervescentes a respeito do fim gradual da escravidão, sobre as “*reformas liberais e democráticas em vários setores da sociedade, que clamavam não só pela emancipação dos escravos como por mudanças no sistema eleitoral e pela abolição da Guarda Nacional*”<sup>325</sup>, encontravam-se os mais ricos homens do comércio de grosso trato e o principal porto de escoamento do café.

As relações entre a província de Minas e a Corte continuavam intensas e, assim, a atividade mercantil entre as regiões se mantinha como boa oportunidade de enriquecimento. Ao estabelecer contatos diretos com a praça carioca, Gervásio Pereira Alvim facilitava não só o comércio, bem como ostentava prestígio. Se em São João del Rei, já nos anos de 1818 e 1819, encontravam-se quase todos produtos e artigos vindos do Rio de Janeiro<sup>326</sup>, manter contatos diretos com a cidade era também uma questão de *status* social e econômico. Ter crédito em praça distante era atributo para poucos comerciantes, pois a viagem despendia tempo, gerava despesas consideráveis e o viajante, quando pouco conhecido, não gozaria do mesmo crédito que em sua região de origem<sup>327</sup>.

---

<sup>325</sup> CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, pp. 199-200.

<sup>326</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974, p. 111.

<sup>327</sup> Idem, p.111.

O contato e a circulação na Corte para fazendeiros e comerciantes mineiros eram fatores de distinção social ainda na segunda metade do oitocentos. Esta circulação demandava capital e conhecimento de pessoas lá estabelecidas. Desde a primeira metade do século XIX, no comércio entre Minas e o Rio o contato freqüente e as relações pessoais cuidadosamente tecidas na comarca do Rio das Mortes tiveram muito peso. Isso foi observado, sobretudo, entre Gervásio e sua rede.

A comunicação foi essencial para o bom desenvolvimento das relações econômicas entre praças distantes. A troca de correspondência foi mecanismo importante para a ampliação do raio de ação dos comerciantes. Segundo Jorge Pedreira, em Portugal, no século XVIII, os comerciantes lisboetas quando não se encontravam pessoalmente (para tratar dos negócios, buscarem informações, formar sociedades), principalmente nas transações à longa distância, mantinham uma rede de intermediários com os quais se comunicavam via cartas<sup>328</sup>. Nas Minas setecentistas, a correspondência entre homens sediados em pontos geograficamente diferentes foi estratégia eficaz para expansão do comércio. Francisco Pinheiro, grande comerciante português, enviou vários representantes comerciais para a capitania do ouro com o intuito de intermediar seus negócios com a região<sup>329</sup>.

A correspondência era fundamental para o sucesso dos negócios, Gervásio Pereira Alvim e seus contatos trocavam muitas cartas. No acervo do fazendeiro encontram-se 148 cartas enviadas a Gervásio pelos seus correspondentes na Corte e em outros pontos da comarca do Rio das Mortes, tais como São João del Rei, São José, Prados, quarteirão do Mosquito, Lagoa Dourada, Carandaí, Passatempo, Oliveira entre outros lugares. Nelas, eles conversavam sobre as finanças, o recebimento de pedidos e pagamentos, sobre a cotação dos produtos, as vendas, lucros e, muitas vezes, informavam a respeito dos familiares: saúde, casamentos, falecimentos, nascimentos. Enfim, era uma complexidade de assuntos que revela muito do universo social e econômico no qual os missivistas estavam inseridos.

Muitas cartas e recibos se perderam como podemos observar no quadro abaixo. No entanto, o acervo que restou tornou-se num belíssimo material para pesquisa, sobretudo para o estudo da formação e dinâmica das relações mercantis entre praças distantes. No quadro que apresentaremos abaixo, abordamos apenas as cartas e recibos enviados a

---

<sup>328</sup> PEDREIRA, 1995, Op. Cit., pp. 391-408.

<sup>329</sup> FURTADO, 1999, Op. Cit.

Gervásio Pereira Alvim por sujeitos identificados como negociantes, firmados na Corte e em São João del Rei, no período entre 1850 e 1880. Não possuímos todas as cartas trocadas e tampouco todos os recibos firmados. Pode ser possível que vários acordos e quitações, principalmente os mais próximos da morada de Gervásio, tenham sido resolvidos na oralidade.

A maior parte dos negociantes, constantes no quadro, estava na Corte e tinha forte vínculo com a comarca do Rio das Mortes, como foi discutido no capítulo anterior. Estes comerciantes tinham origem nas fazendas de Minas e, em décadas precedentes, seus antecessores fizeram fortuna com o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Eles mudaram-se para o Rio de Janeiro a fim de facilitar o comércio entre as regiões e evitar o atravessador carioca. Ali, eles se tornaram comerciantes de grosso trato, fizeram fortunas e participaram das transformações que o país passava naqueles anos.

Os negociantes Custódio de Almeida Magalhães, Sabino de Almeida Magalhães e Manoel Gomes de Castro eram os mais importantes homens de negócios da cidade de São João del Rei. Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho, o coronel Custódio de Almeida Magalhães foi o capitalista mais rico da cidade do final do século XIX<sup>330</sup>. Em 1891, sua fortuna atingiu a cifra de seiscentos e noventa contos cento e noventa e sete mil quatrocentos e trinta e nove réis (690:197\$439), distribuída entre ações da Estrada de Ferro Oeste de Minas, das fábricas têxteis “Cia. Brazil Industrial”, da “Cia. Fiação e Tecelagem Mineira” e da “Cia. Industrial São Joanense” e do Banco Almeida Magalhães, além de outros bens<sup>331</sup>. Sabino de Almeida Magalhães e Manoel Gomes de Castro também foram citados dentre os mais importantes comerciantes de grosso trato da cidade por Graça Filho. Conforme ainda mostramos no capítulo anterior, esses homens mantinham negócios constantes com a Corte, representavam comercialmente em São João del Rei algumas casas mercantis cariocas, enviaram filhos para atuar no comércio na praça carioca e estavam matriculados no Tribunal do Comércio.

---

<sup>330</sup> GRAÇA FILHO, 2002, Op. Cit.

<sup>331</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Inventário *post-mortem*: comendador Custódio de Almeida Magalhães, 1891, caixa 326, São João del Rei.

QUADRO 1. CARTAS E RECIBOS DE NEGOCIANTES PARA GERVÁSIO  
PEREIRA ALVIM (1850-1880)

Remetente	Lugar	Período	Cartas	Recibos
Francisco Eugênio de Azevedo	Rio de Janeiro	1850-80	9	4
Eugênio de Azevedo e Cia.	Rio de Janeiro	1877	1	
José Esteves e Botelho Sobrinho	Rio de Janeiro	1856-60	1	1
Castro e Azevedo	Rio de Janeiro	1857		1
Carlos Joaquim Máximo Pereira	Rio de Janeiro	1856-67	2	7
José Bernardino e Máximo Pereira	Rio de Janeiro	1852-55	2	3
Custódio de Almeida Magalhães	São João del Rei	1879		1
Sabino de Almeida Magalhães	São João del Rei	1854-59	3	
Loureiro Botelho e Castro	Rio de Janeiro	1854-60	2	
Serzedello e Machado	Rio de Janeiro	1854		1
Manoel Gomes de Castro	São João del Rei	1851-63	3	4
Antônio Gomes de Castro e Irmão	Rio de Janeiro	1857-60	1	7
Francisco Carlos Machado	Rio de Janeiro	1839-59	2	
Francisco Carlos de Magalhães	Rio de Janeiro	1860-62		4
Salles e Machado	Rio de Janeiro	1855-60	2	1
Vicente Ferreira de Paiva e Cia.	Rio de Janeiro	1860-64	1	2
Joaquim Manoel Alves de Araújo	Rio de Janeiro	1852-53	2	
José Pedro Guimarães	São João del Rei	1855	1	
Guimarães e Gonçalves (sucessores de Campos Leão e Cia.)	Rio de Janeiro	1860		1
Gonçalo José de Sampaio	Rio de Janeiro	1867		1
Andrade e Resende (p.p. Pedro José Machado de Azevedo e Francisco Pedro de	Rio de Janeiro	1871-74		3

Azevedo)				
Total			32	41

Fonte: Documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim; Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim.

O quadro 1 nos mostra Francisco Eugênio como o comerciante que mais se comunicou com Gervásio. Em todo o período de atuação na Corte, ele foi o principal intermediário nas relações comerciais entre Gervásio e outros negociantes estabelecidos na Corte. Em seguida, os comerciantes de São João del Rei, Sabino Almeida Magalhães e o português Manoel Gomes de Castro foram os que mais se comunicaram com Gervásio.

Antônio Gomes de Castro, irmão de Manoel Gomes de Castro, também teve muitos negócios com Gervásio. Em toda documentação, temos sete recibos de sua casa, além de uma carta enviada. Dentro do universo de cartas e recibos que temos, tal amostra é bastante significativa.

As casas mercantis de Carlos Joaquim também deixaram suas marcas na documentação. Mineiro de São José, talvez parente de Gervásio, o comerciante manteve constante contato com o fazendeiro e sua família. No quadro 1 apresentamos suas cartas para Gervásio Pereira Alvim, embora o mesmo também mantivesse contatos mercantis com outros parentes de Gervásio. Na documentação privada, temos duas cartas e um recibo para o vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim, tio de Gervásio. Ainda temos pistas de que Antônio Candido de Resende, primo de Gervásio, fora “freguês” das casas de Carlos Joaquim.

Dos outros nomes mencionados no quadro 1, no entanto, possuímos raras informações, pois, para alguns dos nomes citados, dispomos apenas do conteúdo das cartas e/ou recibos. Estão incluídas nesses casos, as casas “Castro e Azevedo”, “Pedro Guimarães”, “Guimarães e Gonçalves”, “Gonçalo José de Sampaio” e “Andrade e Resende”. Para os outros nomes, tais como os de “Vicente Ferreira de Paiva e Cia.” e “Joaquim Manoel Alves de Araújo”, através da metodologia de cruzamentos de cartas e recibos, conseguimos traçar os negócios entre eles e Gervásio Pereira Alvim.

Se o quadro 1 pretende mapear os comerciantes com os quais Gervásio teve tratos mercantis, por outro lado, não abrange todos os sujeitos que escreveram para Gervásio. Portanto, no quadro 2, procuramos apresentar mais alguns dos outros atores desta história.

QUADRO 2. CARTAS E RECIBOS DE FAZENDEIROS, COMERCIANTE E ADOGADOS/CURADORES PARA GERVÁSIO PEREIRA ALVIM (1845-1880)

Remetente	Lugar	Ocupação	Período	Cartas	Recibos
Antônio Candido de Resende	Rio de Janeiro	?		2	
Francisco Xavier da Silva		Fazendeiro	1859-62	3	4
Manoel Pereira de Resende Alvim	Rio dos Bois	Fazendeiro	1850-55	2	1
José Joaquim de Santana	São José	Advogado e curador	1863-64	2	
Antônio Carlos Alves	São José	?	1864	1	
Francisco Paulo de Almeida	Lagoa Dourada	Comerciante	1859	1	1
Manoel Esteves	Sem Identificação*	Fazendeiro	1848-50	3**	
Manoel Coelho dos Santos	Sem Identificação*	Fazendeiro	1857-73	4**	
Manoel Ferreira Rodrigues	Prados	Fazendeiro	1847-52	9	
Antônio de Moraes	Prados	Fazendeiro	1854		1
Claudina Maria do Nascimento	Lage	Fazendeiro	1854		
Flávio J. da Silva Filho	Sem Identificação*	?	1855	1	
José Esteves dos Santos	Salitre	Fazendeiro	1845		1
Joaquim Lopes Picado	Currallinho, distrito da Lage	Fazendeiro	1860-69	1**	2
Custódio de Castro Moreira	São João del Rei	?	1868-79		3
Francisco Machado de Resende	Lage	Fazendeiro	1865		1
Manoel Pereira dos Passos	São João del Rei	Sem Identificação	1852	1	
Total				30	14

Fonte: Documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim; Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim.

\* Identificado como “Sua Casa”.

\*\* Há cartas sem data.

O quadro 2 apresenta as relações entre o fazendeiro Gervásio com seus pares. Eram fazendeiros do termo da vila de São José e São João del Rei, comercializavam com a Corte e atuavam no comércio regional e local. Excetuando o caso da correspondência de

Antônio Candido de Resende e dos advogados e curadores, José Joaquim de Santana e Antônio Carlos Alves, as outras cartas tratavam, em geral, de encomendas e envios de gêneros (pólvora, tecidos, chapéus, entre outros), comércio de gado, cobranças de dívidas, acordos, oferta de venda de terras e escravos, créditos, etc. Assim como as cartas vindas da Corte e de São João, estas também perguntavam pelos familiares, desejavam saúde e se recomendavam a todos, sempre se despedindo como “amigos, parentes, obrigados, criados e com estima”.

Os quadros mostram que Gervásio Pereira Alvim fazia parte dos dois fluxos de comércio: um interprovincial, representado pelo comércio de abastecimento da Corte e reexportação de importados para a comarca do Rio das Mortes, outro intraprovincial, no interior da comarca, realizado por comerciantes locais e fazendeiros.

Em ambos os fluxos de comércio, as relações mercantis eram permeadas pelas relações familiares, sociais e políticas, tão comuns em economias marcadas pela presença da escravidão como principal força de trabalho produtiva, pela frágil divisão social do trabalho e pela pouca circulação de mercadorias e moedas<sup>332</sup>. No Brasil imperial, ainda permaneciam alguns traços das formas econômicas vigentes no período colonial, quando as trocas mercantis eram marcadas por práticas especulativas e monopolistas que visavam garantir os interesses dos privilegiados. A demanda limitada e as poucas opções de negócios fizeram com que as transações se apresentassem instáveis e com fortes oscilações<sup>333</sup>, situação enfrentada com a coordenação dos vínculos pessoais.

Daí a necessidade de familiares, bem como de amigos, em diferentes praças de comércio. Eles eram fundamentais, tanto pelo caráter das relações econômicas, que estavam imersas em relações de vizinhanças, de clientelas e parentesco<sup>334</sup>, quanto pelo fato dos tratos mercantis dependerem de referências construídas a partir dos contatos sociais. Facilitar os contatos entre os indivíduos, suprindo as dificuldades de circulação dos acertos de negócios, favorecer o crédito e as relações entre os negociantes foram atribuições da família e das “solidariedades” formadas a partir dela. Nem mesmo no Rio de Janeiro, onde a presença do Tribunal do Comércio, cuja função era regulamentar a atividade comercial e dar mais segurança aos praticantes do comércio, os negociantes, principalmente, com os quais Gervásio Pereira Alvim mantinha contatos, abdicavam de

---

<sup>332</sup> FRAGOSO, 1998 Op. Cit.

<sup>333</sup> CHAVES, 1999, Op. Cit., p.63-66.

<sup>334</sup> POLANYI, 2000, Op. Cit.; LEVI, 2001, Op. Cit.

saber exatamente com quem estavam tratando. Eles conheciam os parentes situados na Corte e os de Minas. As relações não estavam isentas da vida familiar, da parentela e/ou redes de clientela, o que facilitava, assim, a reconhecida dinâmica do crédito mercantil.

### 3.2 Os tratos mercantis: créditos, pedidos e pagamentos

Em 5 de março de 1860, Francisco Eugênio de Azevedo escreveu a Gervásio para noticiar que “*em 29 do corrente*” sua casa mercantil, “Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho”, havia recebido “*por ordem e conta do senhor Felipe José Pereira*” e entregue “*pelo senhor Antônio Francisco Cardoso*” a quantia de oitocentos mil réis (800\$000) para serem creditados em conta de Gervásio Pereira Alvim<sup>335</sup>. Junto com a carta, o autor também lhe enviou uma cópia do recibo da transação<sup>336</sup>. O comerciante mineiro parece ter sido o principal representante de Gervásio Pereira Alvim na Corte junto com Antônio Candido de Resende<sup>337</sup>. Assim como os comerciantes de grosso estabeleciam contatos e intermediários em várias localidades com as quais mercavam<sup>338</sup>, era também preciso que fazendeiros e pequenos comerciantes, fornecedores de gêneros para o abastecimento da cidade, bem como fazendeiros produtores de café e outros produtos de exportação<sup>339</sup>, fizessem vínculos com casas de comércio cariocas para servirem de seus representantes. Neste papel, os comerciantes intermediários estariam incumbidos de receber os dividendos, de informar sobre o comércio e cotação dos produtos, de receberem os pedidos, etc. Enfim, esses comissários atuavam como seus encarregados e/ou representantes.

Nestes casos, os vínculos familiares eram critérios de suma importância no momento de escolha dos comissários. O parentesco, além de gerar vínculos mais sólidos dificilmente quebrados, detinha ainda as solidariedades de sangue. A família naturalmente

---

<sup>335</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho, 05 de março de 1860, Rio de Janeiro.

<sup>336</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho, 29 de fevereiro de 1860, Rio de Janeiro.

<sup>337</sup> Antônio Candido era primo de Gervásio e, provavelmente, irmão de Maria Salomé, filho do tenente coronel Francisco de Assis Resende Alvim e dona Maria Vitória do Nascimento. Ele foi casado com dona Maria José de Azevedo, provavelmente, prima deles.

<sup>338</sup> PEDREIRA, 1995, Op. Cit.

<sup>339</sup> MUAZE, 2008, Op. Cit.

tecia vínculos de identidades e afinidades que favoreciam na construção da confiança<sup>340</sup>. De acordo com Braudel, a confiança pessoal, a fidelidade e respeito pelas ordens dadas eram fundamentais para o desenvolvimento do comércio. No ofício, onde não se podia dispensar “*uma rede de comparsas e sócios de confiança, a família oferece efetivamente a solução mais procurada e mais natural*”<sup>341</sup> para o exercício da atividade. Todavia, a solução familiar não era a única opção de construção de laços de confiança.

A casa de Francisco Eugênio, conforme noticiava a missiva, era um ponto para os acertos de negócios em nome do fazendeiro mineiro. Do mesmo modo que recebia capital em crédito para Gervásio, a casa também fazia os acertos de contas em nome dele. Como intermediário e com o dinheiro em caixa, Francisco Eugênio iniciou alguns acertos para o sobrinho, dias depois de receber os oitocentos mil réis (800\$000) de Felipe José Pereira. Em 21 de março de 1860, ele entregou cem mil réis (100\$000) a “Vicente Ferreira de Paiva e Cia.” em nome de Gervásio<sup>342</sup>. Passados cinco dias, em 26 de março, Francisco Eugênio acertou com a casa de Carlos Joaquim a quantia de quarenta mil réis (40\$000)<sup>343</sup>, com “Salles e Machado” a quantia de quatrocentos e um mil oitocentos e setenta e um réis (401\$871)<sup>344</sup> e pagou oitocentos e cinco mil oitocentos e sessenta e sete réis (805\$867) a casa “José Esteves e Botelho Sobrinho”<sup>345</sup>. Talvez aí o comerciante tivesse acertado com todos os credores que detinham letras e/ou créditos do sobrinho que venceriam naquele mês, ou tempo.

Cabe destacar que, muito provavelmente, Gervásio possuía uma reserva de capital depositado em conta na casa do tio para efetuar todos estes pagamentos, pois a quantia devida era superior ao valor recebido de oitocentos mil réis (800\$000). Somente na casa de “José Esteves e Botelho Sobrinho” a dívida de Gervásio era maior que o crédito recebido por Francisco Eugênio. Embora não tenhamos nenhuma notícia de envio de mais dinheiro para a Corte, nem de outros acertos realizados na casa de Francisco Eugênio em conta do fazendeiro naqueles dias, a documentação nos mostra que o dinheiro somente

<sup>340</sup> BERTRAND, 1999, Op. Cit.

<sup>341</sup> BRAUDEL, 1998, Op. Cit., p. 127.

<sup>342</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Vicente Ferreira de Paiva e Cia., 21 de março de 1860, Rio de Janeiro.

<sup>343</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Carlos Joaquim Máximo Pereira, 26 de março de 1860, Rio de Janeiro.

<sup>344</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Salles e Machado, 26 de março de 1860, Rio de Janeiro.

<sup>345</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil José Esteves e Botelho Sobrinho, 26 de março de 1860, Rio de Janeiro.

saía de Minas para Corte quando algum familiar ia diretamente à cidade ou quando algum dos comerciantes viajava para Minas.

A quitação de prestações era realizada através de ordens de repasse de pagamentos. Isto é, Gervásio escrevia a algum devedor para que este acertasse com seu tio Francisco Eugênio ou com seu primo Antônio Candido de Resende e estes, de posse do capital, faziam os acertos ordenados pelo fazendeiro. Em 30 de março de 1850, Francisco Eugênio escreveu ao sobrinho:

...Pelo negro vai a panela de seda que custou 300, e cá recebi 500 réis e o resto acertei em sua conta. (...) **Como ainda não vendeu o gado, eu já fiz transação para o Rio, porque precisará do dinheiro no Rio neste mês, por isso não é preciso mais porém se você quiser mande deixar a quantia quiser depositada em mão de José Bernardino Teixeira, a sua ordem que logo aqui se acha transação.**

Entretanto diga-me se com efeito mandou dar no Rio por minha conta 400 réis que há dias deu-me um recado seu tio Francisco de Assis, e como até agora não tive solução por isso desejo saber se com efeito mandou dar.

Seu tio amigo obrigado.<sup>346</sup> (sic) (grifos meus)

A carta é bastante clara quanto ao comportamento dos pagamentos e créditos em praças distantes. Francisco Eugênio ao ter em mãos “o troco” do tecido comprado por Gervásio, tratou de despachá-lo para a Corte para saldar algumas dívidas do sobrinho. Segundo o autor da missiva, ele ainda não havia vendido o gado e precisava de dinheiro para efetuar na praça carioca o saldo de contas. Alertava também que, caso interessasse ao sobrinho, podia enviar mais dinheiro e deixar depositado em mãos de José Bernardino Teixeira que, ao que tudo indica, se encontrava na cidade de São João del Rei. José Bernardino, um conhecido em comum, poderia atuar como intermediário e depositário de capital dos mineiros no Rio de Janeiro. Ele poderia fazer os pagamentos por ordem de Gervásio, ainda mais que, no início da década de 1850, Francisco Eugênio ainda morava em Minas.

Seguindo os passos do sócio José Bernardino, a casa de Carlos Joaquim Máximo Pereira, na década de 1860, também “prestou o serviço” de depositário de dinheiro e de intermediário nas transações mercantis para membros da família de Gervásio. Em 11 de

---

<sup>346</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim: carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, em 30 de março de 1850, São João.

março de 1862, o vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim, tio de Gervásio, recebeu uma carta da casa mercantil de Carlos Joaquim Máximo Pereira. O comerciante informava ao padre que, em virtude da ordem dada pela carta de 16 de fevereiro de 1862, a casa entregou noventa mil réis (90\$000) ao senhor Antônio Candido de Resende<sup>347</sup>.

Seis meses depois, em 15 de novembro de 1862, o comerciante acusou o recebimento de uma outra carta do vigário, datada de 24 de outubro, na qual ordenava que Carlos Joaquim entregasse a Antônio Candido de Resende a quantia de noventa mil réis (90\$000)<sup>348</sup>. Tais encaminhamentos de pagamentos foram debitados na conta do vigário Joaquim Carlos. De acordo com o recibo da primeira transação, Antônio Candido declarou que recebeu a quantia de Carlos Joaquim em cumprimento de uma “*ordem sacada*” pelo vigário em nome de Gervásio Pereira Alvim a seu favor<sup>349</sup>. Ou seja, o vigário pagou a Antônio Candido, com seus próprios fundos, uma dívida de Gervásio. Para tanto, como Antônio Cândido residia na Corte, ele escreveu a Carlos Joaquim para que o fizesse.

O vigário Joaquim Carlos, assim como Gervásio Pereira Alvim, parece ter deixado dinheiro em mãos de comerciantes sediados na Corte para efetuar as transações mercantis e ordens vindas de Minas em seus nomes. As cartas citadas de Carlos Joaquim para o vigário a respeito do pagamento a Antônio Candido e a de Francisco Eugênio acusando o recebimento de oitocentos mil réis (800\$000) por conta de Gervásio deixam pistas sobre a dinâmica do crédito e pagamentos dos negócios entre praças distantes.

Mafalda Zemella<sup>350</sup>, em estudo clássico sobre o abastecimento de Minas no século XVIII, ao abordar o comércio na região, observou, com surpresa, que as transações mercantis nas Gerais eram comumente realizadas a crédito. Analisando os relatos administrativos coevos, a autora revelou que o crédito era oferecido aos mineiros por comerciantes do Rio de Janeiro e da Bahia a longo prazo em troca de juros altos. De acordo com Zemella, os acertos demoravam anos para serem quitados e já na segunda

---

<sup>347</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Carlos Joaquim Máximo Pereira, em 11 de março de 1862, Rio de Janeiro. (Destinatário: vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim).

<sup>348</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Carlos Joaquim Máximo Pereira, em 15 de novembro de 1862, Rio de Janeiro. (Destinatário: vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim).

<sup>349</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo de Antônio Candido de Resende, em 11 de março de 1862, Rio de Janeiro.

<sup>350</sup> ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 2ª edição, 1990.

metade do século, o abuso do crédito gerou um clima de intranqüilidade e insegurança econômica.

A autora atribuiu o uso intensivo do crédito à falta de numerário circulante na capitania, ao mesmo tempo, que o comércio era bastante rentável pelo alto poder aquisitivo dos habitantes das Gerais<sup>351</sup>. Assim, a facilidade de se comprar a prazo provocou a ruína de muitos mineradores, que confiando no que ainda iriam produzir com a extração do ouro, havia gasto muito mais do que podiam produzir.

Segundo Raphael Freitas Santos, estas práticas creditícias somente se difundiram nas Minas setecentista graças a seu portentoso comércio interno e externo. Ao analisar a atividade na comarca do Rio das Velhas, o autor observou que 77% dos inventariados, entre os anos de 1713 e 1773, apresentaram-se, em algum momento da vida, como credores. Conforme Santos, o crédito era difundido por toda população da comarca pelos mais variados motivos: fosse de ordem de satisfação de necessidades, fosse para a ascensão social<sup>352</sup>.

Para Santos, o crédito detinha mais que uma função financeira. Ao contrário do que havia pregado a historiografia clássica, o autor discute que o endividamento dos mineiros no século XVIII tinha uma função social de construção de confiança e laços de clientela, o que torna a prática mais complexa do que a simples impossibilidade de saldar as dívidas. Assim, ao observar que no desenvolvimento da atividade creditícia havia grande alternância do papel dos indivíduos nas operações, que ora apareciam como credores, ora apareciam como devedores, e ainda poucos casos de cobrança de juros e de maiores garantias, Santos encontrou a explicação para as relações de reciprocidade, amizade, confiança assentadas entre os envolvidos. O ato de se alternarem tornou dispensável a cobrança de juros e a exigência de garantias, pois se esperava do devedor tratamento idêntico em casos inversos<sup>353</sup>.

Muito embora na segunda metade do século XIX a promulgação do Código do Comércio e a criação do Tribunal do Comércio buscassem regular a atividade mercantil e dar mais segurança aos envolvidos, os negócios continuavam realizados a prazo e com a

---

<sup>351</sup> Idem, pp. 143-167.

<sup>352</sup> SANTOS, Raphael Freitas. "Considerações sobre as atividades creditícias na sociedade mineira setecentista". IN: **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2006.

<sup>353</sup> Idem.

presença de créditos e letras. O crédito ainda firmava-se na base da confiança e do conhecimento dos indivíduos, sua fama e seus bens.

Como bem atentou Cláudia Chaves, ao analisar os manuais e dicionários portugueses de uso no comércio, o crédito e a compra a prazo eram estratégias defendidas pelos contemporâneos<sup>354</sup>, como instrumento para a construção da confiança e credibilidade. As instruções diziam que a boa circulação e manutenção dos sujeitos no mercado dependiam da fé que o credor havia em no seu devedor<sup>355</sup>. Assim, relembramos o dito popular “ter crédito na praça é ter fé”.

Embora fossem estratégias de credibilidade, manutenção e circulação, as letras e contas deveriam ser pagas. Neste sentido, em 17 de dezembro de 1862, Francisco Eugênio escreveu para Gervásio, repreendendo-o pelos atrasos e insuficiência de capital para quitação de suas letras. Segundo Francisco Eugênio:

**Tendo escrito por vezes, e nenhuma resposta tenho tido, a respeito de tuas letras firmadas aqui, e apenas tenho recebido poucas quantias para teu pagamento, pois muito mais tem sido, por que os seus credores estão zangados e com razão, pois você tem deixado de cumprir em tempo com seu dever, e isso não é bom, portanto faça todo o possível para mandar quanto antes dinheiro para esse pagamento, que do contrário dizem eles que lá mandam fazer a cobrança, e então tudo estará vencido, e há de sofrer este desgosto e seja franco peça a teu tio o Senhor Vigário e seu sogro para acudir e valer no arranjo do dinheiro; e não há tempo a perder para esse arranjo com dinheiro; eu tenho pedido a teus credores que tenham paciência de esperar, que você está se esforçando para fazer a remessa de dinheiro, mas você tem abusado tanto, quer os homens repentinamente mandam fazer a cobrança, e isso será para você muito desairoso: portanto espero quanto antes mandará o dinheiro que falta para o pagamento da letra.<sup>356</sup> (grifos meus)**

A preocupação de Francisco Eugênio com as contas de Gervásio, sua credibilidade e uma possível cobrança, que geraria muito desgosto e desgaste social e ainda capaz de afetar a outros membros da família, é evidente na carta. Mesmo que as compras fossem

---

<sup>354</sup> CHAVES, 2001, Op. Cit.

<sup>355</sup> Idem.

<sup>356</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, em 17 de dezembro de 1862, Rio de Janeiro.

realizadas a prazo e na forma de crédito, elas tinham um prazo para serem cumpridas e deveriam ser resgatadas e, por isso, o comerciante mineiro repreendia o sobrinho.

Neste sentido, a carta revela mais sobre este mundo mercantil. Além das preocupações de Francisco Eugênio com as finanças do sobrinho na praça mercantil carioca, do temor de uma cobrança súbita na casa de Gervásio, observamos a importância econômica e social de dois membros da família residentes na comarca do Rio das Mortes, como os responsáveis pela perpetuação social e econômica da família. Como foi ressaltado no primeiro capítulo, o padre Joaquim Carlos de Resende Alvim e o tenente coronel Francisco de Assis Resende Alvim parecem ter sido os filhos que mais se aproximaram tanto em riqueza material quanto em prestígio social, econômico e político do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, avô de nosso personagem. Embora as fortunas deles não fossem compatíveis com a de seu pai, os dois exibiram riquezas consideráveis para o período. Podemos perceber também, na carta, a autoridade paternalista<sup>357</sup> do comerciante mineiro sobre o sobrinho e a importância desse vínculo na dinâmica mercantil. Francisco Eugênio intermediava os negócios de Gervásio com outros negociantes cariocas e lhes pedia mais tempo para que o sobrinho arrumasse o dinheiro, enquanto isso, ele aconselhava a Gervásio que se apressasse no arranjo do dinheiro e, se preciso fosse, lhe mandava recorrer aos seus tios, patriarcas da família.

Entre outras incumbências, além de receber e pagar em nome de Gervásio, Francisco Eugênio também cuidava dos pedidos e do envio das cargas para as Minas. Na carta do dia 17 de março de 1856, o negociante informava sobre o recebimento do pedido e o encaminhamento das cargas para o sobrinho. Ele também cuidou de informar sobre o carroto e envio de gêneros de outras casas mercantis com as quais Gervásio mercava. Vejamos a carta:

Estamos de posse de seu favor de 9 do p. passado, e do seu conteúdo cientes, junto achará nossa conta dos gêneros que nos pede (...) Estas cargas seguem amanhã para S. João de El-Rei a entregar ao senhor Miguel José Maciel para lhe remeter, assim como as que na sua nos pede para irem juntas com as mesmas de

---

<sup>357</sup> Sobretudo se considerarmos como patriarcalismo, em suma, um conjunto de valores e práticas que coloca no centro da ação social a família. Ver em especial: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 25ª. Edição, 1987 e BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

casa de Serzedello e Machado, de casa de Loureiro Botelho e Castro e Cia. e junto irá o recibo das ditas cargas<sup>358</sup>.

Embora Francisco Eugênio e Antônio Candido fossem os principais representantes de Gervásio na Corte, recebiam em seu nome e conta, além de cuidar dos envios e transportes, alguns acertos foram efetuados sem a intermediação direta de ambos. Em 9 de março de 1857, Carlos Joaquim escreveu a Gervásio informando que havia recebido de “Matos Lima e Leitão, por ordem de José Lourenço de Castro e este de José Gonçalves de Azevedo” a quantia de cem mil réis (100\$000) que foram creditados em conta do fazendeiro e comerciante mineiro<sup>359</sup>.

Outro acerto que não envolveu os dois representantes foi com a casa mercantil de “José Bernardino e Máximo Pereira”, sociedade entre José Bernardino e Carlos Joaquim. Em 1854, no recibo, assinado pelos comerciantes, a quantia de duzentos mil réis (200\$000), creditada em conta de Gervásio, lhes foi entregue por Francisco Machado<sup>360</sup>. Em 21 de março de 1856, “Loureiro Botelho e Castro” escreveu a Gervásio acusando ter levado em sua conta quatrocentos mil réis (400\$000) que lhes foram pago por “José Carvalho Pinto e Cia.”, por ordem de Francisco Machado de Resende.

Gervásio Pereira Alvim também escrevia a outros comerciantes sediados na Corte, fazia suas encomendas e tentava, mesmo que a distância, negociar os pagamentos. Em 7 de junho de 1856, o representante da firma “José Esteves e Botelho Sobrinho” respondeu a carta enviada por Gervásio de 9 de maio próximo passado. Na missiva:

Amigo e senhor

Juntamos fatura circunstanciada dos gêneros que me fez o favor pedir por carta de 9 de maio p.p. e do conteúdo da mesma ficamos inteirado.

Sua importância, comprovada pela dita fatura é de 211\$785, duzentos e onze mil setecentos e oitenta e cinco réis, que lhe temos debitado em 24 do mês p.p. pelo prazo e condições em vigor nesta Praça.

<sup>358</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo e Cia., 17 de março de 1856, Rio de Janeiro.

<sup>359</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Carlos Joaquim Máximo Pereira, em 9 de março de 1857, Rio de Janeiro.

<sup>360</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil José Bernardino e Máximo Pereira, em 28 de fevereiro de 1854.

Também juntamos um recibo firmado pelo tropeiro Manoel Antônio da Silva Sobrinho que seguiu desta (...) há dois dias conduzindo suas cargas.<sup>361</sup>

A casa solicitou ainda que Gervásio acusasse o recebimento das cargas e esperava que as mesmas chegassem a contento do comprador. Dizia também que se encontrava à disposição do fazendeiro e “*eram com estima, amigos, obrigados e criados*”.

A presença dos familiares muito contribuía para o acesso ao crédito, circulação dos acertos e facilitar a relação entre os homens sediados em pontos geograficamente distantes, porém isso não quer dizer que Gervásio não pudesse escrever diretamente aos seus fornecedores e negociar com os mesmos. Muitos acertos passavam por Francisco Eugênio e Antônio Candido, porém muitos outros também foram realizados sem suas intermediações.

Algumas vezes, os acertos eram arranjados em Minas entre familiares e devedores e estes mandavam ordens para a sua concretização na Corte. Em 8 de novembro de 1854, o tio materno de Gervásio, o capitão Manoel Pereira de Resende mandou entregar a casa “José Bernardino e Máximo Pereira” a quantia de setecentos mil réis (700\$000) em conta do sobrinho. A quantia foi entregue por Francisco Xavier Dias da Fonseca<sup>362</sup>, por ordem do doutor Manoel José Monteiro de Barros Galvão da São Martinho em cumprimento da ordem do capitão Manoel<sup>363</sup>.

Neste mesmo sentido, a carta de 31 de julho de 1852, da mesma casa de José Bernardino e Carlos Joaquim, informava Gervásio que:

... certificando-lhe que em virtude do abono do senhor Francisco de Assis Resende Alvim, e da sua ordem, vendemos e entregamos ao senhor Zeferino Urbano Pinto a fatura de fazendas que aportou na importância de dois contos e quinhentos mil réis, Rs. 2:500\$000, de que passou recibo no verso da sua citada ao prazo de doze meses e na falta o prêmio de um por cento ao mês, cuja quantia em consequência a vm.<sup>ce</sup> debitamos, e estimaremos fique satisfeito<sup>364</sup>.

<sup>361</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por José Esteves e Botelho Sobrinho, em 7 de junho de 1856, Rio de Janeiro.

<sup>362</sup> Comerciante matriculado no Tribunal do Comércio e inscrito na seção de “Negociantes Nacionais” do Almanak Laemmert de 1859, na página 536. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1859/00000540.html>, capturado em 03/04/09, às 00h47.

<sup>363</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por José Bernardino e Máximo Pereira, em 8 de novembro de 1854, Rio de Janeiro.

<sup>364</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por José Bernardino e Máximo Pereira, em 31 de julho de 1852, Rio de Janeiro.

Em 10 de julho de 1859, Sabino de Almeida Magalhães escreveu a Gervásio Pereira Alvim informando que, em função de um repasse de ordens, o crédito de cinco contos trezentos mil quatrocentos e setenta e quatro réis (5:300\$474) que o fazendeiro devia a casa carioca “Loureiro Botelho e Castro”, deveria ser pago a ele, autor da carta. Segundo o comerciante sanjoanense, ele estava autorizado pela casa carioca a receber a referida quantia, pois os comerciantes iriam sacar esta quantia contra ele na praça do Rio de Janeiro até finais de agosto. Além de comunicar o repasse de crédito, Sabino precisava saber se podia contar com a efetivação do pagamento do débito<sup>365</sup>.

Como podemos perceber, as ordens de repasse de pagamentos também eram feitas entre os comerciantes intermediários. Sabino como representante da casa “Loureiro Botelho e Castro” ficou com o crédito de Gervásio, que morava nas redondezas, demonstrando que seria mais fácil a cobrança pelo sanjoanense, enquanto os comerciantes cariocas ficaram com o crédito (ou créditos) de Sabino na praça do Rio de Janeiro.

Muitas outras cartas e recibos corroboram que era necessário o conhecimento dos envolvidos com as atividades mercantis. Como os créditos eram fartamente repassados e o dinheiro raramente saía das fazendas mineiras rumo à Corte era preciso conhecer bem os envolvidos. Era exigência para o comércio a longa distância o conhecimento tanto do comprador/devedor, como de seus familiares. A família no mundo mercantil além de ser a base de identificação dos sujeitos, era quem os creditavam.

A maioria desses comerciantes era de origem mineira da comarca do Rio das Mortes e seus estabelecimentos na Corte do Império revelam as articulações anteriores no nível regional até, e depois, de suas fixações na principal praça de comércio do país. Os vínculos mercantis entre Gervásio e os comerciantes foram construídos ao longo de gerações. Estes eram permeados pelos laços de parentesco, vizinhança e clientela construídos no final do setecentos e primeira metade do século seguinte. Por isso, muitas vezes, os pedidos e encomendas de Gervásio eram lidos como favores. E sendo favores sempre havia, então, a necessidade de circulação de bens e serviço, materiais ou imateriais, intra-redes<sup>366</sup>.

A carta da casa de Carlos Joaquim, do dia 31 de julho de 1852, mostra que, dentro da rede, as solidariedades também se formavam pela prestação de serviços mútuos.

---

<sup>365</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Sabino de Almeida Magalhães, em 10 de julho de 1859, São João del Rei.

<sup>366</sup> BERTRAND, 1999, Op.Cit., pp. 116-126; LEVI, 2000, Op. Cit, pp.131-172.

Assim, o tio, padrinho e sogro de Gervásio, Francisco de Assis Resende Alvim, autorizava o crédito para o sobrinho, afilhado e genro em troca de algum outro favor que podia já ter sido realizado ou ainda se realizaria.

Esta mesma percepção da dinâmica interna da rede também foi ativada por Francisco Eugênio. Ele foi representante de Gervásio e, em troca, o sobrinho e/ou outros membros da família deviam cumprir alguns favores para com o comerciante. Em 3 de abril de 1852, Francisco Eugênio escreveu a Gervásio dando notícias dos negócios do sobrinho e afirmando que o “*mano Francisco mandou dizer que você comprou o selim para a encomenda eu quero obra muito boa e forte que é para meu sogro desejo que ele fique muito bem servido*”<sup>367</sup>.

Em 9 de novembro de 1858, já morador na Corte, Francisco Eugênio escreveu para seu cunhado, o capitão Gervásio do Carmo (pai de Gervásio), dizendo que pelo tropeiro Manoel Antônio da Silva Sobrinho (tropeiro da casa de “José Esteves e Botelho Sobrinho”, possíveis parentes da esposa do comerciante), enviava uma escrava de nome Maria, crioula, para aprender o ofício de costura<sup>368</sup>. De acordo com a missiva, pedia que o capitão acusasse a chegada da dita escrava. Finalizou fazendo votos de saúde a todos os familiares e reforçou a consideração que tinha com os laços consangüíneos assinando “*com estima, mano, compadre, amigo e obrigado*”<sup>369</sup>.

Enfim, na dinâmica mercantil, o ideal da “economia do dom” permeava as relações entre os sujeitos. Segundo António Manoel Hespanha e Ângela Barreto Xavier, a “economia do dom” foi uma prática informal de poder em que se assentava a tríade de obrigações: dar, receber e restituir. O ato de dar e receber gerava em quem doava uma expectativa quanto ao comportamento do beneficiado de gratidão e fidelidade, enquanto quem recebia devia uma obrigação moral de restituir a graça ao benfeitor. Estes eram atos cíclicos e uma vez iniciados não se rompiam sem causar grandes desconfortos e perigos<sup>370</sup>.

<sup>367</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, 3 de abril de 1852, São João del Rei.

<sup>368</sup> Como mostramos no capítulo primeiro, a família de Gervásio, sobretudo as mulheres, atuavam na produção caseira de tecelagem e costura. Este era um trabalho desempenhado pelas mulheres da casa, senhoras de escravos, e com utilização de cativos domésticos. Ver capítulo 1: O cenário: o lugar e os sujeitos.

<sup>369</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, em 9 de novembro de 1858, Rio de Janeiro. (Destinatário: capitão Gervásio Pereira do Carmo).

<sup>370</sup> XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manoel. “As redes clientelares” IN: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

As relações entre os homens se apresentavam de forma desigual, gerando redes de interdependências, criando as hierarquias. Estas relações de amizades assimétricas poderiam ser potencializadas em função de objetivos específicos, tornando-se mecanismos de acesso a *locus* que fossem institucionalmente dificultados<sup>371</sup>.

No comércio, a tríade (dar, receber e restituir) aparecia nos processos de inserção de membros em praças mercantis distantes. Homens como Gervásio, membro da elite regional, pouco conhecido por outros comerciantes não mineiros, ativavam suas redes de vizinhança e clientela para poderem atuar no comércio interprovincial. Assim, Francisco Eugênio, Antônio Candido, Francisco de Assis, José Bernardino, vigário Joaquim Carlos e Carlos Joaquim acionavam seus contatos, creditavam Gervásio e, então, este circulava pelo mundo dos negócios na principal praça de comércio do país. Em troca, Gervásio ficava devendo-lhes favores, que podiam ser ou não cobrados, fidelidades, obediência e gratidão. Enfim, as relações entre os sujeitos envolvidos foram cimentadas pelos atos de dar, receber e restituir. Em quase todas as cartas, havia sempre a lembrança de “*que somos com estima, amigos, parentes, obrigados*”.

Por exemplo, na carta supra de Francisco Eugênio, vemos a preocupação com a demonstração de laços de estima e gratidão em troca de uma possível inserção na praça de comércio do Rio de Janeiro. Como mostramos no segundo capítulo desta dissertação, alguns parentes da esposa de Francisco Eugênio, inclusive o pai, eram comerciantes sediados na Corte e matriculados na Junta e/ou Tribunal do Comércio. O sogro de Francisco Eugênio representaria uma possibilidade de inserção no mercado carioca. Assim, o comerciante mineiro tentava agradar aos novos parentes mostrando bons serviços e boa vontade, além de inteligência e merecimento para ganhar o apoio do sogro e outros familiares em tal processo. Uma estratégia conhecida e praticada pelos contemporâneos e que deu certo para o comerciante. De fato, ele se tornou um negociante de grosso trato na cidade carioca.

Apesar de existir, na segunda metade do século XIX, uma instituição que visava regulamentar as atividades mercantis exigindo o registro das sociedades, a matrícula dos comerciantes grossistas, mantendo um tribunal para julgar causas comerciais, enfim, que desse mais segurança aos praticantes, a documentação de Gervásio mostra que algumas práticas de economias pré-capitalistas ainda estavam presentes nas relações comerciais

---

<sup>371</sup> Idem, pp. 340-341.

interprovinciais. O sistema de crédito e de pagamentos, o conhecimento dos envolvidos, as relações pessoais guiando as relações econômicas, as redes de clientelas, a família como base de identificação e sustentação dos indivíduos exemplificam os traços que marcaram as relações entre Gervásio e sua rede mercantil ao longo dos últimos anos da escravidão brasileira.

### 3.3 Dívidas e litígios na década de 1860

Em 18 de julho de 1862, o comerciante Manoel Gomes de Castro junto com Maria Josefa da Conceição entraram com uma petição no Juízo Municipal da vila de São José. Na petição, os autores diziam que Gervásio Pereira Alvim lhes era devedor na quantia de cinco contos trezentos e setenta e nove mil trezentos e sessenta e quatro réis (5:379\$364) de principal e prêmio desde o ano de 1860, que tentaram uma conciliação com o suplicado devedor, porém ele não compareceu. Como Gervásio não estava satisfazendo aos suplicantes a importância de seu débito solicitaram ao juiz municipal que mandasse citar o réu e que *“na primeira Audiência deste Juízo ver assinarem-se-lhes os dez dias da Lei para dentro deles pagar ou alegar por via de Embargos as Exceções e defesa que lhe assistirem, e ser a final condenado a pagar os suplicantes a referida quantia, prêmio estipulado e custas”*<sup>372</sup>.

Antes de passarem o processo para o Juízo Municipal, houve uma tentativa de conciliação por parte dos autores com o réu pelo Juízo de Paz da mesma cidade. Quase um mês antes, em 23 de junho de 1863, Manoel Gomes de Castro e dona Maria Josefa da Conceição apresentaram uma petição:

Ill<sup>mo</sup> Senr. Juiz de Paz  
Dizem Manoel Gomes de Castro e dona Maria Josefa da Conceição, moradores na cidade de S. João del Rei, que Gervásio Pereira Alvim morador n’este distrito da Lage, lhes é devedor da quantia de Rs. 5:379\$364, de principal e prêmio estipulado de um por cento ao mês, capitalizado anualmente, como consta da competente Escritura de dívida, obrigação e hipoteca que junta oferecem com a conta do principal e prêmio até 23 do corrente mês de junho; e como não lhes tem pago, apesar de que a esse fim tem

---

<sup>372</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Ação de 10 Dias, 1863, Manoel Gomes de Castro e Maria Josefa da Conceição contra Gervásio Pereira Alvim, São José.

os suplicantes empregados todos os meios de docilidade e brandura; por isso requerem a V.S. se sirva mandar citar o suplicado para em Audiência que lhe for marcada, comparecer n'este Juízo de Paz, a fim de tratar da necessária conciliação, a ver se por ela quer o suplicado pagar os suplicantes a importância do principal e prêmio estipulado constante da mencionada Escritura, sem mais contenda de Justiça, sob pena de que, não comparecendo, se lavrar termo à sua revelia, sendo condenado nas custas na conformidade da Lei; e quando compareça e se reconcilie, se lavre termo circunstanciado para se dar a execução: portanto P. P. a V.S. se digne mandar citar o suplicado para todo o conteúdo na forma requerida, sob pena de revelia, e observada a providência da Lei no caso de ocultação, pelo que E. E. R. J.<sup>373</sup>

Tendo em vista a petição, o juiz de Paz Urbano Pinto marcou a audiência de conciliação requerida pelos suplicantes para o dia 11 de julho próximo futuro, às dez horas do dia. Mandou citar Gervásio Pereira Alvim em sua própria pessoa para o conhecimento da causa. No mesmo dia, o oficial de justiça, Francisco de Paula, foi até a fazenda do réu, no distrito da Lage, e o citou.

No dia 11 de julho Gervásio Pereira Alvim não compareceu a dita audiência, pois estava doente de cama, e tampouco mandou um representante e/ou procurador para fazer os Embargos de defesa. O processo correu a revelia do fazendeiro e foi, então, concluído na condição de não “*conciliado as partes*”. Gervásio foi condenado a pagar as custas do processo e a ação foi encaminhada para o Juízo Municipal.

Nos dias que se seguiram, os autores apresentaram os documentos necessários para prosseguimento do processo no Juízo Municipal. Como eram moradores na vila de São João del Rei, instituíram como seus procuradores o advogado José Pereira de Melo e o solicitador João José de Oliveira Barreto, nomes escolhidos especialmente para esta causa<sup>374</sup>. Apresentaram detalhadamente a conta de Gervásio capitalizada anualmente e, também, a Escritura de Dívida, Obrigação e Hipoteca assinada pelos envolvidos.

No dia 9 de agosto, em primeira audiência no Juízo Municipal, o procurador e advogado dos suplicantes, José Pereira de Melo, solicitou ao juiz municipal, o reverendo Joaquim Gonçalves Lara, que “*por parte de seus constituintes Manoel Gomes de Castro e dona Maria Josefa da Conceição trazem citados a Gervásio Pereira Alvim para nesta audiência ver assinar os dez dias da Lei para dentro deles pagar a quantia de cinco*

---

<sup>373</sup> Idem, fl. 4.

<sup>374</sup> Idem, fls. 6, 6v, 7

*contos trezentos e setenta e nove mil trezentos e sessenta e quatro réis e o prêmio estipulado que lhe deve por uma escritura de Dívida, Obrigação e Hipoteca*<sup>375</sup>. No dia 22 do mesmo mês, Gervásio não compareceu e nem enviou procurador a nova audiência e, então, o advogado dos suplicantes, frente a revelia do réu, requereu que fossem concluídos os autos e o suplicado fosse condenado no pedido e custas “*dando-se sentença do Processo para com ela tratar da execução*”<sup>376</sup>.

No dia 24, o juiz municipal fez os autos conclusos e condenou Gervásio. Em 11 de setembro, a dívida de Gervásio somava em cinco contos quinhentos e vinte e nove mil trinta e nove réis (5:529\$039).

Esse processo marcou o ponto crítico dos problemas financeiros enfrentados por Gervásio Pereira Alvim na década de 1860. O que Francisco Eugênio temia aconteceu e Gervásio acabou sofrendo o desgosto da cobrança em juízo. Longe de representar uma tentativa de calote, a ação movida pelo comerciante Manoel Gomes de Castro e Maria Josefa da Conceição contra Gervásio foi precipitada, ainda mais que o fazendeiro tentava conciliar, sobretudo com Manoel, o pagamento da dívida. Voltemos para a relação entre eles para entendermos as causas do litígio.

Gervásio Pereira Alvim e Manoel Gomes de Castro eram velhos conhecidos e o fazendeiro era um de seus fregueses, assim como outros membros de sua família. Em 18 de setembro de 1851, Gervásio escreveu a Manoel solicitando o envio de algumas cargas para sua fazenda. Em carta resposta, com a mesma data, Manoel dizia:

Amigo e senhor,  
Temos presente a sua estimada carta datada de hoje, na qual V.S. nos pede vários gêneros, os quais junto achará na importância de onze mil setecentos e vinte réis como verá da conta junta, cuja quantia fica carregada em sua conta.  
Muito estimaremos que seja feliz na sua viagem e que disponha de quem é de V.S.  
Amigo, Venr.<sup>os</sup> e criados  
Manoel Gomes de Castro  
Os. Também vai o chumbo e a pólvora que V.S. cá tinha deixado.

Manoel Gomes de Castro era português, havia se mudado para a vila de São João por volta da década de 1840 e ali se estabeleceu como comerciante. Junto com o irmão

---

<sup>375</sup> Idem, fl. 13.

<sup>376</sup> Idem, fl. 13v.

Antônio Gomes de Castro formou uma sociedade mercantil sob a razão social “Antônio Gomes de Castro e Irmão”, sediada na Corte. Gervásio mantinha tratos mercantis com as duas casas durante as décadas de 1850 e 1860.

As relações de Gervásio com as duas casas mercantis se mantiveram estáveis na década de 1850. Tanto que em 14 de dezembro de 1858, Manoel Gomes de Castro escreveu a Gervásio solicitando, na verdade, rogando o pagamento do principal e prêmio do crédito que o fazendeiro lhe havia passado em dezembro de 1856, pois o comerciante precisava acertar com os senhores José Dias de Oliveira e João Gonçalves Gomes a quantia de vinte contos de réis. A dívida, até o dia 15 de janeiro de 1859, importava em dois contos três mil oitocentos e dez réis (2:003\$810). Segundo Manoel, ele precisava levantar a quantia devida e pedia o apoio de Gervásio para tal empreendimento. Dizia ainda que se não fosse a “*precisão em que se achava*” com certeza não o incomodaria. Finalizou a carta afirmando que era com estima e consideração, “*amigo, venr.<sup>os</sup> e cr.<sup>o</sup>*”<sup>377</sup>.

A carta de Manoel revela um comportamento bastante interessante na dinâmica regional: a cobrança de uma dívida era feita em casos de muita precisão. Manoel precisava levantar uma alta quantia em dinheiro e então iniciou a cobrança de créditos vencidos para poder saldar sua dívida. O mesmo aconteceu com o comerciante Sabino de Almeida Magalhães no ano de 1854. O comerciante sanjoanense escreveu a Gervásio, em 10 de julho de 1854, pedindo que o fazendeiro acertasse um crédito na casa na primeira ocasião oportuna, pois o missivista tinha “*que despender quantias avultadas para solver meu débito no Rio de Janeiro, contando para esse fim com a colaboração dos bons fregueses*”<sup>378</sup>.

As cobranças, como a de Sabino e Manoel, ocorriam em momentos críticos, como por exemplo, para levantar capital para circulação do comércio. Como moravam muito próximos, tinham maior contato, inclusive com outros membros da família, as relações de clientela e vizinhança agiam com maior intensidade. Tal proximidade acabava permitindo que o acerto do crédito ocorresse com mais demoras e atrasos sem que, no entanto, houvesse perda de credibilidade. Como afirmou Braudel, os prazos para pagamentos dos créditos eram muito elásticos e foram muito comuns os atrasos nos acertos: “nenhuma

<sup>377</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Manoel Gomes de Castro, em 14 de dezembro de 1858, São João del Rei.

<sup>378</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei. Documentação Privada de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Sabino de Almeida Magalhães, em 10 de julho de 1854, São João del Rei.

peessoa em cada vinte cumpre o prazo combinado e em geral não se espera que o cumpra, tamanhas são as facilidades dos mercadores nesse domínio”<sup>379</sup>.

A prática de extensão dos prazos de pagamento dos créditos era tão comum nesta sociedade que muitas dívidas eram acertadas somente em caso de falecimento de uma das partes envolvidas. Nos inventários e testamentos da comarca do Rio das Mortes, sobretudo de distritos e quarteirões do termo da vila de São José, região de fazendas no interior da comarca, os testadores pediam aos testamenteiros que acertassem suas contas com todos que apresentassem créditos e letras assinados por eles<sup>380</sup>. O comportamento também foi verificado entre comerciantes de São João del Rei com os quais trabalhamos. Nos testamentos constavam os pedidos para os acertos e quitações de todas as dívidas que se apresentassem a testamentaria e fossem julgadas verdadeiras, sem contendas judiciais. E mais, Sabino de Almeida Magalhães, por exemplo, deixou claro em seu testamento que com seu falecimento era para fazer as cobranças que estavam em seu livro caixa, somente daqueles que tinham condições de pagar, quanto aos falidos, eram para se perdoar as dívidas e evitar gastos desnecessários<sup>381</sup>.

Por outro lado, havia cobrança dos juros. Não era possível vender a crédito e emprestar dinheiro sem garantias de pagamentos. Também não era possível ter crédito sem que, em algum momento, o credor não acenasse que iria cumprir com seus deveres de bom pagador. Neste sentido, em 18 de março de 1856, Gervásio mandou pagar “Antônio Gomes de Castro e Irmão” a quantia de cem mil réis (100\$000), que foi entregue por “José de Carvalho Pinto e Cia.”, por ordem de Francisco Machado de Resende<sup>382</sup>.

No ano seguinte, Gervásio fez, pelo menos, duas remessas de dinheiro para pagamento de suas letras para ambos os comerciantes. Em 5 de março, o fazendeiro pagou cem mil réis (100\$000) de seu débito a Antônio Gomes de Castro. O dinheiro foi entregue pelos senhores “Matos Lima e Leitão”, por ordem de José Lourenço de Castro, este cumprindo a de José Gonçalves de Azevedo em favor da conta de Gervásio<sup>383</sup>. E em 27 de

---

<sup>379</sup> BRAUDEL, 1998, Op. Cit., p. 339.

<sup>380</sup> TEIXEIRA, 2006, Op.Cit.

<sup>381</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Testamento: Sabino de Almeida Magalhães, 1878/1876, caixa 78, São João del Rei.

<sup>382</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Antonio Gomes de Castro e Irmão, 18 de março de 1856, Rio de Janeiro.

<sup>383</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Antonio Gomes de Castro e Irmão, 5 de março de 1857, Rio de Janeiro.

junho, fez nova remessa de cem mil réis (100\$000) a mesma casa carioca. Desta vez, o dinheiro foi entregue diretamente por José Gonçalves de Azevedo<sup>384</sup>.

Para a casa de Manoel Gomes de Castro, os pagamentos foram realizados nos dias 24 de setembro e 30 de dezembro de 1857. No primeiro pagamento, Gervásio saldou um crédito que devia a dona Maria Josefa da Conceição em casa de Manoel na quantia de cento e cinquenta e três mil réis (153\$000)<sup>385</sup>. Enquanto o segundo, o comerciante português recebeu a quantia de cinquenta e seis mil quatrocentos e sessenta réis (56\$460). É interessante a escrita e tratamento deste recibo, pois destoam da maioria dos outros que compõe a documentação privada do fazendeiro, vejamos:

Recebemos do Ill.<sup>mo</sup> sr. Gervásio Per.<sup>a</sup> Alvim p.<sup>r</sup> mão do Ill.<sup>mo</sup> snr. Fran.<sup>co</sup> Max.<sup>do</sup> de Rez.<sup>e</sup> a q.<sup>tia</sup> de cinquenta e seis mil quatrocentos e sessenta rs. p.<sup>r</sup> saldo da conta q. nos deve. São João, 30 de dezembro de 1857. Manoel Gomes de Castro.<sup>386</sup>

Como podemos perceber do recibo supra, havia uma relação de “harmonia” entre credor e devedor. Esta mesma “harmonia” pode ser vista no outro recibo de dois anos depois:

Recebi do Ill.<sup>mo</sup> sr. Gervásio Per.<sup>a</sup> Alvim p.<sup>r</sup> mão do Ill.<sup>mo</sup> sr. Fran.<sup>co</sup> Max.<sup>do</sup> de Rez.<sup>e</sup> a q.<sup>tia</sup> de cento quarenta e três mil quinhentos e quarenta rs. p.<sup>r</sup> conta do prêmio q. o m.<sup>mo</sup> snr. Gervásio me deve, no qual fica abonado. São João, 30 de dez.<sup>bro</sup> de 1859. Manoel Gomes de Castro.<sup>387</sup>

Pela documentação, os pagamentos na casa de Antônio Gomes de Castro pareciam em ordem. Foram efetuados entre os anos de 1858 e 1859 quatro pagamentos, dois por ano. No ano de 1858 Gervásio enviou à casa de Antônio, pelo menos, seiscentos mil réis

---

<sup>384</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Antonio Gomes de Castro e Irmão, 27 de junho de 1857, Rio de Janeiro.

<sup>385</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Manoel Gomes de Castro, 24 de setembro de 1857.

<sup>386</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Manoel Gomes de Castro, 30 de dezembro de 1857.

<sup>387</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Manoel Gomes de Castro, 30 de dezembro de 1859.

(600\$000), enquanto em 1859, foram enviados quinhentos mil réis (500\$000)<sup>388</sup>. Contudo, as remessas não foram suficientes para quitação da quantia devida. Em 3 de janeiro de 1860, Antônio Gomes de Castro escreveu a Gervásio:

Amigo e snr.

Tomamos a liberdade de dirigirmos a vm.<sup>cc</sup> rogando-lhe nos mande embolsar da quantia que nos é devedor, assim como o competente prêmio até o final embolso; pois vm.<sup>cc</sup> bem sabe que não podemos resgatar nossas obrigações sem o auxílio de nossos fregueses, o que esperamos com brevidade sermos atendidos tão justo pedido, sem mais a dizer-lhe aguardando a continuação de suas ordens passamos com estima e consideração.<sup>389</sup>

A carta sinaliza os problemas enfrentados por Gervásio no final da década de 1850 e início da seguinte. A data que marca, para nós, o início do descontrole financeiro do fazendeiro e comerciante mineiro foi o ano de 1859. Os primeiros sinais, no entanto, vieram da correspondência da casa carioca “Loureiro Botelho e Castro”. Muito provavelmente, a conjuntura econômica desfavorável de 1858 na praça do Rio de Janeiro tenha afetado o bom andamento dos negócios da casa mercantil, provocando o início de sua liquidação no ano seguinte<sup>390</sup>.

Neste processo, que visa à dissolução da sociedade, os comerciantes iniciaram os balanços, contas e pagamentos. Para tanto, contavam com a colaboração dos fregueses no pagamento de suas dívidas. No dia 10 de julho de 1859, Sabino escreveu a Gervásio dizendo-se instituído pelos sócios da firma “Loureiro Botelho e Castro” a receber o débito do fazendeiro no valor acima de cinco contos de réis<sup>391</sup>. Alguns meses depois, no dia 6 de outubro, Sabino escrevia novamente a Gervásio lhe encaminhando uma carta dos comerciantes cariocas. Na carta o comerciante sanjoanense dizia que fazia o favor de enviar ao fazendeiro a carta dos comerciantes “Loureiro Botelho e Castro” e que eles

<sup>388</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibos da casa mercantil Antonio Gomes de Castro e Irmão, 10 de fevereiro de 1858; 19 de julho de 1858; 26 de fevereiro de 1859; 15 de setembro de 1859; Rio de Janeiro.

<sup>389</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Antonio Gomes de Castro e Irmão, 3 de janeiro de 1860, Rio de Janeiro.

<sup>390</sup> Almanak Laemmert, 1859: Negociantes Nacionais, p. 540 – homepage:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1859/00000544.html>, capturado em 03/04/09, às 00h49.

<sup>391</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Sabino de Almeida Magalhães, em 10 de julho de 1859, São João del Rei.

exigiam o pagamento<sup>392</sup>. Esta carta da casa carioca é datada de 1 de outubro de 1859. Segundo os missivistas:

Amigo e snr.

Não nos sendo possível mais esperarmos pelo pagamento de sua conta, em vista de contínuos pedidos que lhe temos feito, lhe rogamos entregar a snr. Sabino de Almeida Magalhães em 30 de agosto a imp.<sup>cia</sup> de seu débito, porém [até] hoje vemos que V.S. pouco se importa com as precisões de quem tem em seu poder quantias retardadas, assim julgamos ser do nosso dever ainda esta vez lhe rogarmos o cumprimento da nossa ordem, e para que não haja destraves lhe será entregue por um positivo esta nossa carta.<sup>393</sup>  
(sic)

Na carta supra é evidente o clima de tensão entre os comerciantes liquidantes e Gervásio. O fazendeiro não havia cumprido com o dever, mais que isso, segundo os missivistas, ele não havia apresentado “consideração” com os apuros passados pelos liquidantes, faltando-lhes com o pagamento. Mas, assim mesmo, os autores da carta insistiam com o devedor rogando o pagamento da dívida e pedindo que não houvesse “*destraves*”. Finalizaram como o de costume desejando saúde e felicidade e que eram amigos e obrigados.

De certo, no ano de 1859, Gervásio já passava pelos apuros financeiros que seriam intensificados nos anos seguintes. A carta dos comerciantes “Loureiro Botelho e Castro” junto com a de Antônio Gomes de Castro são sintomáticas dos problemas vividos naqueles anos de crise. Para tentar remediar os problemas, no dia 24 de fevereiro de 1860, Gervásio assinou três “notas promissórias” de um conto quatrocentos e sessenta e sete mil trezentos e trinta e seis réis (1:467\$336), cada uma, em casa de Francisco Carlos Magalhães, no Rio de Janeiro<sup>394</sup>. O acordo entre as partes era o pagamento em três parcelas, sendo a primeira para 24 de agosto do mesmo ano, a segunda para 24 de fevereiro de 1861 e a última para 24 de agosto de 1861 e na falta desses pagamentos, os juros seriam de um por cento ao mês. As condições estabelecidas para o empréstimo foram aceitas por Gervásio.

<sup>392</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Sabino de Almeida Magalhães, em 6 de outubro de 1859, São João del Rei.

<sup>393</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Loureiro Botelho e Castro, em 1 de outubro de 1859, Rio de Janeiro.

<sup>394</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Francisco Carlos de Magalhães, em 24 de agosto de 1860;

Não sabemos ao certo o que Gervásio fez com a quantia emprestada. Talvez, parte do dinheiro tenha sido empregada na fazenda ou loja na entrada da Lage. Ou ainda tenha sido gasto no pagamento de alguma dívida na praça carioca, pois no mesmo dia, Gervásio entregou cem mil réis a João José Pereira Couto e noventa mil réis a Guimarães e Gonçalves, sucessores de “Campos Leão e Cia.”<sup>395</sup>.

Porém, o dinheiro tomado emprestado não foi suficiente. Os gastos estavam altos. Em 13 de março de 1860, Gervásio Pereira Alvim fez um empréstimo com dona Maria Josefa da Conceição e Manoel Gomes de Castro no valor de três contos novecentos e vinte e três mil quatrocentos e oitenta e dois réis (3:923\$482). Tal empréstimo foi feito com escritura pública de Dívida, Obrigação e Hipoteca<sup>396</sup>.

A escritura contém as condições do empréstimo, juros, pagamentos e hipotecas de bens. De acordo com o documento, Gervásio era devedor à dona Maria Josefa da quantia de um conto quinhentos e cinquenta e nove mil cento e cinquenta e dois réis (1:559\$152) e a Manoel Gomes de Castro, dois contos trezentos e sessenta e quatro mil trezentos e trinta réis (2:364\$330). Segundo uma das cláusulas, Gervásio deveria:

cuja quantia se obriga ele outorgante [Gervásio] devedor **pagar aos ditos seus credores hipotecários da data desta a quatro meses**, e na falta se obriga mais a pagar lhes o prêmio de um por cento ao mês até seu completo e real reembolso, cujo prêmio será pago ou capitalizado anualmente, e quando pague ou dê alguma quantia por conta antes do vencimento, **também lhe será contado o mesmo prêmio que ele outorgante se obrigou a pagar; e para a segurança das referidas quantias e prêmios que se vencerem, sem constrangimento de pessoa alguma, e muito de sua livre vontade fazia especial hipoteca de dois escravos e parte de outro**, a saber um de nome **Manoel africano, idade de vinte e três anos pouco mais ou menos, e outra de nome Rufina crioula de idade de quatorze anos pouco mais ou menos, e a parte que tem na escrava Inês crioula de idade de trinta anos pouco mais ou menos**; cujos escravos e parte possui livre e desembargados e prometia deles e da dita parte não dispor, sem que os ditos seus credores hipotecários estejam de todo pago e satisfeito dos

<sup>395</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo de João José Pereira Couto, em 24 de fevereiro de 1860, Rio de Janeiro; Idem: Recibo da casa mercantil Guimarães e Gonçalves, sucessores de Campos Leão e Cia., em 24 de fevereiro de 1860, Rio de Janeiro.

<sup>396</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Ação de 10 Dias, 1863, Manoel Gomes de Castro e Maria Josefa da Conceição contra Gervásio Pereira Alvim, São José, fls. 8, 8v, 9, 9v, 10 e 11, 11v, 12, 12v.

principais e prêmios que se vencerem sob as penas da Lei a que se sujeitou.<sup>397</sup> (grifos meus)

Este empréstimo serviu para Gervásio prorrogar o pagamento de seu débito em casa de Manoel Gomes de Castro. O dinheiro foi dividido da seguinte maneira, a quantia de um conto e quarenta e quatro mil trezentos noventa e dois réis (1:044\$392) foi usada para pagamento do restante do principal e prêmio que o fazendeiro devia ao comerciante e, o restante, um conto duzentos dezenove mil novecentos e trinta e oito réis (1:219\$938) pagou a Antônio Gomes de Castro e Irmão, também de principal e prêmio<sup>398</sup>. Na verdade, este acordo com Manoel tratou mais de uma renovação de crédito.

A partir disso, os problemas de Gervásio foram se agravando e as relações com seus credores ficaram abaladas. Ainda mais que, de acordo com as queixas de Manoel e dona Maria Josefa, Gervásio não estava satisfazendo os credores com o reembolso do dinheiro e a dívida se prolongou por dois anos. Chegou em 1862 ao valor superior a cinco contos de réis.

Todavia, este comportamento de Gervásio não significava que ele não estivesse tentando contornar a situação. Em carta, datada de 5 de janeiro de 1862, Manoel Gomes de Castro respondia a Gervásio:

**Já por vezes lhe fiz ver que não preciso dos escravos, e lhe disse que Vossa Senhoria podia vende-los entregando-me o importe dos mesmos, pois que eu preciso do dinheiro para arranjos que tenho a fazer, e portanto uma vez que quer dispor deles já há muito tempo os devia ter vendido, e entregar-me a importância deles, pois que Vossa Senhoria bem sabe que quanto mais tempo correr mais prêmio vence, e portanto mais difícil se ter no pagamento, além disso Vossa Senhoria me ofereceu ultimamente outra qualquer quantia para eu lhe dar mais alguma espera, ao que eu lhe respondi que sim uma vez que o senhor vigário abonasse o novo crédito que Vossa Senhoria devia passar em substituição da escritura, mas nada disto Vossa Senhoria arranjou, e nem tão pouco me declarou qual era a nova quantia que oferecia (...) Espero que vá mandando algumas quantias por conta de seu débito afim de o ir (?) pois bem sabe**

---

<sup>397</sup> Idem, fls. 8v, 9.

<sup>398</sup> Idem.

**que não é possível esperar indefinidamente sem que vá dando dinheiro por conta.**<sup>399</sup> (grifos meus)

A carta revela os percalços crescentes de Gervásio e a tentativa de solução. O fazendeiro oferecia entregar os escravos hipotecados a Manoel e o comerciante não os queria. Dizia que precisava do dinheiro. Manoel Gomes de Castro sabia que vender os escravos demandaria tempo e Gervásio não conseguiria levantar a quantia necessária com tanta rapidez. Além do mais, a venda precipitada poderia gerar desvalorização dos bens, enquanto isso os juros iam correndo. Um outro detalhe que cabe ressaltar é que na escritura de Dívida, Obrigação e Hipoteca dizia que o outorgado devedor não podia dispor deles, nem aliená-los sem ter pagado os credores.

A carta de Manoel revela algumas coisas a respeito do mundo mercantil. Em primeiro, ela revela a tentativa de Gervásio em solucionar o problema. Mostra que o fazendeiro estava ciente dos compromissos e tentava saldá-los, muito embora, ele não tenha comparecido a audiência de conciliação no Juízo de Paz e, tampouco, na do Juízo Municipal, podemos perceber a atuação de Gervásio uns meses antes. O fato de Gervásio não ter comparecido a primeira audiência de conciliação reflete mais o reconhecimento perante a justiça de sua dívida, que descaso com o processo. Quando Manoel e Maria Josefa entraram na justiça contra Gervásio, o fazendeiro não tinha mais como negociar a dívida e, simplesmente, a reconheceu. Para evitar maiores gastos, não entrou com nenhum embargo e também não tentou se defender, pois era realmente devedor.

A outra faceta que se observa é com relação à organização sócio-econômica do Brasil imperial. Novamente percebemos pela carta do comerciante a importância da família como instrumento de apoio não só financeiro como político. Manoel Gomes de Castro somente aceitava outro crédito do fazendeiro, depois dos atrasos e tentativas de negociação, se o tio paterno, o vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim, o abonasse. Em outra carta, exposta na segunda seção deste capítulo, o tio materno de Gervásio, Francisco Eugênio de Azevedo, mandou o sobrinho procurar o apoio do vigário e do tio-sogro para ajudar a saldar umas dívidas na praça carioca. Isso alguns meses antes da carta de Manoel. O conhecimento que os negociantes tinham de outros membros da família, que poderiam

---

<sup>399</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Manoel Gomes de Castro, em 5 de janeiro de 1862, São João del Rei.

servir de abonador, era muito importante para o desenvolvimento das atividades mercantis.

A carta também traz à tona a questão dos créditos e pagamento discutidos na segunda seção deste capítulo, mas que vale ser ressaltada, sobretudo, devido à referência a cobrança dos prêmios. Segundo Braudel, o crédito em economias pré-industriais, foi de ampla utilização:

toda a hierarquia mercantil, de cima a baixo, está no mesmo barco. Do pequeno lojista ao negociante, do artesão ao fabricante, todos vivem do crédito, isto é, da compra e venda a prazo.<sup>400</sup>

No entanto, Braudel também ressalta que o crédito não era cedido sem garantias, quanto maiores os riscos, maiores deveriam ser os lucros. Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho, em São João del Rei, o crédito era bastante difundido entre a população, porém em pequenos valores, as quantias mais consideráveis eram restritas a um pequeno grupo e eram cobrados juros bem mais altos. Manoel Gomes de Castro avisou a Gervásio que não era possível manter o seu crédito sem a remessa de dinheiro, “*bem sabe que não é possível esperar indefinidamente sem que vá dando dinheiro por conta*”<sup>401</sup>.

Seguindo a história, após esta última carta de Manoel, o comerciante junto dona Maria Josefa resolveram, então, fazer a cobrança em juízo. Uma ação um pouco precipitada em virtude das tentativas de conciliação extras judiciais por parte de Gervásio com os credores. Gervásio tentava resolver o problema, porém a conjuntura econômica não lhe era favorável.

Depois do processo movido por Manoel Gomes de Castro e dona Maria Josefa da Conceição, Gervásio foi, portanto, obrigado a pagar a dívida. Contudo, ao que tudo indica nenhuma quantia foi entregue antes do ano de 1865. Os pagamentos iniciariam no ano de 1865, devido ao falecimento do comerciante Manoel Gomes de Castro. O inventariante Custódio de Castro Moreira, herdeiro do finado, fez um acordo em 1868 com Gervásio para o pagamento do restante da dívida. O acordo previa o pagamento dois contos e duzentos mil réis (2:200\$000) em quatro pagamentos de quinhentos e cinquenta mil réis

---

<sup>400</sup> BRAUDEL, 1998, Op. Cit., p. 339.

<sup>401</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Manoel Gomes de Castro, em 5 de janeiro de 1862, São João del Rei.

(550\$000) anuais, durante quatro anos<sup>402</sup>. Gervásio Pereira Alvim quitou a dívida, principal e prêmio, em 23 de julho de 1879.

Não conseguimos ainda calcular o impacto dessa execução na vida financeira de Gervásio, pensamos que ela tenha causado certo abalo nas suas finanças, afinal o débito era considerável e o pagamento foi efetuado em parcelas. Porém, acreditamos que ele conseguiu superar os problemas ao contrário do pai, que não teve a mesma sorte e/ou sucesso no mundo dos negócios, pois Gervásio continuou com suas atividades mercantis com a praça carioca até por volta de 1880.

O pai de Gervásio, o capitão Gervásio Pereira do Carmo foi infeliz nos negócios e faliu. Segundo uma nota no jornal local *Astro de Minas* de 05 de março de 1835, os bens do capitão Gervásio do Carmo estavam em pregões para serem arrematados na praça do Juízo Municipal da Vila de São José. De acordo com a pequena nota:

os credores do falido capitão Gervásio Pereira do Carmo Alvim fazem público, que na praça do Juízo Municipal da Villa de São José se achão em pregões para serem arrematados todos os escravos, casas, gado vacum e cavallar, e mais trastes do dito capitão Gervásio. Quem quiser, se dirija dentro do tempo do costume a aquela Praça, S. José d'El Rei 5 de março de 1835.<sup>403</sup>

Não sabemos ao certo as causas da falência do capitão Gervásio Pereira do Carmo e tampouco o impacto dessa na vida do nosso personagem. Embora no mercado coubesse toda a sorte de fortunas, desde os comerciantes de grosso trato até os pequenos mercadores e negras do tabuleiro, a permanência nele demandava certo grau de riqueza<sup>404</sup>. A diversificação das atividades mercantis era essencial na economia pré-capitalista para a manutenção da riqueza e a especialização ocorreu somente na base da pirâmide mercantil. No topo, os homens do comércio tinham, segundo Braudel, a “obrigação” de estar envolvidos numa vasta gama de negócios e atividades consorciadas<sup>405</sup>.

---

<sup>402</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Acordo de pagamento da dívida com Custódio de Castro Moreira, em 12 de setembro de 1868, São João del Rei..

<sup>403</sup> Universidade Federal de São João del Rei, Biblioteca do Campus Dom Bosco: *Jornal Astro de Minas*, nº 1138, data 05/03/1835, p. 4, Microfilme – rolo 20.

<sup>404</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. “Comércio e fronteira em Minas colonial”. IN: FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001; FRAGOSO, 1998, Op. Cit.

<sup>405</sup> BRAUDEL, 1998, Op. Cit., pp.331-339.

Assim sendo, pensamos que a falência de Gervásio Pereira do Carmo teve relação direta com o processo de sua diversificação das atividades mercantis. Ou seja, pensamos que talvez Gervásio Pereira do Carmo não tivesse diversificado suas atividades e com a instabilidade dos negócios, característica de economias pré-capitalistas, ele faliu. Talvez ele não quisesse incrementar as atividades, ou talvez ele não tivesse capital econômico suficiente para tal incremento, ou ainda estivera envolvido em um negócio de alto risco que tenha saído do controle e provocado a falência do capitão. De acordo com João Fragoso, eram poucos os homens de negócios que permaneciam anos em exercício na praça carioca e que o grupo formado por esses homens buscou sempre a diversidade econômica como garantia de permanência e riqueza, compondo, dessa forma, o topo da hierarquia mercantil<sup>406</sup>.

Apesar de todo o descontrole financeiro e do processo jurídico sofrido, Gervásio Pereira Alvim foi um negociante preocupado com suas finanças, com as letras firmadas e com o mercado. Seus negócios eram dotados de previsibilidade e racionalidade, buscava o equilíbrio das contas, mesmos quando ocorriam percalços econômicos. A preocupação em quitar as dívidas e com a manutenção do nome da família estava presente nas cartas enviadas por parentes intermediários de Gervásio em outras praças. As cartas de Antônio Candido de Resende, no ano de 1862 mostram o fazendeiro como um homem compromissado com suas letras e com os meios de quitá-las. Em 13 de março de 1862, o representante de Gervásio, no Rio de Janeiro, escrevia informando-lhe:

...Meu primo dentro desta vm.<sup>ce</sup> achará um recibo firmado pelo sr. Fran.<sup>co</sup> Carlos Mag.<sup>es</sup> de 90\$000 que recebi por ordem do tio padre. O Dom.<sup>os</sup> deu também por sua ordem 500\$000 fica vm.<sup>ce</sup> restando a Fr.<sup>co</sup> Carlos cento e tantos, a ordem que me falava de 130\$ por ordem do pr.<sup>o</sup> José Resende ainda receber eu escrevi a ele que tinha ordem de receber este dr.<sup>o</sup> logo que ele manda receberei.<sup>407</sup>

Um mês depois, em 5 de abril, o mesmo Antônio Candido escrevia novamente informando que a dívida com a casa de Francisco Carlos Magalhães estava toda quitada. Segundo o missivista:

---

<sup>406</sup> FRAGOSO, 1998, Op. Cit., p. 176.

<sup>407</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Antônio Candido de Resende, 13 de março de 1862, Rio de Janeiro.

...Primo dentro desta vm.<sup>ce</sup> **achará uma conta com recibo por saldo de contas com a casa do sr. Fran.<sup>co</sup> Carlos e juntam.<sup>e</sup> a suas 3 letras que estava em poder dele** recebi a ordem do pr.<sup>o</sup> J.<sup>c</sup> Resende de 130\$000. Eu dei do meu dr.<sup>o</sup> 21\$576 o sr. fica me devendo isto e também dei a Nicolau por sua ordem 32\$000 importa em tudo Rs. 53\$576 isto vm.<sup>ce</sup> não tenha pressa, **do sr. Fran.<sup>co</sup> Carlos vm.<sup>ce</sup> está livre.**<sup>408</sup> (grifos meus)

Diferentemente de seu pai, Gervásio conseguiu sobreviver às tempestades da década de 1860 e se manter no mundo dos negócios e com a produção de sua fazenda. Permaneceu como um dos principais da terra, ampliando o prestígio social, político e econômico de sua família até o final do oitocentos.

### 3.4 O movimento das tropas

No movimento das tropas entre o Sul de Minas e a Corte, a paisagem que se via era a descida de alimentos para o abastecimento da cidade, tais como gado, galinha, porco, toucinho, azeite de mamona, cera, banha, doces, queijos, entre outros. Enquanto no movimento inverso, via-se na subida da serra, os produtos importados da Europa e os escravos da África, até 1850. Na documentação de Gervásio Pereira Alvim, percebemos, embora pouco, estes fluxos.

As cartas de Gervásio informavam mais sobre os pedidos, os envios das cargas, notícias a respeito de débitos e créditos em contas. Pouco se falava de quais produtos foram solicitados e enviados. Por exemplo, em 3 de abril de 1860, “Vicente Ferreira de Paiva e Cia.” escreveu a Gervásio para noticiar-lhe sobre o envio de suas cargas e o valor da compra. Segundo o comerciante carioca:

Amigo e senhor,  
 Serve esta de cuja a **fatura e recibo do tropeiro a quem entregamos os gêneros** que lhe remetemos e que VM.<sup>ce</sup> nos comprou importando em rs. 84\$800 que lhe temos debitado.  
 Desejamos-lhe saúde e somos com toda estima.<sup>409</sup> (grifos meus)

<sup>408</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Antônio Candido de Resende, 5 de abril de 1862, Rio de Janeiro.

<sup>409</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Vicente Ferreira de Paiva e Cia., em 3 de abril de 1860, Rio de Janeiro.

Ainda que o autor fale do envio da fatura da compra, onde estavam relacionados os produtos comprados e seu valor, estas são em menor número em toda a documentação privada. No período abordado, 1850 a 1880, contamos com treze “contas de vendas”.

Estes papéis trazem informações a respeito das cargas compradas e da quitação das dívidas. Das contas enviadas do Rio de Janeiro, temos apenas duas faturas, uma da casa de “José Esteves e Botelho Sobrinho”, sendo o acerto datado de 1859, e outra do carroto das cargas enviadas da casa de “Loureiro Botelho e Castro”, que aportaram em São João del Rei na casa de Sabino de Almeida Magalhães, em 15 de novembro de 1854.

Na primeira “conta de venda”, referente à compra na casa de “José Esteves Botelho Sobrinho”, há poucas informações a respeito dos produtos adquiridos. Na conta que veio do Rio de Janeiro para Gervásio tem-se a descrição das datas de remessas de “fazendas” e os seus respectivos valores. Assim, em 7 de março de 1856, a casa enviou a Gervásio algumas “fazendas” na importância de trezentos e vinte e cinco mil quatrocentos réis (325\$400). Quase três meses depois, em 29 de maio, foi realizada a segunda remessa no valor de duzentos e onze mil setecentos e oitenta e cinco réis (211\$785). No ano seguinte, em 3 de janeiro, Gervásio comprou mais quatrocentos e trinta e cinco mil sessenta réis (435\$060). E, em 22 de maio, o envio das “ditas fazendas” importou o valor de sessenta e nove mil setecentos e oitenta réis (69\$780)<sup>410</sup>.

Somente no dia 15 de fevereiro de 1859, o fazendeiro mineiro fez os acertos de todas essas compras. Como as transações mercantis foram realizadas a prazo precisava-se, então, calcular os juros de cada uma das compras, que na casa estavam na razão de 1% ao mês. Assim, da primeira remessa, da qual havia decorrido vinte e três meses e oito dias, Gervásio pagou setenta e cinco mil setecentos e nove réis (75\$709) de prêmios. Da segunda, o prêmio pago referente aos vinte meses e dezesseis dias foi de trinta e seis mil oitocentos e noventa e oito réis (36\$898). A terceira, após quatorze meses e doze dias, foi de sessenta e três mil trezentos e dez réis (63\$310). E a última, depois de oito meses e vinte e três dias, foi de seis mil cento e dez réis (6\$110). Enfim, a conta total de Gervásio, quitada em 15 de fevereiro de 1859, somava um conto duzentos e vinte e quatro mil cinquenta e dois réis (1:224\$052), dos quais um conto quarenta e dois mil vinte e cinco

---

<sup>410</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Conta de venda da casa mercantil de José Esteves e Botelho Sobrinho, 1859, Rio de Janeiro.

réis (1:042\$025) eram da conta das “fazendas” e o restante, cento e oitenta e dois mil vinte e sete réis (182\$027) de prêmios<sup>411</sup>.

Porém, alguns ajustes de contas foram realizados antes de fecharem a fatura. Em 10 de agosto de 1856, Gervásio fez uma reclamação da fatura de 29 de maio próximo passado e os comerciantes abateram de sua conta o valor de trinta e dois mil réis (32\$000). E nos dias 5 de março de 1857 e 10 de fevereiro de 1858 Gervásio pagou cem mil réis (100\$000) e duzentos mil réis (200\$000), respectivamente, por conta de seu débito na casa mercantil. Reavaliado os cálculos, o valor final da conta foi de oitocentos e trinta e sete mil quinhentos e cinquenta e três réis (837\$553), que foi acertado em 15 de fevereiro de 1859<sup>412</sup>.

Por meio desta conta, reafirmamos o comportamento da compra a crédito, os prazos para quitação, cobrança de prêmios e os envios de algumas quantias para abater no valor total. Infelizmente, não sabemos o que Gervásio adquiria nesta casa, que tipos de produtos ele comprava. Sabemos apenas, que a loja comercializava diversas miudezas e quinquilharias<sup>413</sup>.

A segunda conta de venda do Rio de Janeiro era da casa de “Loureiro Botelho e Castro”. Essa veio com maior descrição dos produtos adquiridos na Corte, pois a mesma fazia referência ao valor do carroto pago por Sabino de Almeida Magalhães das cargas conduzidas pelo tropeiro Luciano de Castro que chegaram a pedido de Gervásio Pereira Alvim. O valor total do carroto foi de cento e noventa e nove mil seiscentos réis (199\$600), que foi pago no dia que aportaram em São João del Rei, 15 de novembro de 1854, por Manoel dos Passos Pereira, primo de Gervásio<sup>414</sup>.

Mesmo se tratando da conta do carroto, ela nos revela os produtos adquiridos por Gervásio na casa “Loureiro Botelho e Castro”. No dia 15, chegaram para o fazendeiro<sup>415</sup>:

---

<sup>411</sup> Idem.

<sup>412</sup> Idem.

<sup>413</sup> Almanak Laemmert, 1860: Armarinhos e lojas de diversas miudezas, quinquilharias e etc., p. 654 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000650.html>, capturado em 21/12/08, às 16h02.

<sup>414</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Conta de venda da casa mercantil Loureiro Botelho e Castro – do carroto das cargas que chegaram em casa de Sabino de Almeida Magalhães, em 15 de novembro de 1854, São João del Rei.

<sup>415</sup> Idem.

QUADRO 3. CONTA DE CARRETO DAS CARGAS DE GERVÁSIO PEREIRA  
ALVIM COMPRADAS DE “LOUREIRO BOTELHO E CASTRO” (1854)

6	Caixas com ferragens	8000	48\$000
4	Caixões de dita		32\$000
6	Fardos com fazendas		48\$000
1	Caixote com 1 @ de rapé		2\$000
1	Dito com fogo da China		6\$000
2	Embrulhos de pregos	3 @	
2	Surrões 1 G° de chumbo		8\$000
1	--/-- de 2 @ de asso [?]		4\$000
1	Barril de pólvora, 1@		2\$000
1	Amarrado com 8 tachos		6\$000
1	Pacote com 44 ½ [?] de bacias de arame		3\$000
1	Dito com 6 espingardas		2\$000
2	Caixotes com 4 dúzias de chapéus de sol		8\$000
5	Ditos destes gêneros, 8 ½ bestas	3600	30\$600
	Réis	199\$600	

Recebi a quantia de cento e noventa e nove mil e seiscentos réis, p.<sup>r</sup> mão do snr.

Manoel dos Passos Pereira e para clareza passo e firmo o presente.

São João, 15 de novembro de 1854.

Sabino de Almeida Magalhães.

Fonte: Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Conta de venda da casa mercantil Loureiro Botelho e Castro – do carreto das cargas que chegaram na casa de Sabino de Almeida Magalhães, em 15 de novembro de 1854, São João del Rei.

A conta supra permite-nos fazer algumas observações a respeito das compras de Gervásio e dos valores do carreto por carga. Em primeiro, verificamos que o comércio com a casa “Loureiro Botelho e Castro” tratou de fazendas secas. Gervásio adquiriu ferragens, pregos, chumbo, pólvora, fogo da China, espingardas, rapé, chapéus, algumas fazendas e gêneros. Provavelmente, estes produtos eram para o uso na sua fazenda e para

a comercialização, pois além da fazenda em que morava, Gervásio tinha um “*negócio na estrada da Lage*”, bem como um rancho para pouso de tropeiros<sup>416</sup>.

Outro ponto que podemos verificar é com relação ao pagamento dos carretos. Nem sempre Gervásio ia diretamente a Corte para fazer suas compras, conforme sugere sua correspondência com os comerciantes lá sediados. Assim, suas cargas eram preparadas, despachadas e conduzidas por tropeiros até alguma casa em São João del Rei e/ou Carrancas e o fazendeiro pagava pelo transporte até estes pontos. Desconhecemos forma de se calcular os custos dos transportes, por exemplo, não sabemos se o preço era fixado pelo percentual da compra, ou se era firmado pelo tipo de carga a ser transportada, ou ainda, se era cobrado pelo volume e peso das cargas, ou simplesmente fixado pelo tropeiro. Sabemos apenas que Luciano de Castro, o tropeiro condutor das cargas de Gervásio do Rio de Janeiro até São João del Rei, cobrou por esta remessa quase duzentos mil réis<sup>417</sup>. Já o tropeiro Carlos Almondes Faria, no mesmo ano e no mesmo trajeto, cobrou de Gervásio a quantia de dezoito mil e quatrocentos réis (18\$400) pelo transporte de quatro caixas de louças da casa de “Serzedello e Machado”<sup>418</sup>. E José Pedro Guimarães, no ano seguinte, cobrou quatrocentos mil quatrocentos réis (400\$400) para o mesmo percurso<sup>419</sup>.

Na documentação como um todo, podemos observar que havia uma preocupação em enviar os pedidos numa mesma remessa, mesmo quando os produtos adquiridos eram de várias casas diferentes, pois além dos perigos naturais e humanos (assaltos e assassinatos) nas estradas, havia também a questão da economia nos carretos. Mesmo que esta preocupação não estivesse claramente escrita em todas as cartas de seus intermediários (podemos percebê-la nas cartas respostas de Francisco Eugênio), ela fazia parte dos cálculos. O equilíbrio das contas (gastos e investimentos) ainda que em economias pré-capitalistas, orientadas para a distinção e prestígio social, era necessário para a continuidade da organização sócio-econômica. Segundo Witold Kula, os investimentos não poderiam colocar em risco a perpetuação da economia, pois que:

---

<sup>416</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Renda Provincial de Minas Gerais, exercício de 1856/1857; Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Documentação Privada de Gervásio Pereira Alvim: Renda Provincial de Minas Gerais, exercícios de 1882/1883; Idem, Imposto Municipal da Câmara da Cidade de São José del Rei do ano de 1888.

<sup>417</sup> Idem.

<sup>418</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo de Carlos Almondes Faria, em 18 de outubro de 1854, Rio de Janeiro.

<sup>419</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por José Pedro Guimarães, 23 de maio de 1855, Rio de Janeiro.

Se a despesa da sociedade excede permanentemente sua receita, se acossados pelas necessidades de seu consumo normal e ritual ela diminuísse sua capacidade produtiva, (...) a sociedade teria que fazer uma escolha de modificar sua organização social<sup>420</sup>.

Assim, uma forma de equilibrar os gastos na Corte, com compras e fretes, e os investimentos realizados em “fazendas” era o envio do máximo de cargas possível numa mesma viagem. Porém, nem sempre todos os pedidos chegavam juntos à comarca mineira. Havia sempre o risco de partes das encomendas não ficarem prontas a tempo da saída da tropa, ou talvez porque não se encontrava carroto para a cidade por aqueles tempos, ou talvez ainda os dois motivos combinados. Fato foi que em 7 de maio de 1855, Francisco Eugênio escreveu para o sobrinho informando que parte de suas cargas foi conduzida por José Pedro Guimarães, como constava do recibo entregue ao condutor, porém “*as outras não vão por não haver condutor*”<sup>421</sup>. Dias depois, em 23 de maio de 1855, José Pedro Guimarães escrevia a Gervásio noticiando a chegada de suas cargas:

Primo, amigo e senhor,  
Ontem aqui chegou mais cargas e paguei os carretos na importância de 400\$400 e que pelo condutor que vier buscar as cargas enviarei as contas com o recibo do mesmo condutor<sup>422</sup>.

No ano seguinte, em 13 de março, Francisco Eugênio acusava que havia recebido o pedido e que o mesmo achava-se pronto, no entanto, “*só estamos a espera de condução para São João de El Rei para remeter, que para Carrancas não se acha condução presentemente*”<sup>423</sup>. Cabe ressaltar que, muito provavelmente, este pedido, a que o comerciante mineiro se referia, foi conduzido pelo tropeiro Miguel José Maciel. O tropeiro saíria da praça carioca no dia 18 de março transportando as cargas das casas de

<sup>420</sup> KULA, Witold. “Da tipologia dos sistemas econômicos”. IN: FOURASTIÉ, Jacqueline et. Al. **Economia**. Rio de Janeiro: FGV, 3ª Edição, 1981, p. 97.

<sup>421</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo e Cia., 7 de maio de 1855, Rio de Janeiro.

<sup>422</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por José Pedro Guimarães, 23 de maio de 1855, Rio de Janeiro.

<sup>423</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo e Cia., 13 de março de 1856, Rio de Janeiro. Ver carta completa na página 132 deste capítulo.

“Serzedello e Machado”, “Loureiro Botelho e Castro e Cia.” e as da casa de Francisco Eugênio<sup>424</sup>.

O problema das estradas e transportes, em pauta nas discussões do Estado desde o período joanino, era uma das condicionantes para o bom desenvolvimento do comércio. Desde os tempos de D. João VI no Brasil, havia uma preocupação em melhorar os caminhos que ligavam a Corte ao interior visando à integração do Centro-Sul. No caso de Minas Gerais, em especial da comarca do Rio das Mortes, Alcir Lenharo atentou para a política administrativa do Príncipe Regente para a região que previa a construção de duas estradas entre a comarca mineira e a capital do Império, as estradas do Comércio e da Polícia. Segundo Lenharo, estas duas faziam parte dos projetos mais ambiciosos da administração joanina. A região da comarca do Rio das Mortes era o principal abastecedor da cidade do Rio de Janeiro e a construção destes caminhos facilitava o acesso e encurtava o percurso favorecendo as relações econômicas entre os mineiros do sul e a praça carioca<sup>425</sup>.

No terceiro quartel do oitocentos, nos relatórios de presidentes de província de Minas Gerais, a abordagem sobre os transportes e suas implicações nas relações mercantis era ainda tema recorrente<sup>426</sup>. Segundo Marcelo Godoy e Lidiany Barbosa, durante todo período imperial, as autoridades administrativas mineiras se preocuparam com a questão da comunicação, estradas e transportes como um meio de favorecer o desenvolvimento interno da região. De acordo com os autores, foram construídos três planos de viação (1835, 1864 e 1871), cujos objetivos visavam a melhor integração das cidades e mercados mineiros entre si e o aperfeiçoamento das ligações com a cidade do Rio de Janeiro.

O mercado de Minas, tanto interno quanto externo, dependia muito da qualidade das vias para seu desenvolvimento. Abordando estas questões também em níveis local e regional, Godoy e Barbosa observaram que o baixo desenvolvimento da infra-estrutura da província, na segunda metade do século XIX, vinha prejudicando seriamente o comércio, abastecimento, comunicação e a administração pública. A partir das respostas aos ofícios da presidência da província, os autores tiveram contato com as queixas dos vereadores

---

<sup>424</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo e Cia., 17 de março de 1856, Rio de Janeiro.

<sup>425</sup> LENHARO, 1979, Op. Cit., pp. 57-67.

<sup>426</sup> GODOY, Marcelo Magalhães & BARBOSA, Lidiany Silva. “Uma outra modernização: transportes em uma economia não exportadora (1850-1870)”. IN: **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2006.

municipais a respeito do estado das estradas e dificuldades de trânsito de pessoas, mercadorias e comunicação<sup>427</sup>.

Com base no cruzamento das cartas de Francisco Eugênio para Gervásio em março de 1856, ambas citadas acima, podemos verificar que o autor, Francisco Eugênio, no dia 13, informava ao sobrinho que as cargas não tinham sido despachadas por falta de condução para Carrancas, então aguardava uma nova para São João del Rei. Quatro dias depois, o comerciante escrevia novamente noticiando que havia conseguido enviar algumas cargas para a cidade mineira. O problema do transporte e da comunicação provavelmente interferia nas relações entre Gervásio e seus comerciantes. Os riscos de perdas das cargas eram grandes e tais prejuízos gerariam “desconforto” nas relações entre comprador, vendedor e tropeiro. Afinal, quem era o responsável pela carga perdida? Em 8 de março de 1893, Gervásio recebeu a carta de um seu consignatário em Carandaí, Policarpo Rocha, a respeito do vinho enviado para a comercialização. Na carta, o comerciante informava ao fazendeiro que, devido à viagem, o vinho havia vazado no trajeto, molhando outros produtos e que ainda estava azedo<sup>428</sup>. Dois meses depois, 3 de maio, o comerciante Policarpo escreveu novamente a Gervásio fazendo a mesma reclamação do vazamento da carga no transporte e a deterioração do produto em função da viagem e do vasilhame<sup>429</sup>.

Somente para ratificar a preocupação com o estado das estradas e seus perigos, em pós-escrito na carta de 7 de maio de 1855, Francisco Eugênio perguntava se o sobrinho e Francisco haviam feito feliz viagem.

O estado das estradas gerava muitas preocupações, perdas e ainda encareciam os produtos. Na carta de José Pedro Guimarães, o comerciante cobrou de Gervásio quatrocentos mil e quatrocentos réis (400\$400) pelo transporte das cargas do Rio a São João. O valor é bastante considerável mesmo sem sabermos o que havia sido transportado. Provavelmente, a carga era bastante volumosa. Já Luciano de Castro, cobrou quase duzentos mil réis pelo transporte de cargas mais perigosas, como pólvora e fogos da China. Como afirmamos acima, não sabemos quais os critérios para formação dos custos do carroto, contudo, várias condicionantes, tais como preço da carga, volume, estado das

---

<sup>427</sup> Idem.

<sup>428</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Policarpo Rocha, 8 de março de 1893, Carandaí.

<sup>429</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Policarpo Rocha, 3 de maio de 1893, Carandaí.

estradas, tipos de cargas, habilidades e “fama” de bom condutor, entre outros, interferiam no valor total do transporte.

Além da praça carioca, Gervásio fazia compras em casas comerciais distribuídas pela comarca do Rio das Mortes. Nas “contas de vendas” dessas casas também percebemos que as compras eram realizadas através de pedidos, com pagamentos a prazo, recurso do crédito, abatimento parcial das contas e ordens de pagamento. Enfim, a mesma prática recorrente no mercado da Corte era também utilizada na comarca mineira. Consoante a prática evocada na praça lisboeta no século anterior, o acesso ao crédito era garantido mais pela credibilidade e confiança no pagamento das letras, que na fortuna do indivíduo<sup>430</sup>. Nesse sentido, a boa fama, as relações sociais e o conhecimento dos envolvidos também eram hábitos cultivados para atuação no mercado local e regional.

De maneira geral, as compras de Gervásio Pereira Alvim, na praça carioca e em outras praças mineiras, se constituíam de fazendas secas importadas e nacionais. O fazendeiro adquiria tecidos (sedas, chitas, baetas) e lenços, material de costura (linhas, botões, fitas), chapéus, especiarias e temperos (cravo da Índia, erva doce, canela, pimenta do reino), bebidas (vinhos e cerveja), louças, fumo, rapé, pregos, pregos para ferrar, freios, arames, pólvora, espoletas, chumbo, espingardas, entre outros. Esses produtos serviam para abastecer tanto a sua fazenda quanto seu negócio.

No movimento inverso, Gervásio enviava gado, café e, por volta dos anos finais da década de 1870 e até a de 1890, vinho para os mercados carioca e mineiro.

O comércio de gado entre Minas e o Rio de Janeiro foi anterior à chegada da Corte portuguesa ao Brasil. De acordo com Mafalda Zemella, após a crise da mineração, a produção agrícola e pecuária ganhou maior impulso e a região da comarca do Rio das Mortes, que já estava em processo de reorientação econômica, voltou-se, com mais afinco, para a produção de alimentos e animais<sup>431</sup>. A produção da comarca mineira passou a abastecer outros mercados fora dos limites administrativos da capitania, como por exemplo, no ano de 1765, fazendeiros de Minas enviavam suas primeiras boiadas para o Rio de Janeiro, sendo que, em 1756, já enviava gado para São Paulo em concorrência com os abastecedores do sul da América portuguesa<sup>432</sup>.

---

<sup>430</sup> PEDREIRA, 1995, Op. Cit., pp. 418-434.

<sup>431</sup> ZEMELLA, 1990, Op. Cit., pp. 209-235

<sup>432</sup> PRADO JÚNIOR, 1981, Op. Cit.; BERGARD, 2004, Op. Cit.

No século seguinte, sobretudo após a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, a demanda por mercadorias cresceu significativamente. A capitania e, depois, província de Minas Gerais, se tornou uma das principais abastecedoras de gado vacum, muar e cavalari da Corte. Segundo Renato Leite Marcondes, mesmo com o retorno da Corte portuguesa para Lisboa, o mercado carioca continuou como principal destino do comércio de gado de Minas, São Paulo e dos campos do sul, uma vez que os rebanhos fluminenses não supriam as demandas<sup>433</sup>. Durante todo o século XIX, a cidade do Rio de Janeiro e outras regiões da província, principalmente, as zonas de produção de açúcar e café, contribuíram para o crescimento do comércio de animais.

O envio de gado em pé para a Corte necessitava de uma ampla estrutura de suporte e apoio. De acordo com Marcondes, esta estrutura compreendia de pastos para internada e engorda ou simples descanso, ranchos para abrigo dos condutores e animais, bem como alimentação e pessoas que auxiliassem no manejo e venda dos animais<sup>434</sup>. Buscando este apoio, Gervásio Pereira Alvim escreveu a Manoel Esteves pedindo-lhe permissão para fazer um pouso com sua tropa na fazenda do último no final de novembro de 1850. Na carta resposta, em 21 de outubro do mesmo ano, Manoel dizia ter grande satisfação em receber notícias do fazendeiro e *“sobre os gados não me incomoda eles ficar este ano o que me incomoda é a falta de pastos, que está tudo seco, e faça sim a vontade de Deus”*<sup>435</sup> (sic) (grifos meus), o fazendeiro estava, então, aguardando Gervásio no final de novembro.

Na capital do Império do Brasil, um velho conhecido da família, principalmente do capitão Gervásio do Carmo, cuidava da comercialização dos animais enviados pelo fazendeiro Gervásio. Joaquim Manoel Alves de Araújo, comerciante na praça carioca, era o responsável pela venda do gado de Gervásio Pereira Alvim, negócio feito pelo regime de consignação.

Em 6 de fevereiro de 1852, o comerciante Joaquim Manoel escreveu a Gervásio respondendo-lhe a carta de 19 próximo passado e vinda com o capataz Thomas de Santana, acompanhante de 71 reses. Na missiva, o autor informou-lhe que havia vendido o gado no valor unitário, por cabeça, de vinte mil e quinhentos réis (20\$500), totalizando,

---

<sup>433</sup> MARCONDES, Renato Leite. “Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro”. IN: **Topoi: Revista de História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, Número 2, março de 2001, pp. 41-71.

<sup>434</sup> Idem, p. 53.

<sup>435</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Manoel Esteves, em 21 de outubro de 1850, sua casa.

então, em um conto quatrocentos e cinquenta e cinco mil quinhentos réis (1:455\$500). Segundo o comerciante, não era possível vender os animais no valor pedido por Gervásio porque eles não estavam gordos “*tanto que foi para o pasto*” e também não serviam para o corte<sup>436</sup>. Dessa forma, Joaquim Manoel procurou justificar o preço da venda.

Segundo Alcir Lenharo, este sistema de consignação era muito comum entre os fazendeiros mineiros e os comerciantes cariocas, sendo que os primeiros sofriam muito com as artimanhas dos últimos. De acordo com Lenharo, o produtor devia entregar seus gêneros ao comerciante, sem que os preços fossem estipulados e aguardar pela comercialização dos mesmos para poder, então, acertar o pagamento de seus produtos. No entanto, no meio do caminho, a falta de preço estabelecido e/ou a liberdade de comercialização favoreciam ao comerciante, pois ele poderia muito bem manipular a venda e o preço arbitrariamente, alegando desequilíbrios do mercado, diminuição da procura ou perecibilidade da mercadoria comercializada<sup>437</sup>. Pode ser que no caso de Gervásio, o comerciante Joaquim Manoel tenha sido “honesto” com a venda e o repasse de capital para o fazendeiro, pois a viagem de Minas para o Rio era bastante longa e desgastante para os animais, e, assim, o comerciante tinha feito o melhor que pôde. Daí, Gervásio mandar-lhe mais animais para a venda.

No entanto, ao enviar três reses de gado vacum para Manoel dos Passos Pereira vender em São João del Rei, percebemos pela carta resposta que o fazendeiro teve prejuízos na comercialização e o intermediário alegava que tal fato ocorreu devido a grande abundância de gado na cidade. Manoel sugeria que Gervásio havia comprado mal o gado e que ele, missivista, não havia tido lucro algum com tal transação. Segundo Manoel:

Amigo e senhor, recebi sua estimada que acompanhou as três rezes que nela me participou, e lhe remeto cem mil réis (...) **de todo não tenho algum lucro**, mas as rezes quando muito podiam aqui se ler o que Vossa Mercês diz aí deu por elas, **pois bem sabe a abundância de gado que é, por isso para a outra vez veja se compra melhor. Quanto ao outro faça o possível para que ele se conserve gordo que acabando o que tenho talvez façamos negócio.**<sup>438</sup> (grifos meus)

<sup>436</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Joaquim Manoel Alves de Araújo, 6 de fevereiro de 1852, Rio de Janeiro.

<sup>437</sup> LENHARO, 1979, Op. Cit., p. 93.

<sup>438</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Manoel dos Passos Pereira, em 2 de maio de 1852, São João del Rei.

Voltando aos negócios entre Joaquim Manoel e Gervásio: no ano seguinte, em 3 de março de 1853, o mesmo Thomas de Santana acompanhou nova remessa de gado de Gervásio para o comerciante carioca. Desta vez, o capataz levara 65 reses. Na carta respondida ao comerciante mineiro, Joaquim Manoel informava que havia vendido o gado, porém, não noticiou o valor conseguido nas “fazendas”<sup>439</sup>.

Embora a tropa tenha chegado em 3 de março, somente no dia 29 do mesmo mês que o comerciante lançou a “conta de venda” das 65 reses consignadas a ele por Gervásio. Provavelmente, os animais estavam no pasto se recuperando da longa viagem e esperando o comprador ir buscá-los.

Pela “conta de venda”, percebemos que o gado foi mais bem comercializado que a remessa do ano anterior. Neste ano, o comerciante carioca vendeu 61 animais a um único comprador, que infelizmente não conseguimos identificar o nome, que pagou o total de um conto quatrocentos e três mil réis (1:403\$000) e os outros quatro a diversos compradores no valor total de cento e cinco mil réis (105\$000), totalizando, então, toda a venda em um conto quinhentos e oito mil réis (1:508\$000)<sup>440</sup>. Ora, a venda, em 1852, de 71 reses foi de um conto quatrocentos e cinquenta e cinco mil quinhentos réis (1:455\$500). Nesta, se fizermos uma análise do valor unitário de cada animal observamos uma maior valorização das fazendas de Gervásio. Em 1852, o gado foi vendido a vinte mil e quinhentos réis (20\$500), já em 1853, o comprador das 61 reses pagou em média vinte e três mil réis (23\$000) por cada animal e os outros compradores pagaram, em média, vinte e seis mil duzentos e cinquenta réis (26\$250).

Na prestação das contas, podemos observar um pouco mais deste comércio. O valor total conseguido nos animais foi de um conto quinhentos e oito mil réis (1:508\$000), deste valor foram abatidos cento e cinquenta e sete mil e duzentos e quarenta réis (157\$240), distribuído da seguinte maneira: despesas com o capataz Santana, sessenta e sete mil réis (67\$000); despesas gerais, quarenta e cinco mil réis (45\$000); 3% do valor da venda ao comerciante, quarenta e cinco mil duzentos e quarenta réis (45\$240). Segundo consta a conta, o comerciante Joaquim Manoel deveria entregar a Francisco

---

<sup>439</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Joaquim Manoel Alves de Araújo, 3 de março de 1853.

<sup>440</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Conta de Venda de Joaquim Manoel Alves de Araújo, 29 de março de 1853, Rio de Janeiro.

Eugênio de Azevedo a quantia de um conto trezentos e cinquenta mil setecentos e sessenta réis (1:350\$760).

Em 4 de maio de 1853, Francisco Eugênio recebeu de Joaquim Manoel Alves de Araújo a quantia de um conto cento e setenta e três mil e quatrocentos réis (1:173\$400) para ser creditado em conta de Gervásio Pereira Alvim<sup>441</sup>. Não temos certeza se este dinheiro entregue ao tio de Gervásio era referente à venda dos animais no mês de março passado. Se for, observa-se que cento e setenta e sete mil e trezentos e sessenta réis (177\$360) foram desviados do pagamento. Senão, tratou de uma nova remessa de animais para a praça carioca.

No comércio de gado observamos, assim com Renato Marcondes, Maria Thereza Petrone e Cláudia Chaves<sup>442</sup>, que Gervásio não tratava diretamente das vendas e transporte dos animais, embora fosse a capital do Império para resolver outras questões. Um capataz tropeiro acompanhava a tropa da fazenda na Lage até a Corte, enquanto o comerciante consignatário tratava não só de vender, mas também de arranjar pouso e pastos para os animais se recuperarem e de auxiliar com informações a respeito da cotação dos produtos para se fazer boas vendas.

Neste sentido, a preocupação com a informação era fundamental para o bom desenvolvimento dos negócios. Segundo Fernand Braudel, o acesso às notícias era difícil, elas corriam lentamente às vezes se perdiam bons negócios e/ou se faziam péssimos arranjos devido ao tempo gasto para que as informações chegassem<sup>443</sup>. Em especial, no mercado de animais, era muito importante saber a cotação dos produtos e a demanda por eles nas praças de comércio para ter lucro e sucesso com a atividade. Renato Marcondes, ao trabalhar o abastecimento de gado da Corte entre os anos de 1801 e 1811, apresentou as articulações entre os envolvidos no comércio de gado, no qual o fazendeiro, dependendo da cotação do produto ou do número de animais enviados a cidade, segurava ou liberava a tropa para a comercialização na praça carioca. O autor cita o exemplo do

---

<sup>441</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo da casa mercantil Francisco Eugênio de Azevedo e Cia., 4 de maio de 1853, Rio de Janeiro.

<sup>442</sup> MARCONDES, 2001, Op. Cit., pp. 54-61; PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976. (Brasiliana, v.361); CHAVES, 1999, Op. Cit.

<sup>443</sup> BRAUDEL, 1998, Op. Cit., pp. 353-382.

comerciante de gado Antônio da Silva Prado, futuro barão de Iguape<sup>444</sup>, que recebendo uma carta João Francisco Vieira, em dezembro de 1822, com notícias a respeito do preço da cabeça de gado a dez mil duzentos réis (10\$200), liberou sua tropa para ser comercializada no Rio de Janeiro<sup>445</sup>.

Quanto à atuação de Gervásio no comércio do café, possuímos duas cartas que informam sobre sua participação. Em 2 de setembro de 1855, Flávio J. da Silva Filho respondia a carta de Gervásio Pereira Alvim. A missiva de Flávio foi bastante sucinta. Nela, o autor dizia ter grande satisfação em receber notícias do fazendeiro, se recomendava, assim como seus pais e irmãos, a todos os familiares de Gervásio e informava que *“dentro desta [voltava] 6\$000 q. V.S. remeteu para ir 2 @ de café e não vai por não ter nenhum e nem temos porção q. possa vender”*<sup>446</sup>.

A carta com pouco assunto, nos mostra uma tentativa de Gervásio de comprar café. Talvez, a aquisição deste fosse para uso particular e/ou comercialização em seu negócio, devido a pouca quantidade requerida, aproximadamente, 30 quilos.

Alguns anos depois, em 1867, Gervásio escrevia a seu primo José de Resende Monteiro, morador em Providência<sup>447</sup>, lhe pedindo alguns favores e informações. Na carta resposta, de 12 de novembro de 1867, José respondia a Gervásio:

...Respondendo sua carta vinda pelo Lucas, tenho a dizer-te que **tendo eu dado a Joaquim Pinto café para apanhar este ano futuro, o que já há tempos está prometido, não te posso oferecer vantagem;** mas querendo mostrar os bons desejos que nutro em seu favor, pode vir com 3 pessoas em princípios de maio. **O mercado de café tem estado desanimador, pouco ou quase nada tem dado este gênero, apesar de excelentes notícias d’Europa: tudo no país se acha falseado e sem esperanças de tão cedo voltar a seu estado normal. Cheguei a 4 dias da Corte e vi que tudo caminha mal. Joaquim Pinto pouco fez no café quando esperava tirar alguma vantagem e assim nos tem acontecido.** Por enquanto se te deliberares pode vir no tempo

<sup>444</sup> Sobre a atuação de Antônio da Silva Prado no comércio de gado ver: PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976. (Brasiliana, v.361).

<sup>445</sup> MARCONDES, 2001, Op. Cit., pp. 53-54.

<sup>446</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Flávio J. da Silva Filho, em 2 de setembro de 1855, Sua casa.

<sup>447</sup> Providência é um distrito pertencente ao município de Leopoldina, na Zona da Mata mineira, onde foi instalado, em 1874, uma estação da Estrada de Ferro Leopoldina (Estação da Providência). Ali foi uma importante região produtora de café em Minas Gerais no século XIX. Sobre a formação da cafeicultura em Minas, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)**. Bauru, SP: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2005.

acima aludido. (...) Tio, primo, amigo, obrigado, criado.<sup>448</sup>(grifos meus)

Pela carta, observamos o interesse de Gervásio pela comercialização do café e por notícias dos mercados nacional e internacional. Novamente, a questão da informação para o sucesso dos negócios e a preocupação com bons acertos mercantis estavam presentes nas ações de Gervásio. Ele fora um comerciante e fazendeiro que, apesar dos problemas financeiros enfrentados nos anos de 1860, procurava a racionalidade de seus negócios e a manutenção das contas em equilíbrio.

Nos anos seguintes, por volta do final da década de 1870 até os anos de 1890, Gervásio passou a produzir e comercializar vinhos nos mercados de Minas e no Rio de Janeiro. Este comércio era feito por consignação a comerciantes mineiros que, tanto vendiam em seus estabelecimentos na província/estado, quanto enviavam para a cidade carioca.

Interessante observar que nestes anos, o país passava pela “modernização” dos transportes, com a implantação das estradas de ferro, e Gervásio utilizava deste novo transporte para enviar suas cargas ao Rio de Janeiro e outras praças mineiras. Em 14 de junho de 1889, o fazendeiro recebeu uma circular da Estrada de Ferro D. Pedro II, na qual foi concedido a ele o transporte gratuito do vinho produzido em sua fazenda e que por ele fosse despachado em uma das estações da Estrada de Ferro Oeste de Minas<sup>449</sup>.

### 3.5 Os negócios regionais

Até o momento, temos abordado as relações mercantis entre o fazendeiro e outros comerciantes sediados em importantes praças comerciais do país, Rio de Janeiro e São João del Rei, no século XIX. No entanto, nesta seção, procuramos analisar os negócios firmados na região<sup>450</sup> com outros homens, moradores nas redondezas, às vezes vizinhos,

<sup>448</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por José de Resende Monteiro, em 12 de dezembro de 1867, Providência.

<sup>449</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Circular da Estrada de Ferro D. Pedro II, 14 de junho de 1889, Rio de Janeiro.

<sup>450</sup> Negócios regionais são aqui entendidos como as trocas internas as antigas fronteiras administrativas da comarca do Rio das Mortes no início do século XIX. Gervásio manteve negócios com homens espalhados por vários distritos e quarteirões, como por exemplo, Oliveira, Carandaí, quarteirão do Mosquito,

outras vezes com parentes, ou ainda amigos, cujo objetivo é perceber a dinâmica das relações cotidianas e a produção de riquezas que possibilitaram a circulação de Gervásio no mercado carioca.

Embora não possuímos o inventário, tampouco o testamento de Gervásio, sabemos que ele teve sucesso em suas atividades, apesar dos percalços vividos na década de 1860. Quando Gervásio faleceu, em 1902, sua esposa, dona Maria Salomé escreveu ao coletor estadual de Tiradentes pedindo a abertura do inventário do marido, pois o mesmo havia falecido com bens no distrito da Lage e no de Entre Rios e o casal tinha herdeiros maiores<sup>451</sup>. Consoante a estas informações, buscaremos, a partir dos diversos negócios regionais do fazendeiro, desde encomendas e pedidos de produtos até compras de terras e escravos e firmamentos de créditos agrários, perceber o processo de construção do sucesso e fortuna de Gervásio Pereira Alvim.

Gervásio Pereira Alvim, durante sua vida, consorciou atividades mercantis com agrárias. Além da fazenda em que vivia, nos Campos Gerais, ele mantinha na estrada da Lage um rancho para pouso de tropas e um negócio. Assim, os produtos adquiridos na praça de comércio do Rio de Janeiro e em São João del Rei, ora serviam para o abastecimento de sua fazenda, ora serviam para serem comercializados ali no distrito da Lage e região.

Enfim Gervásio fora um homem de muitos negócios, ao mesmo tempo em que fazia compras de produtos manufaturados na praça carioca para revender em seu negócio, ele também adquiria bens para incrementar sua produção na fazenda, que possibilitaria sua participação no comércio interprovincial. Assim, em 11 de outubro de 1852, Gervásio assinava um “crédito” de dívida com José Esteves dos Santos, no valor de seiscentos e quarenta e quatro mil réis (644\$000), “*provenientes do resto de nossas contas de gado*”. O crédito deveria ser pago dentro de um prazo de dois meses e, na falta, deveria pagar prêmio de um por cento ao mês, “*sem tudo por dívida alguma*” e para firmeza, obrigava os bens presentes e futuros<sup>452</sup>.

---

Barbacena, os quais já na década de 1850 não faziam mais parte das fronteiras da comarca do Rio das Mortes. Ver: CARVALHO, 1917, Op. Cit.; GODOY, 1996, Op. Cit.; PAIVA, 1996, Op. Cit.

<sup>451</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta de Maria Salomé ao coletor estadual de Tiradentes, em 18 de novembro de 1902, Lage.

<sup>452</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Crédito de José Esteves dos Santos, em 11 de outubro de 1852, Salitre.

No mesmo sentido, em 17 de janeiro de 1855, Gervásio comprou dois burros de João Antônio Coelho, no valor de cento e cinquenta e cinco mil réis (155\$000), para serem quitados no prazo de um ano<sup>453</sup>. Uma parte do pagamento foi realizada via recebimento de “*gêneros de negócios*”, no valor de setenta e cinco mil réis (75\$000), em 8 de fevereiro de 1856<sup>454</sup>.

Alguns anos depois, em 30 de março de 1869, ainda no comércio de gado, Gervásio comprou do tenente Joaquim Lopes Picado uns garrotes no valor de sessenta mil réis (60\$000). O pagamento deveria ser feito da data do acordo até três meses depois e, na falta, os juros seriam de um por cento ao mês. Para tanto, o fazendeiro assinava “*sem disso por dúvida alguma, tanto em Juízo como fora dele, e para cuja satisfação obrigo meus bens havidos e por haver e deste os mais bens parados até seu último embolso*”<sup>455</sup>.

Pelos “créditos” citados acima, percebemos as articulações de Gervásio para poder participar do mercado interprovincial. Os animais adquiridos serviam tanto para comercialização, no caso do gado e dos garrotes, como para transporte de cargas, no caso dos burros. Como Gervásio comercializava alguns artigos produzidos em sua fazenda, como por exemplo, açúcar, fubá, milho, feijão, toucinho, queijos, vinhos, entre outros, ele necessitava ter animais que servisse no transporte.

Gervásio também mantinha interesse pela mão-de-obra escrava. Mesmo após a Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico de escravos africanos para o Brasil, o fazendeiro continuou a adquirir escravos, porém com certa dificuldade. Primeiro porque após o fim do tráfico atlântico, o preço do cativo aumentou muito e também porque os ventos da escravidão não estavam tão favoráveis. Em 3 de maio de 1854, Claudina Maria do Nascimento, lhe escrevia a respeito de uma escrava e suas “crias” que Antônio de Moraes queria lhes vender. Segundo a autora da missiva, ela tinha interesse nos escravos e já tinha se “*arranjado com ele*” e tanto ela, quanto Antônio de Moraes esperavam uma resposta do compadre “*para ver se contratam*”, caso contrário, os escravos iriam para a praça<sup>456</sup>.

---

<sup>453</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Crédito de José Antônio Coelho, em 17 de janeiro de 1855, Lage.

<sup>454</sup> Idem.

<sup>455</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Crédito do tenente Joaquim Lopes Picado, em 30 de março de 1869, Curalinho, distrito da Lage.

<sup>456</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Claudina Maria do Nascimento, 3 de maio de 1854, Prados.

Antônio de Moraes e Gervásio haviam herdado de dona Maria Joaquina, mãe de Claudina, a escrava Germana e sua “produção”, José e Bárbara. O primeiro possuía oito partes e Gervásio duas partes neste monte. Para solucionar a questão da posse dos referidos escravos, Gervásio, Antônio e Claudina fizeram dois acordos entre eles. Com Antônio, Gervásio acertou a partilha da seguinte maneira, o primeiro ficaria com a posse da escrava Germana e “*hum pardinho, filho da mesma de nome José*”, enquanto Gervásio ficaria com Bárbara e ainda voltava a Antônio setenta mil réis para completar seu legado<sup>457</sup>. Provavelmente, Antônio havia vendido uma parte da escrava Bárbara a Claudina, pois Gervásio teve que comprar dela a sua parte na escravinha Bárbara para efetuar a posse total sobre a dita escrava. Neste novo acordo, Gervásio pagou cento e setenta mil réis a Claudina<sup>458</sup>.

Alguns anos depois, em 22 de agosto de 1858, Gervásio comprou de Jerônimo Gomes de Sande uma parte da escrava Inês, que o vendedor herdou de sua sogra dona Pudenciana do Patrocínio. Pela parte, o fazendeiro pagou quatrocentos e vinte mil réis (420\$000)<sup>459</sup>. No ano seguinte, em 13 de abril de 1859, Gervásio comprou mais algumas partes da dita escrava Inês de Francisco Xavier da Silva, também herdeiro de dona Pudenciana do Patrocínio, pela quantia de seiscentos mil réis (600\$000)<sup>460</sup>. Um mês depois, em 15 de maio, o fazendeiro tomou posse total de Inês, pagando mais oitenta mil réis (80\$000) ao mesmo Francisco Xavier pelo restante da escrava<sup>461</sup>.

Todavia, a escrava não agradou muito ao novo proprietário ou então tinha “qualidades” que agradaram mais a Francisco de Assis Resende que Gervásio. Em 2 de setembro de 1859, Gervásio e Francisco de Assis Resende realizaram uma troca de bens. No acordo, Gervásio, que era senhor de Inês, e Francisco, senhor de Rufina, fizeram uma permuta entre eles das ditas escravas. Gervásio se tornou “*senhor e possuidor*” de Rufina,

---

<sup>457</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Acordo entre Gervásio Pereira Alvim e Antônio de Moraes, 7 de março de 1855, Lage.

<sup>458</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Acordo entre Gervásio Pereira Alvim e Claudina Maria do Nascimento, 7 de dezembro de 1856, Lage.

<sup>459</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Documentação particular de Gervásio Pereira Alvim: Acordo entre Gervásio Pereira Alvim e Jerônimo Gomes de Sande, 22 de agosto de 1858, Lage.

<sup>460</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Documentação particular de Gervásio Pereira Alvim: Acordo entre Gervásio Pereira Alvim e Francisco Xavier da Silva, 13 de abril de 1859, Lage.

<sup>461</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Documentação particular de Gervásio Pereira Alvim: Acordo entre Gervásio Pereira Alvim e Francisco Xavier da Silva, 15 de maio de 1859, Lage.

enquanto Francisco, de Inês. O acordo selou a troca e afirmou o direito de ambos de dispor e puni-las como suas propriedades<sup>462</sup>.

Além destes acordos, Gervásio firmou outros com fazendeiros da região a compra e venda de escravos, ora de parte, ora de todo. Em 10 de julho de 1865, Francisco Machado Resende assinou um recibo no valor de três contos de réis (3:000\$000) que lhes foram entregues por seus sobrinhos, filhos de Gervásio, referente a compra de uns escravos. Diante do pagamento, Francisco confirmava a venda dos escravos e que passaria a escritura deles aos referidos sobrinhos<sup>463</sup>.

A posse de escravos era imprescindível para o funcionamento da fazenda. Embora a escravidão tenha sofrido forte golpe com a abolição do tráfico e, posteriormente, as leis graduais da abolição, a economia era ainda baseada na utilização da mão-de-obra cativa. O escravo permanecia como bem de distinção e representação de fortuna, sobretudo no ambiente rural, pois no urbano, o padrão da composição das fortunas estava em mudança. Gervásio enquanto um fazendeiro tinha interesses em adquirir mão-de-obra para trabalhar em suas terras. Em especial, Gervásio adquiria mais escravos. Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira, ao estudar a escravidão e riqueza no distrito da Lage, observou o número de crianças cativas nas listas dos bens inventariados e destacou o alto valor dado a elas pelos avaliadores<sup>464</sup>. Talvez, a preferência por mão-de-obra cativa feminina, por parte do fazendeiro Gervásio, representasse mais a tentativa de reprodução endógena da escravidão que simples aquisição mais em conta de cativos, haja vista que as escravas eram menos preteridas e, portanto, com valor mais baixo. De fato, no testamento de dona Ana Antônia Umbelina de Paiva, mãe de Gervásio, datado de 1880, a testadora faz referência a venda das “crias” de suas cativas<sup>465</sup>.

Contudo, após a promulgação da lei do Ventre Livre, em primeiro de outubro de 1873, o filho de Gervásio, Gervásio de Assis Resende, participou a coletoria de São José a

---

<sup>462</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Acordo entre Gervásio Pereira Alvim e Francisco de Assis Resende, 2 de setembro de 1859, Lage.

<sup>463</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibo de Francisco Machado de Resende, 10 de julho de 1865, Lage. (Recibo dos filhos de Gervásio Pereira Alvim).

<sup>464</sup> TEIXEIRA, 2006, Op. Cit., pp. 125-142.

<sup>465</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, testamento: Ana Antônia Umbelina de Paiva, 1880, caixa 99.

venda de quatro escravos homens e três escravas mulheres para o município de Mar de Espanha, na zona da Mata Mineira, no dia 20 de agosto de 1873<sup>466</sup>.

Como fazendeiro, proprietário de terras e escravos, Gervásio também tinha interesse em investir na posse de mais terras, casas e chácaras no distrito e na região. Em 16 de janeiro de 1856, Gervásio comprou de Ponciano José de Resende, como meeiro de Claudina Maria de Jesus, e de Clementina Maria de Jesus a terceira parte de chácara denominada José Alves, que era composta por quintal e casa. Pela terceira parte da propriedade, o fazendeiro pagou dez mil réis (10\$000)<sup>467</sup>.

Em 11 de julho de 1867, Gervásio comprou dois alqueires e meio de terras, na paragem denominada de Paiol, de Maria Pedrosa de Resende. As terras eram compostas por matas e capoeiras e foram compradas no valor de trinta mil réis (30\$000)<sup>468</sup>. Alguns anos antes, em 10 de novembro de 1856, o tio de Gervásio, o vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim, comprou algumas porções de terras da mesma dona Maria Pedrosa de Resende, fruto da partilha dos bens de Simplício Ferreira dos Santos, seu falecido marido. A compra de Gervásio completava a do vigário. O padre Joaquim Carlos, em 1856, comprou:

metade dos campos no lugar chamado Almeida principiando no fim do brejo q. deságua no [córrego] q. vem da capoeira da Pedra e por este até o fim do brejo e muro da divisa e mesmo um restante de campo para fora do dito lugar e também no lugar denominado Paiol<sup>469</sup>.

A aquisição do vigário foi no valor de cento e quarenta mil réis (140\$000). Como Maria Pedrosa não sabia ler e nem escrever, que lhe fez e assinou o acordo fora Gervásio Pereira Alvim.

Na década de 1880, Gervásio fez mais alguns investimentos em terras. Em 2 de novembro de 1882, o fazendeiro comprou alguns alqueires de terra na região da fazenda

---

<sup>466</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Escritura de venda de escravos de Gervásio de Assis Resende a coletoria de São José, 1 de outubro de 1873.

<sup>467</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Acordo entre Gervásio Pereira Alvim e Ponciano José de Resende e Celestina Maria de Jesus, 16 de janeiro de 1856, Lage.

<sup>468</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Documentação Privada de Gervásio Pereira Alvim: Acordo entre Gervásio Pereira Alvim e Maria Pedrosa de Resende, 11 de julho de 1857, Lage.

<sup>469</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Acordo entre vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim e Maria Pedrosa de Resende, 10 de novembro de 1856, Lage.

do Rio dos Bois de sua irmã Rita de Cássia de Resende, no valor de cento e setenta mil réis (170\$000)<sup>470</sup>. Em exatos quatro anos depois, 2 de novembro de 1886, Gervásio e Maria Salomé, sua esposa, trocaram umas terras com Custódio de Paula Vieira e sua esposa, Messias Carolina de Paula. Infelizmente, no acordo feito entre as partes eles não deixaram claras as medidas das terras e onde localizavam, simplesmente, fizeram a troca “*da capoeira na picada do lado de cá [...] pela capoeira que divide com Gervásio pelo caminho que vai para a picada*”<sup>471</sup>.

A atuação de Gervásio, no entanto, não se resumia as atividades agrárias. Ele ainda atuava no comércio regional. No seu estabelecimento mercantil, no negócio e rancho de tropas na estrada da Lage, Gervásio comercializava alguns produtos enviados da Corte e de outras praças mineiras. Em algumas cartas enviadas a ele, os remetentes solicitavam o envio de cargas para suas fazendas. Assim, Manoel Esteves ao tomar conhecimento que Gervásio iria para sua fazenda, lhe pediu para levar meia arroba de “*asso*” e oito libras de chumbo. Já João de Moraes, em 8 de fevereiro de 1850, escreveu a Gervásio pedindo-lhe o favor de comprar alguns tecidos para vestido, um chapéu, um lenço de seda, um xale, um corte de sapato, meias, seis varas de paninho, seis varas de fita azul, meia terça de veludo preto, uma oitava de retrós preto e oito botões e enviar tudo com o portador<sup>472</sup>. Às vezes, Gervásio fazia papel de intermediário de outros fazendeiros para comprar produtos na praça carioca e em outras mineiras.

No comércio regional também se observa à prática das compras a prazo e o intensivo recurso ao crédito. Porém, se na Corte o recurso ao crédito era também uma estratégia de ter credibilidade, nas relações locais e regionais a falta de numerário circulante pesava mais e era uma das condicionantes da utilização do crédito. Gervásio, por exemplo, ao comprar de Francisco Xavier da Silva algumas partes na escrava Inês, no valor de seiscentos mil réis (600\$000), fez um crédito no valor de trezentos e setenta e dois mil réis (372\$000) com o mesmo, “*cuja quantia proveniente do negócio que*

---

<sup>470</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Acordo entre Gervásio Pereira Alvim e Rita de Cássia Resende, em 2 de novembro de 1882, Lage.

<sup>471</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Acordo entre Gervásio Pereira Alvim e sua esposa, Maria Salomé de Resende, e Custódio de Paula Vieira e esposa, Messias Carolina de Paula, em 2 de novembro de 1886, Lage.

<sup>472</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Documentação Privada de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por João de Moraes, 8 de fevereiro de 1850, sem identificação.

[fizeram] *pelo prazo de seis meses e na falta deste prazo [o pagamento] de juros de dois por cento*<sup>473</sup> e um mês depois aumentou sua dívida com a compra do restante da escrava.

A falta de liquidez no mercado regional formava as cadeias de endividamentos e em momentos de necessidade de meios circulantes o credor fazia cobrança a um seu devedor e este último encaminhava para um seu credor. Exemplo claro dessa relação foi a carta de Dorotéia Francisca para Gervásio solicitando um acerto:

...Como o sr. Fran.<sup>co</sup> Xavier tem de me dar 24\$000 ele me disse que está em sua mão por isso rogo-lhe a vm.<sup>ce</sup> obséquio assim poder dar me que lhe ficarei m.<sup>to</sup> obr.<sup>o</sup>...<sup>474</sup>

Francisco Xavier tinha um crédito de Gervásio e, simultaneamente, era devedor de Dorotéia. Quando esta foi cobrá-lo, Francisco Xavier a mandou pegar com Gervásio o dinheiro do crédito. Dorotéia escreveu, então, para Gervásio pedindo-lhe o acerto.

O fazendeiro Francisco Xavier repassou vários de seus credores para Gervásio. A cadeia de crédito estava estabelecida. Por exemplo, em 10 de novembro de 1861, Francisco escreveu a Gervásio solicitando que entregasse uma quantia do qual é devedor a seu genro, o qual foi seu credor:

...Meu compadre vão por esta roga-lhe o favor mandar a q.<sup>tia</sup> 200\$000 rs. q. preciso m.<sup>to</sup> nesta ocasião por causa de ter comprado uma parte de uma escrava do meu genro tão necessário e por isso quer sem falta q. ele pretende sair nestes dias p.<sup>a</sup> sua casa meu comp.<sup>e</sup> não repare eu lhe aborrecer por q. é preciso, e por q. se eu não comprasse ele vendia a outro...<sup>475</sup>

No entanto, Gervásio não dispunha do capital para o acerto, pois o prazo entre o aviso e a ida do genro de Francisco Xavier a fazenda de Gervásio foi de apenas três dias. Assim, o fazendeiro acabou recorrendo ao tio vigário Joaquim Carlos que pagou a Ponciano, genro de Francisco Xavier, a quantia de cento e cinquenta mil réis (150\$000)<sup>476</sup>.

<sup>473</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Crédito de Francisco Xavier da Silva, 19 de abril de 1859, Lage.

<sup>474</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Dorotéia Francisca, sem data, sem identificação.

<sup>475</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Xavier da Silva, 10 de novembro de 1861, Lage.

<sup>476</sup> Idem, o recibo está firmado junto à carta.

No ano seguinte, o mesmo fazendeiro Francisco Xavier enviava novo credor a Gervásio para fazerem o acerto. No dia 31 de agosto de 1862, bateu a porta de Gervásio o senhor Manoel Nunes com o repasse de crédito de Francisco, no valor de trinta e dois mil e quinhentos réis (32\$500)<sup>477</sup>.

A falta de numerário dificultava os acertos de negócios. Muitas vezes um devedor tinha que contar com um devedor seu que tivesse em posse do dinheiro para conseguir acertar com o seu credor, caso contrário, o acerto não se realizava. Neste sentido, Gervásio ao enviar uma carta a Joaquim Lopes Picado lhe pedindo o dinheiro de que o último era devedor, obteve a resposta:

...Compadre e amigo não lhe posso mandar o dinheiro em razão de hoje não ter em casa também estou esperando receber algum para pagar a q.<sup>m</sup> devo pois os negócios estão como o snr. sabe m.<sup>to</sup> sinto não lhe poder da nessa ocasião e no m.<sup>s</sup> adeus e até lá<sup>478</sup>.

Embora nem Gervásio Pereira Alvim, nem Francisco Xavier da Silva, nem Joaquim Lopes Picado, como outros fazendeiros da região, não tivessem o dinheiro em mãos para os acertos que chegavam até eles, isso não significava que todos eles não tivessem crédito e/ou capital para quitar as dívidas. Simplesmente, eles não tinham meios circulantes naquele exato momento. Justamente por conta disso que algumas dívidas se prolongavam por anos a fio, às vezes, até a morte ou do credor ou do devedor, sem que houvesse ações na justiça de cobrança e/ou perda de credibilidade.

### **3.5.1 O outro lado da moeda: as relações entre Gervásio Pereira Alvim e Manoel Ferreira Rodrigues**

Se na década de 1860 Gervásio Pereira Alvim foi réu numa ação judicial movida pelo comerciante Manoel Gomes de Castro e dona Maria Josefa da Conceição, sofrendo um desgosto social pela cobrança em juízo de uma dívida, alguns anos antes, o fazendeiro e comerciante pressionava das mais variadas formas Manoel Ferreira Rodrigues para o

<sup>477</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Xavier da Silva, 31 de agosto de 1862, Lage.

<sup>478</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Joaquim Lopes Picado, sem data, sem identificação.

pagamento de suas contas. A história, mesmo que parcial, das relações entre Gervásio e Manoel nos permite analisar as articulações regionais e dinâmicas mercantis que possibilitaram a construção de riquezas por parte do fazendeiro e os meios necessários para participar do comércio interprovincial. A história entre eles é marcada pela tensão e pressão por parte de Gervásio sobre Manoel e, para nós, esta iniciou nos anos finais da década de 1840.

Manoel Ferreira Rodrigues, morador no distrito de Prados, era velho conhecido dos familiares de Gervásio. Em 1831, na lista nominativa do distrito, seu fogo, número 182, contava apenas com dois escravos. Ele estava com 23 anos, era casado com Maria Cândida e foi listado como criador de gado. Sua esposa tinha 15 anos e não constou na lista sua ocupação<sup>479</sup>. O casal, muito provavelmente, havia formado o núcleo familiar recentemente e suas posses eram modestas. Tratava-se de um pequeno proprietário de escravos e, infelizmente, não sabemos mais sobre as origens do casal. Sabemos apenas, através da correspondência trocada entre Manoel e Gervásio, que o primeiro também atuava no mercado carioca no comércio de gado.

Os problemas de Manoel com o fazendeiro e comerciante Gervásio começaram a ficar mais tensos quando, no início de abril de 1849, Gervásio ficou sabendo que o primeiro havia feito alguns pagamentos a credores mais recentes. Gervásio, sentindo-se lesado e contrariado com a notícia, escreveu a Manoel, em tom áspero, pedindo o pagamento da dívida de que era devedor. Rapidamente, Manoel respondia ao fazendeiro e comerciante lhe dizendo:

Meu prezado amigo e senhor tenho em minhas mãos a sua estimada carta e muito e muito de perto me tocou o draconismo dela porque o meu amigo tem passado por meu respeito e as minhas faltas que são grandes; ora meu amigo eu conheço toda a sua razão; mas pela sua bondade tenha paciência por mais alguns dias. Amigo procurei dinheiro a prêmio para vm.<sup>ce</sup> e não achei e portanto tenha paciência que eu estou na diligência de pagar a todos que eu devo; enquanto vm.<sup>ce</sup> dizer que paguei a outro freguês mais novo o meu gosto é pagar a todos em geral; assim eu tivesse hoje em minhas mãos o dinheiro para meu amigo que tenha grande gosto; e no entanto tenha paciência comigo por mais alguns dias de que lhe ficarei muito e muito obrigado (...)

---

<sup>479</sup> Lista Nominativa de 1831, distrito de Prados, termo da vila de São José.

De vm.<sup>cc</sup> amigo e freguês que lhe bem estima.<sup>480</sup> (sic)

Apesar do tom duro da carta de Gervásio, denunciado por Manoel em sua carta resposta, as relações entre ambos, mesmo nestes momentos de crise vivenciados pelo criador, era marcada pela “bondade e paciência” de Gervásio frente aos problemas financeiros de Manoel. Desde, pelo menos, 1847 o criador de gado estava com crédito vencido. Em carta enviada em 4 de setembro de 1847, Manoel noticiava a Gervásio que seu capataz havia chegado e, além do grande prejuízo que teve com o comércio de gado, João Manoel não lhe havia enviado os recibos dos dinheiros que havia mandado dar em conta de outros. Pedia Gervásio mais paciência e tempo dizendo que nos próximos dias se não enviasse todo o crédito, enviaria o que pudesse, e aproveitava para confirmar a compra de algumas vacas. Finalizou a carta dizendo “*fique certo que vou fazer todo o esforço afim de que meu amigo vá satisfeito comigo*” e mandou lembranças ao pai de Gervásio, o capitão Gervásio do Carmo, ao vigário Joaquim Carlos e ao major Francisco de Assis, assinando como sendo “*amigo, obrigado e criado*”<sup>481</sup>.

No ano seguinte, 27 de agosto, o criador de gado voltou a escrever para Gervásio. Na missiva, Manoel dizia sentir muita vergonha por suas faltas para com o fazendeiro e que não sabia como explicar o que estava passando para tentar arrumar o dinheiro e efetuar o pagamento dos créditos, afirmando que “*ontem andei todo o dia e não arrumei nada*”. Devido à morte de João Manoel e as muitas falhas acarretadas deste fato para ambos, Manoel autorizava Gervásio a pedir dinheiro a prêmio em seu nome caso encontrasse, como parte do pagamento, ou, então, do contrário, ele mandaria pelo senhor Antônio Pinto. Em razão dos problemas que vinha enfrentando, Manoel avisava a Gervásio também que desistia de um negócio, escrevendo-lhe:

**...eu não quero mais aquele negócio que lhe falei só quero arrumar minha vida: incluso lhe remeto Rs. 600\$000 em notas pelo senhor Manoel Pereira e tenha paciência com esta tão grande falha que me faz muita vergonha**<sup>482</sup>. (grifos meus)

<sup>480</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei, Documentação Privada de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Manoel Ferreira Rodrigues, em 9 de abril de 1849, Prados.

<sup>481</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Manoel Ferreira Rodrigues, 4 de setembro de 1847, Prados.

<sup>482</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Manoel Ferreira Rodrigues, 27 de agosto de 1848, Prados.

Muito possivelmente, os apuros de Manoel eram resultantes de dívida mercantil, ou seja, de produtos manufaturados adquiridos na Corte, já que em 27 de agosto de 1848, Manoel estava partindo para aquela cidade.

No ano seguinte, em 5 de julho, Manoel reclamava com Gervásio que todos com quem contava certo o empréstimo de dinheiro lhe haviam faltado e que não pôde enviar todo o gado para a Corte por não estarem gordos. Enfim, escreveu ao fazendeiro,

**...não tenho de quem me valer senão de vm.<sup>ce</sup> e do snr. cap.<sup>m</sup> Gervásio [pai de Gervásio] tenham paciência atendam o grande prejuízo que eu tenho tido e me esperem mais algum tempo que eu espero pagar a todos sem ser preciso justiça.** Bem me pesa o meu amigo não levar o seu dinheiro pois conheço o q.to me tem esperado e sempre eu a faltar, **mas tudo é por não ter tido bom negócio q. não há quem goste de pagar como eu**, enfim tenha paciência por caridade com este seu am.<sup>o</sup> que assim que eu tiver lhe remeto ou a vm.<sup>ce</sup> ou ao snr. cap.<sup>m</sup>.<sup>483</sup> (grifos meus)

Os problemas de Manoel pareciam somente aumentar. Por sua missiva, observamos que nem mesmo dinheiro a prêmio ele estava conseguindo com os “amigos”. Contava apenas com a “paciência e caridade” de Gervásio e de seu pai, o capitão Gervásio do Carmo, para prorrogar o crédito.

E, de fato, os apuros continuaram a crescer. Nas cartas de 1851, o criador de gado noticiava mais prejuízos na comercialização do gado com a Corte e a impossibilidade de quitação das dívidas, apesar de fazer todas as diligências possíveis para honrar com os compromissos. Mostrava-se bastante abatido com a situação e que estava sofrendo “*incômodos muito graves*” de saúde<sup>484</sup>.

Na última carta, que temos, de Manoel para Gervásio, em 4 de maio de 1852, o missivista em tom bastante cansado e desanimado escreveu:

Meu prezado amigo a sua boa saúde e da Ill.<sup>ma</sup> snr.<sup>a</sup> dona e de todos q.<sup>to</sup> respeitam do Retiro e Campos Gerais é o q.<sup>to</sup> eu e m.<sup>a</sup> mulher lhes desejamos, e m.<sup>to</sup> nos recomendamos, a todos os snr.<sup>es</sup> e snr.<sup>as</sup> eu em particular a vm.<sup>ce</sup>.

<sup>483</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Manoel Ferreira Rodrigues, 5 de julho de 1849, Prados.

<sup>484</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Manoel Ferreira Rodrigues, 14 de fevereiro de 1851, Prados; Carta enviada por Manoel Ferreira Rodrigues, 21 de julho de 1851, Prados.

**Meu amigo com o infeliz estado de m.<sup>a</sup> vida me tem posto em um estado de abatimento e até de esquecimento, é por este motivo q. lhe peço e rogo q. o meu amigo me diga o q.<sup>to</sup> me abati no q. lhe devo, em 2º em q. tempo era e dia lhe passei a clareza de q. quantia, e os recibos q. tem do q. eu tenho dado, **me mande esta minuta q. m.<sup>to</sup> preciso dela para ver si ultimo os meus arranjos si todos quiserem ter contemplação.****

**Com este seu amigo e com os meus pobres filhos, espero a sua resposta de seu amigo e m.<sup>to</sup> obrigado e criado que de coração lhe estima.**

Manoel Ferreira Rodrigues.<sup>485</sup> (grifos meus)

Apesar de todos os reveses, Manoel foi um homem preocupado com as dívidas, com seu crédito, seu nome e mostrava-se muito ciente dos comportamentos de Gervásio e do capitão Gervásio do Carmo nos tempos de maiores apuros financeiros. Dizia-se ter muita estima e afirmava ser muito obrigado a eles pelos atos de “bondade e paciência” frente as suas falhas. Os laços de gratidão e estima, lealdade e fidelidade eram fundamentais nas cadeias de crédito e na organização desta sociedade. Com a baixa circulação de numerário, os processos de endividamento eram corriqueiros e uma das garantias, além do pagamento de prêmios e juros, era os laços de clientela e gratidão que o devedor tinha para com o credor. Estes vínculos favoreciam a construção das amizades assimétricas e das redes de clientelas, sendo estas últimas formadoras das hierarquias sociais e, neste caso, nas hierarquias mercantis<sup>486</sup>. Os laços de solidariedade de Gervásio e de seu pai para com Manoel faziam com que o criador de gado permanecesse um degrau abaixo na hierarquia e mantivesse como um cliente de ambos, reforçando o séquito familiar de Gervásio Pereira Alvim.

Gervásio teve paciência e foi solidário com os problemas enfrentados por Manoel. O criador de gado rogava-lhe “paciência e bondade”, explicando-lhe os grandes prejuízos levados e os motivos de sucessivas faltas. De fato, Gervásio parece ter aceitado os argumentos de Manoel e, apesar das cobranças, nenhuma ação jurídica foi movida contra o devedor. Esta postura mais tolerante de Gervásio não significava que ele não se sentisse ameaçado ou tolhido em seu direito, reflete mais sua percepção de que Manoel fazia todo o possível para organizar sua vida e “*pagar a todos sem ser preciso justiça*”. Além do

<sup>485</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Carta de Manoel Ferreira Rodrigues, 4 de maio de 1852, Prados.

<sup>486</sup> XAVIER & HESPANHA, 1998, Op. Cit.; GRAHAM, 1997, Op. Cit.; FURTADO, 1999, Op. Cit.

mais, esta era uma forma de conservar os laços entre os clientes, uma vez que a cobrança na justiça rompia uma relação de negócios baseada na amizade, vizinhança e parentesco, ou para ser mais exato, rompia com uma sucessão de laços sociais e familiares construído ao longo de vários anos.

### **3.6 Conclusão: a sociedade brasileira na segunda metade do oitocentos**

A sociedade brasileira da segunda metade do século XIX vivenciou um rápido processo de transformações sociais, econômicas e políticas no país. O ano de 1850 marcou um momento de ruptura com a ordem social e econômica vigente. Neste ano a sociedade brasileira viu a abolição do tráfico internacional de escravos para o país, com a Lei Eusébio de Queirós, a promulgação da Lei de Terras e do Código Comercial. Nos anos seguintes, seguiram a Lei de Hipotecas de 1864 e as leis que desmontariam o sistema escravista brasileiro. Também em 1864, teve-se a emancipação dos africanos escravizados que entraram ilegalmente no país após as leis proibitivas do tráfico; em 1871, a Lei do Ventre Livre e a proibição de separação das famílias escravas, esta lei representou forte golpe a permanência da escravidão; em 1885, a Lei dos Sexagenários e, em 1888, a Lei Áurea que extinguiu a escravidão no Brasil. O período que seguiu a década de 1850 foram anos de muita agitação e transformações econômicas e sociais<sup>487</sup>.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, depois de 1850 a sociedade brasileira, em período tão breve, viveu mudança tão veemente que nem mesmo a inauguração do regime republicano promoveu uma febre de reformas tão intensas.

Em 1851 tinha início o movimento regulador de constituição das sociedades anônimas; na mesma data funda-se o segundo Banco do Brasil, que reorganiza em três anos depois em novos moldes, com unidade e monopólio das emissões; em 1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. Em 1853 funda-se o Banco Rural e Hipotecário, que, sem desfrutar dos privilégios do Banco do Brasil, pagará dividendos muito mais avultados. Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira estrada de ferro do país – os 14,5 quilômetros entre o porto de Mauá e a estação

---

<sup>487</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord. da coleção); ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org. do volume). **História privada no Brasil – Império: a Corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia. das Letras, pp. 337-383.

Fragoso. A segunda, que irá ligar à Corte a capital da província de São Paulo, começa a construir-se em 1855<sup>488</sup>.

Na virada do século XIX para o XX, viu-se ainda o crescimento da população urbana, os primeiros passos de industrialização, com a formação do capital industrial e da classe operária. No entanto, apesar de tantas transformações, a economia nacional apresentava precária divisão social do trabalho e limitada circulação de mercadorias<sup>489</sup>. Dentro deste contexto, Gervásio precisou de muita perspicácia para conquistar e manter o patrimônio, material e imaterial, herdado de seus familiares. Ainda mais se levarmos em consideração o forte apego a escravidão verificado por membros da família na primeira metade do oitocentos.

---

<sup>488</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 26ª edição, 20ª reimpressão, 1995.

<sup>489</sup> FRAGOSO, João L. R. “O Império escravista e a república dos plantadores: economia brasileira no século XIX – mais que uma *plantation* escravista-exportadora”. IN: LINHARES, Maria Yedda L. (org.) **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 9ª edição revista e atualizada, 19ª reimpressão, 1990.

## CONCLUSÃO

A pesquisa realizada e escrita nesta dissertação buscou compreender o comércio entre a província de Minas e a Corte do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, dando ênfase para o processo de formação de uma das redes de negócios entre as regiões e a dinâmica das relações tecidas para o desenvolvimento da atividade. Sendo assim, privilegiamos a redução da escala de análise como metodologia de pesquisa e observamos a rede mercantil do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim.

A documentação privada de Gervásio Pereira Alvim, base original do estudo, foi explorada no intuito de reconstituir um momento da história do Brasil Imperial. Por meio dela descortinamos um universo de práticas sociais que interferiam no cotidiano dos sujeitos históricos e, como não podia deixar de ser, intervinham na prática e dinâmica das atividades mercantis, tanto no mercado local e regional, como no nacional.

Dentre os vários elementos sociais, a família, sem dúvida alguma, apresentou-se como um importante elemento de inserção no comércio regional, como também nas trocas entre praças geograficamente distantes. Isto porque a família, além de ostentar uma grande capacidade de criação de vínculos e redes de clientelas, revelou ser a base de identificação e sustentação dos indivíduos. Numa economia como a do Brasil oitocentista, caracterizada como pré-industrial e condicionada pelo social e, ainda, subordinada aos vínculos de clientela e vizinhança, a presença de familiares e amigos foi instrumento eficaz para a inserção nas redes de negócios. Os novos membros eram apresentados, creditados e familiarizados por meio da ativação dos laços sociais tecidos ao longo de várias gerações. No mercado nacional interno, em especial, estes vínculos eram de extrema importância, uma vez que facilitavam a circulação dos acertos e dos negócios entre as várias regiões.

Na praça carioca, a rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim foi constituída, em sua maioria, de mineiros, cujas origens se assentavam nas fazendas da comarca do Rio das Mortes. Estes comerciantes mineiros firmaram-se na principal praça mercantil do país por volta da década de 1840 e lá permaneceram reforçando os vínculos com a província de Minas Gerais e construindo novas relações com comerciantes cariocas.

As famílias destes comerciantes eram velhas conhecidas da família de Gervásio Pereira Alvim. Na primeira metade do século XIX, elas já se articulavam socialmente,

formando as redes de parentesco e vizinhança, além de terem atuado em conjunto no processo de abastecimento da Corte após a vinda da Família Real.

Na segunda metade do oitocentos, estes contatos foram incrementados com o estabelecimento mercantil de alguns membros na praça carioca, facilitando, desta forma, as relações comerciais entre as regiões. No Rio de Janeiro, eles atuaram como intermediários dos fazendeiros e comerciantes estabelecidos em Minas, recebendo pedidos e encomendas, cuidando do envio das cargas e transporte, realizando compras e pagamentos, além de informarem sobre as finanças, mercado e cotação dos produtos.

Uma vez estabelecidos ali, também contribuíram para a construção da credibilidade e confiança dos fazendeiros e comerciantes mineiros, visto serem pouco conhecidos no mercado nacional. O conhecimento dos envolvidos na prática mercantil facilitava o acesso ao crédito, pois este era concedido mediante algumas garantias, não apenas econômicas como a cobrança de juros, mas também sociais.

Neste quesito, a família também apareceu como importante suporte dos novos membros. A ciência de com quem realmente estavam lidando, o reconhecimento das riquezas e “famas” de bons credores eram fundamentais para o exercício do comércio. Como este comércio, até mesmo em praças distantes, era realizado a prazo, o comerciante necessitava de garantias sociais e econômicas, além da confiança de que o seu devedor iria cumprir com os deveres no acerto das contas. Mesmo a presença da Junta do Comércio e, posteriormente, do Tribunal do Comércio não isentava os comerciantes de saberem com quem estavam mercando.

A comunicação e a notícia eram muito importantes para se obter sucesso no mundo do comércio. Assim, a troca de correspondência entre os membros da rede foi intensa. Gervásio Pereira Alvim buscou, junto aos seus familiares mais próximos, as informações sobre os mercados nacionais e internacionais, sobre a cotação dos produtos, sobre suas finanças, créditos, débitos, ordens de pagamentos, pedidos de produtos, transportes, etc. Enquanto com outros comerciantes, os assuntos giravam em torno das movimentações financeiras, débitos e créditos em conta do fazendeiro, dos recebimentos de pedidos e seus envios, sobre as faturas das compras, entre outros. Porém, informações sobre familiares e a lembrança dos laços de estima e gratidão estavam presentes em quase todas as cartas.

Enfim, a família quando não atuava diretamente como suporte de apoio financeiro, agia de forma indireta através de suas redes de clientela e parentesco, identificando e

creditando seus membros. Tanto no comércio interprovincial, quanto no intraprovincial, sua ação convergia neste sentido. Como bem atentou Fernand Braudel, o lugar ocupado e alcançado pelo comerciante dependia muito de seu ponto de partida e era difícil alguém do nada transformar-se num grande comerciante<sup>490</sup>. Em acordo com o historiador francês acreditamos que a atuação de Gervásio, e de seus descendentes, no mercado interprovincial esteve ligada também com sua “herança imaterial”: as redes de clientela e parentesco construídas ao longo das gerações.

Portanto, podemos afirmar que o comércio também era uma das tantas teias que a família tecia no Brasil imperial e que a condição para o sucesso mercantil era estar bem posicionado, pois: *“Uma condição rege as outras: já estar, no início da carreira, numa certa altura. Os que triunfam a partir do zero são tão raros outrora como hoje”*<sup>491</sup>.

---

<sup>490</sup> BRAUDEL, 1998, Op. Cit., pp. 336-339.

<sup>491</sup> Idem, p. 336.

## FONTES PRIMÁRIAS:

1- Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei: São João del Rei, batismo, 1850-1880; Casamento, Livro 12, Ano 1868-1886; São José, casamento, 1784 – 1866.

2- Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei:

2.1 Inventário *post-mortem*:

dona Ana de Almeida e Silva, 1830, caixa 313;  
dona Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447;  
capitão Joaquim Pinto de Góis e Lara, 1835, caixa 596;  
capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, 1837, caixa 11;  
tenente Francisco Machado de Azevedo, 1841, caixa 24;  
comendador Antônio Francisco Teixeira Coelho, 1852, caixa 58;  
alferes Manoel Pereira Lopes, 1855, caixa 508;  
Manoel Gomes de Castro, 1865, caixa 54;  
tenente coronel Francisco Inácio Botelho, 1879, caixa 41;  
Sabino de Almeida Magalhães, 1877, caixa 148;  
comendador Custódio de Almeida Magalhães, 1891, caixa 326  
padre Joaquim Carlos de Resende Alvim, 1879-82-88, caixa 357;  
dona Ana Antônia Umbelina de Paiva, 1885, caixa 185;  
tenente coronel Francisco de Assis Resende Alvim, 1888, caixa 543.

2.2 Inventário:

Capitão Gervásio Pereira do Carmo, 1838, caixa 44

2.3 Testamento:

Ana Antônia Umbelina de Paiva, 1880, caixa 99.  
Manoel Pereira Lopes, 1853, caixa 75;  
Manoel Gomes de Castro, 1865, caixa 24;  
Sabino de Almeida Magalhães, 1878/1876, caixa 78;

2.4 Ação de 10 Dias:

Manoel Gomes de Castro e Maria Josefa da Conceição contra Gervásio Pereira Alvim, São José, 1863.

2.5 Documentação particular de Gervásio Pereira Alvim.

2.6 Livro de Testamentos:

Livro nº 32: testamento de Thomé Ignácio Botelho, fls. 68, 68v, 69.

3- Arquivo Nacional:

3.1 Inconfidência em Minas Gerais – Levante de Tiradentes: Seqüestros, cópias de dados relativos aos Inconfidentes desterrados para Angola. Microfilme: 021.1-74, volume 6 e 7.

### 3.2 Inventários *post-mortem*:

Carlos Joaquim Máximo Pereira (Inventariado)

Procedência: Juízo dos Órfãos 1ª vara; Notação: 830; caixa: 4066; Ano: 1869.

Francisco Antônio de Araújo e Bastos (Inventariado)

Procedência: Juízo dos Órfãos; Notação: 1274; Caixa 4134; Ano: 1870.

Claudina Máximo Pereira (inventariado)

Procedência: Juízo dos Órfãos, 2ª Vara; Notação: 1449; Caixa 4232 – Galeria A; Ano: 1877.

Francisco Carlos de Magalhães (Inventariado)

Procedência: Vara Cível do Rio de Janeiro, 1 CG; Ano 1881, Notação 6505, Maço 457.

Elvira Carolina de Almeida Magalhães (inventariado)

Procedência: Juízo dos Órfãos, 2ª Vara; Notação: 2869; Caixa: 4262; Ano: 1885.

Carlos de Almeida Magalhães (inventariado)

Procedência: Juízo dos Órfãos, 2ª Vara; Notação: 3890; Caixa: 4263; Ano: 1888.

### 3.3 Indústria e Comércio – Comércio: Junta e Tribunal

IC<sup>3</sup>23 Tribunal do Comércio: Registro das Provisões dos comerciantes matriculados na Junta do Comércio – Ano 1851.

IC<sup>3</sup>57: Tribunal do Comércio: Matrícula dos comerciantes, corretores, agentes de leilões, trapicheiros, administradores de armazéns de depósitos – ano de 1851-1855.

IC<sup>3</sup>11: Matrícula de negociantes a varejo – ano 1809.

IC<sup>3</sup>18: Tribunal do Comércio da capital do Império: Registro das cias. e sociedades comerciais – ano de 1862.

IC<sup>3</sup>58: Junta Comercial da Capital do Império: Registro das cartas de matrícula dos comerciantes – ano de 1886-1887.

### 3.4 Junta Comercial do Rio de Janeiro:

#### 3.4.1 Registro de Sociedades Comerciais:

Livro 191, Registro 30035, Galeria 3: Registro do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Rodolfo, estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 90, em 5 de janeiro de 1887.

Livro 229, Registro 33884, Galeria 3: Registro de Prorrogação do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Rodolfo, estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 90, em 30 de dezembro de 1889.

Livro 244, Registro 35347, Galeria 5: Registro do “Distrato Social” da firma Eugênio de Azevedo e Rodolfo, estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 90, em 2 de janeiro de 189.

Livro 285, Registro 39483, Galeria 5: Registro de Prorrogação do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Cia., estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 66, em 5 de janeiro de 1894.

Livro 299, Registro 40806, Galeria 5: Registro de Prorrogação do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Cia., estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 66, em 20 de dezembro de 1894.

Livro 370, Registro 47959, Galeria 2: Registro de Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Cia., estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 66, em 15 de julho de 1899.

Livro 186, Registro 29578, Galeria 3: Registro do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo, Irmão e Cia., estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 101, em 22 de julho de 1886.

Livro 191, Registro 30052, Galeria 3: Registro das alterações realizadas no Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo, Irmão e Cia., estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 101, em 7 de janeiro de 1887.

Livro 217, Registro 32606, Galeria 3: Registro de Prorrogação do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo, Irmão e Cia., estabelecidos à Rua Primeiro de Março, número 101, em 3 de janeiro de 1889.

Livro 244, Registro 35383, Galeria 5: Registro do “Distrato Social” da firma Eugênio de Azevedo, Irmão e Cia., em 1 de janeiro de 1891.

Livro 649, Registro 11587, Galeria 6: Registro do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Cia., estabelecidos à Rua do Rosário, número 81.

Livro 91, Registro 20029, Galeria 6: Registro do Contrato Social da firma Eugênio de Azevedo e Irmão, estabelecidos à Rua de São Pedro, número 57.

Livro 12, Registro 219, Galeria 6: Companhia Ferro Carril de São João del Rei.

### 3.5 Livro de Notas.

### 3.6 Ordens Honoríficas:

Ordens Honoríficas, Código 69: Pereira, Carlos Joaquim Máximo. Hábito da Ordem da Rosa. Palácio do Rio de Janeiro, 01/05/1867, Caixa 792, Pacote 3, Documento 80.

Ordens Honoríficas, Código 69: Pereira, Carlos Joaquim Máximo. Cavaleiro da Ordem da Rosa. Palácio do Rio de Janeiro, 08/07/1868, Caixa 793, Pacote 1, Documento 73.

### 3.7 Fundo Polícia da Corte – “Despacho de escravos e passaportes” (CD-ROM – IPEA/FRAGOSO/FERREIRA)

Códices 411, 419, 421, 424.

### 4- Arquivo Público Mineiro:

4.1 Lista Nominativa de 1831, distrito da Lage, distrito de Passatempo e Prados, termos da Vila de São José e de São José; distrito da Paróquia da Conceição das Carrancas, termo da vila de São João del Rei.

4.2 Almanak da Província de Minas Gerais, Ano 1870.

4.3 Presidência da Província, Série: Correspondência Recebida – Câmaras Municipais, São José, 1824-1838.

### 5- Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim.

6- Universidade Federal de São João del Rei, Biblioteca do Campus Dom Bosco: Jornal Astro de Minas, nº 1138, data 05/03/1835, p. 4, Microfilme – rolo 20.

7- Almanaque Laemmert (1844-1880), disponível no site:

<http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>

## **BIBLIOGRAFIA:**

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social nas Minas colonial (1750-1822)**. Niterói: UFF, 2001. (Tese de doutorado).

\_\_\_\_\_. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850**. Niterói: UFF, 1994. (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

\_\_\_\_\_. **Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)**. Belo Horizonte: FaFICH/UFMG, 1996. (Dissertação de Mestrado).

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Saterb Ltda, 1971.

BERGARD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BERTRAND, Michel. “De la familia a la red de sociabilidad” IN: **Revista mexicana de Sociologia**. Nº 2, Vol. 61. Abril/Junho 1999, pp. 107-135.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “Censos e construção nacional no Brasil Imperial”. IN: **Tempo Social** – revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 1, junho de 2005, pp. 321-341.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII: Os Jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. “Divórcio e casamento no oitocentos”. IN: **Revista Nossa História**. Ano 2, Nº 22, Agosto de 2005, pp. 68-71.

BURGUIÈRE, A. & LEBRUM, F., “As mil e uma famílias da Europa”. In: BURGUIÈRE, A et all., **História da Família**. vol.III, Lisboa: Terramar, 1987.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

CAMPOS, Bruno Nascimento. **Marcas de uma ferrovia: a Estrada de Ferro Oeste de Minas em São João del Rei (1877-1915)**. São João del Rei: UFSJ/DECIS, 2005. Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, curso de Graduação em História da Universidade Federal de São João del Rei.

CAMPS, Joan Bestard. “La estrechez del lugar. Reflexiones en torno a lãs estrategias matrinomiais cercanas.” IN: JIMÉNEZ, Francisco Chacon & FRANCO, Juan Hernández (eds.) **Poder, família y consanguinidad em la Espana del Antigo Régimen**. Barcelona: Antropos, 1992.

CARDOSO, Maria Tereza P. et all. **Sociabilidades e Identidades: Negros, Afro-descendentes e Mestiços em São João del Rei - Séculos XVIII e XIX**. São João del Rei: UFSJ, 2004 (Projeto de Iniciação Científica).

CARVALHO, Theóphilo Feu de. **Comarcas e Termos: criações, supressões, incorporações de desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 1998.

\_\_\_\_\_. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord. da coleção); ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org. do volume). **História privada no Brasil – Império: a Corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia. das Letras, pp. 337-383.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Melhoramentos no Brazil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)**. Niterói: UFF, 2001. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense.

\_\_\_\_\_. **Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.” IN: SILVA, José Graziano & STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CUNHA, Alexandre Mendes. “Tropa em marcha, mesa farta”. IN: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Ano 3, Nº 28, Janeiro de 2008, pp.64-65.

\_\_\_\_\_. & GODOY, Marcelo Magalhães. “O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX.” IN: **Anais do V Congresso brasileiro de História Econômica e VI Conferência internacional de História das Empresas**.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. “Fortuna e família em Bananal no século XIX”. IN: CASTRO, Hebe Maria de Mattos & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

\_\_\_\_\_. “Sinhás Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII-XIX)”. IN: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria & FRAGOSO, João (orgs.) **Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed. Revista, 1998.

\_\_\_\_\_. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica” IN: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, pp. 41-70.

\_\_\_\_\_. “O Império escravista e a república dos plantadores: economia brasileira no século XIX – mais que uma *plantation* escravista-exportadora”. IN: LINHARES, Maria Yedda L. (org.) **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 9ª edição revista e atualizada, 19ª reimpressão, 1990.

\_\_\_\_\_. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Carlos Antônio Jucá de. **Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. & FERREIRA, Roberto Guedes. **Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819 – 1833**. Rio de Janeiro: LIPHS/IFCS/UFRJ e IPEA, 2000. (Relatório do projeto: Tráfico de escravos e relações comerciais no Sudeste do Brasil: primeira metade do século XIX).

\_\_\_\_\_. & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. & MARTINS, Maria Fernanda. “Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão (1850-1880)”. IN: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. **Ensaio sobre a escravidão (I)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. & RIOS, Ana Maria Lugão. “Um empresário brasileiro do oitocentos”. IN: CASTRO, Hebe Maria Mattos de & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FRANK, Zephyr. “Padrões de Riqueza no sudeste do Brasil, 1815-1860.” IN: **História Econômica e História das Empresas**. Vol. IX, Nº. 2. ABPHE/FAPESP/UNESP/FCLAr, Jul/Dez. 2006, pp.5-48.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 25ª. Edição, 1987.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. “O nome e o como” IN: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1991.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1996 (Texto para discussão Nº 109).

\_\_\_\_\_. & BARBOSA, Lidiany Silva. “Uma outra modernização: transportes em uma economia não exportadora (1850-1870)”. IN: **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2006.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1992 (Dissertação de Mestrado).

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, economia e poder no segundo reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, McGregor & Companhia (1854-1866)**. São Paulo: USP, 1997. (Tese de doutorado).

\_\_\_\_\_. “Mauá por trás do mito”. IN: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Ano 1, Nº. 4, Outubro de 2005, pp.70-75.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 26ª edição, 20ª reimpressão, 1995.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa : século XVIII**. Niterói: UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

KULA, Witold. **Teoria econômica do sistema feudal**. Lisboa: Editora Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979.

\_\_\_\_\_. “Da tipologia dos sistemas econômicos”. IN: FOURASTIÉ, Jacqueline et. Al., **Economia**. Rio de Janeiro: FGV, 3ª ed., 1981.

KUNIOCHI, Márcia Naomi. “Os negócios no Rio de Janeiro: crédito, endividamento e acumulação (1844-1857)”. IN: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História das Empresas**. Caxambu, MG/ São Paulo: ABPHE, 2003.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. “Sobre micro-história” IN: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero. **Minas colonial: economia e sociedade**. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982.

MADUREIRA, Nuno Luís. **Mercado e privilégios: a indústria portuguesa entre 1750-1834**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MARCONDES, Renato Leite. “Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811)”. IN: **Topoi**. Rio de Janeiro: 7 Letras, mar. 2001, pp. 41-71.

\_\_\_\_\_. & SUPRIANYAK, Carlos Eduardo. “Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII”. IN: **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2006.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. “Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35”. IN: **Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1990.

\_\_\_\_\_; LIMA, Maurício Antônio de Castro & SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. “População de Minas Gerais na segunda metade do séc. XIX: novas evidências”. IN:

**Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira.** Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2002.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1982 (Texto para discussão N° 10).

\_\_\_\_\_. “A transferência da Corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais”. IN: **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira.** Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. & MARTINS, Maria do Carmo Salazar. “As exportações de Minas Gerais no século XIX”. **I Seminário sobre a Economia Mineira.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1982.

MATTOS, Ilmar R. de. **O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial.** São Paulo: HICITEC, 2004.

MATTOSO, Kátia. **Bahia, século XIX: uma Província no Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Vício de leitura; Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

NEVES, Edson Alvisi. **Magistrados e negociantes na corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio da corte no Brasil Império (1850-1875).** Niterói: UFF, 2007. (Tese de doutorado).

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870).** Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX.** São Paulo: USP, 1996. (Tese de doutorado).

\_\_\_\_\_. & BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmica diferenciadas”. IN: **Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira.** Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1995.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995, (Tese de doutorado).

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976. (Brasiliana, v.361).

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. “A construção da autonomia: o corpo de commercio do Rio de Janeiro”. IN: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História das Empresas**. Caxambu, MG/ São Paulo: ABPHE, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2ª ed. 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. “A circulação entre o Rio de Janeiro e o sul de Minas Gerais, c. 1800-1830”. IN: **Anais do XVI Encontro nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, 2008.

\_\_\_\_\_. “As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884”. IN: **Anais do Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica**. São Paulo: FEA/USP, 2008.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. IN: REVEL, Jacques. (org.) **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975.

\_\_\_\_\_. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974.

SANTOS, Raphael Freitas. “Considerações sobre as atividades creditícias na sociedade mineira setecentista”. IN: **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2006.

SANTOS, Welber L. **A Estrada de Ferro Oeste de Minas: São João del-Rei (1877-1897)**. Mariana: ICHS/UFOP, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Estrada de Ferro Oeste de Minas: São João del Rei (1877-1897)**. Mariana: ICHS/UFOP, curso de Pós-Graduação em História, nível Mestrado (material de qualificação).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, 1984.

\_\_\_\_\_. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SHCWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX.” IN: **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 18, Nº 3, IEP/USP, 1988, pp. 449-495.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo & RESTITUTTI, Cristiano Corte. “Os muares e as Minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX”. IN: **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2006.

TEIXEIRA, Adriano Braga. **Vila de Barbacena: povoamento, distribuição da riqueza e nobres na transição do século XVIII para o XIX (1791-1822)**. São João del Rei: UFSJ, 2005 (Monografia de Pós-Graduação em História de Minas Gerais *Latu-Sensu*).

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Cel. Xavier Chaves, 2006.

\_\_\_\_\_. “Os arranjos de uma sociedade pré-capitalista: vivências econômicas e sociais no território mineiro nas três primeiras décadas do século XIX”. IN: **Anais do Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica**. São Paulo: FEA-USP, 2008.

TEIXEIRA, Paula Chaves. **Família e negócios: o caso Gervásio Pereira Alvim**. São João del Rei: UFSJ/DECIS, 2005. Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, curso de Graduação em História da Universidade Federal de São João del Rei.

\_\_\_\_\_. “Família e Negócios: as redes comerciais de Gervásio Pereira Alvim (1850-1880)”. IN: **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **Família e Negócios: as redes comerciais de Gervásio Pereira Alvim (1850-1880)**. Pôster apresentado no XIII Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, Agosto de 2008.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Comércio e fronteira em Minas colonial”. IN: FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manoel. “As redes clientelares” IN: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

WEBER, Max. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 2ª edição, 1990.